



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 827

Segunda-feira - 19 de Setembro de 2011

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	1
Braço do Trombudo	2
Caçador	2
Campo Alegre	5
Campos Novos	5
Canoinhas	6
Capinzal	6
Concórdia	30
Cordilheira Alta	32
Coronel Martins	33
Corupá	33
Curitibanos	47
Forquilha	56
Fraiburgo	58
Garopaba	59
Gaspar	60
Guaramirim	61
Herval do Oeste	61
Imbituba	63
Iomerê	66
Irineópolis	66
Itaiópolis	67
Itapoá	67
Joaçaba	69
José Boiteux	72
Lages	72
Lauro Muller	73
Lindóia do Sul	76
Luzerna	82
Monte Carlo	112
Morro da Fumaça	114
Nova Trento	118
Novo Horizonte	118
Palhoça	118
Paulo Lopes	121
Pinheiro Preto	129
Porto União	129
Rio do Sul	129
Salto Veloso	130
São Lourenço do Oeste	130
São Pedro de Alcântara	134
Schroeder	136
Timbó	163
Vargeão	183
Vidal Ramos	184
Videira	184
Vitor Meireles	195

Consórcios

ARIS	195
CIGA	196

Antônio Carlos

PREFEITURA

Decreto N° 099/2011

DECRETO N° 099/2011

Abre Crédito Especial - Superávit Financeiro no Orçamento Programa de 2011.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei n°. 1311/11 de 01 de Março de 2011.

DECRETA:

Artigo 1° - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 8.400,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

05 - SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL

05.03 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.03.08.244.0006.2.040-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 8.400,00

Artigo 2° - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair superávit financeiro R\$ 8.400,00

Artigo 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 16 de Setembro de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 16 de Setembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Decreto N° 100/2011

DECRETO N° 100/2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento Programa de 2011.

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme e Guilherme Noronha - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, n° 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1303/10 de 14 de Dezembro de 2010.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 6.160,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

06 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.26.782.0008.1.032-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 6.160,00

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair excesso de arrecadação R\$ 6.1600,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 16 de Setembro de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 16 de Setembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Aviso de Licitação Nº 132/2011**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório: nº 132/2011; Modalidade: Pregão Presencial nº 078/2011; Tipo: Menor Preço Por Item; Objeto: Aquisição de tubos de concreto armado para a Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Município de Antônio Carlos, de acordo com os quantitativos e especificações previsto no edital e seus anexos; Abertura: dia 30/09/2011 às 09:00 (nove) horas.

Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. Fone (48) 3272-1123. Ou no email: administração@antoniocarlos.sc.gov.br

Antônio Carlos, 16 de Setembro de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA**Cancela Edital Pregão Presencial 38/2011**

Cancela Edital Pregão Presencial 38/2011.

O município de Braço do Trombudo comunica a anulação do processo licitatório Pregão Presencial 38/2011, devido o não comparecimento de interessados caracterizando licitação como deserta.

Braço do Trombudo, em 15 de setembro de 2011.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Pefeito Municipal

Edital Pregão Presencial 41/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO 46/2011

EDITAL DE LIC. PREGAO PRESENCIAL 41/2011

O Município de Braço do Trombudo SC, torna público para conhecimento dos interessados que as 14:00 horas do dia 03.10.2011, estará selecionando a melhor proposta para Aquisição de um pressurizador tipo booster. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo departamento de licitações da Prefeitura Municipal pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br .

Braço do Trombudo, em 16 de setembro de 2011.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Pregão Presencial 42/2011

PROCESSO LICITATÓRIO 47/2011

EDITAL DE LIC. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 42/2011

O Município de Braço do Trombudo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 9:00 horas do dia 03.10.2011, estará selecionando a melhor proposta para Aquisição de vigas e lajes PII pré-moldados em concreto para Ponte na Rua Clara Stuve. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo departamento de licitação, da Prefeitura Municipal pelo fone 47 35470179 ou e-mail licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br

Braço do Trombudo, em 16 de setembro de 2011.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Caçador

PREFEITURA**Lei Nº 2.840**

L E I Nº 2.840, de 15 de setembro de 2011.

Suplementa e anula dotações orçamentárias.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 1.563.000,00 (um milhão, quinhentos e sessenta e três mil reais):

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.1.90.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 800.000,00

3.3.90.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

3.3.90.00.0064 - Aplicações Diretas R\$ 413.000,00

Soma R\$ 1.413.000,00

10.301.0008.2.151 - Manutenção do Setor de Farmácia

3.3.90.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

3.3.90.00.0023 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Soma R\$ 150.000,00

Total R\$ 1.563.000,00

Art. 2º Para atendimento às suplementações realizadas no art. 1º,

serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias dos Orçamentos vigentes do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 863.000,00 (oitocentos e sessenta e três mil reais) e da Fundação Municipal do Meio Ambiente, no valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais):

04.01-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.1.025 - Aquisição de Veículos e Máquinas

4.4.90.00.0023 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

10.301.0008.2.061 - Manutenção do Programa Saúde da Família - PSF

3.1.90.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

3.1.90.00.0064 - Aplicações Diretas R\$ 413.000,00

10.301.0008.2.0173 - Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde

3.3.90.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Soma R\$ 863.000,00

14.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

18.541.0024.2.171 - Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente

3.1.90.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

17.512.0012.2.040 - Ampliação e Manutenção do Sistema de Esgotamento Sanitário

3.3.90.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

17.512.0013.2.041 - Manutenção, Ampliação e Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água

3.3.90.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Soma R\$ 700.000,00

Total R\$ 1.563.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 15 de setembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

Lei Nº 2.841

L E I Nº 2.841, de 15 de setembro de 2011.

Autoriza transferir recursos financeiros à Casa da Provisão Assistencial de Caçador - CPAC.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Caçador autorizado a transferir recursos financeiros, a título de contribuições correntes, à Casa da Provisão Assistencial de Caçador - CPAC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.891.033/0001-18, estabelecida na Rua Floriano Peixoto, nº 119, neste Município de Caçador, na importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a serem repassados em duas parcelas mensais e iguais de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) cada, após a aprovação desta Lei.

Parágrafo único. Os recursos transferidos nos termos da presente Lei destinam-se a custear o projeto social realizado pela entidade, nas comunidades Monge João Maria, Santa Terezinha, Martelo e Cohab II.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador:

02.01 - SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO

Programa 04.122.0002.2.013 - Transferências às Instituições Privadas

Elemento 3.3.50.00.00.00 R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 3º A Entidade prestará contas dos recursos financeiros recebidos, de acordo com as normas expedidas pela Secretaria Municipal da Administração e Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 15 de setembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

Lei Nº 2.842

L E I Nº 2.842, de 15 de setembro de 2011.

Autoriza transferir recursos financeiros à Associação Cultural Cativar.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Caçador autorizado a transferir recursos financeiros, a título de contribuições correntes, à Associação Cultural Cativar, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.074.519/0001-09, estabelecida na Av. Santa Catarina, nº 228, sala 03, neste Município de Caçador, na importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a serem repassados em duas parcelas mensais e iguais de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) cada, após a aprovação desta Lei.

Parágrafo único. Os recursos transferidos nos termos da presente Lei destinam-se a custear o projeto "Curso para Atores - O Teatro em Movimento".

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador:

02.01 - SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO

Programa 04.122.0002.2.013 - Transferências às Instituições Privadas

Elemento 3.3.50.00.00.00 R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Art. 3º A Entidade prestará contas dos recursos financeiros recebidos, de acordo com as normas expedidas pela Secretaria Municipal da Administração e Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 15 de setembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

Lei Nº 2.843

L E I Nº 2.843, de 15 de setembro de 2011.

Altera o art. 1º da Lei nº 2.341, de 11 de julho de 2006, que cria o Programa de Bolsa de Estudos para os servidores integrantes do Quadro de Provimento Efetivo da Câmara Municipal de Caçador e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica alterado o art. 1º da Lei nº 2.341, de 11 de julho de 2006, que cria o Programa de Bolsa de Estudos para os servidores integrantes do Quadro de Provimento Efetivo da Câmara Municipal de Caçador e dá outras providências, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica criado o Programa de Bolsas de Estudos para os servidores estáveis integrantes do Quadro de Provimento Efetivo da Câmara Municipal de Caçador, que estejam cursando ou venham a ingressar em cursos de graduação e pós-graduação lato sensu e que se comprometam a continuar prestando seus serviços profissionais à Câmara Municipal de Caçador, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, após a conclusão do curso.

Parágrafo único. Somente serão custeados pela Câmara Municipal de Caçador, os cursos em áreas condizentes com as atribuições e funções específicas do cargo ocupado pelo servidor.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 15 de setembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

Portaria Nº 20.943

PORTARIA Nº 20.943, de 17 de agosto de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município, e art. 31, parágrafo único, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e mais o previsto no 2º Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica e Institucional entre o Estado/ FATMA e o Município nº 9028/2005-, e dá outras providências

RESOLVE:

COLOCAR o Servidor Público Municipal DARIO FRANCIO, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, lotado no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador - IPPUC, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, à disposição da Fundação do Meio Ambiente - FATMA, com ônus para o Município de Caçador, com efeitos retroativos a 02 de janeiro de 2011, na forma do Termo de Convênio de Cooperação Técnica e Institucional firmado entre o Estado de Santa Catarina/FATMA e o Município de Caçador com validade até 31 de dezembro de 2012.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de agosto de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário de Administração e Fazenda.

NEWTON MARÇAL SANTOS

Presidente IPPUC.

Portaria Nº 20.995

PORTARIA nº 20.995, de 12 de setembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 231 e seguintes, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º - INSTAURAR Sindicância Administrativa, a fim de apurar a possível configuração de recebimento indevido de remuneração pela funcionária pública municipal LUCIMARA RIBEIRO, sem o devido desempenho da função de professora para a qual foi contratada, bem como pelo descumprimento do dever de representar a seu chefe imediato acerca da irregularidade que ajudou a manter, tudo conforme consta na Comunicação Interna nº 281/2011 da Procuradoria Geral do Município, e demais documentos que acompanham.

Parágrafo Único - A Comissão de Sindicância Administrativa tem poderes de ampla e irrestrita investigação, inclusive de fatos novos que venham a surgir no decorrer do presente procedimento, e deverá, se possível, apontar as irregularidades, os envolvidos bem como suas responsabilidades, e a obrigação de ressarcimento aos cofres públicos.

Art. 2º - DESIGNAR com base no art. 224 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20/12/04 - Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador, os Servidores Públicos Municipais LUCIANA MARIA BARBOSA NUNES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Professora, designada como Coordenadora de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias; ADRIANA APARECIDA DENIZ SANCHES, ocupante do cargo de Professora de Língua Portuguesa de 5ª à 8ª série, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação; e SINEIDE DO CARMO ROTTA, ocupante do cargo de Auxiliar de Secretário lotada na Secretaria de Administração e Fazenda, para, sob a presidência da primeira, e secretariada pela última, comporem a Comissão de Sindicância Administrativa nº 06/2011.

Art. 3º - A Comissão tem o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos, a contar do recebimento da portaria pela Comissão, podendo o referido prazo ser automaticamente prorrogado pelo mesmo período, sem prejuízo dos trabalhos, quando as circunstâncias o exigirem, em conformidade com o disposto no art. 223 da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador.

Art. 4º- Providencie a Comissão as provas que julgar necessárias para a completa apuração dos fatos, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 12 de setembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA
Secretária Municipal de Educação.

Campo Alegre

PREFEITURA

Portaria Nº 8.440 de 15 de Setembro de 2011

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 8.440 DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

A Prefeita em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho a Servidora Pública Municipal, Agente Operacional - CILENE APARECIDA GOMES DOS SANTOS KNOEPKE, Matrícula Funcional nº 000422, Registro no Sistema Sob nº 954276, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e desenvolvimento Social.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por desempenho, passando do Nível 2 Sub-Nível 21, Referência B para Nível 1 Sub-Nível 12 Referência C no valor de R\$ 732,01 (setecentos e trinta e dois reais, um centavo) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 22 de junho de 2010.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de setembro de 2011, será pago o valor de R\$ 355,51 (trezentos e cinquenta e cinco reais, cinquenta e um centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de agosto de 2010, já descontado o valor de R\$ 40,14 (quarenta reais, quatorze centavos), referente à contribuição do servidor ao IPRECAL. O valor de R\$ 80,28 (oitenta reais, vinte e oito centavos) refere-se à Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 22 de junho de 2010.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita em Exercício de Campo Alegre/SC, 15 de setembro de 2011.

ALICE BAYERL GROSSKOPF

Prefeita Municipal em Exercício

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 15/09/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete da Prefeita em Exercício

Portaria Nº 8.441 de 15 de Setembro de 2011

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 8.441 DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

A Prefeita em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Médico II, RÉGIS ARIEL RIBEIRO JORDÃO, Matrícula Funcional nº 000549, Registro no Sistema sob nº 954656, referente ao período aquisitivo 06 de maio de 2010 a 05 de maio de 2011.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 19 de setembro de 2011 à 28 de setembro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita em Exercício de Campo Alegre/SC, 15 de setembro de 2011.

ALICE BAYERL GROSSKOPF

Prefeita Municipal em Exercício

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 15/09/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete da Prefeita em Exercício

Campos Novos

PREFEITURA

Nº 3.678 de 15/09/2011

LEI Nº 3.678 DE 15/09/2011

AUTORIZA CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL A ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção social a Associação Empresarial Rural e Cultural Camponovense - ACIRCAN, CNPJ 83.826.958/0001-63, localizado neste município, na importância de R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais), para despesas referentes à realização da 11ª edição da Inspeção Veicular Gratuita - IVG.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária vigente abaixo citada:

ÓRGÃO: 01 - GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 01 - GABINETE DO Prefeito Municipal

PROJ/ATIV. 2.000 - Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal
116-3.350.00.00.00.00.0.1.0000.0-Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos R\$ 2.900,00

Art. 3º - A entidade beneficiada na forma da presente Lei deverá

prestar contas dos recursos repassados na forma desta lei, no prazo de 30 dias.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 15 de setembro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Tomada de Preços 08/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2011

O Município de Campos Novos, torna público que fará realizar no dia 11/10/2011 às 15:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Tomada de Preço do Tipo Menor Preço Global, tendo como objeto EMPREITADA GLOBAL PARA CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE DE ESCOLA INFANTIL-TIPO B - PROINFANCIA -PAC 2 - CRECHE SANTO ANTONIO, CONFORME PROJETOS E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO. EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE COMPROMISSO Nº 201300/2011, DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO-FNDE . O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede da Prefeitura, localizada no Salão Paroquial, à Rua São João Batista, Praça Lauro Muller, no horário das 13:00 min às 17:30 horas diariamente.

Campos Novos, 19 de Setembro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

SAMAE

Portaria 028/2011

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Rua Caetano Carlos - 466 Fone/Fax (49) 3541-0844 e 3541-0834

89.620-000 CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA

CNPJ - 83.158.105/0001-09 Inscrição Estadual - Isento

PORTARIA SAMAE CNO 028/2011, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

O Diretor do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos - SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

EXONERAR o servidor MICHEL CELSO GONÇALVES MOREIRA, Auxiliar Administrativo, Padrão 3.1, a pedido, na forma da Lei, a partir desta data.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

Diretor do SAMAE

Canoinhas

PREFEITURA

Edital de Chamada Pública n.º 03/2011

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 159/2011

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2011

A Prefeitura do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, CNPJ 83.102.380/0001-80, torna público para conhecimento dos interessados a Chamada Pública para aquisição de Pães, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, considerando o disposto no artigo 21 da Lei nº 11.947/2009 e na Resolução CD/FNDE nº 38/2009. O Edital estabelecendo as condições e demais informações necessárias à participação poderá ser retirado no site www.pmc.sc.gov.br, No Link Licitações/Informações Adicionais, e a documentação de habilitação e o Projeto de Venda deverão ser entregues até as 14h00min do dia 04/10/2011, diretamente no Setor de Protocolo da Prefeitura do Município de Canoinhas, sito a rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC. Informações (47) 3621-7705.

Canoinhas, 16 de setembro de 2011.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

Ata de Registro de Preços - Pregão Presencial Nº 0110/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0110/2011

PARA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 31/12/2011.

Ao décimo segundo dia do mês de setembro do ano de dois mil e onze, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, no Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, neste município de Capinzal, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações nela inseridas pela Lei Federal 8.883, de 9 de junho de 1994, e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão presencial para registro de preços Nº 0110/2011, Ata de julgamento de Preços, homologada pela Autoridade Competente o Senhor Prefeito Municipal que RESOLVE registrar os preços para horas de serviços de manutenção em equipamentos agrícolas, frota de veículos e máquinas da Municipalidade, com o fornecimento de peças pelo contratado, sem exclusividade, com prévia aprovação do órgão/entidade contratante do orçamento das peças a serem substituídas, nos termos do Prejulgado Nº 0803, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, recursos próprios, conforme consta na ata de julgamento do Pregão Nº 0110/2011, que passa a fazer parte desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame acima numerado. A sequência da classificação das empresas também consta na ata citada acima. As empresas classificadas em primeiro lugar e os respectivos itens são:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0110/2011

LOTE	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	Valor R\$
1	140,00	hr	Ônibus Mecânica Geral	50,00
2	50,00	hr	Ônibus Mecânica Geral	43,00

AUTO MECÂNICA CAPINZAL LTDA EPP

LOTE	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	Valor R\$
3	150,00	hr	Caminhões Serviços mecânica Geral	31,00

MECÂNICA DALEOSIR LTDA ME

LOTE	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	Valor R\$
4	100,00	hr	Máquinas Pesadas Serviços Mecânica Geral	80,00

DALMASS COMERCIO DA PEÇAS LTDA

LOTE	QTDAD	UNID.	DESCRIÇÃO	Valor R\$
5	100,00	hr	Equipamentos Agrícolas Serviços Mecânica Geral	34,00

EDIMAR FRIZZO ME

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. Contratação de horas de serviços de manutenção em equipamentos agrícolas, frota de veículos e máquinas da Municipalidade, com o fornecimento de peças pelo contratado, sem exclusividade, com prévia aprovação do órgão/entidade contratante do orçamento das peças a serem substituídas, nos termos do Prejulgado Nº 0803, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, recursos próprios.

2. CONSUMO: quantidade aproximada informada no Pregão Nº 0110/2011, observada a determinação contida no art. 65, § 1º, da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS

1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade até 31/12/2011, a partir da sua assinatura.

2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de CAPINZAL não será obrigado a adquirir o produto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A presente ata de registro de preços poderá ser usada por todos os órgãos relacionados na presente licitação ou outros não previstos, desde que autorizados pela Secretaria Municipal de Administração, Departamento de Compras e Licitações (Central de Atas).

2. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado de acordo com a classificação no Pregão Nº 0110/2011.

3. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Nº 0110/2011, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA IV - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

1. Em cada fornecimento, o prazo de entrega do produto será o solicitado pela unidade requisitante, nos termos previstos no Edital do Pregão Nº 0110/2011.

CLÁUSULA V - DO PAGAMENTO

1. Em todos os fornecimentos, o pagamento será feito por crédito em conta corrente, mensalmente, sempre no último dia útil de cada mês, mediante apresentação da Nota Fiscal, com o comprovante de entrega no verso da mesma.

CLÁUSULA VI - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

1. O contrato de fornecimento só estará caracterizado mediante o recebimento da Secretaria solicitante com aceite no verso da Nota Fiscal.

2. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

3. Se a qualidade dos produtos e serviços entregues não corresponder às especificações exigidas no edital do Pregão Nº 0110/2011, que precedeu a presente Ata, a remessa dos produtos e serviços apresentados serão devolvidos ao fornecedor, para substituição no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

4. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação e emissão da Autorização de Fornecimento ou Ordem de Compra pelo órgão solicitante.

5. Os serviços e produtos deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal ou fatura correspondente.

6. A empresa fornecedora, quando do recebimento da Autorização de Fornecimento ou Ordem de Compra, feita pelo requisitante, deverá colocar, na cópia que necessariamente deve acompanhar a nota fiscal, a data e hora em que o recebeu a Autorização de Fornecimento ou Ordem de Compra, além da identificação de quem a recebeu.

7. A cópia da ordem de compra referida no item anterior deverá ser devolvida para o requisitante, a fim de ser anexada aos processos correspondentes.

CLÁUSULA VII - DAS PENALIDADES

1. As penalidades serão aquelas elencadas no Edital do Pregão Nº 0110/2011.

2. A recusa injustificada, das detentoras desta Ata, em retirar a Autorização de Fornecimento dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da convocação, implicará na aplicação da multa de 10% (dez por cento) do valor da mesma.

CLÁUSULA VIII - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

1. Considerando o prazo de validade estabelecido no item 1 da Cláusula II, da presente Ata, e, em atendimento ao §1º, art. 28, da Lei Federal 9.069, de 29.6.1995 e demais legislação, é vedado qualquer reajustamento de preços.

CLÁUSULA IX - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Os serviços objeto desta Ata de Registro de preços serão recebidos pelo requisitante consoante o disposto no art. 73 da Lei Federal 8.666/93 e demais normas pertinentes.

2. Sempre que solicitado, será emitido recibo nos termos do art. 73, II, "b", da Lei 8.666/93, por pessoa indicada pela administração.

CLÁUSULA X - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

1. A ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

1.1. Pela Administração, quando:

1.1.1. a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

1.1.2. a detentora não retirar a ordem de compra no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

1.1.3. a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

1.1.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

1.1.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

1.1.6. por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

1.2. a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item 1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

1.3. no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do Município de Capinzal, considerando-se cancelado o preço registrado após 05(cinco) dias da publicação.

1.4. pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

1.4.1. a solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA XI - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO OU ORDEM DE COMPRA

1. As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Departamento de Compras e Licitações (Central de Atas), ou pela unidade requisitante, conforme for o caso.

2. A emissão das Autorizações de Fornecimento ou Ordem de Compra, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, serão igualmente autorizados pelo órgão requisitante, quando da solicitação dos itens.

CLÁUSULA XII – DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A presente Ata de Registro de Preços será administrada e fiscalizada por representante da Administração Municipal, especialmente designado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata, o Edital do Pregão Nº 0110/2011, com os contratos e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

2. Fica eleito o foro da Comarca de CAPINZAL - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94, e demais normas aplicáveis.

Capinzal-SC, 12 de setembro de 2011.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário de Administração Finanças e Planejamento

Fornecedores:

AUTO MECÂNICA CAPINZAL LTDA EPP

MECÂNICA DALEOSIR LTDA ME

DALMASS COMERCIO DA PEÇAS LTDA

EDIMAR FRIZZO ME

Homologação Inscrições

HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÕES - CONCURSO PÚBLICO Nº 22/2011

INSCRI-CAO	RG	NOME	CARGO
8	4.289.158	SELONI DE AZEREDO FORMEHL	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
9	4.274.583	SIMONE APARECIDA DA SILVA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
69	5.252.070	ÉDIPO CHAVES STOPASSOLA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
70	5.914.978	PAMELA STRACKE ZEAK	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
103	4.418.148	LEANDRO PEREIRA DA SILVA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
108	10.069.921-4	ROSELI APARECIDA FREITAS DE OLIVEIRA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
110	4.488.810	VIDALVINA DE RAMOS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
112	5.182.489	JÉSSICA WALTER BUENO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
114	3.847.055	MARLEI RABAIOLI	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
120	5.382.673-6	LUIZ GUILHERME SCARTON	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
138	3.777.644	VERA LUCIA KUNRATH	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
140	5.182.409	LUCIMERI APARECIDA BARRETO TURRA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
161	5.780.080	ROSEMARY DUTRA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
187	4216274	TATIANE REGINA PRIGOL	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
194	4.954.082	BEATRIZ FERREIRA CAVALI	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
209	4.418.278	VANILDES KAIBER	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
231	3.158.246-0	LOIRE FÁTIMA DE AZEREDO STEMPCOSQUI	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
233	3.711.826	LUCIMARA DE LIMA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
250	5.182.712	ALINE KATIA BARON	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
256	4.418.026	GRACIELI GROSS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
257	3.511.695	ELIANE LASTA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
299	6.125.020	ESTEFÂNIA FENSKI FRARON	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
339	2.418.613	MARIA MARGARETE DE CAMARGO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
354	4.756.361-3	GENESIA IRENE DE LIMA CORDEIRO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
355	5.212.154	LILIANE LANHI	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

390	4.418.178-7	JESSICA ALVES	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
394	4.418.164	GRASIELA DAMBRÓS BORIN	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
395	741.031	NERCY RODRIGUES DA SILVA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
406	5.780.187	PATRICIA GOMES DA SILVA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
422	4.488.086	JOCIMARA SANTOS DRUN	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
428	5.182.946	ELAINE FERREIRA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
433	3.620.413-7	DERCI SCHMIDT SOARES MACHADO DE MELLO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
456	5.182.714	SOLANGE CASAGRANDE BAZZI	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
471	4.235.890	PAULA MALTAURO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
499	4.372.800-6	ELIETE MARGARIDA SERPA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
516	4.723.934-4	ROSILENE DUTRA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
519	3.182.822	TANIA REGINA PEREIRA DA SILVA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
527	5.544.656	JANAINA DE LIMA ZAMBON	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
532	5.544.413	CARINA DA SILVA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
537	2.141.628	MARISA APARECIDA ISGANZELLA BAZZO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
546	5.212.557	CELITA VENANCIO PEREIRA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
557	4.654.132	MARCIA JAQUELINE DE MENEZES	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
579	4.373.063	CLAUDIA APARECIDA DA SILVA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
598	14.952	ORLANDO DA SILVA FERNANDES	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
629	4.929.019	TATIANE MARAISE HORLLE	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
638	4.488.005	FABIANI APARECIDA DOS SANTOS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
639	3.620.523	MARICA NATALIA BRESAN MORESCO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
650	3.676.500	ODIRLENE APARECIDA PEREIRA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
667	5.780.044	LUCIANA DA CRUZ MACIEL	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
682	4.418.169	GISELE SIEPMANN	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
720	3.304.578	LUCIMARA LOPES DUARTE DE VILLA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
721	5.182.844	TAISE DANIELI PILGER MANTOVANI	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
725	1.305.440	SOLANGE APARECIDA CHAVES	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
740	8105790441	ANA PAULA TEDESCO NORA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
764	5.008.147	CLAUDIA PASQUALI DE JESUS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
778	3.153.038	SIMARA APARECIDA STOLFO DA SILVA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
800	48.792.748	PAULA GABRIELI ANTUNES PIRES	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

837	3.928.651	ROSANGELA FRANCISCA SERPA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
842	5.212.053	CALINA ROQUE DE MORAES	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
860	5.544.508	JEFFERSON WILSON DA SILVA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
871	2.144.334	SALETE HANEL BRESSAN	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
886	3.620.463	LUIZ FERNANDO PONCIO DE OLIVEIRA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
900	4.620.899	LEDIANE TOSCAN	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
919	3.995.619	VÂNIA JOSEANE RABER FRIGO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
939	3.747.595	MARLI CRISTINA ALTMANN	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
941	4.797.683	SILVANA APARECIDA ANTUNES	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
945	5.212.298	TATIELI BIAZOTTO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
957	3.305.061	ALINE APARECIDA DUTRA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
970	4.879.690	LILIANE FERNANDA DOS ANJOS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
979	2.147.054	LUCI SALETE FURTADO MACIEL	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
984	4.621.260	BRUNA MARIÁ MORESCO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
992	6.286.516	SUÊNIA PATRICIA DE LIMA AZEVEDO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
998	3.152.566	ELIZABETE SIMONE BOF	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
1007	5.007.052	LOREANE CARINE DE OLIVEIRA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
1041	3.155.771	JUÇARA APARECIDA DE VARGAS LANHI	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
1049	4.755.191	JULIANA GRAZIELI SZEMANSKI	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
TOTAL INSCRI- TOS: 76			
5	3.305.976	ELISANGELA DE FÁTIMA FACHIN	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
10	4.418.055	KELI REGINA KLANN	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
11	4.488.087	IZABEL CRISTINA SOUZA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
18	5.212.788	LUCIANA APARECIDA BANDEIRA OTTONELLI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
23	3.796.231	VIVIANE MARIA DOS SANTOS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
28	2.822.043	ROSELI VIEIRA LOPES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
29	2.327.559	ODETE RODRIGUES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
30	5.708.712	MATILDE GABRIELA DE OLIVEIRA BRANCO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS

34	4.954.174	NAIANE APARECIDA DA MOTTA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
36	3.849.737	CRISTIANI JAQUELINE ZANCAN	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
40	456.155	TEREZINHA BERNARDETTE COLOMBO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
42	2.140.377	NEIVA REBELATTO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
45	2.819.183	JORACI TEREZINHA DE LIMA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
54	4.289.294	SARA CRISTIANE DOS SANTOS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
68	10.725.063	LUCIANA SILVA AMORIM	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
78	546.810	IRACEMA BRAGA RAMOS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
79	2.134.229	DIRLEI VON BORSTEL DA SILVEIRA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
82	4.954.175	TAISE RIBEIRO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
91	1.888.194	MARIA HELENA DE MELLO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
92	1.703.010	GENI NEVES DAMBROS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
101	4.139.229	NEILA REGIANE MACEDO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
105	3.305.927	ADRIANE DAMBRÓS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
107	3.808.667	DANIELE APARECIDA VIERO DE SOUZA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
121	8040402532	NEIVA SALETE DE VARGAS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
126	5.182.163	SAMARA SCHAIA NE SCAPINI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
132	3.305.059	MICHELE TEREZINHA KALSING	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
136	5.641.266	FRANCIELI MORATELLI DA ROCHA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
142	4.755.127	MICHELI OLIVERIO DA COSTA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
147	4.434.340	LILIANE BRANDINI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
152	4.488.914	SAIONARA APARECIDA DOS SANTOS SCHMIDT	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS

158	3.849.718	JOSIANE MARA ANGELI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
159	3.538.299	CLEIDE CLEIN	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
170	4.152.035	LOENI APARECIDA DA LUZ DE ANDRADE	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
174	2141848	MARIA CRISTINE HINZ MORESCO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
175	3935238	ADRIANIA DA SILVA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
176	4929112	LUANE IONE STUMPF	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
179	3743797	CLAUDIANE KLEEMANN	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
182	4216001	GLECIA DA SILVA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
184	3085565285	CLEONI PELEGEIRO CHUMA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
185	5837224	FRANCIELI APARECIDA FERREIRA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
200	3.743.499	IRENE MACHADO GRAUER	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
213	3.747.536	FABIANE FAQUIM RODRIGUES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
223	2.188.872-8	IRENE WIRTH HORLLE	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
225	1423907	ANGELA MARIA GOMES SANTOS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
227	3.928.774	VANETE FÁTIMA ZILLOTTO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
237	4.731.302-1	NERCI DIAS DOS SANTOS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
247	7.611.426-9	ROSALIA SCHIER GRUSKA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
248	855.310	TÂNIA MARIA DALAVEQUIA ERCOLES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
259	2.636.301	IRENE PILGER DA LUZ	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
260	4.418.137	MARCIA REGINA DA SILVA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
261	5.212.106	ELISANGELA SUTIL DE OLIVEIRA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
262	5.212.140	MARCIA RAYZER DA CRUZ	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS

273	2.632.064	ADELAIDE MARIA SCHUSTER FERREIRA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
275	1.511.088	IVETE TEREZINHA DOS SANTOS KACH	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
276	2823760	IVANILDE INES BORSOI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
282	2.634.345-2	CLECI HACHMANN BOARETTO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
285	2.417.136	CLAUCIA JANETE TONIAL COLOMBO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
294	3.849.349	ZIRLEI TEREZINHA BERGAMO HACHMANN	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
307	4.755.780	GREICI FONGARO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
315	4.621.467	ANDRELINE BEATRIZ BARETTA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
316	3.620.416	ANDRELÉIA SANDRA BARETTA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
318	3.849.328	LETICIA MENDES RODRIGUES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
320	3.922.070	ESTELA MACIEL	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
321	2.631.956	NERI STEFFENS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
323	3.155.183	MARLENE FURLIN BAZZO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
324	4.055.692	PATRICIA APARECIDA VIEIRA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
328	3.511.531	ANGELA DE JESUS HOFFMANN MORENO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
334	5.239.079-9	DAIANE CRISTINA DA SILVA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
336	2.691.188	IVANICE WIRTH ZASTROW	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
338	4.542.109	FRANCIELE VAGNER	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
346	2.148.034	IVANI WIRTH AZEREDO E SILVA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
347	4.329.381	LUCIANE DORIGON	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
382	1.708.417	NEUZA TEREZINHA STEFANIAK	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
383	5.641.293	MARISTELA DE ASSIS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS

393	4.055.567	JULIANA DA SILVA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
398	5.423.121	VANUSA SALETE MACHADO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
418	5.780.075	LUANA PAULA BRESSAN	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
425	2.140.811	SONIA MARIA LISBOA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
431	3.304.299	CLEIA MARA DEMIN	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
446	3.304.129	MARCIA APARECIDA DE LIMA PADILHA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
487	4.755.170	MARLI JUCÉLIA DOS ANJOS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
523	4.310.757	JUCIANE SANTOS TRINDADE	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
533	5.095.448	MARILENE MACHADO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
539	5.341.915	FERNANDA APARECIDA DE LIMA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
540	3.153.889	CLEITI MARIA KRINDGES DA SILVA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
542	4.216.204	CLAUDIA MACHADO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
555	3.043.749-0	IEDA MARIA DE VARGAS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
558	4.755.280	SILVIA ANTUNES DE ALMEIDA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
565	5.239.006	LUIZA FRANCYANI DA ROSA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
571	4.756.328	JUCIMARA DA LUZ	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
583	2.965.005	MARIA ADALZIZA DA SILVA MOTA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
586	1.072.165	DORVALINA DUARTE	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
588	8049968433	ADERLEI TERESINHA DE ARAÚJO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
595	2.824.677	ROZANGELA LOPES DE ABREU	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
609	4.621.383	LUZIANA RODRIGUES CORDEIRO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
611	939.762	SEBASTIANA ANTONIA DE LIMA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS

659	5.341.930	DIANA CLARA KLE-MANN	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
660	3.849.764	SIMONE ANTUNES DE ALMEIDA PELEGRINI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
662	3.652.018	EVANIA BERNAT PILATTI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
670	4.373.176	LUCIMARA APARECIDA DA LUZ	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
685	4.488.895	CLAUCIA MARIA DE MORAIS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
690	2.630.961	VALDETE RIBEIRO MARCONDE DA SILVA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
691	708.878	ELENIR RODRIGUES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
694	1.874.184	MELANIA DE SOUZA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
699	052.816.119-92	ADRIANA BEVILAQUA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
700	2.083.473	MARLI RIBEIRO DA SILVA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
706	12.096.982	EDINA FERREIRA DA SILVA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
711	1.300.247	MARLI TEREZINHA SURDI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
714	7085044027	MARCIA DA FONSECA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
724	5.095.420	KATIA SOUZA DUARTE	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
742	3.304. + 420	LEONICE DOS SANTOS BILIBIO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
749	6.286.205	LUCIANA CORDEIRO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
752	3.158.538	JUREMA MARTINS GILIOLI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
808	2.144.912	MARIA APARECIDA DONDONI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
822	4.879.110	DAIANE SAIONARA LIOTTO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
826	1.701.639	IVETE TEREZINHA INACIO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
835	4.289.269	JANETE CABRAL	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
846	2.821.983	BEATRIZ ANTUNES TECHIO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS

856	2.630.098	VERA TEREZINHA LOPES DUARTE	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
858	2.634.625	ILENIR SCAPIN DO AMARAL	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
865	3.808.542	CELIA ROSANGELA SOARES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
872	2079040966	GEISA MARIA SATO-NINO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
884	4.620.294	ANDREIA REGINA ZOR-TÉA VIEIRA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
891	2.823.818	LUCIANA DE LIMA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
902	2.637.484	ANGELICA GORRETTI CAMARGO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
903	1.703.957	TEREZINHA CARLETTI CAMARGO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
918	4.797.500	VALERIA APARECIDA DA SILVA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
922	4.488.081	TAILA DORINHA PE-REIRA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
928	3.305.944	SILVANA MADALENA MARQUES RAMOS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
931	3.158.472	JUSSARA LISBOA DE MATTOS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
935	2.637.374	VANUZA FIOR	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
937	1.707.181	MARIELDA SALETE GUBERT	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
938	8.082.999-0	LUCIANE DA SILVA LIMA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
951	5.383.259-0	RAQUEL VIEIRA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
952	5.182.933	TÂNIA CELIA DA COSTA DOS REIS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
961	2.821.285	LUCI TAVARES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
999	66353596-4	AURIDEA ARAÚJO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
1014	5.182.616	JOSIANE KRAUZE	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
1026	10.564.481-7	ARIANE MACHADO FARIA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
1057	2.637.608	REGINA TECHIO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS

1077	4.488.996	CLAUDINÉIA DE LURDES CARLETE	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - DEMAIS SECRETARIAS
TOTAL INSCRITOS:	141		
25	4.152.078	PAULO SERGIO MARTINS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - INFRAESTRUTURA
35	3.305.779	VALDOIR GUIMARÃES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - INFRAESTRUTURA
73	3.849.934	GUSTAVO BOTARI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - INFRAESTRUTURA
124	5.747.237	ALCIR ROCHA PEREIRA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - INFRAESTRUTURA
153	4.481.493	ALDECIR JOSÉ DE SOUZA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - INFRAESTRUTURA
155	4.418.037	FERNANDO TENUTTI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - INFRAESTRUTURA
196	1.689.590	MANOEL DELGADO SIQUEIRA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - INFRAESTRUTURA
258	2.699.095	ADEMIR SPIELMANN	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - INFRAESTRUTURA
268	3.808.689	GERSON ANTONIO PRANDO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - INFRAESTRUTURA
313	2.461.810	ADILSON DE ALMEIDA MARQUES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - INFRAESTRUTURA
319	5.341.865	VANDER LUIZ GOTARDO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - INFRAESTRUTURA
364	3.774.830	ROMILDO PEREIRA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - INFRAESTRUTURA
447	3.589.436	FLAVIO JOSÉ DONDONI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - INFRAESTRUTURA
497	2.419.504	LUIZ CARLOS ALMEIDA RAMOS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - INFRAESTRUTURA
507	4.418.194	EVERSON GABRIEL KLAUZ	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - INFRAESTRUTURA
545	5.182.617	ANACLETO KRAUZE	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - INFRAESTRUTURA
561	1.301.593	OLIZE ANTONIO BONAMIGO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - INFRAESTRUTURA
608	5.381.014	RONILDO LUIZ DE MATOS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - INFRAESTRUTURA
622	4.401.594	RAMIRO MARCELO DOS SANTOS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - INFRAESTRUTURA
625	1.708.655	DAVI CORREIA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - INFRAESTRUTURA

644	5.633.193	EDENILSON JOSÉ LOPES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - INFRAESTRUTURA
739	4.418.549	EZEQUIEL ALVES DA SILVEIRA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - INFRAESTRUTURA
741	3.563.303-4	ADILSON EZEQUIEL SOARES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - INFRAESTRUTURA
964	6.106.902	WANDERSON SANTOS SILVA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - INFRAESTRUTURA
1031	5.212.089	CLEVERSON LEANDRO TIDES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - INFRAESTRUTURA
1071	4.488.014	PAULO CEZAR CLEN	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - INFRAESTRUTURA
TOTAL INSCRITOS:	26		
254	3.305.973	ELENA CASAGRANDE	ASSISTENTE SOCIAL
297	3.304.329	LEDA FATIMA PAZA	ASSISTENTE SOCIAL
333	4.319.306	TATIANE DA COSTA	ASSISTENTE SOCIAL
434	3073156105	ELIANE LUISA DE DAVID	ASSISTENTE SOCIAL
484	4.249.378	ADRIANE DALAZEN	ASSISTENTE SOCIAL
490	4.619.602-1	LETICIA MARAFON	ASSISTENTE SOCIAL
509	4.621.450	ALINE BONAMIGO	ASSISTENTE SOCIAL
510	5.182.759	MARIANA VIGANÓ	ASSISTENTE SOCIAL
511	4.092.477	PATRICIA OLIVÉRIO DA COSTA	ASSISTENTE SOCIAL
512	4.756.891	FERNANDA SPIRONELO	ASSISTENTE SOCIAL
567	1.709.282	MIRAM GOLIN FAGUNDES	ASSISTENTE SOCIAL
568	5.341.736	LUANA CRISTINA BALDO	ASSISTENTE SOCIAL
728	4.092.538	ALINE SOCCOL	ASSISTENTE SOCIAL
729	5.008.421	LUCIANA CRISTINA BUSSACRO	ASSISTENTE SOCIAL
763	4.983.022	ALINE APARECIDA SCHMIDT DAMBRÓS	ASSISTENTE SOCIAL
777	4.216.217	TAIZE KEITI LOPES	ASSISTENTE SOCIAL
878	4.007.016	RITA IZABEL ALVES	ASSISTENTE SOCIAL
906	4.542.157	JOSIMARI DONDONI DO AMARAL	ASSISTENTE SOCIAL
923	1.881.771	EDILES DREY DE GIACOMETI	ASSISTENTE SOCIAL
965	4.289.014	ROSELI FÁTIMA DA SILVA	ASSISTENTE SOCIAL
991	4.555.056	KATIUSCIA SANTIN	ASSISTENTE SOCIAL
1029	3.614.047	SIRLEI DE VARGAS	ASSISTENTE SOCIAL
1043	4.756.311	MARCELA MACHADO CAVICHIOLI	ASSISTENTE SOCIAL
1054	1.881.777	ROSELEY VILARINO LIRA	ASSISTENTE SOCIAL
TOTAL INSCRITOS:	24		
1	5.641.057	MONICA LOPES DUARTE	AUXILIAR DE PROFESSOR
13	1.886.349	MARINES SAVARIS KOCH	AUXILIAR DE PROFESSOR
15	4.216.003	ARIANE SURDI	AUXILIAR DE PROFESSOR

22	4.797.622	EDINÉIA POPP BOFF	AUXILIAR DE PROFESSOR
44	5.780.093	ELIZABETE FERREIRA	AUXILIAR DE PROFESSOR
61	3.305.687	IZABETI TEREZINHA BONATO DOS SANTOS	AUXILIAR DE PROFESSOR
76	4.373.272	JENNILY MARQUES	AUXILIAR DE PROFESSOR
81	5098869398	RENATA ALVES DOS SANTOS	AUXILIAR DE PROFESSOR
89	4.879.189	ALINE PATRICIA DA SILVA	AUXILIAR DE PROFESSOR
94	4.929.194	MARA FERREIRA	AUXILIAR DE PROFESSOR
96	5.544.439	LUCIANA PEREIRA DA SILVA SCHRODER	AUXILIAR DE PROFESSOR
98	5.212.504	ÉLINE JULIESSA CHAVES	AUXILIAR DE PROFESSOR
106	3.538.257	ROSIMERI APARECIDA MANTOVANI	AUXILIAR DE PROFESSOR
117	2.636.572	JUSSARA MARLENE PITUCO VOLFF	AUXILIAR DE PROFESSOR
119	5.202.015-0	NAIANA ANGELICA SCARTON MAESTRI	AUXILIAR DE PROFESSOR
123	5.708.064	GABRIELA SURDI	AUXILIAR DE PROFESSOR
125	5.813.993	ANILIZE AILEDA MORESCO	AUXILIAR DE PROFESSOR
127	4.542.590	CARLA SIMONE VIGOLO	AUXILIAR DE PROFESSOR
131	4.954.002	JONATHAN ZANOL	AUXILIAR DE PROFESSOR
137	1.888.572	MÁRCIA MARIA PEREIRA MORÉS	AUXILIAR DE PROFESSOR
143	4.542.508	ANDREA RIBAS DE MATOS	AUXILIAR DE PROFESSOR
144	4.620.981	ELAINE FERREIRA DOS SANTOS	AUXILIAR DE PROFESSOR
148	5.708.122	CLAUDIANE NUNES DA SILVA	AUXILIAR DE PROFESSOR
149	9064976881	ELISIANE SLOGO	AUXILIAR DE PROFESSOR
154	5.780.049	CARLA REGINA RODRIGUES DA SILVA	AUXILIAR DE PROFESSOR
160	4.373.131	DARLIANE CARLA NORA	AUXILIAR DE PROFESSOR
165	4.620.812	CASSIA REGINA ZANINI	AUXILIAR DE PROFESSOR
166	4.488.130	ROSANGELA RAIZER FACCIN	AUXILIAR DE PROFESSOR
169	407303369	FABIANA KARVASKI	AUXILIAR DE PROFESSOR
203	5.212.090	LEONARDO DAMBRÓS	AUXILIAR DE PROFESSOR
205	5.864.515	CRISTIANE APARECIDA ROSALEN	AUXILIAR DE PROFESSOR
207	4.434.025	MONAISE FATIMA CESA CRIVELATTI	AUXILIAR DE PROFESSOR
212	4.654.157	TIAGO DE CARVALHO	AUXILIAR DE PROFESSOR
214	3.928.499	LUSIANA ANGELI HACHMANN	AUXILIAR DE PROFESSOR
216	2.140.950	CLEUCIR CABRAL	AUXILIAR DE PROFESSOR
219	2.847.076	JUCILEI TENUZZI	AUXILIAR DE PROFESSOR

221	5.506.582-1	VANUSA APARECIDA PEREIRA DA SILVA	AUXILIAR DE PROFESSOR
230	5.095.552	MERILEI APARECIDA MACHADO	AUXILIAR DE PROFESSOR
235	5.212.637	MARIELI FERNANDA FACCIN	AUXILIAR DE PROFESSOR
236	3.156.555	LEONIR APARECIDA MACHADO	AUXILIAR DE PROFESSOR
240	2.636.447	JULIANE BASSOTTO KWIATKOVSKI	AUXILIAR DE PROFESSOR
241	5.212.055	CAMILA ROSTIROLLA CARLETTI	AUXILIAR DE PROFESSOR
242	5.506.500-7	THIARA JACKELINE SCHEUERMANN	AUXILIAR DE PROFESSOR
243	3.652.240	ANDRESSA MANGOLT DA ROSA	AUXILIAR DE PROFESSOR
244	3.847.093	MONEA SOARES BORGES PESSOLI	AUXILIAR DE PROFESSOR
246	4.621.271	ANA CAROLINE TOTTI	AUXILIAR DE PROFESSOR
249	3.589.439	AURENITA APARECIDA GOMES DA SILVA	AUXILIAR DE PROFESSOR
252	4.929.180	JAKELINE ANGELI	AUXILIAR DE PROFESSOR
253	5.212.261	MAIARA BEATRIZ SCHILLER	AUXILIAR DE PROFESSOR
263	5.239.037-3	LUCIELA GROSS	AUXILIAR DE PROFESSOR
265	3.711.851	MONICA ROSTIROLA DALAVEQUIA	AUXILIAR DE PROFESSOR
266	5.007.169	RUBIA SAMARA FABRO	AUXILIAR DE PROFESSOR
267	4.488.109	ALESSANDRA MARIA GOMES DA SILVA	AUXILIAR DE PROFESSOR
274	5.182.733	TATIANE PICCOLI DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE PROFESSOR
279	5.544.442	SCHEILA THUMS	AUXILIAR DE PROFESSOR
290	5.212.755	FRANCIELI MARIA VERGANI	AUXILIAR DE PROFESSOR
293	5.007.550	SONIA UBIALI STOPASSÃO	AUXILIAR DE PROFESSOR
295	4.755.245	FERNANDA CRISTINA SERENA	AUXILIAR DE PROFESSOR
303	3.847.160	MIRIAN MARIA SERENA THOMAZONI	AUXILIAR DE PROFESSOR
308	5.914.921	KAROLINE VARGAS	AUXILIAR DE PROFESSOR
317	2.823.212	LAIZA REGINA COLOMBO BARETTA	AUXILIAR DE PROFESSOR
322	4756869	SONIA DE ALMEIDA BAZEI	AUXILIAR DE PROFESSOR
329	3.849.915	DAIAM JOSÉ FACHIN	AUXILIAR DE PROFESSOR
331	3.589.553	GLACI MARIA POSSEBON SOARES BORGES	AUXILIAR DE PROFESSOR
332	4.418.579	ANA CAROLINE MOMBACH	AUXILIAR DE PROFESSOR
340	4.418.138	LUANA GAZZOLA	AUXILIAR DE PROFESSOR
342	3.347.530	ARACELY AMALIA VIEL	AUXILIAR DE PROFESSOR
344	5.341.868	LAILA VANESSA RODRIGUES	AUXILIAR DE PROFESSOR
352	2.414.288	LUCIA DEBARBA	AUXILIAR DE PROFESSOR

360	1.075.905	ADELAIDE TONINI PAZA	AUXILIAR DE PROFESSOR
361	4.879.756	LUCAS ANTONIO DORINI	AUXILIAR DE PROFESSOR
369	5.239.243	MONICA FATIMA DA LUZ BEAZE	AUXILIAR DE PROFESSOR
370	4.418.527	ROSELAINE HOFFMÄ	AUXILIAR DE PROFESSOR
377	5.914.868	QUELIN SOARES BORGES	AUXILIAR DE PROFESSOR
380	5.252.983	DAIANA ALVES DE CAMPOS	AUXILIAR DE PROFESSOR
381	5.007.121	DAIANA SCHLAGER	AUXILIAR DE PROFESSOR
384	4.329.889	SIDINÉIA DE FÁTIMA BORIN DALPIVA	AUXILIAR DE PROFESSOR
391	3.777.615	ELINE JULIANA WAGNER	AUXILIAR DE PROFESSOR
392	5.239.048-9	ANA APARECIDA SCHMIDT	AUXILIAR DE PROFESSOR
399	5.008.822	DANIELA JULIANA COSTA	AUXILIAR DE PROFESSOR
417	4.418.115	ALINE LANHI	AUXILIAR DE PROFESSOR
427	5.212.636-6	TAILANE MARA FACCIN	AUXILIAR DE PROFESSOR
432	4.418.533	LETICIA PALINSKI	AUXILIAR DE PROFESSOR
442	5.780.244	ROSENEI HOFFMA	AUXILIAR DE PROFESSOR
452	5.182.824	LANA LARISSA WELTER DARGA	AUXILIAR DE PROFESSOR
458	46.418.552	ADRIANA PAULA DE AZEVEDO DA SILVA	AUXILIAR DE PROFESSOR
459	4.755.154	SIMONE DA SILVA RIBEIRO	AUXILIAR DE PROFESSOR
460	3.563.264	TATIANE APARECIDA DURIGON TOALDO	AUXILIAR DE PROFESSOR
466	4.929.669	JOZIANE CALEGARI	AUXILIAR DE PROFESSOR
467	2.144.719	JANE APARECIDA LOPES DUARTE SERENA	AUXILIAR DE PROFESSOR
480	2.419.648	GLECI LEONETE MARAFON CANTELLI	AUXILIAR DE PROFESSOR
486	3.589.536	ROSANE NUNES DA SILVA TOALDO	AUXILIAR DE PROFESSOR
495	4.894.529-3	LILIAN DE FÁTIMA INÁCIO	AUXILIAR DE PROFESSOR
500	2.636.279-1	BELONI DA LUZ	AUXILIAR DE PROFESSOR
503	5.506.603-8	ALINE CALDEROLI E SILVA	AUXILIAR DE PROFESSOR
521	5.506.544-9	DEBORA CAROLINE MANGOLT	AUXILIAR DE PROFESSOR
525	5.239.051-9	ADENIZIANA DAROS	AUXILIAR DE PROFESSOR
528	3.849.931	SOLANGE APARECIDA MACHADO	AUXILIAR DE PROFESSOR
531	5.341.958	MORGANA DÉBORA DE RAMOS	AUXILIAR DE PROFESSOR
536	4.418.156	NALVA SUTIL DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE PROFESSOR
538	2.633.360	MARISA SALETE DE VARGAS ALMEIDA	AUXILIAR DE PROFESSOR
549	4.954.263	GRAZIELI AZEVEDO	AUXILIAR DE PROFESSOR

554	4.216.292	JANETE DA ROSA	AUXILIAR DE PROFESSOR
556	5.182.044	SILVANA RODRIGUES DE LIMA	AUXILIAR DE PROFESSOR
559	5.239.018-7	CHRISTIANE RAMOS	AUXILIAR DE PROFESSOR
560	3.676.560	EDINEIA MARIA CRIVELATTI COELLI	AUXILIAR DE PROFESSOR
563	4.373.073	GRAZIELA GRAMASIO	AUXILIAR DE PROFESSOR
566	4.055.120	ELAIR MACHADO	AUXILIAR DE PROFESSOR
572	4.373.265	ANDERLISE FATIMA RODRIGUES SIVIERO	AUXILIAR DE PROFESSOR
582	5.182.505	ANGÉLICA KUNRATH	AUXILIAR DE PROFESSOR
596	5.095.258	MONALISA CHAVES	AUXILIAR DE PROFESSOR
605	4.555.074	JAQUELINE SCHU	AUXILIAR DE PROFESSOR
606	5.141.867	FABIA LAIS CESA	AUXILIAR DE PROFESSOR
607	4.877.033	CARLA SURDI	AUXILIAR DE PROFESSOR
621	5.506.604-6	LUCILENE DA SILVA SARMENTO	AUXILIAR DE PROFESSOR
627	4.418.206	CRISTIANE DOS ANJOS	AUXILIAR DE PROFESSOR
636	6097107566	MARIA APARECIDA FRARON	AUXILIAR DE PROFESSOR
637	3.155.101	SOLANGE SALETE FACIN COLOMBO	AUXILIAR DE PROFESSOR
640	4289114	IRENE MACHADO	AUXILIAR DE PROFESSOR
641	2.824.048	IVONIR MACHADO	AUXILIAR DE PROFESSOR
646	4.488.988	CRISTIANE DAS GRAÇAS MENEGAZZO DE MATTOS	AUXILIAR DE PROFESSOR
647	3.749.000-8	AMANDA TEIXEIRA VARELLA	AUXILIAR DE PROFESSOR
649	5.506.629-1	CRISTIANE DO AMARAL	AUXILIAR DE PROFESSOR
657	3.747.584	VILMA DA SILVA PINTO KUNZ	AUXILIAR DE PROFESSOR
675	5.141.310	KARIANE APARECIDA DE AZEVEDO PETRI	AUXILIAR DE PROFESSOR
676	4.742.419	KERLY DE GIACOMETTI	AUXILIAR DE PROFESSOR
683	4.620.865	ANA CAROLINE GUIMARÃES	AUXILIAR DE PROFESSOR
692	2.635.348	VANDERLEIA APARECIDA DE CAMPOS INACIO	AUXILIAR DE PROFESSOR
693	5.008.014	JOSIANE FERREIRA	AUXILIAR DE PROFESSOR
701	4.954.311	TATIANE PEREIRA DIAS	AUXILIAR DE PROFESSOR
704	6.106.002	EDINÉIA DE MORAIS	AUXILIAR DE PROFESSOR
705	3.155.865	ANGELA MARIA LAGO	AUXILIAR DE PROFESSOR
713	3.928.474	JOSIANE FREISLEBEN	AUXILIAR DE PROFESSOR
716	2.419.340	NEIVA APARECIDA MANSARDO	AUXILIAR DE PROFESSOR

719	4.877.023	PATRICIA GUAREZ BENTACH	AUXILIAR DE PROFESSOR
726	4.418.531	VANESSA DE MATTOS	AUXILIAR DE PROFESSOR
730	5.544.683	LUCILENE PACHECO DOS SANTOS	AUXILIAR DE PROFESSOR
731	4.289.204	NAIRA DELAZARI	AUXILIAR DE PROFESSOR
734	5.641.998	JAQUELINE DEMARTINI	AUXILIAR DE PROFESSOR
753	3.652.195	LISIANE MARIA MASON	AUXILIAR DE PROFESSOR
756	4.958.725-0	MÔNICA ALBARA	AUXILIAR DE PROFESSOR
757	3.305.920	SANDRA TOZATTI GIUMBELLI	AUXILIAR DE PROFESSOR
758	5.506.537-6	SHEILA MARA KRAUSE DE MATOS	AUXILIAR DE PROFESSOR
759	4.756.366	SCHEILA BAZZO	AUXILIAR DE PROFESSOR
762	5.212.131	GABRIELA CONCEIÇÃO BETTINARDI SUZIN	AUXILIAR DE PROFESSOR
766	2.822.785	JUCILENE TENUTTI SURDI	AUXILIAR DE PROFESSOR
768	5.361.612-9	LAURA BONADIMANN	AUXILIAR DE PROFESSOR
770	5.008.066	FELIPE FERRARI	AUXILIAR DE PROFESSOR
771	3.849.158	JULIANA TEREZINHA GIACOMINI	AUXILIAR DE PROFESSOR
773	3.092.040	NARA HELENA SILVA DE SOUZA	AUXILIAR DE PROFESSOR
779	5.506.775	LUCIELE PERI	AUXILIAR DE PROFESSOR
786	5.864.303	ALESSANDRA DORINI	AUXILIAR DE PROFESSOR
788	4.488.151	LISANDRO CÁSSIO ANDRIOLI	AUXILIAR DE PROFESSOR
792	3.563.288	VANUSA VIVIAM DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE PROFESSOR
794	4.620.248	MARILIA HACK	AUXILIAR DE PROFESSOR
798	2.631.803	JANETE BAZZO SPADINI	AUXILIAR DE PROFESSOR
816	4.621.288	FRANCIELLE CRISTINA ALBUQUERQUE	AUXILIAR DE PROFESSOR
819	4.418.087	DAIANE PRADELLA	AUXILIAR DE PROFESSOR
820	5.182.896	ANDRÉ MARTINAZZO	AUXILIAR DE PROFESSOR
821	4.418.168	CLAUDIONOR DE ABREU	AUXILIAR DE PROFESSOR
831	5.506.572-4	VANESSA SIVIERO	AUXILIAR DE PROFESSOR
834	4.621.204	ANAGIBA ALUANA COLLE	AUXILIAR DE PROFESSOR
836	2.819.592	LEODETE APARECIDA DE MATTOS	AUXILIAR DE PROFESSOR
841	5.423.810-2	LAURA GABRIELA BAZZI	AUXILIAR DE PROFESSOR
849	4.418.165	MONAISE APARECIDA DE FATIMA AMALCABURIO	AUXILIAR DE PROFESSOR
855	3.157.540	JANETE LOPES DE MELLO SCHEUERMANN	AUXILIAR DE PROFESSOR

862	5.341.857	LUANA SCHEUERMANN	AUXILIAR DE PROFESSOR
864	3.847.209	DANIELE FACCIN THUROW	AUXILIAR DE PROFESSOR
874	5.946.721	DAIANE ZUCCO	AUXILIAR DE PROFESSOR
875	4.418.190	JESSICA MAYER	AUXILIAR DE PROFESSOR
877	4.797.653	GLENESTE FERNANDES WIRTH	AUXILIAR DE PROFESSOR
885	5.506.558-9	MARINA RIFFEL	AUXILIAR DE PROFESSOR
887	4.929.152	ALINE BERNART BARRETTA	AUXILIAR DE PROFESSOR
889	5.182.364	JESIELE PILONETTO LOPES DUARTE	AUXILIAR DE PROFESSOR
893	5.423.884-6	RENATA FERNANDA NORA	AUXILIAR DE PROFESSOR
895	3.154.233	MARILCE GOTARDO	AUXILIAR DE PROFESSOR
896	5.182.589	ALDA ROSENEI CHAGAS CORDEIRO	AUXILIAR DE PROFESSOR
905	4.954.136	ROCYANA BRANDÃO	AUXILIAR DE PROFESSOR
908	2.823.001	NERLI MACHADO	AUXILIAR DE PROFESSOR
912	3.747.335	SIMONE DA SILVA KUNRATH ZENI	AUXILIAR DE PROFESSOR
914	4.584.619-7	ANA CAROLINA WEBER WELTER	AUXILIAR DE PROFESSOR
916	5.141.961	THAIS REGINA DO NASCIMENTO	AUXILIAR DE PROFESSOR
917	4.055.693	SIMONE DO NASCIMENTO SUSIN	AUXILIAR DE PROFESSOR
920	2.824.714	LUCI MARI HACKBARTH	AUXILIAR DE PROFESSOR
924	4.418.212	ELIANE LEAL DOS SANTOS	AUXILIAR DE PROFESSOR
936	3.563.323	MARIA CRISTIANE WUNDER	AUXILIAR DE PROFESSOR
940	5.239.260-0	ALINE VANUSA MARCOS DE SOUZA	AUXILIAR DE PROFESSOR
947	2.823.260	ROSELI ALVES TONINI	AUXILIAR DE PROFESSOR
969	6072457325	CRISTIANE DOS SANTOS MAIA	AUXILIAR DE PROFESSOR
974	3.589.539	DILVA FRANCISCA DE SOUZA	AUXILIAR DE PROFESSOR
987	5.182.129	JONATAN RECH	AUXILIAR DE PROFESSOR
994	5.007.029	DAIANE PILGER	AUXILIAR DE PROFESSOR
996	5.381.869-5	ROSELI SIQUEIRA	AUXILIAR DE PROFESSOR
1005	4.756.714	ELISANGELA TEREZINHA GASPARINI MARTINELLI	AUXILIAR DE PROFESSOR
1006	4.624.333	SCHAIANE BOLZANI	AUXILIAR DE PROFESSOR
1010	5.946.150	VANESSA DA SILVA	AUXILIAR DE PROFESSOR
1013	5.212.119	WANESSA FRANCO SOBRAL	AUXILIAR DE PROFESSOR
1016	3.899.529-6	SAMANTA DE SOUZA	AUXILIAR DE PROFESSOR

1022	4.488.858	ANA PAULA MANGOLT	AUXILIAR DE PROFESSOR
1023	4.731.948-8	DEBORA FERNANDA DA SILVA	AUXILIAR DE PROFESSOR
1042	5.212.559	CARIANE CAMILA ROSA DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE PROFESSOR
1050	4.620.636	CLARICE APARECIDA CARLETTI	AUXILIAR DE PROFESSOR
1056	4.620.862	JUCIELE MACHADO	AUXILIAR DE PROFESSOR
1062	5.008.177	ELAINE PEREIRA	AUXILIAR DE PROFESSOR
1075	4.488.066	RENATA APARECIDA SURDI	AUXILIAR DE PROFESSOR
TOTAL INSCRITOS:	205		
515	1.517.034	LUIS EUGENIO STIEHL	CARPINTEIRO
577	4.434.234	ANDRÉ DE AZEREDO E SILVA	CARPINTEIRO
665	5.008.167	HILTON DE VARGAS	CARPINTEIRO
1081	1.308.786	JOÃO IVO RIBEIRO DA SILVA	CARPINTEIRO
TOTAL INSCRITOS:	4		
16	4.373.056	EZEQUIEL DA SILVA	COBRADOR DE TARI-FAS DO TRANSPORTE COLETIVO
32	5.747.223	ALESSANDRA MARIA SCHUERMANN	COBRADOR DE TARI-FAS DO TRANSPORTE COLETIVO
206	4.756.341	MARLENE TEREZINHA HELLER	COBRADOR DE TARI-FAS DO TRANSPORTE COLETIVO
229	4.418.505	KEITTY CRISTINA RODRIGUES	COBRADOR DE TARI-FAS DO TRANSPORTE COLETIVO
300	5.095.156	ELCIO DE LIMA GIRIOLI	COBRADOR DE TARI-FAS DO TRANSPORTE COLETIVO
385	4.092.470-0	LUCIELI WUNDER DE ARAÚJO	COBRADOR DE TARI-FAS DO TRANSPORTE COLETIVO
405	4.418.546	CARINA REX	COBRADOR DE TARI-FAS DO TRANSPORTE COLETIVO
475	4.755.227	ISMAEL ROBERTO STTIIRMER	COBRADOR DE TARI-FAS DO TRANSPORTE COLETIVO
489	3.910.074	FABIANA REGINA DOS SANTOS	COBRADOR DE TARI-FAS DO TRANSPORTE COLETIVO
543	4.418.518	ANA PAULA FERREIRA	COBRADOR DE TARI-FAS DO TRANSPORTE COLETIVO
573	4.005.402	ELIANE FATIMA DA SILVA DE JESUS	COBRADOR DE TARI-FAS DO TRANSPORTE COLETIVO
590	3.620.423	MONALISA DAIANA PEREIRA	COBRADOR DE TARI-FAS DO TRANSPORTE COLETIVO
743	3.620.587	MARILEI CATARINA CAMPIONI	COBRADOR DE TARI-FAS DO TRANSPORTE COLETIVO

787	4.274.237	IRACEMA MACHADO	COBRADOR DE TARI-FAS DO TRANSPORTE COLETIVO
813	10.341.725-2	LUÃ MAIKO GOMES DE ARAUJO	COBRADOR DE TARI-FAS DO TRANSPORTE COLETIVO
814	5.954.240	MIRIAN THAISY DA COSTA DOS REIS	COBRADOR DE TARI-FAS DO TRANSPORTE COLETIVO
882	5.506.504-0	JANAINA PEREIRA DA SILVA ESCORTEGANHA	COBRADOR DE TARI-FAS DO TRANSPORTE COLETIVO
907	3.224.472-0	MARIA JULIA DA SILVA	COBRADOR DE TARI-FAS DO TRANSPORTE COLETIVO
955	3.711.617	MARCIA FATIMA DAL-SOTO DORGON	COBRADOR DE TARI-FAS DO TRANSPORTE COLETIVO
995	4.620.119	TAISE DA SILVA	COBRADOR DE TARI-FAS DO TRANSPORTE COLETIVO
1018	1.305.464	TERESINHA LOPES DUARTE	COBRADOR DE TARI-FAS DO TRANSPORTE COLETIVO
1034	2.636.563	MARLI DOS SANTOS	COBRADOR DE TARI-FAS DO TRANSPORTE COLETIVO
1038	4.756.459	JOCENEI LISBOA	COBRADOR DE TARI-FAS DO TRANSPORTE COLETIVO
1040	4.983.244	GEOCASTRIA DO NASCIMENTO	COBRADOR DE TARI-FAS DO TRANSPORTE COLETIVO
1060	4.488.285	VALTER FABONATTO WOYNHAM	COBRADOR DE TARI-FAS DO TRANSPORTE COLETIVO
1065	3.446.925	IVANICE BUENO	COBRADOR DE TARI-FAS DO TRANSPORTE COLETIVO
TOTAL INSCRITOS:	26		
208	4.055.698	NAIARA MARIA FACCIN	ENGENHEIRO CIVIL
343	5.239.756	ANA JÚLIA UNGERICH	ENGENHEIRO CIVIL
727	8.686.810	KEICYARA CORREIA PEREIRA	ENGENHEIRO CIVIL
986	1.882.693	GILBERTO GARCIA	ENGENHEIRO CIVIL
TOTAL INSCRITOS:	4		
4	4.418.547	DAIANE LANHI	ESCRITURÁRIO
14	5.708.179	SUELIN TONIAL	ESCRITURÁRIO
24	3.676.379	THAYS INARA BONISSONI ALMEIDA	ESCRITURÁRIO
27	4.289.223	GUSTAVO HENRIQUE PERIN	ESCRITURÁRIO
31	4.216.955	MICHEL MARCHEZINI	ESCRITURÁRIO
38	5.212.143	CLEONIR JOEL DA SILVA	ESCRITURÁRIO
46	4.418.105	LILIAN GABRIELA VOLFF	ESCRITURÁRIO
53	3.363.070	ELIANE ALMEIDA DE SOUZA	ESCRITURÁRIO
58	5.341.790	CARLOS EDUARDO MARTINS VIEL	ESCRITURÁRIO

66	5.422.836	ANA PAULA DONDONI LISBOA	ESCRITURÁRIO
67	5.095.163	ELAINE FATIMA GO-TARDO	ESCRITURÁRIO
72	4.373.271	JENNIFER MARQUES	ESCRITURÁRIO
84	5.423.767-0	CAMILA POLIANA SURDI	ESCRITURÁRIO
90	5.593.598	ANA FLAVIA BONA-TO DOS SANTOS DA COSTA	ESCRITURÁRIO
93	3.847.256	GIZELI FRANCISCO DE SOUZA	ESCRITURÁRIO
95	5.182.710	NATIELI MADRUGA E SOUZA	ESCRITURÁRIO
104	4.954.259	MERIELI ALVES	ESCRITURÁRIO
109	5.007.366	GABRIELA BELOTO MOREIRA	ESCRITURÁRIO
111	5.239.212-0	MAURICIO BONADIMAN	ESCRITURÁRIO
156	4.488.219	EDILANIA APARECIDA DOS SANTOS	ESCRITURÁRIO
162	4.654.537	RALF POMERENING	ESCRITURÁRIO
163	4.621.018	IVETE MARTINS	ESCRITURÁRIO
164	5.239.022-5	ANA CAROLINA BASQUERA BETIOLO	ESCRITURÁRIO
197	5.008.102	ALEX ESTIVAL DATSCH	ESCRITURÁRIO
204	2.823.017	MARIA TEREZINHA LOPES DUARTE DE OLIVEIRA	ESCRITURÁRIO
222	4.620.125	THUANE GABRIELA LUCIETTI PELISSARO	ESCRITURÁRIO
234	5.747.216	SUELI DE SOUZA	ESCRITURÁRIO
239	2096720715	CRISTIANE CYRINO DOS SANTOS	ESCRITURÁRIO
278	4756380	BRUNA CALEGARI	ESCRITURÁRIO
280	5.423.672	MARIZA CORONETTI	ESCRITURÁRIO
287	9.002.486-8	VANESSA APARECIDA SALVATORI ALVES DOS REIS	ESCRITURÁRIO
288	5.182.552	DÉBORA GIEQUELIN	ESCRITURÁRIO
296	4.620.552	VANDERSON PRONER CHIAMULERA	ESCRITURÁRIO
298	1146916	MILTON CLÁUDIO RODRIGUES SILVEIRA	ESCRITURÁRIO
311	5.837.29*4	MARIVANIA CARVALHO DA SILVA	ESCRITURÁRIO
325	2.824.110	LUCIMAR CRISTINA DE LIMA	ESCRITURÁRIO
350	5095399	ROSANE MACHADO	ESCRITURÁRIO
351	4.289.284	RENAN KRABBE	ESCRITURÁRIO
356	3.184.841	MARILEI SOLANGE BACH LOPES DUARTE	ESCRITURÁRIO
366	4.710.240	ANDERSON RAFAEL LUCAS DE MELO	ESCRITURÁRIO
378	3.305.766	RENATO ROQUE THOME	ESCRITURÁRIO
386	5.780.112	LUANA CRISTINA SCHUMANN	ESCRITURÁRIO
388	4.620.993	JEAN CARLOS SUZIN	ESCRITURÁRIO
402	2.146.038	GIOVANE APARECIDA BELOTTO RECH	ESCRITURÁRIO
404	5.182.289	GRACIELI GOLDONI LOPES	ESCRITURÁRIO
408	4.756.301	PAMELA RIBEIRO GALVÃO FACHIN	ESCRITURÁRIO
410	4.216.283	ALEXANDRE MARCOS MASSON	ESCRITURÁRIO

411	5.212.669	ALINE NORDT	ESCRITURÁRIO
416	5.008.157	ANDERSON CHAVES DA ROSA	ESCRITURÁRIO
437	4.954.312	RENAN DALAVECHIA	ESCRITURÁRIO
457	4.488.165	ROBSON VERGANI	ESCRITURÁRIO
464	3.849.899	REJANE LOURDES BEVILAQUA DURIGON	ESCRITURÁRIO
468	2.112.575	MATILDE GUILHERMINA DE PAULA	ESCRITURÁRIO
477	1.884.805	DARCI MORÉS	ESCRITURÁRIO
478	5.423.759-9	GISLAINE LEAL DA SILVA	ESCRITURÁRIO
504	5.212.235	TAMIRIS RIBEIRO HOLETZ	ESCRITURÁRIO
505	5.252.638	PABLO VITÓRIO ISGANZELLA GRAMAZIO	ESCRITURÁRIO
513	5.008.056	ELIZANDRA DEMIN	ESCRITURÁRIO
520	3.153.890	MARILENE DO AMARAL	ESCRITURÁRIO
526	3.620.374	ROSANE DE LURDES CORONETTI	ESCRITURÁRIO
535	3.747.528	JURIELA FRANQUINI	ESCRITURÁRIO
541	5.708.060	ANDRESSA JULY MANTOVANI	ESCRITURÁRIO
544	5.095.098	SHARA DAMBRÓS	ESCRITURÁRIO
551	4.797.561	JULIANA PAULA MASSON	ESCRITURÁRIO
562	7089434687	SANDRA MARIA GAVENDA	ESCRITURÁRIO
564	5.095.214	DANIELI MONICA DE OLIVEIRA	ESCRITURÁRIO
569	4.289.976	VERA LUCIA RIBEIRO DE CAMPOS	ESCRITURÁRIO
574	4.373.119	DAIANE GIRIOLI	ESCRITURÁRIO
575	4702256	MAICON FERNANDO GROTTTO	ESCRITURÁRIO
591	713.528	DAIANY APARECIDA BASQUEIRA	ESCRITURÁRIO
594	4.443.792	CAMILA PARIZZOTTO DE MATTOS	ESCRITURÁRIO
599	4.488.954	JOÃO PAULO FACHIN	ESCRITURÁRIO
600	5.544.422	JANAINA DE VARGAS	ESCRITURÁRIO
602	2.820.478	DIRLEI SALETE FRACASSO	ESCRITURÁRIO
612	4.621.587	LUCIANA SACHINI	ESCRITURÁRIO
630	5.182.097	FABIANE BERTONI	ESCRITURÁRIO
631	4.100.093	MAIRA SALETE BELARAÚJO	ESCRITURÁRIO
651	4.329.354	CLEITON CARABOLANTE	ESCRITURÁRIO
653	4.621.457	KATIA BAZZO	ESCRITURÁRIO
655	5.182.469	DANIEL WOYNHAM TOALDO	ESCRITURÁRIO
679	4.507.276	ADRIANA APARECIDA TELES	ESCRITURÁRIO
687	3849723	VIVIANE APARECIDA RODRIGUES DE LIMA DA SILVA	ESCRITURÁRIO
689	3.643.210	ALEXANDRA FERREIRA	ESCRITURÁRIO
702	5.544.593	BRUNA DA SILVA	ESCRITURÁRIO
703	5.182.285	TAMIRIS CRISTINE DOS SANTOS	ESCRITURÁRIO
710	3.910.689	MARLI ZANATTA VIEIRA SARMENTO	ESCRITURÁRIO
717	5.276.330	MONALIZA SALETE GODOY ZANCHETTA	ESCRITURÁRIO

733	5.182.257	ANDERSON JEAN DA LUZ	ESCRITURÁRIO
736	5.837,38	MARINA MORELLO DA SILVA	ESCRITURÁRIO
744	5.212.197	MARCELLA BAZZO BONATO	ESCRITURÁRIO
750	4.954.201	ALINE MARIA PICINATTO	ESCRITURÁRIO
761	5.544.645	DEBORAH CRISTINA CIMADON	ESCRITURÁRIO
767	3.346.629	ADIMILSON BERGAMO	ESCRITURÁRIO
772	4.620.079	TAISE JULIA CESA	ESCRITURÁRIO
780	4.620.800	MILENA CRISTINE HOLETZ	ESCRITURÁRIO
782	4.418.071	ANA PAULA SCHEUERMANN	ESCRITURÁRIO
793	4.152.156	MONALIZE DO PRADO VIRVAS DAROS	ESCRITURÁRIO
796	3.711.872	ANGELA CÉLIA BELTRAME	ESCRITURÁRIO
799	4.542.981	PAULO HENRIQUE LEMES	ESCRITURÁRIO
809	6.286.401	ANA CRISTINA TERRA DOS SANTOS	ESCRITURÁRIO
823	3.823.518	SANRO MANOEL PEDRO	ESCRITURÁRIO
824	4.418.539	RAFAEL THOMAZ DE VARGAS	ESCRITURÁRIO
828	3.901.479	GRACIELI AMALCABURIO	ESCRITURÁRIO
829	4.542.544	GISELI TIDRES DE MATTOS	ESCRITURÁRIO
833	4.755.260	ALVARO JOSE LOPES DE CASTRO MILESKI HOLETZ	ESCRITURÁRIO
839	5.095.224	MONALISE BAZZO	ESCRITURÁRIO
840	5.212.646	GUAN FABIO TURATTO	ESCRITURÁRIO
843	4.885.877	ANDRESSA DEBORA SCHMIDT	ESCRITURÁRIO
852	4.755.041	RICARDO HOLETZ	ESCRITURÁRIO
853	4.092.561	TALITA SALETE BAZI	ESCRITURÁRIO
854	5.182.125	ANDREIA BARETA	ESCRITURÁRIO
857	4.877.367	MILEIDE LOPES DA CUNHA	ESCRITURÁRIO
870	3.849.320	GUILHERME BIANCHI HEIDTMANN	ESCRITURÁRIO
873	4.373.288	DANIELA HENRIQUE DE SALES	ESCRITURÁRIO
881	3.511.571	VANDERLEI MADRUGA DA ROSA	ESCRITURÁRIO
883	4.620.934	GRASIELA SPIASSI	ESCRITURÁRIO
894	3.304.290	MARISETE DA MOTTA	ESCRITURÁRIO
911	3.747.562	CINTIA DEMIN	ESCRITURÁRIO
913	4.092.544	CLAIR BALDO	ESCRITURÁRIO
921	3.815.476	ROBERTO CARLOS MILKE	ESCRITURÁRIO
925	3.747.583	CARINE APARECIDA DE LIMA	ESCRITURÁRIO
926	4.620.869	ELIANE BERNARDETE SCAPINI FERREIRA	ESCRITURÁRIO
927	4.937.545	ALINE SARITA FLORINDO	ESCRITURÁRIO
929	5.095.283	CLAITON CASARA	ESCRITURÁRIO
930	4.877.022	MONICA LOPES DA CUNHA	ESCRITURÁRIO
933	9.818.385-0	MARCOS FERNANDO KWIATKOWSKI	ESCRITURÁRIO

934	2.634.785	ANA PAULA CADORE	ESCRITURÁRIO
942	4.621.523	KAREN KORB GONÇALVES	ESCRITURÁRIO
943	2.630.226	JOECIR RIBEIRO	ESCRITURÁRIO
944	5.341.731	PRICILA MATIELO	ESCRITURÁRIO
948	5.212.180	JÉSSICA FERNANDA ALVES MARTINAZZO	ESCRITURÁRIO
956	5.212.704	POLIANI SABRINA AZEVEDO	ESCRITURÁRIO
959	4.621.212	ROBERTO DA SILVA PINTO	ESCRITURÁRIO
960	3.538.391	ANI CAROLINI DIAS DE OLIVEIRA	ESCRITURÁRIO
963	4.488.916	ANDERSON PELEGRINI	ESCRITURÁRIO
971	4.621.287	CINTIA CRISTINA ALBUQUERQUE THOMÉ	ESCRITURÁRIO
972	5.212.780	TATIANE TODESCHINI	ESCRITURÁRIO
977	5.747.074	SILVANA LUZIA MANEGAZZO	ESCRITURÁRIO
980	5.341.966-9	JEFFERSON JOSÉ SAVARIS	ESCRITURÁRIO
981	3.691.695	SELENA PEREIRA RAMOS	ESCRITURÁRIO
1001	5.182.095	PATRÍCIA LOPES CLOSS	ESCRITURÁRIO
1002	5.708.021	LEANDRO ZORTÉA VIEIRA	ESCRITURÁRIO
1008	4.621.447	JAQUELINE GRACIELI COELHO DA SILVA	ESCRITURÁRIO
1011	4.418.144	TUANE SEBASTIANA DE ANDRADE	ESCRITURÁRIO
1012	4073450365	JOSIANE MOREIRA FERNANDES GOMES DA SILVA	ESCRITURÁRIO
1015	3.747.390	CLEYTON LUIS GERONIMO	ESCRITURÁRIO
1017	5.506.759	KAUE VETORAZI	ESCRITURÁRIO
1025	4.418.213	ANA PAULA LAUX	ESCRITURÁRIO
1033	1104500705	ANDRIELI SANTETTI BOENO	ESCRITURÁRIO
1039	4.329.940	JANRIE LEONILDO SPIASSI	ESCRITURÁRIO
1045	5.747.171	GESSICA CAROLINA MASCHIO	ESCRITURÁRIO
1047	2.131.795	ILSE MACHADO MARTINAZZO	ESCRITURÁRIO
1052	4.696.286	CRISTIAN CAMPOLIN DE MELLO FERNANDES	ESCRITURÁRIO
1055	5.837.382	KARINE MENEGAZZO	ESCRITURÁRIO
1058	4.983.308	ITAMAR PEREIRA DA SILVA	ESCRITURÁRIO
1059	4.621.451-8	DARCI TREVIZAN	ESCRITURÁRIO
1061	5.239.190-6	MAYARA DE CAMPOS INACIO	ESCRITURÁRIO
1063	5.780.007	SABRINA DE OLIVEIRA	ESCRITURÁRIO
1064	4.247.532	TAIANA CASSIA DALAVECHIA	ESCRITURÁRIO
1069	4.092.423	TAISE GUERREIRO	ESCRITURÁRIO
1070	5.837.340	JULIANA BAZZO MATTE	ESCRITURÁRIO
1072	5.095.636	ANA APAULA ENDERLE	ESCRITURÁRIO
1074	3.777.943	LUIZ FERNANDO VACCARI	ESCRITURÁRIO
1079	5.954.499	MARCOS ANTONIO CANTELLI JUNIOR	ESCRITURÁRIO
TOTAL INSCRI- TOS:	164		

7	4.488.239	MAIARA PATRIZIA NARDI	FARMACÊUTICO/BIO-QUÍMICO
21	3.676.578	JOSÉ GABRIEL CASA-GRANDE DAMBRÓS	FARMACÊUTICO/BIO-QUÍMICO
57	5.007.040	GIOVANE RITA BORSATI	FARMACÊUTICO/BIO-QUÍMICO
87	4.216.130	ALINE URBANO DE MORAES	FARMACÊUTICO/BIO-QUÍMICO
345	5.095.146	JULIANA GODOY	FARMACÊUTICO/BIO-QUÍMICO
454	4.418.575	LAUDY ANTONIO STEFFENS JUNIOR	FARMACÊUTICO/BIO-QUÍMICO
654	5.506.676	PAULO JOAQUIM GRA-LHA BRAGATTO	FARMACÊUTICO/BIO-QUÍMICO
678	4.477.611	CRISTIANE GITRONE	FARMACÊUTICO/BIO-QUÍMICO
876	4.055.215	ANA CRISTINA TANELLO	FARMACÊUTICO/BIO-QUÍMICO
1067	4.470.940	ROBERTA RIQUETTI CHIDINI	FARMACÊUTICO/BIO-QUÍMICO
TOTAL INSCRI-TOS:	10		
50	4.954.290	SIDIANE APARECIDA PEREIRA WULFF	FISCAL DE SANEAMENTO
62	5.341.921	HANI CRISTIE HUTHER	FISCAL DE SANEAMENTO
77	3.536.252	NIVALDO LUIZ DA SILVA	FISCAL DE SANEAMENTO
88	4.620.22	JONATAM RIGUEL	FISCAL DE SANEAMENTO
199	4.954.920	FABIANA VENANCIO	FISCAL DE SANEAMENTO
224	1.075.935	ERI OSMAR HORLLE	FISCAL DE SANEAMENTO
245	3.149.270	NEILA DRUN FERREIRA	FISCAL DE SANEAMENTO
281	3.849.313	MURILO JULIANO DURLI	FISCAL DE SANEAMENTO
401	5.747.221	LEANDRO SCHIMIDT SOARES	FISCAL DE SANEAMENTO
470	5.252.681	IVAN LUÍS SURDI	FISCAL DE SANEAMENTO
674	2089992982	MARIBEL FUÁ DE LIMA	FISCAL DE SANEAMENTO
738	1.514.643	TEREZINHA DE LOURDES MARTINS	FISCAL DE SANEAMENTO
804	5.506.659-3	RICELI APARECIDA ROSA	FISCAL DE SANEAMENTO
978	5.381.615-3	LILIAN MARIA DA ROSA MAGRINELLI	FISCAL DE SANEAMENTO
983	2.636.758	JUNIOR CASSIO GOTTARDO	FISCAL DE SANEAMENTO
1004	5.423.779	SABRINA ALMEIDA	FISCAL DE SANEAMENTO
1078	5.747.128	ANDRÉ FURTADO	FISCAL DE SANEAMENTO
TOTAL INSCRI-TOS:	17		
365	5.182.828	MARCELO DURIGON	FISIOTERAPÊUTA
469	5.451.386-3	ALLYNE PAULA SANTOS	FISIOTERAPÊUTA
632	4.289.097	DANIELA DIAS	FISIOTERAPÊUTA
633	5.095.504	MICHELE HACHMANN	FISIOTERAPÊUTA
769	5.095.392	FERNANDA ZANOL	FISIOTERAPÊUTA
869	4.756.896	ANA CLAUDIA BEDIN	FISIOTERAPÊUTA

1009	3.808.910	JULIANA MARIA DILDA	FISIOTERAPÊUTA
1024	4.+620.274	KIDAUANA LEORATO ANTUNES	FISIOTERAPÊUTA
TOTAL INSCRI-TOS:	8		
851	4.879.410	ESTELA HOFFMANN	FONOAUDIÓLOGO
993	4.620.986	DANIELA BORTOLI	FONOAUDIÓLOGO
TOTAL INSCRI-TOS:	2		
6	4005363	LUCIMAR PATRICIO BURILE	MOTORISTA
17	5.182.799	FABIANO MAGNAGUANO	MOTORISTA
19	5.095.530	JEAN CARLOS SUTIL DE OLIVEIRA	MOTORISTA
26	4.499.282	ALDERICO PREMIERI	MOTORISTA
33	4.756.925	JEFFSON DE RAMOS	MOTORISTA
37	3.157.053	SIDNEI LAZAROTTO	MOTORISTA
41	3.676.507	ALIOMAR GIONE DOS SANTOS	MOTORISTA
48	3.847.111	GILBERTO PADILHA	MOTORISTA
51	3.808.678	JULIO ALVES DE MACENA	MOTORISTA
60	4.879.681	OLDAIR RADAMÉS FRACASSO	MOTORISTA
75	2.412.512	VILMAR LUIS LASTA	MOTORISTA
83	4.542.565	GIOVANE FIGUEIRO DE JESUS	MOTORISTA
100	2.146.504	SIDNEI PEREIRA	MOTORISTA
102	7.989.419-2	FLAVIO SIDNEY GRUSKA	MOTORISTA
116	4.062.791	ODAIR JOSÉ PEZZOLE	MOTORISTA
129	2.636.067	LUIZ CARLOS DA COSTA	MOTORISTA
145	3.154.292	PAULO SERGIO DA SILVA	MOTORISTA
151	3802058	ALDOCIR RECALCATTI	MOTORISTA
167	5.182.144	DIONEI ANTONIO DA COSTA	MOTORISTA
168	2.146.716	ROQUE DIVANIR LOPES	MOTORISTA
192	5.708.095	MARCELO BERTUSSO	MOTORISTA
198	1.518.179	JAIR ANTONIO FERREIRA DA ROSA	MOTORISTA
220	1.702.426	ADÃO VALDIR BRANDÃO	MOTORISTA
226	9.601.612.3	CLAUDEMIR JOSÉ NICOLAICO	MOTORISTA
310	4.216.238-6	FÁBIO DE ALMEIDA	MOTORISTA
326	1.706.932	VALDIR RODRIGUES PEREIRA	MOTORISTA
327	2.970.603	DANILO ANTONIO DEON	MOTORISTA
373	3.158.860	MARCOS LAZZARINI	MOTORISTA
387	4.055.172	FABIO ANTONIO DA SILVA	MOTORISTA
430	2.634.626-5	DANIEL MACHADO DE MELLO	MOTORISTA
463	5.095.551	SÉRGIO GIRIOLI	MOTORISTA
514	2.638.161	PAULO CESAR IGNACIO	MOTORISTA
534	4.879.743	AGOSTINHO PEREIRA	MOTORISTA
547	857.312	ALDIR ALVES DA FONSECA	MOTORISTA

584	4.180.702-2	FERNANDO ROZA DE FREITAS	MOTORISTA
623	2.818.851	ADEMAR DE MATOS	MOTORISTA
643	5087684139	AERCIO FRANCESCHINI	MOTORISTA
677	5.382.973-5	JOACIR OLIVEIRA GONÇALVES GABRIEL	MOTORISTA
697	493.154	ROBERTO MOREIRA	MOTORISTA
715	5.182.805	WAGNER DOS SANTOS GRASSOTTI	MOTORISTA
735	3.652.116	VANDERLEI LAZAROTTO	MOTORISTA
781	5.991.092	JAISON FERNANDO SA SILVA A ZEVEDO	MOTORISTA
803	3.652.134	RICARDO LUIZ ZANARO	MOTORISTA
863	3.849.274	MARCOS WEBER	MOTORISTA
866	4.584.411-9	FABIO ANTONIO TRIQUES	MOTORISTA
898	1512428	VALDECIR EXPEDITO MAZIERO	MOTORISTA
904	4.005.433-0	FABIO CESAR DALFINO	MOTORISTA
910	1.889.429	RONALDO CRISPIN MACHADO	MOTORISTA
949	458.901	VOLMIR DOMINGOS PAZA	MOTORISTA
953	3.563.395	MARCIO CEZAR BOFF	MOTORISTA
966	4.092.483	JEFERSON PAULO DE MORAIS	MOTORISTA
975	4.373.282	EZEQUIEL FERREIRA DE LIMA	MOTORISTA
988	1369332114	GERALDO GOMES DE ARAÚJO	MOTORISTA
1020	7084017867	MARIO CESAR DOS SANTOS	MOTORISTA
1021	5.007+.079	SERGIO CLEIN	MOTORISTA
1032	9.258.242-6	MARCIO JOSÉ DE RAMOS	MOTORISTA
1044	3.292.645	RICARDO ADRIANO LEMOS	MOTORISTA
1051	1.513.323	AUGUSTO DE JESUS FUSER	MOTORISTA
1053	4.398.036	GILSON PELOZATO	MOTORISTA
1076	4329848	ALEXANDRE GABRIEL LOPES	MOTORISTA
TOTAL INSCRI- TOS:	60		
122	3.777.028	JOSÉ ADEMIR DA SILVA	MOTORISTA DE ÔNIBUS DO TRANSPORTE COLETIVO
284	5.182.937	THIAGO MARCELO RIFFEL	MOTORISTA DE ÔNIBUS DO TRANSPORTE COLETIVO
776	1.077.046	GENILDO ENIO FERRARI	MOTORISTA DE ÔNIBUS DO TRANSPORTE COLETIVO
790	4.220.795-9	ANTONIO JUNIOR DA SILVA	MOTORISTA DE ÔNIBUS DO TRANSPORTE COLETIVO
850	5.008.026	GILBERTO LEMES DA SILVA	MOTORISTA DE ÔNIBUS DO TRANSPORTE COLETIVO
TOTAL INSCRI- TOS:	5		
190	3100859821	BRUNA REGINA BARP	NUTRICIONISTA
191	3935454	JULCINÉIA RESMIN	NUTRICIONISTA

396	4.434.097	LETICIA SERNAJOTTO URBANO DE MORAES	NUTRICIONISTA
441	3.931.126	GIRLANIA RITA SMANIOTTO	NUTRICIONISTA
498	4.542.621	ALESSANDRA NELSI WEBER	NUTRICIONISTA
613	4289574	PRISCILA SCOPPEL	NUTRICIONISTA
614	4.481.215	FERNANDA LUNARDI	NUTRICIONISTA
624	4.983.274	INGRIDY SCHIMITE FOGAÇA DE LIMA	NUTRICIONISTA
684	6092457834	ELZA MARIA BALDISERA	NUTRICIONISTA
789	4.434.502	JOSIANE CRISTINA MENEGGAZZI	NUTRICIONISTA
TOTAL INSCRI- TOS:	10		
63	4.879.286	JUCIANO DURIGON	OPERADOR DE MÁQUINAS LEVE
85	5.182.833	LUCINEI MARQUES	OPERADOR DE MÁQUINAS LEVE
292	1.880.973	JOSÉ VANDERLEI GOLTARDO	OPERADOR DE MÁQUINAS LEVE
309	1.886.346	LAURI JOSÉ VARGAS	OPERADOR DE MÁQUINAS LEVE
TOTAL INSCRI- TOS:	4		
2	4.418.532	ANTONIO JOSÉ COELLI	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADA
39	2.599.158-2	JAIR ANTONIO DE LIMA	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADA
59	3.304.494	CLEVERSON LUIZ NESELLO	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADA
74	5.212.674	FELIPE GIAN SURDI ROSA	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADA
80	1.302.942	VILMAR LEAL DA SILVA	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADA
99	3.304.242	ANTONINHO DA SILVEIRA	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADA
181	3711885	ROQUE JOSÉ DA SILVA	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADA
218	3.305.197	VILCEU LUIS ZILLOTTO	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADA
251	3.808.552.	ROBSON ROSA	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADA
400	4113557955	ADEMIR RIBEIRO DA SILVA	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADA
517	3.847.213	JOÃO PAULO DA SILVA	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADA
TOTAL INSCRI- TOS:	11		
118	1.516.258	GERSON LUIZ RIBEIRO	PEDREIRO
255	1.709.460	EDSON FRANCISCO RIBEIRO	PEDREIRO
861	935.755	ANTONIO SANGUANINI	PEDREIRO
TOTAL INSCRI- TOS:	3		
228	3.652.013	EDITE BRESSAN SAVARIS	PROFESSOR DE ARTES
283	4.139.245	ROSANE LOURDES DE OLIVEIRA SOUZA	PROFESSOR DE ARTES
353	3.158.398	SILVANA BARETTA	PROFESSOR DE ARTES

357	2.747.441-3	MARCIA TEREZINHA HANEL TOSCAN	PROFESSOR DE ARTES
407	2.970.953	ELISETTE SONEGO	PROFESSOR DE ARTES
494	4.877.803	SANDRA PAULA COLOMBO	PROFESSOR DE ARTES
506	4.929.131	MIRIAM DE AZEREDO E SILVA	PROFESSOR DE ARTES
642	2.636.550	DARLENE DE VARGAS RECK	PROFESSOR DE ARTES
TOTAL INSCRI- 8 TOS:			
453	4.092.473	SIMONE SALETE ZAPALALIO DE OLIVEIRA LUZ	PROFESSOR DE CIÊNCIAS
550	6.417.163	MICHELE MARIANA DEKEN	PROFESSOR DE CIÊNCIAS
892	3.305.531	HAIALA MICHELINI MASSON	PROFESSOR DE CIÊNCIAS
1003	5.182.423	MARLA HELENA FORSTER	PROFESSOR DE CIÊNCIAS
TOTAL INSCRI- 4 TOS:			
43	4.756.308	EDSON FERNANDO MORETTI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
64	3.847.033	DIEGO VETORAZI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
135	4.092.751	OTAVIO RICARDO LAMIN	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
302	3.849.234	PATRÍCIA DE SIQUEIRA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
330	3.847.186	RUBYANY BRANDÃO SAVARIS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
368	4.092.525	AMAURI MACHADO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
389	3.711.870	JULIANO DO PRADO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
522	4.418.180	FERNANDO DE AZEVEDO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
552	3.304.504	FELIPE JOSÉ MIQUELOTO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
671	4.620.923	FRANCIELI APARECIDA CAZARA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
695	4.621.248	DANIELI DO PRADO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
722	4.005.328	JULIANA BONAMIGO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
723	3.847.052	ELIZANDRA LOVATEL	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
732	4.756.319	ANA CAROLINA TOIGO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
746	3.849.918	TATIANE VIGANÓ	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
747	2.823.337	SINUHE UTAN MOSCIBROCKI COLOMBO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
754	3.563.274	ARACELY LILIAN SUSIN BERGAMO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
802	5252710	CARINA DA SILVA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
805	3.304.923	JULIANO KLOSS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
838	3.157.339	ALBERTO JOSÉ SARTORI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
897	1.993.478	MARCOS JOSÉ TOMAZ	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

962	3.304.756	LEONIR KAYSER	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
982	1.882.661	ANTONIO MOACIR BECHER	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
1027	2.822.776	MARIA SIRLEI DE MATOS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
1028	4.244.620	MONICA KATIA CHENET	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
1080	3.305.650	MOISÉS LOPES	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
TOTAL INSCRI- 26 TOS:			
508	4.418.139	EDINARA MAGRUGA E SOUZA	PROFESSOR DE GEOGRAFIA
673	3.747.380	VANIA SCHWAIZER	PROFESSOR DE GEOGRAFIA
712	2.818.613	MARCIA ROSANA BARTH	PROFESSOR DE GEOGRAFIA
844	5.008.010	TANIA MASSON	PROFESSOR DE GEOGRAFIA
1066	4.621.227	LEANDRO BRAZ BATISTA DOS SANTOS	PROFESSOR DE GEOGRAFIA
TOTAL INSCRI- 5 TOS:			
215	6.151.421	CARLA JULIANE DE SOUZA VIJARGAN	PROFESSOR DE HISTÓRIA
312	4.488.915	DÉBORA DAMBRÓS	PROFESSOR DE HISTÓRIA
335	3.369.226	SELMAR JOSÉ KLEIN	PROFESSOR DE HISTÓRIA
424	4.756.452	CRISTIANE OLIVEIRA DE JESUS	PROFESSOR DE HISTÓRIA
TOTAL INSCRI- 4 TOS:			
52	4.289.126	ANA PAULA FRANCESCHI SAVARIZ	PROFESSOR DE INFORMÁTICA
359	3.305.282	LUCI RAMOS FACHIN	PROFESSOR DE INFORMÁTICA
397	5.008.155	ANGELICA RIBEIRO GALIO	PROFESSOR DE INFORMÁTICA
880	4.418.057	DANIEL BRESSAN	PROFESSOR DE INFORMÁTICA
TOTAL INSCRI- 4 TOS:			
65	4.954.135	ANA PAULA MELEGARI	PROFESSOR DE LETRAS - INGLES
666	4.005.473	FRANCIELI FRANKE	PROFESSOR DE LETRAS - INGLES
811	4.373.118	TAMIRIS GIRIOLI	PROFESSOR DE LETRAS - INGLES
815	3.676.580	KELLY CRISTINA MENEGAZ	PROFESSOR DE LETRAS - INGLES
TOTAL INSCRI- 4 TOS:			
277	2.421.151	CLAUDIA MARIA PIOVEZAN	PROFESSOR DE LETRAS - PORTUGUES
348	4.373.052	MARTA DE OLIVEIRA HAUS	PROFESSOR DE LETRAS - PORTUGUES
371	1088773931	LUCIANA MILAN STRINGHI	PROFESSOR DE LETRAS - PORTUGUES

414	2.636.552	MARA SIMONE XAVIER ALVES DA ROSA	PROFESSOR DE LETRAS - PORTUGUES
570	4.621.408	SAIONARA DE FATIMA ALMEIDA RAMOS	PROFESSOR DE LETRAS - PORTUGUES
681	3.847.219	ALESSANDRA CABRAL	PROFESSOR DE LETRAS - PORTUGUES
686	3.849.267	JULIANA AMALIA BAZZI PERI	PROFESSOR DE LETRAS - PORTUGUES
751	3.427.011	FABIANI REGINA BOF	PROFESSOR DE LETRAS - PORTUGUES
755	3.808.684	LUCIANA SUSIN SOARES	PROFESSOR DE LETRAS - PORTUGUES
784	4.247.148	ELIZIANE DE SOUZA ALMEIDA	PROFESSOR DE LETRAS - PORTUGUES
817	2.971.839	FABIANO LUIZ BONATO	PROFESSOR DE LETRAS - PORTUGUES
TOTAL INSCRI-11 TOS:			
210	6.025.004	CARMEM MALETZKE MERKUS	PROFESSOR DE MATE-MÁTICA
211	4.755.017	PATRÍCIA VIGANÓ	PROFESSOR DE MATE-MÁTICA
462	2.469.487	MARILEI DA SILVA PINTO BERGAMO	PROFESSOR DE MATE-MÁTICA
617	4.434.060	TAILANE GARCIA DE MATOS MASSON	PROFESSOR DE MATE-MÁTICA
652	6.672.496	SIMONE CRISTIANI ZENI CORA GODOY	PROFESSOR DE MATE-MÁTICA
698	4.620.088	SIMONE CARVALHO DA SILVA	PROFESSOR DE MATE-MÁTICA
806	4.434.151	KELI CRISTINA DE LIMA	PROFESSOR DE MATE-MÁTICA
909	4.418.544	ELIZANDRA FÁTIMA MACHAJEWSKI	PROFESSOR DE MATE-MÁTICA
932	4.092.426	ALINE MARIA DE LIMA	PROFESSOR DE MATE-MÁTICA
TOTAL INSCRI-9 TOS:			
12	3.305.269	MAVIS CAPELETI	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
47	4.373.263	CARLA SOARES DE ALMEIDA	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
55	1.709.287	NEIVA APARECIDA SCHEUERMANN MANTOVANI	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
97	4.954.447	CHARLY MARCON	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
128	3.305.407	GISELE APARECIDA SZEMANSQUI	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
130	3.304.830	JOELMA MAGRINELLI SUSIN	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
133	4.418.276	ALDETE CORDEIRO	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
134	4.488.948	JULIANA PIERI DUARTE	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
141	3.305.782	GRACIELE HELT TIEPO	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
146	3.928.625	LEILA ROBERTA BARRETTA	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
173	1591280	DULCE DA SILVA GAI-COMELLI	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
177	28233280	FERNANDA UBIALLE DE LIMA	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)

178	3346836	DANIELI FAVARO	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
180	4488085	CLECIANE DA SILVA	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
186	2823002	ENILCE MACHADO MERIB	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
188	3849269	LILIAN MENDES MOREIRA DALAMARIA	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
193	3.610.419	ELENA APARECIDA DE OLIVERA MENEGAZZO	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
195	1.511.330	KARLA LUCIANA VICARI MENEGAS	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
201	1.705.108	IVANIR SALETE DUARTE DORINI	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
217	4.289.121	ROSELI ZANON CORDEIRO	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
264	2.636.070	JANICE SALETE DA SILVA	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
269	4.983.097	NADIA MARIA SUZIN	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
272	2.970.954	MARIZA LUCIA SONEGO	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
289	4.005.335	JOELICE MASCARELLO	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
304	2.143.127	GECY TEREZINHA DEBASTIANI DAMBRÓS	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
314	4.434.131	ELIZANDRA CARLA GASPARINI	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
362	5.708.127	SANDRA MARA TURATTO	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
363	1.887.419	MARCIA APARECIDA SUSIN HACK	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
367	2.824.846	JANETE LUCIA BEVILAQUA	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
379	4.274.132-7	SIMONE ANTUNES GONÇALVES VIGANÓ	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
413	4.620.139	KARIMONE PAULA GALIO FERRARI	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
420	4.620.836	KAREN ALBERTI	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
421	2.699.844	CLEUSA DE LURDES BERNARDI GENARO	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
423	2.420.739	MARCIA MARIA BENETTI MARQUES	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
426	5.095.241	KELI POLO	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
436	31.550.969	SILVANA MARISTELA MOREIRA VETORAZI	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
438	3.614.527-0	FATIMA SPIELMANN DA SILVA	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
443	1.707.301	ZENIR APARECIDA DA SILVA	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
445	3.808.626	ROSANE RODRIGUES DA SILVA DE SOUZA DUARTE	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
451	2.633.153	CLAUDETE ANDREIS BLANCK	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
461	3.156.761	JOCILEI DORIGON HELT	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
465	3.747.363	DIRLEI DA SILVA	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
473	5.914.816	WILZIELINE FRANCO SOBRAL DA COSTA	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
482	3.676.453	LOURDES VIDI DAMBROS	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)

483	5.182.708	SILVIA MARIA DA ROSA	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
491	3.304.789	ELIZABET MARIA DE LIMA	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
493	2.144.892	JANETE SIRSE DE LIMA LUVISON	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
501	1.708.836	NADIA SALETE PIVA	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
524	9.432.884-5	JOCINEIA LUKACVIZ	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
530	1.882.915	ANDRÉIA FRASSETTO BAZZO	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
576	2.822.777	MELANIA ALVES PEROTONI	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
585	4.755.077	LIDIANE KOCH	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
589	4.877.923	ALINE PIERI CARNIEL	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
592	3.747.415	ANDREIA APARECIDA DA ROSA	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
593	3.620.522	MARCIA CAROLINA MULLER	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
601	2.421.164	SANDRA FACHIN	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
610	6.747.352	SARA LOPES DUARTE	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
615	3.849.290	VERA GOTARDO	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
616	2.417.996	ZELINA DA ROSA MASIERO	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
619	2.870.918	MARCILENE TRENTINI UBIALLE	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
620	1.889.859	EULÉZIA FATIMA VANZIN LISSA DALPRA	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
648	3.849.724	JOCEMARA DE LIMA	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
661	3.747.527	ELIZETE LOVATEL BAZZO	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
663	4.434.143-1	MARCIA PEROTONI	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
664	4.092.467	SABRINA LOVISON	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
668	2.636.461	SANDRA MARA PILATTI SERENA	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
708	2.823.029	ELIANE MARTINELLI	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
709	3.747.802	MONICA MARTA STIIRMER	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
748	4.756.883	KELY CRISTINE BIARZI	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
774	1.704.217	VÂNIA TEREZINHA PIZZAMIGLIO DEUNER	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
775	4.532.839-0	SIMAIQUI TERESINHA DOS SANTOS	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
791	3.305.367	ELUSA PERPETUA SANTOS NETO DE MATOS	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
801	3.747.557	PATRICIA ROQUE DE MORAES	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
810	633.189	ARINEIDE DE FATIMA VIEIRA HERMES	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
830	3.153.013	MARIA MARILINE DE MATTOS	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
868	5.158.780	MARIANI CAMILA DA SILVA	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
888	1.510.123	SIRLEI CASSUBA	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)

890	3.620.555	CLAUDIA CONSOLADORA FRANCESCHI	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
950	4.009.019-1	FRANCIELE ALINE ZUCCHI	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
954	4.289.840	MIRIAN MASCARELLO FRACARO	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
973	4.929.509	LUCIANE NITZ	PROFESSOR PEDAGOGIA - (EDUCAÇÃO INFANTIL)
TOTAL INSCRI- TOS: 81			
86	3.305.757	JANAINA APARECIDA REQUES	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
113	1.887.417	ROSELANGE LANCINI GARCIA	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
139	4.055.639	JAQUELINE ISGANZELA	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
189	33043736	GILBERTO JOSÉ VARGAS	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
202	2.637.078	LUCIANE APARECIDA DA SILVA	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
232	2.817.270	ANA ELOI SOBIECKIAK DE OLIVEIRA	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
238	1093556551	NATHEUSKA BONATTO	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
270	3.849.257	CRISTIANI SALETE DA SILVA MOTTA MULLER	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
271	5.212.272	EVANI MARICHEN LAMBRIFEL	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
291	4.434.117	GISELI APARECIDA BORSATI COLOMBO	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
301	1064952466	JIOVANA AURORA GANZALA FRANCESCHINI	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
306	5.239.025-0	CRISTIANE FRARON PEREIRA	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
337	2.634.755	LUCIANA CRISTINA TOALDO BARETTA	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
341	4.452.081	ELIANE MÁRCIA BEVILAQUA	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
349	3.304.340	GICELI APARECIDA BERGAMO DAMBRÓS	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
372	4.055.661	MARCIA GISELE HOLETZ	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
374	4.620.898	TAILANE ESGANZELA	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
375	329.557	LUIZ DIRCEU DE BITTENCOURT	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)

376	1.303.089	AMARILIA APARECIDA RIBEIRO DAMBRÓS	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
415	1.075.117	CARMEN LUCIA CARABOLANTE BONATO	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
419	5.914.795	SUELI CLEMENTINA WEBBER	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
429	3.849.266	PATRICIA FATIMA TEIXEIRA BARETTA	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
439	2.822.818	SIMONE MANTOVANI GREZELE	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
440	4.373.058	VERA LUCIA APARECIDA DE OLIVEIRA	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
450	2.823.823	ROSEMERI PRANDO	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
455	2.636.976	ELISANGELA JAENSCH	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
476	3305456	ROSELI ROSALEN VAGNER	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
492	5.747.039	MICHELI MARIA LUVISON	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
502	2.636.460	LUCRECIA COLOMBO	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
518	4.289.293-7	ANDRÉA APARECIDA DE AZEVEDO SCHEUERMAN	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
529	1.517.603	MARIA REGINA LOPES DE CASTRO MILESKI	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
548	4.621.554	GENICE VALCARENKI SOARES DOS SANTOS	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
553	3.538.398	BELONI DOS PRAZERES DA SILVA	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
578	3.747.551	FRANCIELI REIBEIRO MARCONDES	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
580	2.635.352	JUCIANE FATIMA MODENA LOPES	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
587	3.928.467	REGIANE CRISTINA DE LIMA GIULIAO	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
603	5.341.722	NIANE DE AZEREDO	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
604	1.884.697	MARINES PEREIRA SCHU	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
618	1.301.972	JOSÉ DEONI DE ABREU	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
626	4958704	DAIANE KIELING	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)

628	4.756.928	GRACIELE ZILIOOTTO	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
645	2691490	MARINES REMOALDO DUTRA	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
656	3.849.218	ANALINE BASEI DA ROSA	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
658	4.152.126	JOSIANE BALBINOT ISGANZELA	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
669	5.593.156	BRUNA DALPISSOL WILBERT	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
672	3.304.365	CELIA MARA ANTUNES	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
680	4.271.824	CLAUDIA ANTUNES DE OLIVEIRA LIMA	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
688	2.632.295	DIANA REGINA VIGANÓ	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
707	3.849.771	BEATRIZ ALMEIDA RAMOS	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
718	2.144.897	MARIZA ELI DALLA MARIA CASARA	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
745	1.308.592	DORACI BAZZO	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
783	4.621.276	SAMANTA ANTUNES DA COSTA	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
785	2.822.811	GISELE BEATRIZ BOF DA CAZ	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
807	3.847.275	JANE REGINA CAMPIONI	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
825	4.055.496	LUCIANE SMOLARK RODRIGUES	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
827	3.156.210	HELENA ALTMANN	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
832	4.555.685	ALINE PAULA MENEGAZ	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
859	3.304.066	ISABEL CRISTIANE ANDRIONI	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
879	040.955.679-37	ANA PAULA SOCCOL	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
946	4.584.585	CLAUDIA FERNANDES BORGES	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
985	3.849.963	SOLANGE DA SILVA MAULI	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
1000	4.620.958	ELAINE MORES	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)

1036	2.144.494	ROSILEI BARETTA	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
1037	2.631.123	SIMONE MACHADO LOPES DUARTE	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
1046	4.180.692	DAIANE CAROLINE DE OLIVEIRA	PROFESSOR PEDAGOGIA - (SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL)
TOTAL INSCRI- 65 TOS:			
20	2.823.799	MARLA REGINA RIQUETI	PROFISSIONAL HABILITADO EM HIGIENE BUCAL
49	3.589.426	SIDIMARA LOPES PEREIRA	PROFISSIONAL HABILITADO EM HIGIENE BUCAL
150	5.095.167	LORECI SALETE MACHADO	PROFISSIONAL HABILITADO EM HIGIENE BUCAL
488	5.238.257-5	SILVANA FERNANDA KIRSTEN	PROFISSIONAL HABILITADO EM HIGIENE BUCAL
818	4.621.549	LUCIANA PANISSON	PROFISSIONAL HABILITADO EM HIGIENE BUCAL
847	4.879.499	SUSANE BATISTA DOS SANTOS	PROFISSIONAL HABILITADO EM HIGIENE BUCAL
915	4.055.462	FABIA GITANA DURIGON	PROFISSIONAL HABILITADO EM HIGIENE BUCAL
990	3.563.275	TATIANA DA ROSA	PROFISSIONAL HABILITADO EM HIGIENE BUCAL
TOTAL INSCRI- 8 TOS:			
56	4.216.564	DELIANA DALL'ORSOLETTA	PSICÓLOGO
71	4.654.055	KEILA PRISCILA DE MORAIS	PSICÓLOGO
115	5.008.465	LETÍCIA REGINA PAGANINI	PSICÓLOGO
157	3.427.212	SILVIA MIAZZI PEREIRA	PSICÓLOGO
171	4197605	MARCELO LUIZ MARQUES	PSICÓLOGO
172	4.610.737	LUANA REJANE FRUTUOZO	PSICÓLOGO
183	3942283	GABRIEL KICHEL	PSICÓLOGO
286	4.373.071	FERNANDA BARP LORENZ	PSICÓLOGO
305	3.808.296	GILMAR MACHADO	PSICÓLOGO
358	3.589.477	KARLA REGINA KIRST	PSICÓLOGO
403	2.820.277	CINTIA APARECIDA FERRI	PSICÓLOGO
409	4.983.023	FLAVIA DAROLD	PSICÓLOGO
435	4.983.020	SIMONE CARINA SCHMIDT	PSICÓLOGO
444	3.511.473	SANDRA APARECIDA DACAS	PSICÓLOGO
448	3.538.359	ANA CATARINA ANTES	PSICÓLOGO
449	2.636.768	JULIANA CARLA GORTARDO AMARAL	PSICÓLOGO
474	7086119356	DANIELA FOIATTO	PSICÓLOGO

479	4.983.242	JACIARA TEREZINHA RODRIGUES DA SILVA	PSICÓLOGO
481	4.380.976	DAIANE MUCKE	PSICÓLOGO
485	4.621.459	ROSELAINE BEVILAQUA	PSICÓLOGO
496	5.218.060	KARINE CAMPAGNARO	PSICÓLOGO
581	3.928.772	LUCIANE JACINTA PEREIRA	PSICÓLOGO
597	1098869454	TALISSA ODIA	PSICÓLOGO
634	5.212.240	EDILENE TRENTIN	PSICÓLOGO
635	4.373.036	THIAGO DAMBROS	PSICÓLOGO
696	1.107.564-3	MARIA AUGUSTA NHOATO MOREIRA	PSICÓLOGO
737	4.732.164-4	MAISA RAABER	PSICÓLOGO
765	3.155.366	MICHELA BUSELATO	PSICÓLOGO
795	2.821.886	ALESSANDRA SEGALIN	PSICÓLOGO
797	2.822.481	LÉIA MARIA MAULE DE OLIVEIRA	PSICÓLOGO
812	5.182.062	CLAUDETE TEREZINHA RAMOS	PSICÓLOGO
845	5.182.595	DAIANI PAULA CARDOSO	PSICÓLOGO
848	4.584.429-1	KARISE FATIMA WOJCIECHOSKI	PSICÓLOGO
867	4.511.273-8	PATRICIA DA SILVA FANDOLFO	PSICÓLOGO
901	4.755.989	CRISTINA PRIMIERI	PSICÓLOGO
958	5.239.382	QUIELI LUANA KUHN	PSICÓLOGO
967	4.434.144	FERNANDA PADILHA	PSICÓLOGO
968	4.797.007	ANDREIA DE CASSIA HIBNER	PSICÓLOGO
976	3.156.416	KELLY CRISTINA MOSCHEN	PSICÓLOGO
989	13.053.614	LARA MORAES VALENTINI	PSICÓLOGO
997	2.465.472-8	KELI SUZANA PERIN THUMS	PSICÓLOGO
1030	4.488.022	CLAUDIANE FATIMA BRUXEL	PSICÓLOGO
1035	5.327.608	JANE MARIA ANDRETTA	PSICÓLOGO
1048	4.877.932	KELLY FERREIRA	PSICÓLOGO
1073	4.929.685	MABEL FALAVINHA BARAN	PSICÓLOGO
TOTAL INSCRITOS: 45			
3	4.216.006	GISLIANE LANHI	SECRETARIO DE ESCOLA
412	3.156.906	MARCELA DARGA PAZA	SECRETARIO DE ESCOLA
472	5.381.091	NEIVA CRISTINA MECABÔ	SECRETARIO DE ESCOLA
899	4.373.289	LILIAN APARECIDA RAMOS	SECRETARIO DE ESCOLA
1019	4.373.883	GEISA TROMBETTA BERNARDI	SECRETARIO DE ESCOLA
1068	4.877.018	UILHAN PEREIRA	SECRETARIO DE ESCOLA
TOTAL INSCRITOS: 6			

TOTAL GERAL: 1080

Capinzal - SC, 19 de setembro de 2011.
LEONIR BOARETTO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado a presente Homologação na data supra

EDSON ANTONIO CASSIANO
Secretário de Administração e Finanças



Balancete FMCA

[www.cplinformatica.com.br]

{ 001 }

FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE CAPINZAL

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 08/2011

Emissão: 31/08/2011

> TITULOS	V A L O R	> TITULOS	V A L O R
RECEITA ORCAMENTARIA	598,24	DESPESA ORCAMENTARIA	0,00
Receitas Correntes	598,24		
Receita Patrimonial	598,24		
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	3.166,00	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00
REPASSE RECEBIDO FONTE DE RECURSOS	3.166,00		
> DESPESA EMPENHADA	0,00	> DESPESA PAGA	0,00
> SALDOS ANTERIORES	72.151,00	> SALDOS ATUAIS	75.915,24
BANCO DO BRASIL	72.151,00	BANCO DO BRASIL	75.915,24
> TOTAL	75.915,24	> TOTAL	75.915,24

Presidente
EDSON ANTONIO CASSIANO

Contador CRC/SC-16.634/0-0
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Balancete FME

[www.cplinformatica.com.br]

{ 001 }

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAPINZAL

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 08/2011

Emissão: 31/08/2011

> TITULOS		V A L O R	> TITULOS		V A L O R
RECEITA ORCAMENTARIA		13,86	DESPESA ORCAMENTARIA		28.765,14
Receitas Correntes		13,86	DESPORTO E LAZER		28.765,14
Receita Tributaria		13,86			
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA		35.696,55	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA		0,00
PREVIDENCIA SOCIAL		696,55			
INSS		696,55			
INSS - Retenção sobre a Folha de Pagame		696,55			
REPASSE RECEBIDO FONTE DE RECURSOS		35.000,00			
> DESPESA EMPENHADA		28.765,14	> DESPESA PAGA		29.191,18
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES		28.765,14	CREDITO LIQUIDADO		29.191,18
			CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE		29.191,18
> SALDOS ANTERIORES		3.937,08	> SALDOS ATUAIS		10.456,31
CAIXA ECONOMICA FEDERAL		3.937,08	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		10.456,31
> TOTAL		68.412,63	> TOTAL		68.412,63

SUPERINTENDENTE- FME
ANTONIO MOACIR BECHER

CONTADOR-CRC-SC-016634/0-0
BENJAMIN ARCANGELO BORSOI

Balancete FUMREBOM

[www.cplinformatica.com.br]

{ 001 }

FUNDO MUN.DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE CAPINZAL

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 08/2011

Emissão: 31/08/2011

> TITULOS	V A L O R	> TITULOS	V A L O R
RECEITA ORCAMENTARIA	27.343,41	DESPESA ORCAMENTARIA	13.318,22
Receitas Correntes	27.343,41	SEGURANÇA PÚBLICA	13.318,22
Receita Patrimonial	1.969,62		
Receita de Servicos	3.544,81		
Outras Receitas Correntes	21.828,98		
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00
> DESPESA EMPENHADA	13.318,22	> DESPESA PAGA	12.668,22
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	13.318,22	CREDITO LIQUIDADO	12.668,22
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	12.668,22
> SALDOS ANTERIORES	229.290,39	> SALDOS ATUAIS	243.965,58
OUTRAS CONTAS	229.290,39	OUTRAS CONTAS	243.965,58
> TOTAL	269.952,02	> TOTAL	269.952,02

PRESIDENTE-FUNREBOM
LEONIR BAORETTO

CONTADOR CRC-SC-016634/0-0
BENJAMIN ARCANGELO BORSOI

Concórdia

PREFEITURA

Aviso Pregão Presencial Nº 67/2011 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 67/2011- PMC

Objeto: aquisição e instalação de corrimão em ferro tubular em todos os andares do CMEI ZILDA SILVEIRA NEVES, localizado na Rua Rodolfo Antonio Rigoso nº 25, Bairro São Miguel e grades a serem instaladas no recreio coberto da EBM Natureza, localizada na Rua Dos Metais nº 234, Bairro Natureza, neste Município em conformidade com as especificações mínimas constantes do Anexo "C" deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até as 16h do dia 06/10/2011.

Abertura: dia 07/10/2011, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2206.

Concórdia, SC, 13 de setembro de 2011.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Comunicação de Interposição Recursal - Convite Nº 22/2011 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
CONVITE Nº 22/2011 - PMC

Objeto: contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, para elaboração de Projetos elétricos para instalação da iluminação natalina na Praça Dogello Goss, nos Quiosques e no jardim da Prefeitura Municipal e respectiva fiscalização, em conformidade com Memorial Descritivo constante no anexo "D" deste Convite.

COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL

Para fins do disposto no § 3º do art. 109 da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, comunicamos as seguintes empresas: EXATTA ENGENHARIA LTDA - ME e CONCÓRDIA ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA, que ambas as licitantes EXATTA ENGENHARIA LTDA - ME e CONCÓRDIA ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA, interpu-
seram, na data de 15 de setembro de 2011, recurso administrativo pugnando pela revisão do julgamento da fase de habilitação do certame. Desejando, V. Sª poderá impugná-lo, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data da publicação desta notificação, estando os autos abertos à consulta desde já.

Concórdia, SC, 16 de setembro de 2011.

RUTINEIA ROSSI
Presidente, em exercício

CÂMARA MUNICIPAL**Balancete Financeiro****SANTA CATARINA****CAMARA MUNICIPAL DE CONCORDIA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Agosto/2011

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	187.273,34
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	176.143,44
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	121.739,99
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	50.603,45
		INVESTIMENTOS	3.800,00
		Despesas Intra-orçamentárias	11.129,90
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.129,90
Receita Extra - Orçamentária	370.449,04	Despesa Extra - Orçamentária	219.512,53
DEPÓSITOS	17.375,70	DEPÓSITOS	32.239,19
CONSIGNAÇÕES	16.841,98	CONSIGNAÇÕES	31.171,75
PREVIDÊNCIA SOCIAL	4.665,24	PREVIDÊNCIA SOCIAL	9.099,07
PENSÃO ALIMENTÍCIA	1.090,00	PENSÃO ALIMENTÍCIA	2.180,00
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	6.732,28	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	13.297,92
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA	3.177,51	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA	6.178,86
PLANOS DE SEGUROS	52,45	PLANOS DE SEGUROS	110,21
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	1.124,50	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	242,10
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	533,72	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	63,59
DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	533,72	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.067,44
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	187.273,34	DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	1.067,44
OBRIGAÇÕES A PAGAR	187.273,34	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	187.273,34
FORNECEDORES	54.403,45	OBRIGAÇÕES A PAGAR	187.273,34
PESSOAL A PAGAR	92.391,66	FORNECEDORES	54.403,45
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	40.478,23	PESSOAL A PAGAR	92.391,66
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	165.800,00	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	40.478,23
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	165.800,00		
REPASSE RECEBIDO	165.800,00		
Saldos anteriores	182.150,34	Saldos atuais	145.813,51
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	142.303,77	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	133.373,40
BANCO C/ MOVIMENTO	39.846,57	BANCO C/ MOVIMENTO	12.440,11
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	552.599,38	Total	552.599,38

CONCORDIA, 31/08/2011

LEOCIR DOMINGO ZANELLA
Presidente

DELAIR M. S. DALLEGRAVE
Contador CRC SC 022.843/O-5

Extrato do Contrato: Nº 017/2011-CVC
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 017/2011-CVC
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA
CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA
OBJETO: Licença de uso do sistema de Patrimônio Público.
VALOR TOTAL: R\$ 1.416,00 (um mil quatrocentos e dezesseis reais)
CÓDIGO DO RECURSO E FONTE: 01.0101.01.031.0001.2001.33 903911
DATA ASSINATURA: 29.06.2011
DATA VENCIMENTO: 30.06.2012
FORO: Comarca de Concórdia - SC

Extrato do Termo de RESCISÃO do Contrato Nº 09-2011-CVC
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 09-2011-CVC
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA
CONTRATADA: EDITORA DE JORNAIS ALTO URUGUAI LTDA
OBJETO: Publicação dos Atos do Poder Legislativo em uma edição mensal no jornal Diário do Oeste.
MOTIVO: Mudança de razão social e sócios da empresa.
VALOR TOTAL: R\$ 4.860,00 (quatro mil, oitocentos e sessenta reais)
CÓDIGO DO RECURSO E FONTE: 01.0101.01.031.0001.2001.33 903990
DATA ASSINATURA: 11.07.2011
FORO: Comarca de Concórdia - SC

Decreto Legislativo Nº 2.383
DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.383, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011.
Exonera a servidora Adriana Janete Rodrigues da Silva Gusso.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA SC
No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, VII da Lei Orgânica do Município de Concórdia,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora ADRIANA JANETE RODRIGUES DA SILVA GUSSO, do cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar, a partir de 19 de setembro de 2011.
Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 14 de setembro de 2011.
LEOCIR DOMINGO ZANELLA
Presidente

EVANDRO PEGORARO
Vice-Presidente

DIRCEU BIONDO
1º Secretário

ARLAN GULIANI
2º Secretário

Extrato do Contrato Nº 018/2011-CVC
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 018/2011-CVC
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA
CONTRATADA: CERTA EDITORA DE JORNAIS LTDA
OBJETO: Publicação dos Atos do Poder Legislativo em uma edição mensal no jornal Diário do Oeste Catarinense.
VALOR TOTAL: R\$ 2.916,00 (dois mil novecentos e dezesseis reais)
CÓDIGO DO RECURSO E FONTE: 01.0101.01.031.0001.2001.33 903990
DATA ASSINATURA: 18.07.2011
DATA VENCIMENTO: 31.12.2011
FORO: Comarca de Concórdia - SC

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Portaria 386/2011

PORTARIA Nº 386 DE 15 DE SETEMBRO DE 2011
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS Á SERVIDOR MUNICIPAL.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art. 70 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Servidor Municipal, Sr. ANDRÉ LUIZ NASSINGER, ocupante do cargo de Operador de Maquinas, lotado à Secretaria Municipal de Infra Estrutura, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 02/01/2010 à 01/01/2011, que serão gozadas no período de 19/09/2011 à 18/10/2011.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês setembro do corrente ano.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 15 de setembro de 2011.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito

CLOVIS FIDELIS GRANDO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

ANDRÉ LUIZ NASSINGER Ciente em: _____

Coronel Martins

PREFEITURA

Portaria Nº. 114 de 13 de Setembro de 2011.

PORTARIA Nº. 114 DE 13 DE SETEMBRO DE 2011.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 15 (quinze) dias no período de 13/09/2011 à 27/09/2011.

Nome	Cargo	Referência
Mareci Angelo Trento	Motorista	03/06/2010 à 02/06/2011

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 13 de setembro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 116, de 13 de Setembro de 2011.

PORTARIA Nº. 116, DE 13 DE SETEMBRO DE 2011.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº. 82 da Lei Complementar nº. 005/2003, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal, Senhor Jeziel de Oliveira, ocupante do Cargo de Motorista, por um período de 10 (dez) dias, a partir do dia 13 à 22 de setembro de 2011, conforme cópia de atestado médico em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 13 de setembro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal.

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Corupá

PREFEITURA

Lei Complementar N.º 025/11

LEI COMPLEMENTAR N.º 025/11

ALTERA REDAÇÃO DOS DISPOSITIVOS QUE INÚMERA A LEI COMPLEMENTAR N.º 007/09 DE 17 DE SETEMBRO DE 2009 QUE INSTITUI O PROGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO COMUNITÁRIA DE ESTRADAS, RUAS E AVENIDAS, REGULAMENTA O LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Da nova redação ao artigo 2º da Lei Complementar n.º 07/09 de 17 de setembro de 2009, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - Os proprietários de imóveis que aderirem ao programa de pavimentação em sistema de mutirão pagarão, diretamente à empresa responsável pela execução da obra, o valor de R\$ 27,00 (vinte e sete reais) o m² de pavimentação, cabendo ao Município o pagamento do valor remanescente.

Art. 2º - Da nova redação ao caput do artigo 3º da Lei Complementar n.º 07/09 de 17 de setembro de 2009, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º- Os proprietários de imóveis que não aderirem ao programa de pavimentação comunitária pagarão o valor de R\$ 40,00 (quarenta reais) o m² de pavimentação, o qual será cobrado pelo Município mediante o lançamento de contribuição de melhoria.

Art. 3º - Da nova redação ao caput do artigo 4º e ainda cria as alíneas a) e b) no mesmo artigo, da Lei Complementar n.º 07/09 de 17 de setembro de 2009, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º - Os proprietários de imóveis cuja utilização seja rural ou predominantemente rural, que aderirem ao programa de pavimentação em sistema de mutirão, pagarão 25% do valor previsto no artigo 2º desta Lei, desde que:

- a) - A atividade rural praticada sobre o imóvel seja a principal fonte de subsistência de seus proprietários;
- b) Os proprietários residam no imóvel.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 09 de Setembro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos nove dias do mês de Setembro de 2011.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Lei Complementar No 026/11

LEI COMPLEMENTAR No 026/11

ALTERA OS ANEXOS QUE INUMERA DA LEI COMPLEMENTAR N.º 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Altera o Anexo VIII - Tabela I da Secretária Municipal de Educação, Quadro de Cargos em Comissão, da Lei Complementar nº. 014/09 de 15 de dezembro de 2009, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º - Altera o Anexo IX - Secretária Municipal de Infra Estrutura, Quadro de Cargos em Comissão, da Lei Complementar nº. 014/09 de 15 de dezembro de 2009, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º - Altera o Anexo XVI - Tabela de Funções Gratificadas, da Lei Complementar nº. 014/09 de 15 de dezembro de 2009, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 4º - Consolida os Anexos III, IV, V, VI, VII, VIII - Tabela II, X, da Lei Complementar nº. 014/09 de 15 de dezembro de 2009, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 09 de Setembro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos nove dias do mês de Setembro de 2011.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Lei Complementar Nº 026/2011 - Anexo IV - Gabinete do Executivo Municipal

ANEXO IV

GABINETE DO EXECUTIVO MUNICIPAL

QUADRO DE ASSESSORES E CONTROLADOR INTERNO

VAGAS	DENOMINAÇÃO	FATOR	VENCIMENTO EM R\$
1	ASSESSORIA JURÍDICA	41	4.237,38
1	ASSESSORIA EXECUTIVA DE GOVERNO	36	2.988,47
1	ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	24	1.460,78
1	CONTROLADORIA INTERNA	40	3.902,85

Lei Complementar Nº 026/2011 - Anexo IX - SECRETARIA MUNICIPAL de INFRA ESTRUTURA

ANEXO IX

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO

VAGAS	DENOMINAÇÃO	FATOR	VENCIMENTO EM R\$
1	DIREÇÃO DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA	38	3.250,52
1	CHEFE DE DIVISÃO DE FROTA MUNICIPAL	28	1.806,46
1	CHEFE DE DIVISÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	28	1.806,46
2	COORDENADOR DE INFRA ESTRUTURA	26	1.583,44

Lei Complementar Nº 026/2011 - Anexo V - SECRETARIA MUNICIPAL de ADMINISTRAÇÃO e FAZENDA

ANEXO V

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO

VAGAS	DENOMINAÇÃO	FATOR	VENCIMENTO EM R\$
1	ASSESSORIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	40	3.902,85
1	DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO	38	3.250,52
1	DIRETOR DE FAZENDA	38	3.250,52
1	DIRETOR DE PLANEJAMENTO E ENGENHARIA	38	3.250,52
1	GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO	34	2.453,22
1	GERENTE DE CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS	34	2.453,22
1	GERENTE DE PLANEJAMENTO	34	2.453,22
1	GERENTE FAZENDÁRIO	34	2.453,22
1	CHEFE DE DIVISÃO DE TOPOGRAFIA E PROJETOS DE ENGENHARIA	28	1.806,46
1	COORDENADOR DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	26	1.583,44
2	COORDENADOR DE SERVIÇOS	18	1.148,55

Lei Complementar Nº 026/2011 - Anexo VI - SECRETARIA MUNICIPAL de ASSISTÊNCIA SOCIAL, Trabalho e Habitação

ANEXO VI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO

QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO

VAGAS	DENOMINAÇÃO	FATOR	VENCIMENTO EM R\$
1	CHEFE DE DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	28	1.806,46

Lei Complementar Nº 026/2011 - Anexo VII - SECRETARIA MUNICIPAL de DESENVOLVIMENTO RURAL e MEIO AMBIENTE

ANEXO VII

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO

VAGAS	DENOMINAÇÃO	FATOR	VENCIMENTO EM R\$
1	DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE	38	3.250,52
2	COORDENADOR DE SERVIÇOS	18	1.148,55

Lei Complementar Nº 026/2011 - Anexo VIII - TABELA I - SECRETARIA MUNICIPAL de EDUCAÇÃO

ANEXO VIII

TABELA I

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO

VAGAS	DENOMINAÇÃO	FATOR	VENCIMENTO EM R\$
1	CHEFE DE DIVISÃO DE CULTURA	28	1.806,46
1	CHEFE DE DIVISÃO DE EDUCAÇÃO	28	1.806,46
1	CHEFE DE DIVISÃO DE ESPORTE E LASER	28	1.806,46
1	CHEFE DE DIVISÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR E SUPRIMENTOS	28	1.806,46
2	COORDENADOR PEDAGOGICO	26	1.583,84

Lei Complementar Nº 026/2011 - Anexo VIII - TABELA II - SECRETARIA MUNICIPAL de EDUCAÇÃO

ANEXO VIII

TABELA II

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

QUADRO DE DIREÇÃO ESCOLAR

VAGAS	DENOMINAÇÃO	FATOR	VENCIMENTO EM R\$
1	CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIAL DE CORUPA	32	2.174,45
1	CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PEQUENO POLEGAR	32	2.174,45
1	CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DONA NINA	32	2.174,45
1	CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL FRANZ DORN	32	2.174,45
1	ESCOLA MUN. DE ENSINO FUNDAMENTAL ALOISIO CARVALHO DE OLIVEIRA	32	2.174,45
1	ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL FRANCISCO MEES	32	2.174,45
1	ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL JOSÉ PASQUALINI	32	2.174,45

Lei Complementar Nº 026/2011 - Anexo X - SECRETARIA MUNICIPAL de SAÚDE

ANEXO X

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO

VAGAS	DENOMINAÇÃO	FATOR	VENCIMENTO EM R\$
1	GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA E ASSISTÊNCIA A SAÚDE	34	2.453,22
1	GERÊNCIA DE PROGRAMA À SAÚDE	34	2.453,22
1	CHEFE DE DIVISÃO MÉDICA E ODONTOLÓGICA	28	1.806,46
1	COORDENADOR DE SERVIÇOS	18	1.148,55

Lei Complementar Nº 026/2011 - Anexo XVI - TABELA de FUNÇÕES GRATIFICADAS

ANEXO XVI

TABELA DE FUNÇÕES GRATIFICADAS

NIVEL	QUANTIDADE	TIPO FG	VALOR EM R\$
1	10	FG - 1	150,00
2	10	FG - 2	200,00
3	10	FG - 3	300,00
4	7	FG - 4	450,00
5	6	FG - 5	550,00
6	2	FG - 6	750,00

Lei Complementar Nº 027/11

LEI COMPLEMENTAR Nº 027/11

ESTABELECE E DELIMITA O NOVO PERÍMETRO URBANO, CRIA E DELIMITA OS LIMITES DE BAIRROS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Em atendimento aos requisitos mínimos da Legislação Federal e da Lei Orgânica do Município pertinente a matéria, a presente lei estabelece e delimita o perímetro urbano do Município de Corupá, para todos os fins administrativos, urbanísticos e tributários.

Art. 2º. - Verificadas as condições legais de sua identificação e vinculada a existência dos elementos objetivos que as normas superiores estabelecem, é considerada área urbana do Município de Corupá, o espaço territorial definido pelo memorial descritivo de perímetro urbano, parte integrante desta Lei (anexo I), de acordo com o que estabelece o mapa urbano básico (MUB), parte integrante desta Lei (anexo II) e dispositivos da Lei Complementar nº 019/07 e alterações, que instituiu o Plano Diretor Físico-Territorial do Município de Corupá).

Parágrafo Único - Sem prejuízo do disposto no "caput" deste artigo, o Poder Executivo poderá encaminhar projetos de leis que regulamentem outros dispositivos e instrumentos legais, referente ao presente Perímetro Urbano.

Art. 3º. - Fica estabelecida a nova divisão territorial urbana da cidade de Corupá/SC, com a criação e delimitação oficial dos seguintes bairros, em conformidade o mapa urbano básico (MUB), (anexo II), Memorial descritivo de Perímetro Urbano (Anexo I) e Memorial descritivo de Perímetro de Bairros (Anexo III), que será parte integrante dessa Lei:

- 1 - CENTRO;
- 2 - ANO BOM;
- 3 - ITAPOCU;
- 4 - BOMPLANDT;

5 - JOÃO TOZINI;
6 - CAMINHO PEQUENO;
7 - XV DE NOVEMBRO;
8 - RIO NOVO;
9 - IZABEL;
10 - SEMINÁRIO;
11 - POÇO D'ANTA;
12 - PEDRA DE AMOLAR.

Art. 4º - Fazem parte integrante desta Lei, os seguintes Anexos:

- a) Anexo I - Memorial Descritivo de Perímetro Urbano;
- b) Anexo II - Mapa Urbano Básico (MUB) e Perímetros
- c) Anexo III - Memorial Descritivo de Perímetro de Bairros;

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 09 de Setembro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos nove dias do mês de Setembro de 2011.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Lei Complementar Nº 027/2011 - Anexo I - MEMORIAL DESCRITIVO

ANEXO I MEMORIAL DESCRITIVO

LOCAL: PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ/SC.

O Perímetro Urbano do Município de CORUPÁ - SC, é composto por 12 (Doze) bairros distintos que são: 1 - Centro, 2 - Ano Bom, 3 - Itapocú, 4 - Bompland, 5 - João Tozini, 6 - Caminho Pequeno, 7 - XV de Novembro, 8 - Rio Novo, 9 - Izabel, 10 - Seminário, 11 - Poço D'anta e 12 - Pedra de Amolar, onde delimitam-se pelas poligonais formadas pelos seguintes vértices (todos Georreferenciados ao sistema UTM, Datum horizontal SAD 69 e Meridiano Central de 51º00'00" W de Gr):

MUNICÍPIO: CORUPÁ ESTADO: SC

ÁREA TOTAL: 24.931.042,06 m² / 24,931 km²

PERÍMETRO: 60.255,87 m

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 7.080.258,089 m. e E 674.904,904 m., situado no limite Norte deste perímetro com o Rio Humboldt, deste, segue com a distância de 71,69 m, confrontando neste trecho até o vértice 2, de coordenadas N 7.080.223,744 m. e E 674.964,293 m.; deste segue a distância de 280,45 m, pelo Rio Humboldt até o vértice 3, de coordenadas N 7.079.947,439 m. e E 674.990,292 m.; deste, segue a distância de 312,01 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 4, de coordenadas N 7.079.640,380 m. e E 674.943,750 m.; deste, segue a distância de 249,12 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 5, de coordenadas N 7.079.437,193 m. e E 674.800,295 m.; deste, segue a distância de 101,44 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 6, de coordenadas N 7.079.340,701 m. e E 674.771,426 m.; deste segue a distância de 82,09 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 7, de coordenadas N 7.079.260,846 m. e E 674.789,192 m.; deste, segue a distância de 145,78 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 8, de coordenadas N 7.079.179,881 m. e E 674.909,109 m.; deste,

segue a distância de 74,94 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 9, de coordenadas N 7.079.167,681 m. e E 674.982,391 m.; deste, segue a distância de 61,13 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 10, de coordenadas N 7.079.216,482 m. e E 675.014,591 m.; deste, segue a distância de 189,89 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 11, de coordenadas N 7.079.385,065 m. e E 675.100,087 m.; deste, segue a distância de 52,52 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 12, de coordenadas N 7.079.419,447 m. e E 675.137,839 m.; deste, segue a distância de 42,08 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 13, de coordenadas N 7.079.401,701 m. e E 675.173,370 m.; deste, segue a distância de 57,92 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 14, de coordenadas N 7.079.347,355 m. e E 675.193,356 m.; deste, segue a distância de 63,14 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 15, de coordenadas N 7.079.288,573 m. e E 675.177,811 m.; deste, segue a distância de 86,17 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 16, de coordenadas N 7.079.229,791 m. e E 675.115,632 m.; deste, segue a distância de 109,96 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 17, de coordenadas N 7.079.120,566 m. e E 675.110,121 m.; deste, segue a distância de 55,52 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 18, de coordenadas N 7.079.087,293 m. e E 675.154,534 m.; deste, segue a distância de 165,81 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 19, de coordenadas N 7.079.038,493 m. e E 675.311,093 m.; deste, segue a distância de 153,97 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 20, de coordenadas N 7.078.911,521 m. e E 675.395,776 m.; deste, segue a distância de 412,55 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 21, de coordenadas N 7.078.644,207 m. e E 675.691,133 m.; deste, segue a distância de 141,71 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 22, de coordenadas N 7.078.527,864 m. e E 675.756,454 m.; deste, segue a distância de 44,95 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 23, de coordenadas N 7.078.487,438 m. e E 675.739,089 m.; deste, segue a distância de 113,98 m., cruzando o Rio Humboldt até o vértice 24, próximo a Rua Carlos Eduardo Weber de coordenadas N 7.078.485,042 m. e E 675.853,041 m.; deste, segue a distância de 182,88 m. pelo Bairro Ano Bom, até o vértice 25, de coordenadas N 7.078.640,861 m. e E 675.948,538 m.; deste, segue a distância de 272,72 m., até o vértice 26, de coordenadas N 7.078.912,531 m. e E 675.958,236 m.; deste, a distância de 192,30 m., até o vértice 27, de coordenadas N 7.079.064,835 m. e E 676.073,972 m.; deste, segue a distância de 445,60 m., até o vértice 28, limite do município de Corupá com São Bento do Sul de coordenadas N 7.079.448,853 m. e E 676.282,779 m.; deste, segue a distância de 345,62 m., no limite do município de Corupá com São Bento do Sul até o vértice 29, de coordenadas N 7.079.179,792 m. e E 676.499,710 m.; deste, a distância de 72,16 m., pelo Rio Ano Bom até o vértice 30, no de coordenadas N 7.079.119,559 m. e E 676.464,173 m.; deste, segue a distância de 86,36 m., pelo Rio Ano Bom até o vértice 31, de coordenadas N 7.079.048,642 m. e E 676.415,763 m.; deste, segue a distância de 356,84 m., pelo Rio Ano Bom até o vértice 32, de coordenadas N 7.078.759,638 m. e E 676.261,027 m.; deste, segue a distância de 166,10 m., pelo Rio Ano Bom até o vértice 33, de coordenadas N 7.078.670,430 m. e E 676.383,222 m.; deste, segue a distância de 228,00 m., pelo Rio Ano Bom até o vértice 34, de coordenadas N 7.078.464,027 m. e E 676.401,296 m.; deste, segue a distância de 82,55 m., pelo Rio Ano Bom até o vértice 35, de coordenadas N 7.078.383,856 m. e E 676.412,920 m.; deste, segue a distância de 51,70 m., pelo Rio Ano Bom até o vértice 36, de coordenadas N 7.078.345,091 m. e E 676.380,643 m.; deste, segue a distância de 165,02 m., pelo Rio Ano Bom até o vértice 37, de coordenadas N 7.078.363,062 m. e E 676.223,562 m.; deste, segue a distância de 54,36 m., pelo Rio Ano Bom até o vértice 38, de coordenadas N 7.078.312,950 m. e E 676.220,794 m.; deste, segue a distância de 300,62 m., pelo Rio Ano Bom até o vértice 39, de coordenadas N 7.078.076,355 m. e E 676.145,019 m.; deste, segue a distância de 105,48 m., pelo Rio Ano Bom até o vértice 40, de coordenadas N 7.078.045,942 m. e E 676.230,133 m.; deste, segue a distância de 115,06 m., pelo Rio Ano Bom até o vértice 41, de coordenadas N 7.078.060,144 m. e E 676.332,274 m.; deste, segue a distância de 203,30 m., pelo Rio Ano Bom até o vértice 42, de coordenadas N

7.077.869,384 m. e E 676.363,779 m.; deste, segue a distância de 176,10 m., pelo Rio Ano Bom até o vértice 43, de coordenadas N 7.077.713,418 m. e E 676.291,109 m.; deste, segue a distância de 318,08 m., até o vértice 44, próximo a Rua Franz Kurt Klotzch de coordenadas N 7.077.688,446 m. e E 676.608,209 m.; deste, segue a distância de 1.219,79 m., até o vértice 45, de coordenadas N 7.076.473,183 m. e E 676.510,610 m.; deste, segue a distância de 348,50 m., até o vértice 46, de coordenadas N 7.076.130,531 m. e E 676.567,563 m.; deste, segue a distância de 319,24 m., até o vértice 47, de coordenadas N 7.075.819,557 m. e E 676.510,740 m.; deste, segue a distância de 677,30 m., limite do Bairro Ano Bom com Bairro Itapocú confrontando neste trecho até o vértice 48, de coordenadas N 7.075.751,850 m. e E 677.179,115 m.; deste, segue a distância de 453,62 m., até o vértice 49, limite deste perímetro de coordenadas N 7.075.550,729 m. e E 677.581,448 m.; deste, segue a distância de 313,55 m., até o vértice 50, na Rua Abilio Lunelli de coordenadas N 7.075.310,303 m. e E 677.391,767 m.; deste, segue a distância de 96,13 m., pela Rua Abilio Lunelli até o vértice 51, de coordenadas N 7.075.342,583 m. e E 677.301,951 m.; deste, segue a distância de 73,17 m., pela Rua Abilio Lunelli até o ribeirão de vértice 52, de coordenadas N 7.075.380,617 m. e E 677.239,651 m.; deste, segue a distância de 72,48 m., pelo Ribeirão até o vértice 53, de coordenadas N 7.075.325,648 m. e E 677.197,549 m.; deste, segue com azimute de 188°58'28" e distância de 294,85 m., pelo ribeirão até o Rio Itapocú no vértice 54, de coordenadas N 7.075.078,664 m. e E 677.158,542 m.; deste, segue a distância de 96,47 m., pelo ribeirão até o vértice 55, de coordenadas N 7.074.985,216 m. e E 677.134,575 m.; deste, segue a distância de 358,47 m., pelo Rio Itapocú até o vértice 56, de coordenadas N 7.074.768,843 m. e E 676.891,850 m.; deste, segue a distância de 99,00 m., pelo Rio Itapocú até o vértice 57, de coordenadas N 7.074.672,669 m. e E 676.880,308 m.; deste, segue a distância de 99,51 m., pelo Rio Itapocú até o vértice 58, de coordenadas N 7.074.608,495 m. e E 676.933,683 m.; deste, segue a distância de 301,74 m., pelo Rio Itapocú até o vértice 59, de coordenadas N 7.074.582,951 m. e E 677.227,312 m.; deste, segue a distância de 319,64 m., pelo Rio Itapocú até o vértice 60, de coordenadas N 7.074.742,949 m. e E 677.478,440 m.; deste, segue a distância de 300,76 m., pelo Rio Itapocú até o vértice 61, de coordenadas N 7.074.806,623 m. e E 677.767,136 m.; deste, segue a distância de 238,36 m., pelo Rio Itapocú até o vértice 62, de coordenadas N 7.074.873,312 m. e E 677.974,330 m.; deste, segue a distância de 278,13 m., pelo Rio Itapocú até o vértice 63, de coordenadas N 7.074.629,916 m. e E 678.081,413 m.; deste, segue a distância de 303,66 m., pelo Rio Itapocú até o vértice 64, de coordenadas N 7.074.419,894 m. e E 678.263,218 m.; deste, segue a distância de 249,59 m., pelo Rio Itapocú até o vértice 65, de coordenadas N 7.074.349,771 m. e E 678.486,870 m.; deste, segue a distância de 39,85 m., pelo Rio Itapocú até o vértice 66, de coordenadas N 7.074.312,083 m. e E 678.499,496 m.; deste, segue a distância de 160,52 m., confrontando neste trecho com até o vértice 67, de coordenadas N 7.074.337,291 m. e E 678.650,586 m.; deste, segue a distância de 301,95 m., até o vértice 68, no Bairro Poço D'anta de coordenadas N 7.074.099,299 m. e E 678.835,512 m.; deste, segue a distância de 543,03 m., confrontando neste trecho com o limite do Município de Corupá com o Município de Jaraguá do Sul, vértice 69, de coordenadas N 7.074.035,827 m. e E 679.372,572 m.; deste, segue a distância de 1.241,48 m., confrontando neste trecho com o limite do Município de Corupá com o Município de Jaraguá do Sul até o vértice 70, de coordenadas N 7.072.874,996 m. e E 678.932,416 m.; deste, segue a distância de 298,37 m., até o vértice 71, de coordenadas N 7.072.861,968 m. e E 678.635,418 m.; deste, segue a distância de 652,51 m., até o vértice 72, de coordenadas N 7.073.426,407 m. e E 678.308,040 m.; deste, segue a distância de 165,14 m., até o vértice 73, de coordenadas N 7.073.565,979 m. e E 678.392,560 m.; deste, segue a distância de 221,83 m., até o vértice 74, de coordenadas N 7.073.778,948 m. e E 678.438,610 m.; deste, segue a distância de 344,11 m., até o

vértice 75, de coordenadas N 7.073.699,777 m. e E 678.112,655 m.; deste, segue a distância de 73,08 m., até o vértice 76, de coordenadas N 7.073.627,286 m. e E 678.103,361 m.; deste, segue a distância de 260,12 m., confrontando neste trecho com até o vértice 77, de coordenadas N 7.073.402,436 m. e E 677.977,782 m.; deste, segue a distância de 210,32 m., até o vértice 78, de coordenadas N 7.073.312,993 m. e E 677.791,656 m.; deste, segue a distância de 83,35 m., confrontando neste trecho com até o vértice 79, de coordenadas N 7.073.238,257 m. e E 677.754,840 m.; deste, segue a distância de 155,67 m., até o vértice 80, de coordenadas N 7.073.125,738 m. e E 677.858,013 m.; deste, segue a distância de 260,91 m., até o vértice 81, de coordenadas N 7.072.886,498 m. e E 677.947,348 m.; deste, segue a distância de 153,31 m., até o vértice 82, de coordenadas N 7.072.758,743 m. e E 678.031,487 m.; deste, segue a distância de 405,49 m., até o vértice 83, de coordenadas N 7.072.566,089 m. e E 677.674,685 m.; deste, segue a distância de 195,45 m., até o vértice 84, de coordenadas N 7.072.728,103 m. e E 677.566,921 m.; deste, segue a distância de 120,70 m., até o vértice 85, de coordenadas N 7.072.846,679 m. e E 677.545,121 m.; deste, segue a distância de 188,10 m., confrontando neste trecho com até o vértice 86, de coordenadas N 7.072.991,530 m. e E 677.426,336 m.; deste, segue a distância de 109,48 m., até o vértice 87, de coordenadas N 7.073.061,239 m. e E 677.342,707 m.; deste, segue a distância de 177,59 m., até o vértice 88, de coordenadas N 7.073.230,808 m. e E 677.301,574 m.; deste, segue a distância de 288,45 m., até o vértice 89, de coordenadas N 7.073.482,193 m. e E 677.423,719 m.; deste, segue a distância de 374,93 m., até o vértice 90, de coordenadas N 7.073.711,311 m. e E 677.700,766 m.; deste, segue a distância de 380,03 m., até o vértice 91, de coordenadas N 7.074.064,584 m. e E 677.820,220 m.; deste, segue a distância de 362,14 m., até o vértice 92, de coordenadas N 7.074.109,909 m. e E 678.162,290 m.; deste, segue a distância de 64,27 m., até o vértice 93, de coordenadas N 7.074.165,053 m. e E 678.129,609 m.; deste, segue a distância de 900,19 m., no Bairro Pedra de Amolar até o vértice 94, de coordenadas N 7.074.195,209 m. e E 677.229,928 m.; deste, segue a distância de 143,97 m., até o vértice 95, de coordenadas N 7.074.109,989 m. e E 677.116,954 m.; deste, segue a distância de 92,23 m., até o vértice 96, de coordenadas N 7.074.022,868 m. e E 677.086,694 m.; deste, segue a distância de 70,24 m., até o vértice 97, de coordenadas N 7.073.961,137 m. e E 677.115,242 m.; deste, segue a distância de 185,22 m., até o vértice 98, de coordenadas N 7.073.856,288 m. e E 677.267,924 m.; deste, segue a distância de 412,25 m., até o vértice 99, de coordenadas N 7.073.607,528 m. e E 676.939,182 m.; deste, segue a distância de 178,51 m., até o vértice 100, de coordenadas N 7.073.534,089 m. e E 676.776,480 m.; deste, segue a distância de 251,03 m., até o vértice 101, com o Rio Pedra de Amolar de coordenadas N 7.073.539,148 m. e E 676.525,497 m.; deste, segue a distância de 24,51 m., neste trecho cruzando com o Rio Pedra de Amolar até o vértice 102, de coordenadas N 7.073.548,089 m. e E 676.502,672 m.; deste, segue a distância de 107,47 m., pelo Rio Pedra de Amolar até o vértice 103, de coordenadas N 7.073.641,968 m. e E 676.458,365 m.; deste, segue a distância de 76,83 m., pelo Rio Pedra de Amolar até o vértice 104, de coordenadas N 7.073.679,290 m. e E 676.393,246 m.; deste, segue a distância de 108,46 m., pelo Rio Pedra de Amolar até o vértice 105, de coordenadas N 7.073.657,407 m. e E 676.287,808 m.; deste, segue a distância de 83,39 m., pelo Rio Pedra de Amolar até o vértice 106, de coordenadas N 7.073.589,810 m. e E 676.262,387 m.; deste, segue a distância de 265,49 m., pelo Rio Pedra de Amolar até o vértice 107, de coordenadas N 7.073.349,700 m. e E 676.177,522 m.; deste, segue a distância de 142,56 m., pelo Rio Pedra de Amolar até o vértice 108, de coordenadas N 7.073.235,143 m. e E 676.101,780 m.; deste, segue a distância de 93,33 m., pelo Rio Pedra de Amolar até o vértice 109, de coordenadas N 7.073.228,940 m. e E 676.012,133 m.; deste, segue a distância de 108,90 m., pelo Rio Pedra de Amolar até o vértice 110, de coordenadas N 7.073.173,993 m. e E 675.920,931 m.;

deste, segue a distância de 130,99 m., pelo Rio Pedra de Amolar até o vértice 111, de coordenadas N 7.073.134,040 m. e E 675.797,790 m.; deste, segue a distância de 242,10 m., até o vértice 112, de coordenadas N 7.073.310,590 m. e E 675.632,130 m.; deste, segue a distância de 254,40 m., até o vértice 113, de coordenadas N 7.073.431,546 m. e E 675.855,533 m.; deste, segue a distância de 422,59 m., até o vértice 114, de coordenadas N 7.073.771,081 m. e E 676.100,794 m.; deste, segue a distância de 283,10 m., até o vértice 115, de coordenadas N 7.073.888,886 m. e E 676.352,089 m.; deste, segue a distância de 242,59 m., até o vértice 116, de coordenadas N 7.074.014,584 m. e E 676.553,706 m.; deste, segue a distância de 135,55 m., até o vértice 117, de coordenadas N 7.074.128,199 m. e E 676.624,567 m.; deste, segue a distância de 120,65 m., até o vértice 118, de coordenadas N 7.074.237,640 m. e E 676.656,980 m.; deste, segue a distância de 202,72 m., confrontando neste trecho com até o vértice 119, de coordenadas N 7.074.339,754 m. e E 676.484,841 m.; deste, segue a distância de 211,08 m., até o vértice 120, de coordenadas N 7.074.179,532 m. e E 676.348,092 m.; deste, segue a distância de 304,23 m., até o vértice 121, de coordenadas N 7.074.423,345 m. e E 676.189,440 m.; deste, segue a distância de 390,06 m., até o vértice 122, no Bairro Seminário de coordenadas N 7.074.523,150 m. e E 675.812,362 m.; deste, segue a distância de 332,66 m., até o vértice 123, de coordenadas N 7.074.190,492 m. e E 675.811,195 m.; deste, segue a distância de 361,83 m., até o vértice 124, de coordenadas N 7.074.151,712 m. e E 675.451,453 m.; deste, segue a distância de 345,77 m., até o vértice 125, de coordenadas N 7.073.811,713 m. e E 675.388,572 m.; deste, segue a distância de 160,34 m., até o vértice 126, de coordenadas N 7.073.684,741 m. e E 675.290,654 m.; deste, segue a distância de 397,89 m., até o vértice 127, de coordenadas N 7.073.591,319 m. e E 674.904,014 m.; deste, segue a distância de 330,93 m., até o vértice 128, de coordenadas N 7.073.359,681 m. e E 674.681,704 m.; deste, segue a distância de 554,51 m., até o vértice 129, de coordenadas N 7.072.874,672 m. e E 674.421,925 m.; deste, segue a distância de 357,49 m., até o vértice 130, de coordenadas N 7.072.619,382 m. e E 674.192,585 m.; deste, segue a distância de 259,37 m., até o vértice 131, de coordenadas N 7.072.446,193 m. e E 674.008,211 m.; deste, segue a distância de 412,10 m., até o vértice 132, de coordenadas N 7.072.780,509 m. e E 673.767,250 m.; deste, segue a distância de 116,77 m., até o vértice 133, de coordenadas N 7.072.849,908 m. e E 673.859,385 m.; deste, segue a distância de 227,58 m., até o vértice 134, de coordenadas N 7.072.992,655 m. e E 674.030,208 m.; deste, segue a distância de 611,67 m., até o vértice 135, de coordenadas N 7.073.533,242 m. e E 674.274,583 m.; deste, segue a distância de 206,20 m., até o vértice 136, de coordenadas N 7.073.717,716 m. e E 674.362,901 m.; deste, segue a distância de 309,18 m., confrontando neste trecho com até o vértice 137, de coordenadas N 7.073.982,044 m. e E 674.215,901 m.; deste, segue a distância de 496,18 m., até o vértice 138, de coordenadas N 7.073.922,221 m. e E 673.725,636 m.; deste, segue a distância de 141,04 m., até o vértice 139, de coordenadas N 7.073.851,442 m. e E 673.606,039 m.; deste, segue com azimute de 240°06'29" e distância de 293,97 m., confrontando neste trecho com até o vértice 140, no Bairro Izabel de coordenadas N 7.073.706,949 m. e E 673.354,679 m.; deste, segue com azimute de 272°28'16" e distância de 309,59 m., até o vértice 141, de coordenadas N 7.073.719,955 m. e E 673.053,332 m.; deste, segue a distância de 470,99 m., até o vértice 142, de coordenadas N 7.073.269,005 m. e E 672.925,135 m.; deste, segue a distância de 248,00 m., até o vértice 143, de coordenadas N 7.073.028,154 m. e E 672.904,027 m.; deste, segue a distância de 403,09 m., até o vértice 144, de coordenadas N 7.072.972,624 m. e E 672.504,776 m.; deste, segue a distância de 254,90 m., até o vértice 145, de coordenadas N 7.073.221,643 m. e E 672.523,405 m.; deste, segue a distância de 1.408,52 m., até o vértice 146, de coordenadas N 7.074.335,089 m. e E 671.660,759 m.; deste, segue a distância de 208,23 m., até o vértice 147, de coordenadas N 7.074.298,672 m. e E 671.455,735 m.; deste, segue a distância de 157,65 m., até

o vértice 148, de coordenadas N 7.074.341,811 m. e E 671.304,100 m.; deste, segue a distância de 148,00 m., até o vértice 149, de coordenadas N 7.074.347,802 m. e E 671.158,253 m.; deste, segue a distância de 76,32 m., até o vértice 150, de coordenadas N 7.074.306,055 m. e E 671.097,988 m.; deste, segue a distância de 326,74 m., até o vértice 151, de coordenadas N 7.074.069,610 m. e E 670.922,089 m.; deste, segue a distância de 203,77 m., até o vértice 152, de coordenadas N 7.074.165,668 m. e E 670.749,110 m.; deste, segue a distância de 225,25 m., até o vértice 153, de coordenadas N 7.074.015,061 m. e E 670.591,678 m.; deste, segue a distância de 126,11 m., passando pela Rua Izabel, confrontando neste trecho com o rio Izabel até o vértice 154, de coordenadas N 7.074.120,031 m. e E 670.521,788 m.; deste, segue a distância de 177,74 m., pelo Rio Izabel, até o vértice 155, de coordenadas N 7.074.259,073 m. e E 670.623,673 m.; deste, segue a distância de 318,66 m., pelo Rio Izabel até o vértice 156, de coordenadas N 7.074.207,771 m. e E 670.910,787 m.; deste, segue a distância de 370,75 m., pelo Rio Izabel até o vértice 157, de coordenadas N 7.074.480,967 m. e E 671.089,704 m.; deste, segue a distância de 742,04 m., pelo Rio Izabel até o vértice 158, de coordenadas N 7.074.992,091 m. e E 671.420,111 m.; deste, segue a distância de 279,57 m., pelo Rio Izabel até o vértice 159, de coordenadas N 7.075.173,474 m. e E 671.600,613 m.; deste, segue a distância de 297,50 m., até o vértice 160, de coordenadas N 7.075.412,267 m. e E 671.457,540 m.; deste, segue a distância de 261,63 m., até o vértice 161, de coordenadas N 7.075.630,315 m. e E 671.370,768 m.; deste, segue a distância de 66,35 m., até o vértice 162, de coordenadas N 7.075.689,345 m. e E 671.340,671 m.; deste, segue a distância de 194,15 m., passando pela Rua Felipe Schmidt até o Ribeirão no vértice 163, de coordenadas N 7.075.864,984 m. e E 671.423,417 m.; deste, segue a distância de 173,70 m., segue pelo ribeirão até o vértice 164, de coordenadas N 7.075.725,751 m. e E 671.522,656 m.; deste, segue a distância de 199,00 m., pelo ribeirão até o vértice 165, de coordenadas N 7.075.532,894 m. e E 671.486,435 m.; deste, segue a distância de 422,30 m., pelo ribeirão até o vértice 166, de coordenadas N 7.075.383,600 m. e E 671.874,419 m.; deste, segue a distância de 151,39 m., no Bairro Rio Novo até o vértice 167, de coordenadas N 7.075.405,544 m. e E 672.024,212 m.; deste, segue a distância de 180,22 m., até o vértice 168, de coordenadas N 7.075.238,123 m. e E 672.090,033 m.; deste, segue a distância de 221,75 m., até o vértice 169, de coordenadas N 7.075.192,114 m. e E 672.305,704 m.; deste, segue a distância de 223,13 m., até o vértice 170, de coordenadas N 7.075.406,974 m. e E 672.359,893 m.; deste, segue a distância de 319,56 m., até o vértice 171, de coordenadas N 7.075.704,442 m. e E 672.476,633 m.; deste, segue a distância de 267,82 m., até o vértice 172, de coordenadas N 7.075.972,008 m. e E 672.488,124 m.; deste, segue a distância de 211,65 m., até o vértice 173, de coordenadas N 7.076.006,845 m. e E 672.696,892 m.; deste, segue a distância de 594,49 m., até o vértice 174, de coordenadas N 7.075.412,602 m. e E 672.680,024 m.; deste, segue a distância de 105,94 m., até o vértice 175, de coordenadas N 7.075.440,048 m. e E 672.781,185 m.; deste, segue a distância de 472,48 m., confrontando neste trecho com até o vértice 176, de coordenadas N 7.075.872,319 m. e E 672.961,449 m.; deste, segue a distância de 594,03 m., confrontando neste trecho com até o vértice 177, de coordenadas N 7.076.177,159 m. e E 673.410,520 m.; deste, segue a distância de 260,04 m., no Bairro XV de Novembro até o vértice 178, de coordenadas N 7.076.376,223 m. e E 673.247,061 m.; deste, segue a distância de 368,05 m., até o vértice 179, de coordenadas N 7.076.630,133 m. e E 673.512,816 m.; deste, segue a distância de 142,48 m., até o vértice 180, de coordenadas N 7.076.698,668 m. e E 673.637,735 m.; deste, segue a distância de 264,10 m., até o vértice 181, de coordenadas N 7.076.499,343 m. e E 673.809,863 m.; deste, segue a distância de 55,72 m., até o vértice 182, de coordenadas N 7.076.482,029 m. e E 673.862,782 m.; deste, segue a distância de 106,32 m., até o vértice 183, de coordenadas N 7.076.579,588 m. e E 673.903,944 m.; deste, segue a distância de 146,41 m., no Bairro Caminho

Pequeno até o vértice 184, de coordenadas N 7.076.722,393 m. e E 673.874,506 m.; deste, segue a distância de 316,89 m., até o vértice 185, de coordenadas N 7.076.947,111 m. e E 673.654,466 m.; deste, segue a distância de 215,81 m., até o vértice 186, de coordenadas N 7.076.987,980 m. e E 673.443,261 m.; deste, segue a distância de 674,75 m., até o vértice 187, de coordenadas N 7.076.863,085 m. e E 672.781,902 m.; deste, segue a distância de 811,36 m., até o vértice 188, de coordenadas N 7.077.152,413 m. e E 672.029,943 m.; deste, segue a distância de 507,73 m., passando pela BR 280, até o vértice 189, de coordenadas N 7.077.611,727 m. e E 672.246,332 m.; deste, segue a distância de 585,67 m., até o vértice 190, de coordenadas N 7.077.371,451 m. e E 672.779,640 m.; deste, segue a distância de 964,62 m., até o vértice 191, de coordenadas N 7.077.450,147 m. e E 673.726,044 m.; deste, segue a distância de 487,92 m., até o vértice 192, de coordenadas N 7.077.195,271 m. e E 674.097,514 m.; deste, segue a distância de 652,53 m., até o vértice 193, de coordenadas N 7.076.657,867 m. e E 674.415,939 m.; deste, segue a distância de 167,13 m., no Bairro Centro até o vértice 194, de coordenadas N 7.076.591,189 m. e E 674.569,182 m.; deste, segue a distância de 116,38 m., até o vértice 195, de coordenadas N 7.076.620,341 m. e E 674.681,752 m.; deste, segue a distância de 235,78 m., no Bairro Bomplandt até o vértice 196, de coordenadas N 7.076.842,829 m. e E 674.612,459 m.; deste, segue a distância de 63,87 m., até o vértice 197, de coordenadas N 7.076.903,787 m. e E 674.571,624 m.; deste, segue a distância de 194,54 m., confrontando neste trecho com até o vértice 198, de coordenadas N 7.077.089,818 m. e E 674.521,159 m.; deste, segue a distância de 377,03 m., até o vértice 199, de coordenadas N 7.077.391,901 m. e E 674.298,431 m.; deste, segue a distância de 211,34 m., até o vértice 200, de coordenadas N 7.077.457,805 m. e E 674.100,459 m.; deste, segue a distância de 119,85 m., até o vértice 201, de coordenadas N 7.077.550,306 m. e E 674.024,260 m.; deste, segue a distância de 368,52 m., até o vértice 202, de coordenadas N 7.077.915,712 m. e E 674.005,421 m.; deste, a distância de 357,76 m., até o vértice 203, de coordenadas N 7.078.252,415 m. e E 674.123,753 m.; deste, segue a distância de 241,82 m., até o vértice 204, de coordenadas N 7.078.383,780 m. e E 673.926,636 m.; deste, segue a distância de 279,84 m., até o vértice 205, de coordenadas N 7.078.551,874 m. e E 673.715,007 m.; deste, segue a distância de 132,97 m., até o vértice 206, de coordenadas N 7.078.619,937 m. e E 673.588,512 m.; deste, segue a distância de 151,10 m., até o vértice 207, de coordenadas N 7.078.508,489 m. e E 673.486,856 m.; deste, segue a distância de 129,28 m., até o vértice 208, de coordenadas N 7.078.493,341 m. e E 673.359,190 m.; deste, segue a distância de 183,55 m., até o vértice 209, de coordenadas N 7.078.500,239 m. e E 673.181,120 m.; deste, segue a distância de 558,07 m., até o vértice 210, de coordenadas N 7.078.424,171 m. e E 672.629,086 m.; deste, segue a distância de 874,53 m., até o vértice 211, de coordenadas N 7.079.215,300 m. e E 673.001,799 m.; deste, segue a distância de 460,90 m., até o vértice 212, de coordenadas N 7.079.082,294 m. e E 673.438,646 m.; deste, segue a distância de 493,93 m., até o vértice 213, de coordenadas N 7.078.941,982 m. e E 673.905,873 m.; deste, segue a distância de 236,82 m., até o vértice 214, de coordenadas N 7.078.768,502 m. e E 674.063,641 m.; deste, segue a distância de 276,11 m., até o vértice 215, de coordenadas N 7.078.621,826 m. e E 674.290,291 m.; deste, segue a distância de 144,36 m., até o vértice 216, de coordenadas N 7.078.732,223 m. e E 674.382,443 m.; deste, segue a distância de 248,55 m., até o vértice 217, de coordenadas N 7.078.966,516 m. e E 674.463,904 m.; deste, segue a distância de 231,12 m., até o vértice 218, de coordenadas N 7.079.195,838 m. e E 674.455,192 m.; deste, segue a distância de 348,50 m., até o vértice 219, de coordenadas N 7.079.539,957 m. e E 674.440,363 m.; deste, segue a distância de 152,46 m., até o vértice 220, de coordenadas N 7.079.660,979 m. e E 674.528,896 m.; deste, segue a distância de 122,91 m., até o vértice 221, de coordenadas N 7.079.683,237 m. e E 674.408,039 m.; deste, segue a distância de 220,53 m., até o vértice 222, de coordenadas N

7.079.794,764 m. e E 674.220,856 m.; deste, segue a distância de 323,11 m., até o vértice 223, de coordenadas N 7.080.115,287 m. e E 674.261,634 m.; deste, segue a distância de 244,43 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 224, de coordenadas N 7.080.006,687 m. e E 674.479,280 m.; deste, segue a distância de 159,71 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 225, de coordenadas N 7.079.990,614 m. e E 674.634,004 m.; deste, segue a distância de 64,43 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 226, de coordenadas N 7.079.961,473 m. e E 674.691,310 m.; deste, segue a distância de 322,98 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 227, de coordenadas N 7.080.224,784 m. e E 674.869,479 m.; deste, segue com azimute de 46°46'03" e distância de 50,72 m., confrontando neste trecho com até o vértice 1, de coordenadas N 7.080.258,089 m. e E 674.904,904 m.; ponto inicial da descrição deste perímetro.

Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro a partir da estação ativa da RBMC de Curitiba e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° EGr, tendo como o Datum o SAD-69. E todas as distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

DATA: 28 de Julho de 2011.

Responsável Técnico: Engenheiro Agrimensor Eduardo Rodrigues Baldini CREA SC 032.899-6

Lei Complementar Nº 027/2011 - Anexo III - MEMORIAL DESCRITIVO de BAIRROS

ANEXO III

MEMORIAL DESCRITIVO DE BAIRROS

LOCAL: PERÍMETRO URBANO DE BAIRROS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ/SC.

O Perímetro Urbano dos Bairros do Município de CORUPÁ - SC, é composto por 12 (Doze) bairros distintos que são: 1 - Centro, 2 - Ano Bom, 3 - Itapocú, 4 - Bomplandt, 5 - João Tozini, 6 - Caminho Pequeno, 7 - XV de Novembro, 8 - Rio Novo, 9 - Izabel, 10 - Seminário, 11 - Poço D'anta e 12 - Pedra de Amolar, onde delimitam-se pelas poligonais formadas pelos seguintes vértices (todos Georreferenciados ao sistema UTM, Datum horizontal SAD 69 e Meridiano Central de 51°00'00" W de Gr):

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO DE BAIRROS

BAIRRO: 01 - CENTRO

ÁREA TOTAL: 1.683.231,99 m² / 1,68 km²

PERÍMETRO: 6.941,64 m

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 194, do perímetro urbano do município de Corupá de coordenadas N 7.076.591,189 m. e E 674.569,182 m.; deste, segue a distância de 116,38 m., até o vértice 195, de coordenadas N 7.076.620,341 m. e E 674.681,752 m.; deste, segue a distância de 170,98 m., até o ribeirão no vértice 1, de coordenadas N 7.076.457,037 m. e E 674.723,240 m.; deste, segue a distância de 305,12 m., pelo ribeirão até no vértice 2, de coordenadas N 7.076.559,077 m. e E 675.000,499 m.; deste, segue a distância de 368,13 m., pelo ribeirão até no vértice 3, de coordenadas N 7.076.591,698 m. e E 675.271,676 m.; deste, segue a distância de 451,86 m., pelo ribeirão até o Rio Humboldt no vértice 4, de coordenadas N 7.076.364,604 m. e E 675.511,018 m.; deste, segue a distância de 177,38 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 5, de coordenadas N 7.076.247,709 m. e E 675.577,661 m.; deste, segue a distância de 303,31 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 6, de coordenadas N 7.076.283,369 m. e E 675.861,793 m.; deste, segue a distância de 238,66 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 7, de coordenadas N 7.076.097,789 m. e E 675.990,420

m.; deste, segue a distância de 637,79 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 8, na Rua Jorge Lacerda de coordenadas N 7.075.530,853 m. e E 675.824,496 m.; deste, segue a distância de 213,24 m., pelo Rio Humboldt até o Rio Itapocú no vértice 9, de coordenadas N 7.075.356,8678 m. e E 675.910,866 m.; deste, segue a distância de 551,84 m., pelo Rio Itapocú e Rio Novo até o vértice 10, de coordenadas N 7.075.660,266 m. e E 675.554,651 m.; deste, segue a distância de 286,19 m., pelo Rio Novo até o vértice 11, de coordenadas N 7.075.832,724 m. e E 675.383,221 m.; deste, segue a distância de 1.031,10 m., pelo Rio Novo até o vértice 12, na BR 280 de coordenadas N 7.074.996,081 m. e E 674.849,121 m.; deste, segue a distância de 664,89 m., pela BR 280 até o vértice 13, de coordenadas N 7.075.441,548 m. e E 674.398,582 m.; deste, segue a distância de 1.067,87 m., pela BR 280 até o vértice 14, de coordenadas N 7.076.495,796 m. e E 674.286,181 m.; deste, segue a distância de 221,66 m., até o vértice 15, de coordenadas N 7.076.645,115 m. e E 674.445,224 m.; deste, segue a distância de 135,18 m., até o vértice 194, do perímetro urbano do município de Corupá de coordenadas N 7.076.591,189 m. e E 674.569,182 m.; ponto inicial da descrição deste perímetro.

Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro a partir da estação ativa da RBMC de Curitiba e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° EGr, tendo como o Datum o SAD-69. E todas as distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

BAIRRO: 02 - ANO BOM

ÁREA TOTAL: 2.818.592,64 m² / 2,81 km²

PERÍMETRO: 11.577,19 m

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 24, do perímetro urbano do município de Corupá próximo a Rua Carlos Eduardo Weber de coordenadas N 7.078.485,042 m. e E 675.853,041 m.; deste, segue a distância de 182,88 m. pelo Bairro Ano Bom, até o vértice 25, de coordenadas N 7.078.640,861 m. e E 675.948,538 m.; deste, segue a distância de 272,72 m., até o vértice 26, de coordenadas N 7.078.912,531 m. e E 675.958,236 m.; deste, a distância de 192,30 m., até o vértice 27, de coordenadas N 7.079.064,835 m. e E 676.073,972 m.; deste, segue a distância de 445,60 m., até o vértice 28, limite do município de Corupá com São Bento do Sul de coordenadas N 7.079.448,853 m. e E 676.282,779 m.; deste, segue a distância de 345,62 m., no limite do município de Corupá com São Bento do Sul até o vértice 29, de coordenadas N 7.079.179,792 m. e E 676.499,710 m.; deste, a distância de 72,16 m., pelo Rio Ano Bom até o vértice 30, no de coordenadas N 7.079.119,559 m. e E 676.464,173 m.; deste, segue a distância de 86,36 m., pelo Rio Ano Bom até o vértice 31, de coordenadas N 7.079.048,642 m. e E 676.415,763 m.; deste, segue a distância de 356,84 m., pelo Rio Ano Bom até o vértice 32, de coordenadas N 7.078.759,638 m. e E 676.261,027 m.; deste, segue a distância de 166,10 m., pelo Rio Ano Bom até o vértice 33, de coordenadas N 7.078.670,430 m. e E 676.383,222 m.; deste, segue a distância de 228,00 m., pelo Rio Ano Bom até o vértice 34, de coordenadas N 7.078.464,027 m. e E 676.401,296 m.; deste, segue a distância de 82,55 m., pelo Rio Ano Bom até o vértice 35, de coordenadas N 7.078.383,856 m. e E 676.412,920 m.; deste, segue a distância de 51,70 m., pelo Rio Ano Bom até o vértice 36, de coordenadas N 7.078.345,091 m. e E 676.380,643 m.; deste, segue a distância de 165,02 m., pelo Rio Ano Bom até o vértice 37, de coordenadas N 7.078.363,062 m. e E 676.223,562 m.; deste, segue a distância de 54,36 m., pelo Rio Ano Bom até o vértice 38, de coordenadas N 7.078.312,950 m. e E 676.220,794 m.; deste, segue a distância de 300,62 m., pelo Rio Ano Bom até o vértice 39, de coordenadas N 7.078.076,355 m. e E 676.145,019 m.; deste, segue a distância de 105,48 m., pelo Rio Ano Bom até o vértice 40, de coordenadas N 7.078.045,942 m. e E 676.230,133 m.; deste, segue a distância de 115,06 m., pelo Rio Ano Bom até o vértice 41, de coordenadas N

7.078.060,144 m. e E 676.332,274 m.; deste, segue a distância de 203,30 m., pelo Rio Ano Bom até o vértice 42, de coordenadas N 7.077.869,384 m. e E 676.363,779 m.; deste, segue a distância de 176,10 m., pelo Rio Ano Bom até o vértice 43, de coordenadas N 7.077.713,418 m. e E 676.291,109 m.; deste, segue a distância de 318,08 m., até o vértice 44, próximo a Rua Franz Kurt Klotzch de coordenadas N 7.077.688,446 m. e E 676.608,209 m.; deste, segue a distância de 1.219,79 m., até o vértice 45, de coordenadas N 7.076.473,183 m. e E 676.510,610 m.; deste, segue a distância de 348,50 m., até o vértice 46, de coordenadas N 7.076.130,531 m. e E 676.567,563 m.; deste, segue a distância de 319,24 m., até o vértice 47, de coordenadas N 7.075.819,557 m. e E 676.510,740 m.; deste, segue a distância de 206,84 m., até o vértice 1, de coordenadas N 7.075.616,621 m. e E 676.470,745 m.; deste, segue a distância de 208,99 m., até o vértice 2, de coordenadas N 7.075.645,148 m. e E 676.263,706 m.; deste, segue a distância de 101,20 m., até o vértice 3, de coordenadas N 7.075.548,674 m. e E 676.233,141 m.; deste, segue a distância de 124,47 m., até o vértice 4, de coordenadas N 7.075.571,622 m. e E 676.115,608 m.; deste, segue a distância de 199,35 m., até o vértice 5, de coordenadas N 7.075.416,856 m. e E 675.990,046 m.; deste, segue a distância de 192,29 m., até o vértice 6, pela Rua Abilio Lunelli de coordenadas N 7.075.527,991 m. e E 675.848,376 m.; deste, segue a distância de 641,28 m., pelo Rio Ano Bom até o vértice 7, de coordenadas N 7.076.112,859 m. e E 676.025,339 m.; deste, segue a distância de 252,32 m., pelo Rio Ano Bom até o vértice 8, de coordenadas N 7.076.305,678 m. e E 675.871,438 m.; deste, segue a distância de 336,25 m., pelo Rio Ano Bom até o vértice 9, de coordenadas N 7.076.304,609 m. e E 675.549,353 m.; deste, segue a distância de 1.146,01 m., pelo Rio Ano Bom até o vértice 10, de coordenadas N 7.077.369,127 m. e E 675.595,646 m.; deste, segue a distância de 517,23 m., pelo Rio Ano Bom até o vértice 11, de coordenadas N 7.077.819,412 m. e E 675.436,799 m.; deste, segue a distância de 352,44 m., pelo Rio Ano Bom até o vértice 12, de coordenadas N 7.077.771,627 m. e E 675.749,987 m.; deste, segue a distância de 583,99 m., pelo Rio Ano Bom até o vértice 13, de coordenadas N 7.078.219,028 m. e E 675.613,568 m.; deste, segue a distância de 296,05 m., pelo Rio Ano Bom até o vértice 14, de coordenadas N 7.078.316,861 m. e E 675.355,062 m.; deste, segue a distância de 533,76 m., pelo Rio Ano Bom até o vértice 15, de coordenadas N 7.078.486,646 m. e E 675.776,757 m.; deste, segue a distância de 76,30 m., até o vértice 24, do perímetro urbano do município de Corupá próximo a Rua Carlos Eduardo Weber de coordenadas N 7.078.485,042 m. e E 675.853,041 m.; ponto inicial da descrição deste perímetro.

Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro a partir da estação ativa da RBMC de Curitiba e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° EGr, tendo como o Datum o SAD-69. E todas as distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

BAIRRO: 03 - ITAPOCÚ

ÁREA TOTAL: 614.497,94 m² / 0,61 km²

PERÍMETRO: 4.522,44 m

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 47, do perímetro urbano do município de Corupá de coordenadas N 7.075.819,557 m. e E 676.510,740 m.; deste, segue a distância de 677,30 m., limite do Bairro Ano Bom com Bairro Itapocú confrontando neste trecho até o vértice 48, de coordenadas N 7.075.751,850 m. e E 677.179,115 m.; deste, segue a distância de 453,62 m., até o vértice 49, limite deste perímetro de coordenadas N 7.075.550,729 m. e E 677.581,448 m.; deste, segue a distância de 313,55 m., até o vértice 50, na Rua Abilio Lunelli de coordenadas N 7.075.310,303 m. e E 677.391,767 m.; deste, segue a distância de 96,13 m., pela Rua Abilio Lunelli até o vértice 51, de coordenadas N 7.075.342,583 m. e E 677.301,951 m.; deste, segue a distância

de 73,17 m., pela Rua Abilio Lunelli até o ribeirão de vértice 52, de coordenadas N 7.075.380,617 m. e E 677.239,651 m.; deste, segue a distância de 72,48 m., pelo Ribeirão até o vértice 53, de coordenadas N 7.075.325,648 m. e E 677.197,549 m.; deste, segue com azimute de 188°58'28" e distância de 294,85 m., pelo ribeirão até o Rio Itapocú no vértice 54, de coordenadas N 7.075.078,664 m. e E 677.158,542 m.; deste, segue a distância de 517,63 m., pelo Rio Itapocú no vértice 1, do perímetro do Bairro Itapocú de coordenadas N 7.075.303,102 m. e E 676.717,820 m.; deste, segue a distância de 815,09 m., pelo Rio Itapocú no vértice 2, de coordenadas N 7.075.377,763 m. e E 675.921,405 m.; deste, segue a distância de 175,06 m., pelo Rio Itapocú no vértice 3, de coordenadas N 7.075.528,005 m. e E 675.848,374 m.; deste, segue a distância de 192,29 m., pela Rua Abilio Lunelli até o vértice 4, de coordenadas N 7.075.416,856 m. e E 675.990,046 m.; deste, segue a distância de 199,36 m., até o vértice 5, de coordenadas N 7.075.571,622 m. e E 676.115,609 m.; deste, segue a distância de 124,47 m., até o vértice 6, de coordenadas N 7.075.548,674 m. e E 676.233,141 m.; deste, segue a distância de 101,20 m., até o vértice 7, de coordenadas N 7.075.645,148 m. e E 676.263,706 m.; deste, segue a distância de 208,99 m., até o vértice 8, de coordenadas N 7.075.616,621 m. e E 676.470,745 m.; deste, segue a distância de 206,84 m., até o vértice 47, do perímetro urbano do município de Corupá de coordenadas N 7.075.819,557 m. e E 676.510,740 m.; ponto inicial da descrição deste perímetro.

Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro a partir da estação ativa da RBMC de Curitiba e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° Egr, tendo como o Datum o SAD-69. E todas as distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

BAIRRO: 04 - BOMPLANDT

ÁREA TOTAL: 4.491.048,38 m² / 4,49 km²

PERÍMETRO: 16.254,26 m

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 195, do perímetro urbano do município de Corupá de coordenadas N 7.076.620,341 m. e E 674.681,752 m.; deste, segue a distância de 235,78 m., no Bairro Bomplandt até o vértice 196, de coordenadas N 7.076.842,829 m. e E 674.612,459 m.; deste, segue a distância de 63,87 m., até o vértice 197, de coordenadas N 7.076.903,787 m. e E 674.571,624 m.; deste, segue a distância de 194,54 m., confrontando neste trecho com até o vértice 198, de coordenadas N 7.077.089,818 m. e E 674.521,159 m.; deste, segue a distância de 377,03 m., até o vértice 199, de coordenadas N 7.077.391,901 m. e E 674.298,431 m.; deste, segue a distância de 211,34 m., até o vértice 200, de coordenadas N 7.077.457,805 m. e E 674.100,459 m.; deste, segue a distância de 119,85 m., até o vértice 201, de coordenadas N 7.077.550,306 m. e E 674.024,260 m.; deste, segue a distância de 368,52 m., até o vértice 202, de coordenadas N 7.077.915,712 m. e E 674.005,421 m.; deste, a distância de 357,76 m., até o vértice 203, de coordenadas N 7.078.252,415 m. e E 674.123,753 m.; deste, segue a distância de 241,82 m., até o vértice 204, de coordenadas N 7.078.383,780 m. e E 673.926,636 m.; deste, segue a distância de 279,84 m., até o vértice 205, de coordenadas N 7.078.551,874 m. e E 673.715,007 m.; deste, segue a distância de 132,97 m., até o vértice 206, de coordenadas N 7.078.619,937 m. e E 673.588,512 m.; deste, segue a distância de 151,10 m., até o vértice 207, de coordenadas N 7.078.508,489 m. e E 673.486,856 m.; deste, segue a distância de 129,28 m., até o vértice 208, de coordenadas N 7.078.493,341 m. e E 673.359,190 m.; deste, segue a distância de 183,55 m., até o vértice 209, de coordenadas N 7.078.500,239 m. e E 673.181,120 m.; deste, segue a distância de 558,07 m., até o vértice 210, de coordenadas N 7.078.424,171 m. e E 672.629,086 m.; deste, segue a distância de 874,53 m., até o vértice 211, de coordenadas N 7.079.215,300 m. e E 673.001,799 m.; deste, segue a distância de 460,90 m., até o

vértice 212, de coordenadas N 7.079.082,294 m. e E 673.438,646 m.; deste, segue a distância de 493,93 m., até o vértice 213, de coordenadas N 7.078.941,982 m. e E 673.905,873 m.; deste, segue a distância de 236,82 m., até o vértice 214, de coordenadas N 7.078.768,502 m. e E 674.063,641 m.; deste, segue a distância de 276,11 m., até o vértice 215, de coordenadas N 7.078.621,826 m. e E 674.290,291 m.; deste, segue a distância de 144,36 m., até o vértice 216, de coordenadas N 7.078.732,223 m. e E 674.382,443 m.; deste, segue a distância de 248,55 m., até o vértice 217, de coordenadas N 7.078.966,516 m. e E 674.463,904 m.; deste, segue a distância de 231,12 m., até o vértice 218, de coordenadas N 7.079.195,838 m. e E 674.455,192 m.; deste, segue a distância de 348,50 m., até o vértice 219, de coordenadas N 7.079.539,957 m. e E 674.440,363 m.; deste, segue a distância de 152,46 m., até o vértice 220, de coordenadas N 7.079.660,979 m. e E 674.528,896 m.; deste, segue a distância de 122,91 m., até o vértice 221, de coordenadas N 7.079.683,237 m. e E 674.408,039 m.; deste, segue a distância de 220,53 m., até o vértice 222, de coordenadas N 7.079.794,764 m. e E 674.220,856 m.; deste, segue a distância de 323,11 m., até o vértice 223, de coordenadas N 7.080.115,287 m. e E 674.261,634 m.; deste, segue a distância de 244,43 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 224, de coordenadas N 7.080.006,687 m. e E 674.479,280 m.; deste, segue a distância de 159,71 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 225, de coordenadas N 7.079.990,614 m. e E 674.634,004 m.; deste, segue a distância de 64,43 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 226, de coordenadas N 7.079.961,473 m. e E 674.691,310 m.; deste, segue a distância de 322,98 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 227, de coordenadas N 7.080.224,784 m. e E 674.869,479 m.; deste, segue com azimute de 46°46'03" e distância de 50,72 m., até o vértice 1, de coordenadas N 7.080.258,089 m. e E 674.904,904 m., situado no limite Norte deste perímetro com o Rio Humboldt, deste, segue com a distância de 71,69 m, confrontando neste trecho até o vértice 2, de coordenadas N 7.080.223,744 m. e E 674.964,293 m.; deste segue a distância de 280,45 m, pelo Rio Humboldt até o vértice 3, de coordenadas N 7.079.947,439 m. e E 674.990,292 m.; deste, segue a distância de 312,01 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 4, de coordenadas N 7.079.640,380 m. e E 674.943,750 m.; deste, segue a distância de 249,12 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 5, de coordenadas N 7.079.437,193 m. e E 674.800,295 m.; deste, segue a distância de 101,44 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 6, de coordenadas N 7.079.340,701 m. e E 674.771,426 m.; deste segue a distância de 82,09 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 7, de coordenadas N 7.079.260,846 m. e E 674.789,192 m.; deste, segue a distância de 145,78 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 8, de coordenadas N 7.079.179,881 m. e E 674.909,109 m.; deste, segue a distância de 74,94 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 9, de coordenadas N 7.079.167,681 m. e E 674.982,391 m.; deste, segue a distância de 61,13 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 10, de coordenadas N 7.079.216,482 m. e E 675.014,591 m.; deste, segue a distância de 189,89 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 11, de coordenadas N 7.079.385,065 m. e E 675.100,087 m.; deste, segue a distância de 52,52 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 12, de coordenadas N 7.079.419,447 m. e E 675.137,839 m.; deste, segue a distância de 42,08 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 13, de coordenadas N 7.079.401,701 m. e E 675.173,370 m.; deste, segue a distância de 57,92 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 14, de coordenadas N 7.079.347,355 m. e E 675.193,356 m.; deste, segue a distância de 63,14 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 15, de coordenadas N 7.079.288,573 m. e E 675.177,811 m.; deste, segue a distância de 86,17 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 16, de coordenadas N 7.079.229,791 m. e E 675.115,632 m.; deste, segue a distância de 109,96 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 17, de coordenadas N 7.079.120,566 m. e E 675.110,121 m.; deste, segue a distância de 55,52 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 18, de coordenadas N 7.079.087,293 m. e E 675.154,534 m.; deste, segue a distância de 165,81 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 19, de coordenadas N 7.079.038,493 m. e E 675.311,093 m.; deste, segue a distância de 153,97 m., pelo Rio Humboldt até

o vértice 20, de coordenadas N 7.078.911,521 m. e E 675.395,776 m.; deste, segue a distância de 412,55 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 21, de coordenadas N 7.078.644,207 m. e E 675.691,133 m.; deste, segue a distância de 141,71 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 22, de coordenadas N 7.078.527,864 m. e E 675.756,454 m.; deste, segue a distância de 44,95 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 23, de coordenadas N 7.078.487,438 m. e E 675.739,089 m.; deste, segue a distância de 509,12 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 1, do perímetro do Bairro Bomplandt de coordenadas N 7.078.310,984 m. e E 675.333,7840 m.; deste, segue a distância de 279,47 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 2, de coordenadas N 7.078.210,363 m. e E 675.563,588 m.; deste, segue a distância de 513,00 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 3, de coordenadas N 7.077.784,411 m. e E 675.726,512 m.; deste, segue a distância de 314,25 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 4, de coordenadas N 7.077.838,652 m. e E 675.432,961 m.; deste, segue a distância de 555,28 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 5, de coordenadas N 7.077.356,796 m. e E 675.585,933 m.; deste, segue a distância de 502,46 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 6, de coordenadas N 7.076.896,739 m. e E 675.447,766 m.; deste, segue a distância de 545,36 m., pelo Rio Humboldt até o vértice 7, no ribeirão de coordenadas N 7.076.368,921 m. e E 675.510,878 m.; deste, segue a distância de 451,28 m., pelo Ribeirão até o vértice 8, de coordenadas N 7.076.594,234 m. e E 675.272,508 m.; deste, segue a distância de 371,83 m., pelo Ribeirão até o vértice 9, de coordenadas N 7.076.560,657 m. e E 674.998,330 m.; deste, segue a distância de 371,83 m., pelo Ribeirão até a Rua Alberto Darius no vértice 9, de coordenadas N 7.076.560,657 m. e E 674.998,330 m.; deste, segue a distância de 298,52 m., pelo Ribeirão até o vértice 10, de coordenadas N 7.076.461,047 m. e E 674.722,385 m.; deste, segue a distância de 166,88 m., até o vértice 195, do perímetro urbano do município de Corupá de coordenadas N 7.076.620,341 m. e E 674.681,752 m.; ponto inicial da descrição deste perímetro.

Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro a partir da estação ativa da RBMC de Curitiba e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° Egr, tendo como o Datum o SAD-69. E todas as distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

BAIRRO: 05 - JOÃO TOZINI

ÁREA TOTAL: 1.813.905,94 m² / 1,81 km²

PERÍMETRO: 9.625,70 m

Inicia-se a descrição deste perímetro no Rio Itapocú, vértice 55, do perímetro urbano do município de Corupá de coordenadas N 7.074.985,216 m. e E 677.134,575 m.; deste, segue a distância de 358,47 m., pelo Rio Itapocú até o vértice 56, de coordenadas N 7.074.768,843 m. e E 676.891,850 m.; deste, segue a distância de 99,00 m., pelo Rio Itapocú até o vértice 57, de coordenadas N 7.074.672,669 m. e E 676.880,308 m.; deste, segue a distância de 99,51 m., pelo Rio Itapocú até o vértice 58, de coordenadas N 7.074.608,495 m. e E 676.933,683 m.; deste, segue a distância de 301,74 m., pelo Rio Itapocú até o vértice 59, de coordenadas N 7.074.582,951 m. e E 677.227,312 m.; deste, segue a distância de 319,64 m., pelo Rio Itapocú até o vértice 60, de coordenadas N 7.074.742,949 m. e E 677.478,440 m.; deste, segue a distância de 300,76 m., pelo Rio Itapocú até o vértice 61, de coordenadas N 7.074.806,623 m. e E 677.767,136 m.; deste, segue a distância de 238,36 m., pelo Rio Itapocú até o vértice 62, de coordenadas N 7.074.873,312 m. e E 677.974,330 m.; deste, segue a distância de 278,13 m., pelo Rio Itapocú até o vértice 63, de coordenadas N 7.074.629,916 m. e E 678.081,413 m.; deste, segue a distância de 303,66 m., pelo Rio Itapocú até o vértice 64, de coordenadas N 7.074.419,894 m. e E 678.263,218 m.; deste, segue a distância de 192,68 m., pelo Rio Itapocú até o vértice 1, do perímetro do Bairro João Tozini, de coordenadas N 7.074.356,385 m. e E

678.432,653 m.; deste, segue a distância de 184,23 m., pelo Ribeirão até o vértice 2, limite com o Bairro Poço D'anta de coordenadas N 7.074.249,513 m. e E 678.362,317 m.; deste, segue a distância de 98,65 m., até o vértice 3, na BR 280 de coordenadas N 7.074.166,335 m. e E 678.401,091 m.; deste, segue a distância de 289,85 m., pela BR 280 até o vértice 4, de coordenadas N 7.074.365,135 m. e E 678.196,384 m.; deste, segue a distância de 1.159,27 m., pela BR 280 até o vértice 5, de coordenadas N 7.074.413,272 m. e E 677.038,572 m.; deste, segue a distância de 945,32 m., pela BR 280 até o vértice 6, de coordenadas N 7.074.655,199 m. e E 676.124,860 m.; deste, segue a distância de 1.299,69 m., pela BR 280 até o vértice 7, no rio Novo de coordenadas N 7.074.990,637 m. e E 674.869,225 m.; deste, segue a distância de 983,70 m., pelo rio Novo até o vértice 8, de coordenadas N 7.075.788,416 m. e E 675.376,269 m.; deste, segue a distância de 705,34 m., pelo rio Novo até o vértice 9, de coordenadas N 7.075.290,101 m. e E 675.829,263 m.; deste, segue a distância de 632,11 m., pelo Rio Novo e Rio Itapocú até o vértice 10, de coordenadas N 7.075.304,837 m. e E 676.428,874 m.; deste, segue a distância de 835,69 m., pelo Rio Itapocú até o vértice 55, do perímetro urbano do município de Corupá de coordenadas N 7.075.788,416 m. e E 675.376,269 m.; ponto inicial da descrição deste perímetro.

Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro a partir da estação ativa da RBMC de Curitiba e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° Egr, tendo como o Datum o SAD-69. E todas as distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

BAIRRO: 06 - CAMINHO PEQUENO

ÁREA TOTAL: 1.275.033,37 m² / 1,27 km²

PERÍMETRO: 6.008,32 m

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 183, do perímetro urbano do município de Corupá de coordenadas N 7.076.579,588 m. e E 673.903,944 m.; deste, segue a distância de 146,41 m., no Bairro Caminho Pequeno até o vértice 184, de coordenadas N 7.076.722,393 m. e E 673.874,506 m.; deste, segue a distância de 316,89 m., até o vértice 185, de coordenadas N 7.076.947,111 m. e E 673.654,466 m.; deste, segue a distância de 215,81 m., até o vértice 186, de coordenadas N 7.076.987,980 m. e E 673.443,261 m.; deste, segue a distância de 674,75 m., até o vértice 187, de coordenadas N 7.076.863,085 m. e E 672.781,902 m.; deste, segue a distância de 811,36 m., até o vértice 188, de coordenadas N 7.077.152,413 m. e E 672.029,943 m.; deste, segue a distância de 507,73 m., passando pela BR 280, até o vértice 189, de coordenadas N 7.077.611,727 m. e E 672.246,332 m.; deste, segue a distância de 585,67 m., até o vértice 190, de coordenadas N 7.077.371,451 m. e E 672.779,640 m.; deste, segue a distância de 964,62 m., até o vértice 191, de coordenadas N 7.077.450,147 m. e E 673.726,044 m.; deste, segue a distância de 487,92 m., até o vértice 192, de coordenadas N 7.077.195,271 m. e E 674.097,514 m.; deste, segue a distância de 652,53 m., até o vértice 193, de coordenadas N 7.076.657,867 m. e E 674.415,939 m.; deste, segue a distância de 31,94 m., até o vértice 1, do perímetro do Bairro Caminho Pequeno, de coordenadas N 7.076.645,115 m. e E 674.445,224 m.; deste, segue a distância de 221,66 m., pelo ribeirão até a BR 280 no vértice 2, de coordenadas N 7.076.495,115 m. e E 674.286,185 m.; deste, segue a distância de 391,33 m., até o vértice 183, do perímetro urbano do município de Corupá de coordenadas N 7.076.579,588 m. e E 673.903,944 m., ponto inicial da descrição deste perímetro.

Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro a partir da estação ativa da RBMC de Curitiba e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° Egr, tendo como o Datum o SAD-69. E todas as distâncias, áreas e perímetros foram calculados no

plano de projeção UTM.

BAIRRO: 07 - XV DE NOVEMBRO

ÁREA TOTAL: 1.107.888,23 m² / 1,10 km²

PERÍMETRO: 6.209,74 m

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 177, do perímetro urbano do município de Corupá de coordenadas N 7.076.177,159 m. e E 673.410,520 m.; deste, segue a distância de 260,04 m., no Bairro XV de Novembro até o vértice 178, de coordenadas N 7.076.376,223 m. e E 673.247,061 m.; deste, segue a distância de 368,05 m., até o vértice 179, de coordenadas N 7.076.630,133 m. e E 673.512,816 m.; deste, segue a distância de 142,48 m., até o vértice 180, de coordenadas N 7.076.698,668 m. e E 673.637,735 m.; deste, segue a distância de 264,10 m., até o vértice 181, de coordenadas N 7.076.499,343 m. e E 673.809,863 m.; deste, segue a distância de 55,72 m., até o vértice 182, de coordenadas N 7.076.482,029 m. e E 673.862,782 m.; deste, segue a distância de 106,32 m., até o vértice 183, de coordenadas N 7.076.579,588 m. e E 673.903,944 m.; deste, segue a distância de 342,17 m., até a BR 280, vértice 1, de coordenadas N 7.076.506,318 m. e E 674.238,185 m.; deste, segue a distância de 1.117,49 m., pela BR 280, até o vértice 2, de coordenadas N 7.075.402,677 m. e E 674.403,181 m.; deste, segue a distância de 631,44 m., pela BR 280, até o vértice 3, na ponte sobre o Rio Novo de coordenadas N 7.074.988,318 m. e E 674.844,710 m.; deste, segue a distância de 418,14 m., pelo Rio Novo, até o vértice 4, de coordenadas N 7.074.641,259 m. e E 674.656,537 m.; deste, segue a distância de 375,59 m., pelo Rio Novo, até o vértice 5, de coordenadas N 7.074.994,701 m. e E 674.634,993 m.; deste, segue a distância de 778,25 m., pelo Rio Novo, até o vértice 6, de coordenadas N 7.075.502,127 m. e E 674.064,091 m.; deste, segue a distância de 567,30 m., pelo Rio Novo, até o vértice 7, de coordenadas N 7.075.441,731 m. e E 673.508,963 m.; deste, segue a distância de 364,15 m., pelo Rio Novo, até o vértice 8, de coordenadas N 7.075.760,341 m. e E 673.447,781 m.; deste, segue a distância de 418,47 m., do Rio Novo, até o vértice 177 do perímetro urbano do município de Corupá, de coordenadas N 7.076.177,159 m. e E 673.410,520 m.; ponto inicial da descrição deste perímetro.

Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro a partir da estação ativa da RBMC de Curitiba e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° EGr, tendo como o Datum o SAD-69. E todas as distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

BAIRRO: 08 - RIO NOVO

ÁREA TOTAL: 931.195,30 m² / 0,93 km²

PERÍMETRO: 6.522,79 m

Inicia-se a descrição deste perímetro, no Bairro Rio Novo, vértice 167, do perímetro urbano do município de Corupá de coordenadas N 7.075.405,544 m. e E 672.024,212 m.; deste, segue a distância de 180,22 m., até o vértice 168, de coordenadas N 7.075.238,123 m. e E 672.090,033 m.; deste, segue a distância de 221,75 m., até o vértice 169, de coordenadas N 7.075.192,114 m. e E 672.305,704 m.; deste, segue a distância de 223,13 m., até o vértice 170, de coordenadas N 7.075.406,974 m. e E 672.359,893 m.; deste, segue a distância de 319,56 m., até o vértice 171, de coordenadas N 7.075.704,442 m. e E 672.476,633 m.; deste, segue a distância de 267,82 m., até o vértice 172, de coordenadas N 7.075.972,008 m. e E 672.488,124 m.; deste, segue a distância de 211,65 m., até o vértice 173, de coordenadas N 7.076.006,845 m. e E 672.696,892 m.; deste, segue a distância de 594,49 m., até o vértice 174, de coordenadas N 7.075.412,602 m. e E 672.680,024 m.; deste, segue a distância de 105,94 m., até o vértice 175, de coordenadas N 7.075.440,048 m. e E 672.781,185 m.; deste, segue a distância de 472,48 m., até o vértice 176, de coordenadas

N 7.075.872,319 m. e E 672.961,449 m.; deste, segue a distância de 594,03 m., até o vértice 177, de coordenadas N 7.076.177,159 m. e E 673.410,520 m.; deste, segue a distância de 418,47 m., até o vértice 1, no Rio Novo de coordenadas N 7.075.760,341 m. e E 673.447,781 m.; deste, segue a distância de 1.196,49 m., pelo Rio Novo até o vértice 2, de coordenadas N 7.075.103,932 m. e E 672.802,798 m.; deste, segue a distância de 1.082,42 m., pelo Rio Novo até o vértice 3, de coordenadas N 7.074.973,777 m. e E 671.812,828 m.; deste, segue a distância de 498,08 m., pelo Rio Novo e pelo Ribeirão até o vértice 4, de coordenadas N 7.075.385,810 m. e E 671.889,502 m.; deste, segue a distância de 136,14 m., até o vértice 167, do perímetro urbano do município de Corupá de coordenadas N 7.075.405,544 m. e E 672.024,212 m., ponto inicial da descrição deste perímetro.

Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro a partir da estação ativa da RBMC de Curitiba e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° EGr, tendo como o Datum o SAD-69. E todas as distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

BAIRRO: 09 - IZABEL

ÁREA TOTAL: 2.656.851,73 m² / 2,65 km²

PERÍMETRO: 12.123,77 m

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 139, do perímetro urbano do município de Corupá de coordenadas N 7.073.851,442 m. e E 673.606,039 m.; deste, segue a distância de 293,97 m., até o vértice 140, no Bairro Izabel de coordenadas N 7.073.706,949 m. e E 673.354,679 m.; deste, segue com a distância de 309,59 m., até o vértice 141, de coordenadas N 7.073.719,955 m. e E 673.053,332 m.; deste, segue a distância de 470,99 m., até o vértice 142, de coordenadas N 7.073.269,005 m. e E 672.925,135 m.; deste, segue a distância de 248,00 m., até o vértice 143, de coordenadas N 7.073.028,154 m. e E 672.904,027 m.; deste, segue a distância de 403,09 m., até o vértice 144, de coordenadas N 7.072.972,624 m. e E 672.504,776 m.; deste, segue a distância de 254,90 m., até o vértice 145, de coordenadas N 7.073.221,643 m. e E 672.523,405 m.; deste, segue a distância de 1.408,52 m., até o vértice 146, de coordenadas N 7.074.335,089 m. e E 671.660,759 m.; deste, segue a distância de 208,23 m., até o vértice 147, de coordenadas N 7.074.298,672 m. e E 671.455,735 m.; deste, segue a distância de 157,65 m., até o vértice 148, de coordenadas N 7.074.341,811 m. e E 671.304,100 m.; deste, segue a distância de 148,00 m., até o vértice 149, de coordenadas N 7.074.347,802 m. e E 671.158,253 m.; deste, segue a distância de 76,32 m., até o vértice 150, de coordenadas N 7.074.306,055 m. e E 671.097,988 m.; deste, segue a distância de 326,74 m., até o vértice 151, de coordenadas N 7.074.069,610 m. e E 670.922,089 m.; deste, segue a distância de 203,77 m., até o vértice 152, de coordenadas N 7.074.165,668 m. e E 670.749,110 m.; deste, segue a distância de 225,25 m., até o vértice 153, de coordenadas N 7.074.015,061 m. e E 670.591,678 m.; deste, segue a distância de 126,11 m., passando pela Rua Izabel, confrontando neste trecho com o rio Izabel até o vértice 154, de coordenadas N 7.074.120,031 m. e E 670.521,788 m.; deste, segue a distância de 177,74 m., pelo Rio Izabel, até o vértice 155, de coordenadas N 7.074.259,073 m. e E 670.623,673 m.; deste, segue a distância de 318,66 m., pelo Rio Izabel até o vértice 156, de coordenadas N 7.074.207,771 m. e E 670.910,787 m.; deste, segue a distância de 370,75 m., pelo Rio Izabel até o vértice 157, de coordenadas N 7.074.480,967 m. e E 671.089,704 m.; deste, segue a distância de 742,04 m., pelo Rio Izabel até o vértice 158, de coordenadas N 7.074.992,091 m. e E 671.420,111 m.; deste, segue a distância de 279,57 m., pelo Rio Izabel até o vértice 159, de coordenadas N 7.075.173,474 m. e E 671.600,613 m.; deste, segue a distância de 297,50 m., até o vértice 160, de coordenadas N 7.075.412,267 m. e E 671.457,540 m.; deste, segue a distância de 261,63 m., até o

vértice 161, de coordenadas N 7.075.630,315 m. e E 671.370,768 m.; deste, segue a distância de 66,35 m., até o vértice 162, de coordenadas N 7.075.689,345 m. e E 671.340,671 m.; deste, segue a distância de 194,15 m., passando pela Rua Felipe Schmidt até o Ribeirão no vértice 163, de coordenadas N 7.075.864,984 m. e E 671.423,417 m.; deste, segue a distância de 173,70 m., segue pelo ribeirão até o vértice 164, de coordenadas N 7.075.725,751 m. e E 671.522,656 m.; deste, segue a distância de 199,00 m., pelo ribeirão até o vértice 165, de coordenadas N 7.075.532,894 m. e E 671.486,435 m.; deste, segue a distância de 422,30 m., pelo ribeirão até o vértice 166, de coordenadas N 7.075.383,600 m. e E 671.874,419 m.; deste, segue a distância de 297,81 m., pelo ribeirão até o vértice 1, perímetro do Bairro Izabel até o Rio Izabel de coordenadas N 7.075.157,311 m. e E 671.773,532 m.; deste, segue a distância de 243,23 m., pelo rio Novo até o vértice 2, de coordenadas N 7.074.922,667 m. e E 671.780,598 m.; deste, segue a distância de 795,16 m., pelo rio Novo até o vértice 3, de coordenadas N 7.074.958,694 m. e E 672.511,507 m.; deste, segue a distância de 538,85 m., pelo rio Novo até o vértice 4, divisa de perímetro do Bairro Izabel com o Bairro Seminário de coordenadas N 7.075.015,060 m. e E 672.992,723 m.; deste, segue a distância de 1.092,32 m., até o vértice 5, divisa de perímetro do Bairro Izabel com o Bairro Seminário de coordenadas N 7.073.916,439 m. e E 673.010,757 m.; deste, segue a distância de 302,31 m., pela Rua Roberto Seidel até o vértice 6, de coordenadas N 7.073.906,851 m. e E 673.302,739 m.; deste, segue a distância de 314,04 m., pela Rua Roberto Seidel até o vértice 7, de coordenadas N 7.074.059,700 m. e E 673.567,767 m.; deste, segue a distância de 217,88 m., até o vértice 139, de coordenadas N 7.073.851,442 m. e E 673.606,039 m., do perímetro urbano do município de Corupá, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro a partir da estação ativa da RBMC de Curitiba e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° EGr, tendo como o Datum o SAD-69. E todas as distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

BAIRRO: 10 - SEMINÁRIO

ÁREA TOTAL: 4.201.939,52 m² / 4,20 km²

PERÍMETRO: 13.065,88 m

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 121, do perímetro urbano do município de Corupá de coordenadas N 7.074.423,345 m. e E 676.189,440 m.; deste, segue a distância de 390,06 m., até o vértice 122, no Bairro Seminário de coordenadas N 7.074.523,150 m. e E 675.812,362 m.; deste, segue a distância de 332,66 m., até o vértice 123, de coordenadas N 7.074.190,492 m. e E 675.811,195 m.; deste, segue a distância de 361,83 m., até o vértice 124, de coordenadas N 7.074.151,712 m. e E 675.451,453 m.; deste, segue a distância de 345,77 m., até o vértice 125, de coordenadas N 7.073.811,713 m. e E 675.388,572 m.; deste, segue a distância de 160,34 m., até o vértice 126, de coordenadas N 7.073.684,741 m. e E 675.290,654 m.; deste, segue a distância de 397,89 m., até o vértice 127, de coordenadas N 7.073.591,319 m. e E 674.904,014 m.; deste, segue a distância de 330,93 m., até o vértice 128, de coordenadas N 7.073.359,681 m. e E 674.681,704 m.; deste, segue a distância de 554,51 m., até o vértice 129, de coordenadas N 7.072.874,672 m. e E 674.421,925 m.; deste, segue a distância de 357,49 m., até o vértice 130, de coordenadas N 7.072.619,382 m. e E 674.192,585 m.; deste, segue a distância de 259,37 m., até o vértice 131, de coordenadas N 7.072.446,193 m. e E 674.008,211 m.; deste, segue a distância de 412,10 m., até o vértice 132, de coordenadas N 7.072.780,509 m. e E 673.767,250 m.; deste, segue a distância de 116,77 m., até o vértice 133, de coordenadas N 7.072.849,908 m. e E 673.859,385 m.; deste, segue a distância de 227,58 m., até o vértice 134, de coordenadas N 7.072.992,655 m. e E 674.030,208 m.; deste, segue a distância de

611,67 m., até o vértice 135, de coordenadas N 7.073.533,242 m. e E 674.274,583 m.; deste, segue a distância de 206,20 m., até o vértice 136, de coordenadas N 7.073.717,716 m. e E 674.362,901 m.; deste, segue a distância de 309,18 m., confrontando neste trecho com até o vértice 137, de coordenadas N 7.073.982,044 m. e E 674.215,901 m.; deste, segue a distância de 496,18 m., até o vértice 138, de coordenadas N 7.073.922,221 m. e E 673.725,636 m.; deste, segue a distância de 141,04 m., até o vértice 139, de coordenadas N 7.073.851,442 m. e E 673.606,039 m.; deste segue a distância de 217,88 m., até o vértice 1, perímetro do bairro Seminário com o Bairro Izabel, na Rua Roberto Seidel, de coordenadas N 7.074.065,741 m. e E 673.566,657 m.; deste segue a distância de 311,78 m., até o vértice 2, na Rua Roberto Seidel, de coordenadas N 7.073.911,861 m. e E 673.303,680 m.; deste segue a distância de 302,71 m., até o vértice 3, na Rua Roberto Seidel, de coordenadas N 7.073.911,861 m. e E 673.303,680 m.; deste segue a distância de 1.092,32 m., até o vértice 4, no Rio Novo de coordenadas N 7.075.015,060 m. e E 672.992,723 m.; deste segue a distância de 950,71 m., pelo Rio Novo até o vértice 5, de coordenadas N 7.075.708,790 m. e E 673.435,409 m.; deste segue a distância de 363,37 m., pelo Rio Novo até o vértice 6, de coordenadas N 7.075.421,256 m. e E 673.473,874 m.; deste segue a distância de 592,04 m., pelo Rio Novo até o vértice 7, de coordenadas N 7.075.489,573 m. e E 674.041,653 m.; deste segue a distância de 781,75 m., pelo Rio Novo até o vértice 8, de coordenadas N 7.074.967,654 m. e E 674.594,879 m.; deste segue a distância de 370,45 m., pelo Rio Novo até o vértice 9, de coordenadas N 7.074.601,834 m. e E 674.580,648 m.; deste segue a distância de 539,41 m., pelo Rio Novo até o vértice 10, na ponte da BR 280, de coordenadas N 7.074.982,123 m. e E 674.867,639 m.; deste segue a distância de 675,44 m., pela da BR 280 até o vértice 11, de coordenadas N 7.074.808,767 m. e E 675.520,454 m.; deste segue a distância de 620,62 m., pela BR 280 até o vértice 12, de coordenadas N 7.074.648,721 m. e E 676.120,087 m.; deste segue a distância de até o vértice 121, do perímetro urbano do município de Corupá de coordenadas N 7.074.423,345 m. e E 676.189,440 m.; ponto inicial da descrição deste perímetro.

Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro a partir da estação ativa da RBMC de Curitiba e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° EGr, tendo como o Datum o SAD-69. E todas as distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

BAIRRO: 11 - POÇO D'ANTA

ÁREA TOTAL: 1.907.920,69 m² / 1,90 km²

PERÍMETRO: 9.549,41 m

Inicia-se a descrição deste perímetro no Rio Itapocú, vértice 65, do perímetro urbano do município de Corupá de coordenadas N 7.074.349,771 m. e E 678.486,870 m.; deste, segue a distância de 39,85 m., pelo Rio Itapocú até o vértice 66, de coordenadas N 7.074.312,083 m. e E 678.499,496 m.; deste, segue a distância de 160,52 m., confrontando neste trecho com até o vértice 67, de coordenadas N 7.074.337,291 m. e E 678.650,586 m.; deste, segue a distância de 301,95 m., até o vértice 68, no Bairro Poço D'anta de coordenadas N 7.074.099,299 m. e E 678.835,512 m.; deste, segue a distância de 543,03 m., confrontando neste trecho com o limite do Município de Corupá com o Município de Jaraguá do Sul, vértice 69, de coordenadas N 7.074.035,827 m. e E 679.372,572 m.; deste, segue a distância de 1.241,48 m., confrontando neste trecho com o limite do Município de Corupá com o Município de Jaraguá do Sul até o vértice 70, de coordenadas N 7.072.874,996 m. e E 678.932,416 m.; deste, segue a distância de 298,37 m., até o vértice 71, de coordenadas N 7.072.861,968 m. e E 678.635,418 m.; deste, segue a distância de 652,51 m., até o vértice 72, de coordenadas N 7.073.426,407 m. e E 678.308,040 m.; deste, segue a distância de 165,14 m., até o vértice 73, de coordenadas N

7.073.565,979 m. e E 678.392,560 m.; deste, segue a distância de 221,83 m., até o vértice 74, de coordenadas N 7.073.778,948 m. e E 678.438,610 m.; deste, segue a distância de 344,11 m., até o vértice 75, de coordenadas N 7.073.699,777 m. e E 678.112,655 m.; deste, segue a distância de 73,08 m., até o vértice 76, de coordenadas N 7.073.627,286 m. e E 678.103,361 m.; deste, segue a distância de 260,12 m., confrontando neste trecho com até o vértice 77, de coordenadas N 7.073.402,436 m. e E 677.977,782 m.; deste, segue a distância de 210,32 m., até o vértice 78, de coordenadas N 7.073.312,993 m. e E 677.791,656 m.; deste, segue a distância de 83,35 m., confrontando neste trecho com até o vértice 79, de coordenadas N 7.073.238,257 m. e E 677.754,840 m.; deste, segue a distância de 155,67 m., até o vértice 80, de coordenadas N 7.073.125,738 m. e E 677.858,013 m.; deste, segue a distância de 260,91 m., até o vértice 81, de coordenadas N 7.072.886,498 m. e E 677.947,348 m.; deste, segue a distância de 153,31 m., até o vértice 82, de coordenadas N 7.072.758,743 m. e E 678.031,487 m.; deste, segue a distância de 405,49 m., até o vértice 83, de coordenadas N 7.072.566,089 m. e E 677.674,685 m.; deste, segue a distância de 195,45 m., até o vértice 84, de coordenadas N 7.072.728,103 m. e E 677.566,921 m.; deste, segue a distância de 120,70 m., até o vértice 85, de coordenadas N 7.072.846,679 m. e E 677.545,121 m.; deste, segue a distância de 188,10 m., confrontando neste trecho com até o vértice 86, de coordenadas N 7.072.991,530 m. e E 677.426,336 m.; deste, segue a distância de 109,48 m., até o vértice 87, de coordenadas N 7.073.061,239 m. e E 677.342,707 m.; deste, segue a distância de 177,59 m., até o vértice 88, de coordenadas N 7.073.230,808 m. e E 677.301,574 m.; deste, segue a distância de 288,45 m., até o vértice 89, de coordenadas N 7.073.482,193 m. e E 677.423,719 m.; deste, segue a distância de 374,93 m., até o vértice 90, de coordenadas N 7.073.711,311 m. e E 677.700,766 m.; deste, segue a distância de 380,03 m., até o vértice 91, de coordenadas N 7.074.064,584 m. e E 677.820,220 m.; deste, segue a distância de 362,14 m., até o vértice 92, de coordenadas N 7.074.109,909 m. e E 678.162,290 m.; deste, segue a distância de 64,27 m., até o vértice 93, de coordenadas N 7.074.165,053 m. e E 678.129,609 m.; deste, segue a distância de 420,54 m., até o vértice 1, do perímetro do Bairro Poço D'anta, divisa com o bairro Pedra de Amolar, de coordenadas N 7.074.179,029 m. e E 677.709,297 m.; deste, segue a distância de 209,92 m., até o vértice 2, do perímetro do Bairro Poço D'anta, divisa com o bairro Pedra de Amolar, situado as margens da BR 280, de coordenadas N 7.074.376,787 m. e E 677.779,735 m.; deste, segue a distância de 396,44 m., até o vértice 3, do perímetro do Bairro Poço D'anta, situado as margens da BR 280, de coordenadas N 7.074.361,706 m. e E 678.175,842 m.; deste, segue a distância de 329,40 m., até o vértice 4, do perímetro do Bairro Poço D'anta, situado as margens da BR 280, de coordenadas N 7.074.138,644 m. e E 678.407,509 m.; deste, segue a distância de 124,03 m., pela Rua Hansa Humboldt, até o vértice 5, do perímetro do Bairro Poço D'anta, de coordenadas N 7.074.247,385 m. e E 678.365,998 m.; deste, segue a distância de 179,98 m., pelo Ribeirão, até o Rio Itapocú, vértice 6, do perímetro do Bairro Poço D'anta, de coordenadas N 7.074.356,385 m. e E 678.432,653 m.; deste, segue a distância de 56,90 m., pelo Rio Itapocú, até o vértice 65, do perímetro urbano do município de Corupá, de coordenadas N 7.074.349,771 m. e E 678.486,870 m.; ponto inicial da descrição deste perímetro.

Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro a partir da estação ativa da RBMC de Curitiba e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° Egr, tendo como o Datum o SAD-69. E todas as distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

BAIRRO: 12 - PEDRA DE AMOLAR

ÁREA TOTAL: 1.033.210,58 m² / 1,03 km²

PERÍMETRO: 7.512,10 m

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 94, do perímetro urbano do município de Corupá de coordenadas N 7.074.195,209 m. e E 677.229,928 m.; deste, segue a distância de 143,97 m., até o vértice 95, de coordenadas N 7.074.109,989 m. e E 677.116,954 m.; deste, segue a distância de 92,23 m., até o vértice 96, de coordenadas N 7.074.022,868 m. e E 677.086,694 m.; deste, segue a distância de 70,24 m., até o vértice 97, de coordenadas N 7.073.961,137 m. e E 677.115,242 m.; deste, segue a distância de 185,22 m., até o vértice 98, de coordenadas N 7.073.856,288 m. e E 677.267,924 m.; deste, segue a distância de 412,25 m., até o vértice 99, de coordenadas N 7.073.607,528 m. e E 676.939,182 m.; deste, segue a distância de 178,51 m., até o vértice 100, de coordenadas N 7.073.534,089 m. e E 676.776,480 m.; deste, segue a distância de 251,03 m., até o vértice 101, com o Rio Pedra de Amolar de coordenadas N 7.073.539,148 m. e E 676.525,497 m.; deste, segue a distância de 24,51 m., neste trecho cruzando com o Rio Pedra de Amolar até o vértice 102, de coordenadas N 7.073.548,089 m. e E 676.502,672 m.; deste, segue a distância de 107,47 m., pelo Rio Pedra de Amolar até o vértice 103, de coordenadas N 7.073.641,968 m. e E 676.458,365 m.; deste, segue a distância de 76,83 m., pelo Rio Pedra de Amolar até o vértice 104, de coordenadas N 7.073.679,290 m. e E 676.393,246 m.; deste, segue a distância de 108,46 m., pelo Rio Pedra de Amolar até o vértice 105, de coordenadas N 7.073.657,407 m. e E 676.287,808 m.; deste, segue a distância de 83,39 m., pelo Rio Pedra de Amolar até o vértice 106, de coordenadas N 7.073.589,810 m. e E 676.262,387 m.; deste, segue a distância de 265,49 m., pelo Rio Pedra de Amolar até o vértice 107, de coordenadas N 7.073.349,700 m. e E 676.177,522 m.; deste, segue a distância de 142,56 m., pelo Rio Pedra de Amolar até o vértice 108, de coordenadas N 7.073.235,143 m. e E 676.101,780 m.; deste, segue a distância de 93,33 m., pelo Rio Pedra de Amolar até o vértice 109, de coordenadas N 7.073.228,940 m. e E 676.012,133 m.; deste, segue a distância de 108,90 m., pelo Rio Pedra de Amolar até o vértice 110, de coordenadas N 7.073.173,993 m. e E 675.920,931 m.; deste, segue a distância de 130,99 m., pelo Rio Pedra de Amolar até o vértice 111, de coordenadas N 7.073.134,040 m. e E 675.797,790 m.; deste, segue a distância de 242,10 m., até o vértice 112, de coordenadas N 7.073.310,590 m. e E 675.632,130 m.; deste, segue a distância de 254,40 m., até o vértice 113, de coordenadas N 7.073.431,546 m. e E 675.855,533 m.; deste, segue a distância de 422,59 m., até o vértice 114, de coordenadas N 7.073.771,081 m. e E 676.100,794 m.; deste, segue a distância de 283,10 m., até o vértice 115, de coordenadas N 7.073.888,886 m. e E 676.352,089 m.; deste, segue a distância de 242,59 m., até o vértice 116, de coordenadas N 7.074.014,584 m. e E 676.553,706 m.; deste, segue a distância de 135,55 m., até o vértice 117, de coordenadas N 7.074.128,199 m. e E 676.624,567 m.; deste, segue a distância de 120,65 m., até o vértice 118, de coordenadas N 7.074.237,640 m. e E 676.656,980 m.; deste, segue a distância de 202,72 m., confrontando neste trecho com até o vértice 119, de coordenadas N 7.074.339,754 m. e E 676.484,841 m.; deste, segue a distância de 211,08 m., até o vértice 120, de coordenadas N 7.074.179,532 m. e E 676.348,092 m.; deste, segue a distância de 304,23 m., até o vértice 121, de coordenadas N 7.074.423,345 m. e E 676.189,440 m.; deste, segue a distância de 235,80 m., até o vértice 1, do perímetro do Bairro Pedra de Amolar, situado as margens da BR 280, de coordenadas N 7.074.648,721 m. e E 676.120,087 m.; deste, segue a distância de 911,85 m., até o vértice 2, do perímetro do Bairro Pedra de Amolar, situado as margens da BR 280, de coordenadas N 7.074.412,421 m. e E 677.000,768 m.; deste, segue a distância de 142,54 m., até o vértice 3, do perímetro do Bairro Pedra de Amolar, situado as margens da BR 280, de coordenadas N 7.074.398,251 m. e E 677.142,356 m.; deste, segue a distância de 637,73 m., até o vértice 4, do perímetro do Bairro Pedra de Amolar, divisa com o bairro Poço D'anta, situado as margens da BR 280, de coordenadas N 7.074.376,787 m. e E 677.779,735 m.; deste, segue a distância de 209,92 m., até o vértice 5, do perímetro do Bairro Pedra de Amolar, divisa

com o bairro Poço D'anta, de coordenadas N 7.074.179,029 m. e E 677.709,297 m.; deste, segue a distância de 479,64 m., até o vértice 94, do perímetro urbano do município de Corupá de coordenadas N 7.074.195,209 m. e E 677.229,928 m.; ponto inicial da descrição deste perímetro.

Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro a partir da estação ativa da RBMC de Curitiba e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° EGr, tendo como o Datum o SAD-69. E todas as distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

DATA: 28 de Julho de 2011.

Responsável Técnico: Engenheiro Agrimensor Eduardo Rodrigues Baldini CREA SC 032.899-6

Lei Complementar Nº 028/11

LEI COMPLEMENTAR Nº 028/11

ALTERA DISPOSITIVO QUE INUMERA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 019/07 DE 12 DE JANEIRO DE 2007, QUE "INSTITUI O PLANO DIRETOR FÍSICO-TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Da nova redação ao artigo 48, da Lei Complementar n.º 019/07 de 12 de janeiro de 2007, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 48 - A área Urbana do Município de Corupá será determinada por Lei específica.

Parágrafo Único: Para efeito desta Lei, quando a definição de uma área qualquer for feita a partir da linha divisória de propriedades, em primeiro lugar aparecerá a que foi incluída na área em questão, e em segundo, a que foi excluída.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 09 de Setembro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos nove dias do mês de Setembro de 2011.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Lei Nº 2.035/11

LEI Nº 2.035/11

INCORPORA IMÓVEIS AO PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A ALIENAR, OPÓS A EFETIVA QUITAÇÃO, OS BENS IMÓVEIS, QUE MENCIONA, COMPONENTES DO FUNDO/PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e com base na Lei Orgânica Municipal, art. 66, Lei 844/92, Decreto 58/92 e

Lei 956/94, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam incorporados ao Plano Municipal de Habitação os imóveis que menciona:

a) Imóvel de Matrícula no Ofício de Registro de Imóveis de Jaraguá do Sul sob o n.º 55.775 e cadastrado junto ao Município de Corupá sob o n.º 3616-1; e

b) Imóvel de Matrícula no Ofício de Registro de Imóveis de Jaraguá do Sul sob o n.º 55.776 e cadastrado junto ao Município de Corupá sob o n.º 3617-0.

Art. 2º - Fica o Município de Corupá autorizado a promover a alienação dos imóveis, componentes do Fundo/Plano Municipal de Habitação, localizados no Loteamento Jardim Gerhard que identifica:

a) Imóvel de Matrícula no Ofício de Registro de Imóveis de Jaraguá do Sul sob o n.º 55.775 e cadastrado junto ao Município de Corupá sob o n.º 3616-1; e

b) Imóvel de Matrícula no Ofício de Registro de Imóveis de Jaraguá do Sul sob o n.º 55.776 e cadastrado junto ao Município de Corupá sob o n.º 3617-0.

c) Imóvel de Matrícula no Ofício de Registro de Imóveis de Jaraguá do Sul sob o n.º 34.504 e cadastrado junto ao Município de Corupá sob o n.º 2.819-3;

d) Imóvel de Matrícula no Ofício de Registro de Imóveis de Jaraguá do Sul sob o n.º 34.505 e cadastrado junto ao Município de Corupá sob o n.º 2.820-7;

e) Imóvel de Matrícula no Ofício de Registro de Imóveis de Jaraguá do Sul sob o n.º 34.506 e cadastrado junto ao Município de Corupá sob o n.º 2.823-1;

f) Imóvel de Matrícula no Ofício de Registro de Imóveis de Jaraguá do Sul sob o n.º 34.507 e cadastrado junto ao Município de Corupá sob o n.º 2.821-5; e

g) Imóvel de Matrícula no Ofício de Registro de Imóveis de Jaraguá do Sul sob o n.º 35.508 e cadastrado junto ao Município de Corupá sob o n.º 2.822-3.

Art. 3º - A Alienação do imóvel será feita ao beneficiário que firmou contrato com o Município após o pagamento total do parcelamento.

§ 1º - No caso de falecimento do beneficiário o seu sucessor passará a ser parte legítima do contrato e a receber a propriedade.

§ 2º - No caso de transferência do contrato, aprovada pelo Município, o novo contratante passará a ser parte legítima a receber o imóvel em propriedade.

Art. 4º - Os gastos relativos a transferência do imóvel correrão as expensas por conta do beneficiário

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 09 de Setembro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos nove dias do mês de Setembro de 2011.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos

PREFEITURA

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC Agosto/2011

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

Contratado: GERHARDT & PELEGRINI LTDA

CNPJ:82.156.977/0001-67

Modalidade:PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação:1/2011 Numero do Processo:1/2011

Numero do Aditivo:247/2011

Fundamento Legal:

Objeto: TERMO ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 8.363,80, REFERENTE AQUISIÇÃO DE 3.100 LITROS DE GASOLINA PARA USO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONFORME MEMORANDO Nº 368/2011.

Data da Assinatura:03/08/2011

Data da Publicação no Diário Oficial:03/08/2011

Vigência:03/08/2011 A 31/12/2011

Programa de Trabalho:02.02 04.122.0002

2.005.3.3.90.00.00.00.00.00

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 8.363,80

Forma de Pagamento: EM ATÉ 10 DIAS APÓS FORNECIMENTO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC Agosto/2011

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

Contratado: GERHARDT & PELEGRINI LTDA

CNPJ:82.156.977/0001-67

Modalidade:CONVITE P/ COMPRAS E SERVIÇOS

Numero da Licitação:20/2011 Numero do Processo:20/2011

Numero do Aditivo:289/2011

Fundamento Legal:

Objeto: TERMO ADITIVO DE MAIS R\$ 98,90 (NOVENTA E OITO REAIS E NOVENTA CENTAVOS), TENDO EM VISTA REAJUSTE REALIZADO PELO GOVERNO FEDERAL EM 11%.. REFERENTE AQUISIÇÃO DE GRAXA LUBRIFICANTE.

Data da Assinatura:23/08/2011

Data da Publicação no Diário Oficial:23/08/2011

Vigência:23/08/2011 A 31/12/2011

Programa de Trabalho:02.05 15.452.0018

2.075.3.3.90.00.00.00.00.00

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 98,90

Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC Agosto/2011

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

Contratado: MAICON AUGUSTO RIBEIRO

CPF:045.276.349-50

Modalidade:INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Numero da Licitação:82/2011 Numero do Processo:82/2011

Numero do Aditivo:294/2011

Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 86,00 REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTSAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO, NO PERÍODO DE 04/06/2011 A 14/08/2011, CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001 DE 09.02.2011 E ART. 25 DA LEI Nº 8.666/93

Data da Assinatura:29/08/2011

Data da Publicação no Diário Oficial:29/08/2011

Vigência:29/08/2011 A 30/08/2011

Programa de Trabalho:02.08 27.813.0030

2.088.3.3.90.00.00.00.00.00

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 86,00

Forma de Pagamento: APÓS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC Agosto/2011

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

Contratado: RONALDO CESAR ALVES

CPF:049.238.759-17

Modalidade:INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Numero da Licitação:82/2011 Numero do Processo:82/2011

Numero do Aditivo:288/2011

Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 86,00 REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTSAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO, NO PERÍODO DE 04/06/2011 A 14/08/2011, CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001 DE 09.02.2011 E ART. 25 DA LEI Nº 8.666/93

Data da Assinatura:22/08/2011

Data da Publicação no Diário Oficial:22/08/2011

Vigência:22/08/2011 A 30/08/2011

Programa de Trabalho:02.08 27.813.0030

2.088.3.3.90.00.00.00.00.00

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 86,00

Forma de Pagamento: APÓS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

Contratado: SC CÓPIAS LTDA

CNPJ:03.367.127/0002-12

Modalidade:CONVITE P/ COMPRAS E SERVIÇOS

Numero da Licitação:113/2010 Numero do Processo:113/2010

Numero do Aditivo:248/2011

Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 1.260,00 REFERENTE A MAIS 6.000 DIGITALIZAÇÕES DE DOCUMENTOS DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS.

Data da Assinatura:03/08/2011

Data da Publicação no Diário Oficial:03/08/2011

Vigência:03/08/2011 A 30/09/2011

Programa de Trabalho:02.02 04.122.0002

2.005.3.3.90.00.00.00.00.00

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 1.260,00

Forma de Pagamento:APÓS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

Contratado: VINICIUS EDUARDO ANDRADE

CPF:049.305.199-69

Modalidade:INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Numero da Licitação:82/2011 Numero do Processo:82/2011

Numero do Aditivo:280/2011

Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 50,00 REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTSAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO, NO PERÍODO DE 04/06/2011 A 14/08/2011, CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001 DE 09.02.2011 E ART. 25 DA LEI Nº 8.666/93

Data da Assinatura:18/08/2011

Data da Publicação no Diário Oficial:18/08/2011

Vigência:18/08/2011 A 30/08/2011

Programa de Trabalho:02.08 27.813.0030

2.088.3.3.90.00.00.00.00.00

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 50,00

Forma de Pagamento: APÓS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: BRITASUL COMERCIO DE PEDRAS LTDA

CNPJ:07.156.840/0001-97

Modalidade:PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação:96/2011 Numero do Processo:96/2011

Numero do Contrato:250/2011

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE 2.800 M³ DE PEDRAS BRITAS Nº 2, PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura:03/08/2011

Data da Publicação no Diário Oficial:03/08/2011

Vigência:03/08/2011 A 31/12/2011

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 112.000,00

Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: CASA GLOBAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP

CNPJ:08.273.827/0001-80

Modalidade:PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação:98/2011 Numero do Processo:98/2011

Numero do Contrato:259/2011

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA, ABERTURAS E PINTURA NAS DEPENDÊNCIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, CONFORME ITENS CONTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura:15/08/2011

Data da Publicação no Diário Oficial:15/08/2011

Vigência:15/08/2011 A 31/12/2011

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 1.744,50

Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: CASA GLOBAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP

CNPJ:08.273.827/0001-80

Modalidade:PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação:108/2011 Numero do Processo:108/2011

Numero do Contrato:295/2011
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO PRA ATENDIMENTO A PESSOAS CARENTES CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO 1 DESTE EDITAL.

Data da Assinatura:29/08/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:29/08/2011
Vigência:29/08/2011 A 31/12/2011
Programa de Trabalho:02.03 08.244.002
2.081.3.3.90.00.00.00.00
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 11.043,68
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011
Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.
CNPJ: 08.336.783/0001-90
Modalidade:DISPENSAS DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS
Numero da Licitação:116/2011 Numero do Processo:116/2011
Numero do Contrato:281/2011
Fundamento Legal:
Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DA CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A., PARA O DESLOCAMENTO DE POSTE NO TREVO DE ACESSO À UFSC, CONFORME PARCELAMENTO DA DÍVIDA CONFORME DOCUMENTO Nº 01. 2011622783598.0.65E TIPO DE CONTRATO 10791000 ENTRE A CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A. E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, NA FORMA DO ART. 24 INCISO VIII DA LEI Nº 8.666/93.

Data da Assinatura:19/08/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:19/08/2011
Vigência:19/08/2011 A 30/11/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 10.093,97
Forma de Pagamento: PARCELADA EM ATÉ 5 VEZES E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011
Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: CLIMATINTAS LTDA
CNPJ:73.211.393/0001-56
Modalidade:PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação:100/2011 Numero do Processo:100/2011
Numero do Contrato:270/2011
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO SPLIT - 220V DE 9.000/12.000/18.000/25.000 BTUs, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E PROJETO CONSTANTE NO ANEXO

I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura:17/08/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:17/08/2011
Vigência:17/08/2011 A 31/12/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 41.490,00
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA, INSTALAÇÃO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011
Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: COBEL CARROCERIAS LTDA - ME
CNPJ: 83.235.713/0001-61
Modalidade:PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação:99/2011 Numero do Processo:99/2011
Numero do Contrato:282/2011
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA OS VEICULOS DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL E SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, CONFORME RELAÇÃO CONSTANTE NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura:19/08/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:19/08/2011
Vigência:19/08/2011 A 19/10/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 6.000,00
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011
Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: CONDOMINIO EDIFICIO NILTON BEPLER
CNPJ:09.180.796/0001-86
Modalidade:DISPENSAS DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS
Numero da Licitação:0/0 Numero do Processo:
Numero do Contrato:271/2011
Fundamento Legal:
Objeto: LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL NO CONDOMINIO EDIFICIO NILTON BEPLER, LOCALIZADA NA RUA LAGES, 400, CENTRO, NESTE MUNICÍPIO PELO PERÍODO DE 21/08/2011 A 21/10/2011 PARA INSTALAÇÃO DOS SETORES DE LICITAÇÃO E CONTRATOS, DEPARTAMENTO PESSOAL, PROCURADORIA GERAL E SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMÉRCIO ATÉ A CONCLUSÃO DA REFORMA DO PRÉDIO DA PREFEITURA.

Data da Assinatura:17/08/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:17/08/2011
Vigência:17/08/2011 A 30/09/2011

Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 8.000,00
Forma de Pagamento: APÓS LOCAÇÃO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011
Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA
CNPJ:06.099.082/0001-50
Modalidade:PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação:17/2011 Numero do Processo:17/2011
Numero do Contrato:253/2011
Fundamento Legal:
Objeto: ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 29.102,96 REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESE EDITAL E MEMORIAL DESCRITIVO MEM ANEXO.

Data da Assinatura:05/08/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:05/08/2011
Vigência:05/08/2011 A 31/12/2011
Programa de Trabalho:02.04 26.782.0028
2.086.3.3.90.00.00.00.00
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 29.102,96
Forma de Pagamento: CFE HORAS/MAQUINAS E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011
Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA
CNPJ:06.099.082/0001-50
Modalidade:TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERV. ENGENHARIA
Numero da Licitação:94/2011 Numero do Processo:94/2011
Numero do Contrato:261/2011
Fundamento Legal:
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO E DRENAGEM PLUVIAL DAS RUAS: ARNO WILY FAUTH, JOSÉ BULA, PAULO DE ASSIS MENDES E CONTINUAÇÃO DA RUA LEÔNIDAS B. DE MORAES, NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME MOEMORIAIS DESCRITIVOS EM ANEXO, E CONTRATO DE REPASSE Nº 0330539-71/2010.

Data da Assinatura:15/08/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:15/08/2011
Vigência:15/08/2011 A 15/02/2012
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 541.201,79
Forma de Pagamento:CFE MEDIÇÃO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011
Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA
CNPJ: 85.349.579/0001-55
Modalidade:PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação:99/2011 Numero do Processo:99/2011
Numero do Contrato:284/2011
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA OS VEICULOS DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL E SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, CONFORME RELAÇÃO CONSTANTE NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura:19/08/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:19/08/2011
Vigência:19/08/2011 A 19/10/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 1.399,00
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011
Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: DALLASIL FABRI. DE ESQUADRIAS METALICAS LTDA EPP
CNPJ:02.402.629/0001-93
Modalidade:DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
Numero da Licitação:105/2011 Numero do Processo:105/2011
Numero do Contrato:254/2011
Fundamento Legal:
Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, EM CARÁTER IMEDIATO E EMERGENCIAL, DE EMPRESA DETENTORA DE CAPACIDADE TÉCNICA, ESTRUTURA OPERACIONAL E COMPROVADA EXPERIÊNCIA PARA RESTAURAÇÃO DO PRÉDIO DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE CURITIBANOS, ATINGIDO POR VENDAVAL NA MADRUGADA DO DIA 21 DE JULHO DO CORRENTE ANO, CONFORME PARECER JURIDICO E DEMAIS DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Data da Assinatura:05/08/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:05/08/2011
Vigência:05/08/2011 A 05/09/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 189.660,00
Forma de Pagamento: APÓS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: DINAMICA COM. SUPR. PARA INFORMATICA LTDA ME

CNPJ:07.072.908/0001-50

Modalidade:PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação:103/2011 Numero do Processo:103/2011

Numero do Contrato:257/2011

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA USO NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura:10/08/2011

Data da Publicação no Diário Oficial:10/08/2011

Vigência:10/08/2011 A 10/08/2012

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 77.500,00

Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: ECOBAN BANHEIROS QUIMICOS LTDA

CNPJ:09.158.348/0001-86

Modalidade:DISPENSAS DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS

Numero da Licitação:0/0 Numero do Processo:

Numero do Contrato:268/2011

Fundamento Legal:

Objeto: LOCAÇÃO DE 04 BANHEIROS QUÍMICOS, PARA USO NOS DIAS 03 DE SETEMBRO DE 2011, NO CONCURSO DE FANFARRAS E DIA 07 DE SETEMBRO DE 2011 PARA O DESFILE CÍVICO, SENDO QUE DEVERÃO SEGUIR COM SEGUINTE SERVIÇOS: HIGIENIZAÇÃO, PRODUTO DESODORIZANTE, PESSOAL DE APOIO E UNIFORMIZADO, FRETE DE REMESSA E RETORNO, SUCCÃO DOS DEJETOS EM LOCAL DEVIDAMENTE AUTORIZADO PELA FATMA E PAPEL HIGIÊNICO.

Data da Assinatura:17/08/2011

Data da Publicação no Diário Oficial:17/08/2011

Vigência:17/08/2011 A 30/09/2011

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 1.820,00

Forma de Pagamento: APÓS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: ECOBAN BANHEIROS QUIMICOS LTDA

CNPJ:09.158.348/0001-86

Modalidade:DISPENSAS DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS

Numero da Licitação:0/0 Numero do Processo:

Numero do Contrato:269/2011

Fundamento Legal:

Objeto: LOCAÇÃO DE 06 TENDAS PIRÂMIDE PARA USO NO DIA 03 DE SETEMBRO DURANTE O EVENTO CONCURSO DE FANFARRAS.

Data da Assinatura:17/08/2011

Data da Publicação no Diário Oficial:17/08/2011

Vigência:17/08/2011 A 30/09/2011

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 3.480,00

Forma de Pagamento: APÓS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: ENGESAT IMAGENS DE SATÉLITE LTDA - EPP

CNPJ: 02.059.387/0001-87

Modalidade:DISPENSAS DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS

Numero da Licitação:0/0 Numero do Processo:

Numero do Contrato:278/2011

Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMAGENS DE SATÉLITE DO PERÍMETRO URBANO DE CURITIBANOS DE 100 KM², 50 CM DE RESOLUÇÃO ESPACIAL, ORTORETIFICADA, CONFORME MEMORANDO DE Nº 232/2011.

Data da Assinatura:18/08/2011

Data da Publicação no Diário Oficial:18/08/2011

Vigência:18/08/2011 A 18/10/2011

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 7.700,00

Forma de Pagamento: APÓS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: ENGPV PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA ME

CNPJ:10.300.875/0001-62

Modalidade:CONCORRÊNCIA P/ OBRAS E SERV. ENGENHARIA

Numero da Licitação:87/2011 Numero do Processo:87/2011

Numero do Contrato:262/2011

Fundamento Legal:

Objeto: PAVIMENTAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS, COMPREENDIDO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E CONCRETO BETUMINOSO A QUENTE E URBANIZAÇÃO DA AV. SALOMÃO CARNEIRO DE ALMEIDA, RUA LAURO MULLER, PRAÇA CEL. VIDAL RAMOS E PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E CONCRETO BETUMINOSO A QUENTE NAS RUAS PRUDENTE VISCONDE DE MORAES, RUA EUCLIDES PRADO E RUA EUCLIDES ALBUQUERQUE, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NOS MEMORIAIS DESCRITIVOS E DE MAIS CONDIÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS

Data da Assinatura:16/08/2011

Data da Publicação no Diário Oficial:16/08/2011

Vigência:16/08/2011 A 31/12/2011

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 4.053.128,69

Forma de Pagamento:CFE MEDIÇÕES E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: GRANITOS MONDINI LTDA - ME

CNPJ: 83.453.647/0001-04

Modalidade:PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação:104/2011 Numero do Processo:104/2011

Numero do Contrato:293/2011

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO DE TUMULOS, GAVETAS E OSSUÁRIO, NO CEMITÉRIO SÃO FRANCISCO DE ASSIS, CONFORME MEMORIAL DISCRITIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura:26/08/2011

Data da Publicação no Diário Oficial:26/08/2011

Vigência:26/08/2011 A 26/10/2011

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 53.340,44

Forma de Pagamento: APÓS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: K & K CONSTRUTORA LTDA

CNPJ:12.124.216/0001-48

Modalidade:DISPENSAS DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS

Numero da Licitação:0/0 Numero do Processo:

Numero do Contrato:249/2011

Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA PINTURA DA: SALA DA

BILHETERIA, SALA DE MATERIAL ESPORTIVO, ALAMBRADOS, ARQUIBANCADA PARTE EXTERNA E MUROS PARTE INTERNA DO ESTÁDIO MUNICIPAL WILMAR ORTIGARI.

Data da Assinatura:03/08/2011

Data da Publicação no Diário Oficial:03/08/2011

Vigência:03/08/2011 A 03/10/2011

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 1.600,00

Forma de Pagamento: APÓS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: LAGB ACESSÓRIOS E PEÇAS LTDA

CNPJ:02.678.428/0001-13

Modalidade:PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação:93/2011 Numero do Processo:93/2011

Numero do Contrato:291/2011

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA AS VIATURAS DA POLICIA MILITAR DE CURITIBANOS, CONFORME DESCRIÇÃO CONSTANTE NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura:24/08/2011

Data da Publicação no Diário Oficial:24/08/2011

Vigência:24/08/2011 A 31/12/2011

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 5.913,76

Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: MANTOMAC COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 79.879.318/0002-25

Modalidade:DISPENSAS DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS

Numero da Licitação:115/2011 Numero do Processo:115/2011

Numero do Contrato:285/2011

Fundamento Legal:

Objeto: DISPENSAS DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DA PATROLA 130M E DA ESCAVADEIRA HIDRAULICA PC150 DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, CONSIDERANDO A EMERGENCIA CARACTERIZADA ATRAVES DA SOLICITAÇÃO EM ANEXO NA FORMA DO ART. 24 INCISO IV DA LEI Nº8666/1993. AS PEÇAS DEVERÃO SER DE PRIMEIRA LINHA E REFORÇADAS, POIS PEÇAS INFERIORES NÃO SUPORTAM O TRABALHO PESADO REALIZADO PELA MÁQUINA.

Data da Assinatura:22/08/2011

Data da Publicação no Diário Oficial:22/08/2011
Vigência:22/08/2011 A 22/10/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 1.160,00
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011
Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: MAURICIO DE TOFFOL BOCH
CNPJ:10.595.439/0001-68
Modalidade:PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação:83/2011 Numero do Processo:83/2011
Numero do Contrato:252/2011
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA PROCON/JUNTA MILITAR, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMERCIO, PROCURADORIA JURIDICA, SECRETARIA DE AGRICULTURA, SECRETARIA DE ESPORTES E GABINETE.

Data da Assinatura:03/08/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:03/08/2011
Vigência:03/08/2011 A 31/12/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 5.455,20
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011
Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: META ASSESSORIA E PROJETOS LTDA
CNPJ:12.267.979/0001-48
Modalidade:CONVITE P/ COMPRAS E SERVIÇOS
Numero da Licitação:111/2011 Numero do Processo:111/2011
Numero do Contrato:297/2011
Fundamento Legal:
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ESTUDO PRELIMINAR COM MAQUETE ELETRÔNICA E IMAGENS DE CÂMARA E EM 3D PARA OBRAS MUNICIPAIS DESCRITAS NOS ANEXOS DO EDITAL.

Data da Assinatura:30/08/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:30/08/2011
Vigência:30/08/2011 A 30/10/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 76.400,00

Forma de Pagamento: APÓS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011
Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: MICROLAGES INFORMATICA LTDA
CNPJ:06.040.884/0001-94
Modalidade:PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação:102/2011 Numero do Processo:102/2011
Numero do Contrato:273/2011
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, ASSESSORIA JURIDICA, IMPRENSA, GABINETE, TELEFONISTAS, LICITAÇÕES, CONTROLE INTERNO, DEPARTAMENTO PESSOAL, AUDITORIO, POLICIA CIVIL, POLICIA MILITAR/CONVENIO TRANSITO, CONFORME DESCRIÇÕES MINIMAS CONSTANTES NO ANEXO I DESTA EDITAL

Data da Assinatura:17/08/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:17/08/2011
Vigência:17/08/2011 A 17/08/2012
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 2.300,00
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011
Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: MIRANDA & MIRANDA COM. DE PEÇAS E SERV. MAQ. LTDA
CNPJ: 85.193.860/0001-41
Modalidade:DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS
Numero da Licitação:115/2011 Numero do Processo:115/2011
Numero do Contrato:286/2011
Fundamento Legal:
Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DA PATROLA 130M E DA ESCAVADEIRA HIDRAULICA PC150 DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, CONSIDERANDO A EMERGENCIA CARACTERIZADA ATRAVES DA SOLICITAÇÃO EM ANEXO NA FORMA DO ART. 24 INCISO IV DA LEI Nº8666/1993. AS PEÇAS DEVERÃO SER DE PRIMEIRA LINHA E REFORÇADAS, POIS PEÇAS INFERIORES NÃO SUPORTAM O TRABALHO PESADO REALIZADO PELA MÁQUINA.

Data da Assinatura:22/08/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:22/08/2011
Vigência:22/08/2011 A 22/10/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 1.408,00
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: NEGOCIOS DE INFORMATICA RW LTDA

CNPJ:04.164.077/0001-58

Modalidade:PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação:102/2011 Numero do Processo:102/2011

Numero do Contrato:275/2011

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, ASSESSORIA JURIDICA, IMPRENSA, GABINETE, TELEFONISTAS, LICITAÇÕES, CONTROLE INTERNO, DEPARTAMENTO PESSOAL, AUDITORIO, POLICIA CIVIL, POLICIA MILITAR/CONVENIO TRANSITO, CONFORME DESCRIÇÕES MINIMAS CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL

Data da Assinatura:17/08/2011

Data da Publicação no Diário Oficial:17/08/2011

Vigência:17/08/2011 A 17/08/2012

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 24.926,00

Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: NETDONIL INFORMATICA E MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME

CNPJ:10.349.258/0001-51

Modalidade:PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação:98/2011 Numero do Processo:98/2011

Numero do Contrato:260/2011

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA, ABERTURAS E PINTURA NAS DEPENDÊNCIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, CONFORME ITENS CONTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura:15/08/2011

Data da Publicação no Diário Oficial:15/08/2011

Vigência:15/08/2011 A 31/12/2011

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 2.684,50

Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: NETDONIL INFORMATICA E MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME

CNPJ:10.349.258/0001-51

Modalidade:PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação:108/2011 Numero do Processo:108/2011

Numero do Contrato:296/2011

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO PRA ATENDIMENTO A PESSOAS CARENTES CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO 1 DESTE EDITAL.

Data da Assinatura:29/08/2011

Data da Publicação no Diário Oficial:29/08/2011

Vigência:29/08/2011 A 31/12/2011

Programa de Trabalho:02.03

08.244.002

2.081.3.3.90.00.00.00.00

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 2.480,75

Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: PRUMO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ:07.895.117/0001-20

Modalidade:DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Numero da Licitação:105/2011 Numero do Processo:105/2011

Numero do Contrato:255/2011

Fundamento Legal:

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, EM CARÁTER IMEDIATO E EMERGENCIAL, DE EMPRESA DETENTORA DE CAPACIDADE TÉCNICA, ESTRUTURA OPERACIONAL E COMPROVADA EXPERIÊNCIA PARA RESTAURAÇÃO DO PRÉDIO DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE CURITIBANOS, ATINGIDO POR VENDAVAL NA MADRUGADA DO DIA 21 DE JULHO DO CORRENTE ANO, CONFORME PARECER JURIDICO E DEMAIS DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Data da Assinatura:05/08/2011

Data da Publicação no Diário Oficial:05/08/2011

Vigência:05/08/2011 A 05/09/2011

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 36.510,00

Forma de Pagamento: APÓS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: R F ITECC CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA
CNPJ:02.543.805/0001-07
Modalidade:CONVITE P/ COMPRAS E SERVIÇOS
Numero da Licitação:112/2011 Numero do Processo:112/2011
Numero do Contrato:298/2011
Fundamento Legal:
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DO DESENVOLVIMENTO COM SUSTENTABILIDADE (SÓCIOECONÔMICO), COM A CONSOLIDAÇÃO DA ESTRUTURA DE INDICADORES DE DESEMPENHO, CONSIDERANDO A MÉTRICA, DEFINIÇÃO DOS PADRÕES E METAS E ALIMENTAÇÃO DOS DADOS REALIZADOS E USO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO ESTRATÉGICA EM CONFORMIDADE COM OS SERVIÇOS DESCRITOS NO ANEXO 01 - TERMO DE REFERÊNCIA DOS SERVIÇOS

Data da Assinatura:31/08/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:31/08/2011
Vigência:31/08/2011 A 31/12/2012
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 74.728,00
Forma de Pagamento: CONFORME MEDIÇÃO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011
Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: REI DOS REIS COM ATAC DE EQUIP DE INF LTDA
CNPJ:13.729.372/0001-03
Modalidade:PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação:102/2011 Numero do Processo:102/2011
Numero do Contrato:277/2011
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, ASSESSORIA JURIDICA, IMPRENSA, GABINETE, TELEFONISTAS, LICITAÇÕES, CONTROLE INTERNO, DEPARTAMENTO PESSOAL, AUDITORIO, POLICIA CIVIL, POLICIA MILITAR/CONVENIO TRANSITO, CONFORME DESCRIÇÕES MINIMAS CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL

Data da Assinatura:17/08/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:17/08/2011
Vigência:17/08/2011 A 17/08/2012
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 8.860,00
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011
Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: SANDRI SERVIÇOS ELETRICOS LTDA
CNPJ:02.677.127/0001-75
Modalidade:DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
Numero da Licitação:105/2011 Numero do Processo:105/2011
Numero do Contrato:256/2011
Fundamento Legal:
Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, EM CARÁTER IMEDIATO E EMERGENCIAL, DE EMPRESA DETENTORA DE CAPACIDADE TÉCNICA, ESTRUTURA OPERACIONAL E COMPROVADA EXPERIÊNCIA PARA RESTAURAÇÃO DO PRÉDIO DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE CURITIBANOS, ATINGIDO POR VENDAVAL NA MADRUGADA DO DIA 21 DE JULHO DO CORRENTE ANO, CONFORME PARECER JURIDICO E DEMAIS DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Data da Assinatura:05/08/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:05/08/2011
Vigência:05/08/2011 A 05/09/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 11.668,96
Forma de Pagamento: APÓS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011
Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: SANDRI SERVIÇOS ELETRICOS LTDA
CNPJ: 02.677.127/0001-75
Modalidade:PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação:107/2011 Numero do Processo:107/2011
Numero do Contrato:290/2011
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE DOIS POSTES CIRCULARES, CONECTIVIDADE REDUZIDA 15/300 COMPLETO COM LUMINÁRIA, TRES PÉTALAS, CABEAMENTO E LÂMPADAS SÓDIO 250 W NACIONAL DEVIDAMENTE INSTALADO PARA REPOSIÇÃO NA AVENIDA LIONS.

Data da Assinatura:24/08/2011
Data da Publicação no Diário Oficial:24/08/2011
Vigência:24/08/2011 A 31/12/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 8.860,00
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011
Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA
CNPJ:06.023.244/0001-76

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 102/2011 Numero do Processo: 102/2011

Numero do Contrato: 274/2011

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, ASSESSORIA JURIDICA, IMPRENSA, GABINETE, TELEFONISTAS, LICITAÇÕES, CONTROLE INTERNO, DEPARTAMENTO PESSOAL, AUDITORIO, POLICIA CIVIL, POLICIA MILITAR/CONVENIO TRANSITO, CONFORME DESCRIÇÕES MINIMAS CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL

Data da Assinatura: 17/08/2011

Data da Publicação no Diário Oficial: 17/08/2011

Vigência: 17/08/2011 A 17/08/2012

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 4.330,00

Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: SORDI PEÇAS E SERVIÇOS DIESEL LTDA

CNPJ: 83.039.115/0001-17

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 99/2011 Numero do Processo: 99/2011

Numero do Contrato: 283/2011

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA OS VEICULOS DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL E SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, CONFORME RELAÇÃO CONSTANTE NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 19/08/2011

Data da Publicação no Diário Oficial: 19/08/2011

Vigência: 19/08/2011 A 19/10/2011

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 8.377,00

Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: TRATOR PECAS COM DE PECAS P TRATOR LTDA

CNPJ: 79.905.071/0001-93

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS

Numero da Licitação: 115/2011 Numero do Processo: 115/2011

Numero do Contrato: 287/2011

Fundamento Legal:

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DA PATROLA 130M E DA

ESCAVADEIRA HIDRAULICA PC150 DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, CONSIDERANDO A EMERGENCIA CARACTERIZADA ATRAVES DA SOLICITAÇÃO EM ANEXO NA FORMA DO ART. 24 INCISO IV DA LEI Nº8666/1993. AS PEÇAS DEVERÃO SER DE PRIMEIRA LINHA E REFORÇADAS, POIS PEÇAS INFERIORES NÃO SUPORTAM O TRABALHO PESADO REALIZADO PELA MÁQUINA.

Data da Assinatura: 22/08/2011

Data da Publicação no Diário Oficial: 22/08/2011

Vigência: 22/08/2011 A 22/10/2011

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 210,00

Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2011

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: ZOOM INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPUTADORES LTDA EPP

CNPJ: 06.105.781/0001-65

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 102/2011 Numero do Processo: 102/2011

Numero do Contrato: 276/2011

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, ASSESSORIA JURIDICA, IMPRENSA, GABINETE, TELEFONISTAS, LICITAÇÕES, CONTROLE INTERNO, DEPARTAMENTO PESSOAL, AUDITORIO, POLICIA CIVIL, POLICIA MILITAR/CONVENIO TRANSITO, CONFORME DESCRIÇÕES MINIMAS CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL

Data da Assinatura: 17/08/2011

Data da Publicação no Diário Oficial: 17/08/2011

Vigência: 17/08/2011 A 17/08/2012

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 52.000,00

Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Forquilha

PREFEITURA

Decreto Nº. 081, de 09 de Setembro de 2011.

DECRETO Nº. 081, DE 09 DE SETEMBRO DE 2011.

DESIGNA ADEMIR BRANDIELI PEDRO PARA RESPONDER INTERINAMENTE PELO CARGO DE SECRETÁRIO DE OBRAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal Nº. 005, de 09 de



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

fevereiro de 1990, Lei Municipal Nº. 1.408, de 08 de dezembro de 2008, seus anexos,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado ADEMIR BRANDIELI PEDRO para responder interinamente pelo Cargo de Secretário de Obras e Desenvolvimento Urbano.

Art. 2º O servidor supra designado exercerá cumulativamente os cargos de Secretário de Administração e Finanças e Secretário de Obras e Desenvolvimento Urbano, percebendo a remuneração do cargo de Secretário de Administração e Finanças, sendo que a acumulação de função é sem ônus para os cofres públicos.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 09 de setembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 09 de setembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 082, de 13 de Setembro de 2011.

DECRETO Nº. 082, DE 13 DE SETEMBRO DE 2011.

NOMEIA A COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE ACT - ANO LETIVO 2012 E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados a integrarem a Comissão para o acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado de ACT - Ano Letivo 2012, as servidoras: SÔNIA REGINA SILVEIRA GONÇALVES, ROSANE GAVA PADOIN e ANA CRISTINA CASAGRANDE MARTINS MARIOT, sob a Presidência da primeira.

Art. 2º Esta nomeação não acarretará ônus aos cofres públicos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 13 de setembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 13 de setembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 77 de 31 de Agosto de 2011.

DECRETO Nº. 77 DE 31 DE AGOSTO DE 2011.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 13. Inciso V da Lei Municipal nº 1.707 de 17 de agosto de 2011;

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha no montante de R\$ 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 05 - Secretaria de Educação

1.011 - Construção Ampliação Ref. E Reeq. Centros de Educação Infantil

34 - 4490.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Órgão 08 - Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo

2.041 - Manutenção da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo

118 - 3190.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

121 - 4490.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

2.042 - Manutenção da Seção Eventos Culturais

125 - 339001.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 290.000,00

Art. 2º - Para atender ao crédito de que trata o seu art. 1º, serão utilizadas como fonte de recursos, as anulações de valores de dotações orçamentárias das seguintes contas:

Órgão 05 - Secretaria de Educação

2.011 - Manutenção dos Centros de Educação Infantil

44 - 3190.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

1.014 - Aquisição de Ônibus e outros Veículos p/ Educação

42 - 4490.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Órgão 17 - Fundo Municipal de Saúde

1.051 - Aquisição de Veículos e Viaturas

5 - 4490.02.94 - Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

6 - 4490.02.95 - Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

TOTAL R\$ 290.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 31 de agosto de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 31 de agosto de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 0275/2011

DECRETO Nº 0275, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 14 da Lei Nº 2084, de 09 de Dezembro de 2010;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2011 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), nas seguintes dotações:

09.00 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
09.01 - secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
20.606.0021.2.045 - Manutenção da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (134) R\$ 50.000,00

Total R\$ 50.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrá à conta do provável excesso a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

417210102 - Cota Parte do FPM R\$ 53.000,00

Total R\$ 53.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito. Fraiburgo, 16 de Setembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso de Retificação Leilão Nº 0002/2011

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO-SC
AVISO DE RETIFICAÇÃO
LEILÃO Nº 0002/2011 - PMF

O Prefeito Municipal de Fraiburgo (SC) torna público que no PAL em epígrafe cujo objeto Alienação de bens móveis: cartuchos de tinta e de toner, usados e vazios, inservíveis para a Administração, no estado em que se encontram. Onde lê-se LEILÃO Nº 0002/2011 retifica-se para LEILÃO Nº 0003/2011. Como tal modificação não afeta a formulação das propostas, permanece inalterada a data de abertura do certame para às 14:00 horas do dia 03/10/2011. Informações e/ou cópia na íntegra do Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3251 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 16 de setembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Lei Nº 2110/2011

LEI Nº. 2110, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BRINDE NATALINO AOS AGENTES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo, a conceder um brinde natalino, para o ano de 2011, com valor não superior a R\$ 60,00 (sessenta reais), para cada agente público municipal.

§ 1º. O brinde será concedido a todos os agentes públicos municipais da administração direta e indireta, sejam servidores efetivos e comissionados, contratados em caráter temporário, estagiários, agentes políticos, com vínculo com a Administração Pública direta e indireta em data de 10 de dezembro de 2011.

§ 2º. Também farão jus ao brinde os Conselheiros Tutelares titulares que estiverem em efetivo exercício em data de 10 de dezembro de 2011.

§ 3º. Fica autorizada a Câmara Municipal de Vereadores a requisitar a quantidade de brindes necessários para contemplação de seus servidores.

§ 4º. O brinde oferecido pelo Poder Executivo é único, e não se afigura, para os fins legais, em vencimento ou remuneração in natura.

§ 5º. A espécie, quantidade e formato do brinde será definido por ato do Chefe do Poder Executivo, e discriminado no edital de licitação a ser lançado para aquisição dos produtos.

Art. 2º. Fica a cargo da Secretaria de Administração e Planejamento, a fixação de data, horário e local para distribuição dos brindes, bem como, o estabelecimento de plano logístico que possibilite a entrega.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução financeira da presente Lei, correrão à conta das dotações orçamentárias próprias previstas e consignadas nos orçamentos vigentes.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Fraiburgo, SC, 16 de Setembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Extrato do Edital de Seleção ACT Nº 0025/2011

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0025 DE 16 DE SETEMBRO DE 2011.

O Prefeito Municipal DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, para a função pública de ENFERMEIRO. O preenchimento de vagas será para o ano de 2011, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 19 de setembro de 2011 a 26 de setembro de 2011, das 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente (excetuados sábados, domingos, feriados

e pontos facultativos), na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3059.

Fraiburgo, 16 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Notificação por Edital

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3788/2011

INTERESSADO - VILMAR APARECIDO TELLES

ASSUNTO - NOTIFICAÇÃO - PAGAMENTO DE LOTES

O Prefeito Municipal DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos arts. 78 e ss. da Lei nº 8.666/93, NOTIFICA o Sr. VILMAR APARECIDO TELLES, inscrito no RG nº 6.407.114 e no CPF nº 968.137.849-00, atualmente em lugar incerto e não sabido, compromissário comprador dos LOTES nº 0009, 0001 e 0002 das QUADRAS nº 385, 398 e 398, respectivamente, nos termos do Contrato administrativo nº CT11PMF77, para, no prazo de 15 (quinze) dias da presente publicação efetuar o pagamento de todas as parcelas inadimplidas referente ao pagamento dos LOTES acima descritos.

Fraiburgo(SC), 16 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1795/2011

PORTARIA N.º 1.795 DE 16 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0024 de 24 de agosto de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - HISTÓRIA, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a redução de carga horária da servidora ELIZABETH FOGAÇA DE ALMEIDA;

Considerando que está substituindo por 15 horas semanais, a servidora NILFA DE FÁTIMA XAVIER DONATI, que está cedida para a Educação de Jovens e Adultos;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, MARCONDES BIALESKI, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 908.248.300-91, na função de PROFESSOR - HISTÓRIA, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 19 de setembro de 2011 até 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1796/2011

PORTARIA Nº 1.796, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011.

Reduz Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0900/2011, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais a carga horária da servidora ELIZABETH FOGASSA DE ALMEIDA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 647.858.827-00, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - HISTÓRIA, no período de 19 de setembro de 2011 até 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Garopaba

PREFEITURA

Extrato de Ata de Registro de Preço Nº 63/2011 PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO DE EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 63.2011 PMG

Ata nº. 63/2011; Processo nº. 167/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: ROTA LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTORES LTDA. Objeto: Registro de preço para serviço de locação de veículo automotores. Valor: 40.500,00; Data da Assinatura da Ata: 23/08/2011.

Extrato de Ata de Registro de Preço Nº 64

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO DE EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 64.2011 FMS

Ata nº. 64/2011; Processo nº. 173/2011; Contratante: Fundo Municipal de Saúde; Contratada: ALTERMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA; ANCS INFORMATICA LTDA EPP; DSM DISTRIBUIDORA DE MOVEIS E SUPRIMENTOS LTDA; MM SÃO JOSÉ LTDA ME; OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA; ORLEANS INFORMATICA LTDA EPP; QUALYMEDIC COM. E ASSIT. TECNICA LTDA EPP; Objeto: AQUISIÇÃO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA A UNIDADE BÁSICA DA PALHOCINHA E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Valor: 33.404,74; Data da Assinatura da Ata: 24/08/2011.

Gaspar

PREFEITURA

Decreto Nº 4.486 de 12 de Setembro de 2011.

DECRETO Nº 4.486 DE 12 DE SETEMBRO DE 2011.
NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, da Lei Orgânica do Município, e artigo 10 e seguintes, da Lei Municipal nº. 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir desta data, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº. 001/2008, aprovado para o cargo abaixo especificado, com carga horária e lotação conforme segue:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
Gabriel Faus- tino	Topó- grafo	40h	4º	Secretaria Planejamento e Desenvolvimento

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 12 de setembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Decreto Nº. 4.485, de 12 de Setembro de 2011.

DECRETO Nº. 4.485, DE 12 DE SETEMBRO DE 2011.
TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DO CANDIDATO ABAIXO MENCIONADO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e especialmente as contidas no art. 72, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Gaspar, e no art. 219, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação da candidata MARIA VERA SILVA, para exercer o cargo de Topógrafo, nomeada pelo Decreto nº 4.434/2011, de 25 de julho de 2011, em virtude de não ter tomado posse dentro do prazo legal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 12 de setembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Decreto Nº. 4.487 de 13 de Setembro de 2011.

DECRETO Nº. 4.487 DE 13 DE SETEMBRO DE 2011.
DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA DA SERVIDORA MARIA PAULINA GON ULLER.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV, da Lei Municipal no 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1o. Fica declarada, a partir de 19 de setembro de 2011, a

vacância do cargo de provimento efetivo de Professora DOC IV-8, da servidora MARIA PAULINA GON ULLER, lotada com 40 horas semanais na Secretaria de Educação, em decorrência de aposentadoria.

Art. 2o. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 13 de setembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Aviso do Convite Nº 134/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Aviso do Convite nº 134/2011

O OBJETO é a construção de mezanino em estrutura metálica no Paço Municipal. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até às 14h do dia 26/09/2011, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 26/09/2011 às 14h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 16 de setembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Aviso do Pregão Presencial Nº 135/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 135/2011

O OBJETO é o Registro de Preços de troféus e medalhas. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até as 13h30min do dia 29/09/2011, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 29/09/2011 às 14h, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 16 de setembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Portaria Nº 2.537, de 14 de Setembro de 2011.

PORTARIA Nº 2.537, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011.

COLOCA À DISPOSIÇÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE A SERVIDORA RAQUEL MAFIOLETTI.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Colocar a servidora RAQUEL MAFIOLETTI, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, lotada com 30 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, para atuar na Secretaria Municipal de Saúde, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 14 de setembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Guaramirim

PREFEITURA

Extrato de alteração da licitação cultura 05/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
AVISO DE ALTERAÇÃO
LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial - 05/2011.

Tipo : Menor Preço - por item

Objeto : AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS PARA FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
EXCLUIR OS DECKS DA PROPOSTA.

02 (DOIS) DECK DE MADEIRA

Modelo pregado com ripas em linha reta em área plana sem emendas.

01 (UM) DECK DE MADEIRA

Modelo pregado com ripas em linha reta em área plana sem emendas.

ALTERANDO O VALOR DA PROPOSTA PARA:

Onde lê-se: R\$ 19.125,49 (Dezenove mil cento e vinte e cinco reais e quarenta e nove centavos)

Se lê :

R\$ 15.539,49 (Quinze mil quinhentos e trinta e nove reais e quarenta e nove centavos)

DATA DE ABERTURA

Entrega dos Envelopes: 29/09/2011 as 09:00 horas.

Abertura dos Envelopes: 29/09/2011 as 09:15 horas.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, fone (47) 3373-0247, ou ainda, através do site: www.guaramirim.sc.gov.br.

Guaramirim, 15 de setembro 2011.

NILSON BYLAARDT
Prefeito Municipal

Herval do Oeste

PREFEITURA

Convênio Nº 017/2011.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE
CONVÊNIO Nº 017/2011 DE 15 DE SETEMBRO DE 2011.
"TERMO DE CONVÊNIO DE REPASSE FINANCEIRO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC) E A

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFESSOR EUGÊNIO MARCHETTI".

O MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa sito à Rua Nereu Ramos, 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), inscrito no CNPJ/MF sob nº. 82.939.430/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito Senhor NELSON GUINDANI, brasileiro, casado, residente na cidade de Herval d'Oeste (SC), CPF nº. 501.589.459-72 e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFESSOR EUGÊNIO MARCHETTI, entidade civil de direito privado, sem fins econômicos, inscrita no CNPJ sob nº. 83.685.321/0001-02, com sede no Município de Herval d'Oeste(SC), representado neste ato por sua Presidente, Sra. CLEUSA MARIA NOEL, brasileira, casado, CPF nº. 915.111.359-72, residente e domiciliada na cidade de Herval d'Oeste (SC), resolvem por mútuo acordo celebrar o presente Termo de Convênio, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio de Repasse Financeiro tem por objeto o repasse pelo Município a Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Professor Eugênio Marchetti, de recursos financeiros destinados para pagamentos de despesas oriundas com a realização do XXII FEPECA - Festival de Pequenos Cantores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Tem fundamentação Legal na Lei Municipal nº. 2.837/2010, a qual prevê a Programação Orçamentária para o exercício financeiro de 2011 e na Lei Municipal nº. 2.876/2011, a qual autoriza firmar Convênio para repasse financeiro a esta entidade.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para a execução do presente Convênio, o Município de Herval d'Oeste (SC) repassará a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFESSOR EUGÊNIO MARCHETTI, a importância de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), em parcela única, após a publicação do presente Convênio.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

- 1- Promover a fiel aplicação dos recursos recebidos, com o pagamento das despesas previstas no objeto deste instrumento.
- 2-Admitir a fiscalização do Município, quanto ao uso dos recursos recebidos.
- 3- Prestar contas no prazo de até 60 (sessenta) dias contados do recebimento dos recursos, sob pena de devolução dos valores recebidos e demais penalidades legais, não podendo exceder ao último dia do exercício financeiro de 2011.
- 4- Comunicar, prévia e imediatamente ao Município, qualquer alteração havida, inerente ao presente instrumento.
- 5- A execução dos trabalhos que se tornem necessários em decorrência deste instrumento, serão de responsabilidade da Entidade.

DO MUNICÍPIO

- 1- Contribuir no prazo pactuado na Cláusula Terceira - Do Valor, deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1- Fica vinculada a assinatura do termo de Convênio para o repasse financeiro à apresentação das Certidões Negativas de Débito Municipal, Estadual, Federal e da União, bem como INSS e FGTS, quando possuírem; cópia do cartão do CNPJ, do Estatuto, da Ata

de eleição da atual Diretoria e da RG e CPF do presidente da Entidade, e manter a regularidade fiscal das mesmas até o término da vigência do presente Convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes da execução deste Convênio correrão à conta da seguinte programação orçamentária para o exercício financeiro de 2011, aprovado pela Lei Municipal nº. 2.837/2010: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES - DEPARTAMENTO DE CULTURA. Função Programática: 06.0603.13.392.0016.2020. Resgate e preservação da cultura local. Elemento de despesa: 33900000. Outras despesas correntes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

1- A Prestação de Contas dos recursos financeiros de que trata a Cláusula Terceira, será realizada pela Entidade no prazo de até 60 (sessenta) dias após o recebimento, não podendo ultrapassar o exercício financeiro, sob pena de devolução dos valores recebidos, de acordo com os Incisos de I a VII e IX do artigo 44, da resolução nº16/94 de 21/12/94 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Normativa Municipal CCI nº. 04/2006, conforme discriminada a seguir:

I - Cópia do convênio e dos seus termos aditivos se houver;

II - Comprovante de depósito do valor em conta bancária quando o valor for repassado em cheque;

III - Cópia do extrato da conta bancária para movimentação dos recursos conveniados, com a demonstração do valor depositado e respectivos saques via cheque;

IV - Conciliação bancária se for o caso;

V - Balancete de prestação de contas na forma do Anexo II;

VI - Comprovante do recolhimento do saldo financeiro, se houver;

VII - Documentos comprobatórios da despesa em via original (Notas Fiscais, Cupons Fiscais, em nome da entidade beneficiada);

§ 1º Recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.

§ 2º Poderá ser apresentada Nota Fiscal Avulsa autorizada pela Prefeitura Municipal, no caso de prestação de serviços.

VIII - Comprovante de recolhimento de Imposto Sobre Serviços (ISS) no caso da despesa ser de prestação de serviços;

IX - Fotocópia dos cheques utilizados;

X - Declaração do Presidente da Entidade que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;

XI - Carimbo nos comprovantes das despesas certificando que os materiais foram recebidos ou os serviços prestados e aceitos;

XII - Relação contendo: nome completo, nº. do CPF e assinatura dos beneficiados quando se tratar de doação de cestas básicas, medicamentos ou outras doações.

2- Os recursos transferidos mediante convênio, termo ou ajuste não poderão ser utilizados em finalidade diversa da pactuada.

3- Os recursos recebidos do Município a título de convênios, acordos ou ajustes, deverão ser depositados em conta específica em nome da entidade beneficiária e movimentados exclusivamente via cheque para cada pagamento, nominal ao fornecedor do produto ou serviço, mediante apresentação do respectivo comprovante fiscal.

4- É vedada à utilização dos recursos concedidos para pagamento de despesas com taxas bancárias, multas, juros, correção monetária, CPMF e tarifa de manutenção de conta bancária ativa.

5- É vedada à concessão de recursos:

I - Para entidades que visem à obtenção de lucros;

II - Para entidades que não tiveram, por qualquer motivo, a sua aprovação pelo órgão concedente;

III - Para atender despesas já realizadas;

IV - Para Igrejas e cultos religiosos;

V - Para fundação, organização ou instalação de entidade.

6- As parcelas vincendas somente serão liberadas após a aprovação da prestação de contas da parcela anterior pela Coordenadoria

de Controle Interno.

7- As compras, serviços e alienações a serem realizadas com os recursos ou bens repassados pela municipalidade, deverão ser contratados mediante processo de licitação pública, de acordo com o estabelecido em Lei Federal.

§ 1º A inviabilidade de adotar o processo estabelecido no "caput" deste artigo deverá ser devidamente justificada pelo dirigente ou autoridade competente.

§ 2º Nas situações de dispensa ou inexigibilidade de licitação, as entidades privadas sem fins lucrativos, observarão o disposto no art. 26 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

§ 3º Nas prestações de contas dos recursos repassados pelo Município a esta entidade, deverá constar cópia do processo licitatório.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe à Municipalidade decidir sobre a oportunidade e conveniência de proceder à fiscalização relativa à execução do presente Convênio.

CLÁUSULA NONA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Convênio será até 31 de dezembro de 2011, podendo ser renovado ou revogado, se do interesse das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido de comum acordo, ou unilateralmente, por inadimplência de quaisquer de suas cláusulas e condições. Em qualquer hipótese, a denúncia ou rescisão, deverá ser notificada por simples expediente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Herval d'Oeste (SC), para dirimir qualquer dúvida suscitada na execução deste Convênio, esgotadas as vias administrativas.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firmou-se o presente Termo de Convênio, em duas vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas a tudo inteirada.

Herval d' Oeste (SC), 15 de setembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito

CLEUSA MARIA NOEL

Presidente da Associação de Pais e Professores

TESTEMUNHAS:

1- _____

CPF

2- _____

CPF

Lei Nº 2.874/2011.

Lei nº 2874/2011

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 27.000,00(Vinte e sete mil reais)

Nelson Guindani , Prefeito Municipal de HERVAL DOESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Lei

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar com as seguintes classificações, no orçamento do exercício de 2.011:

1000 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
1001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
1001.103020035-1012 Construção, Reforma e Ampliação de Unidades de Saúde
44900000 14 0100 Investimentos R\$ 23.000,00
44900000 14 0171 Investimentos R\$ 4.000,00

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular a seguinte conta do orçamento vigente, para abertura do crédito suplementar do artigo 1º desta lei

1000 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
1001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
1001.103010032-2037 Manutenção e Implementação do Programa Saúde da Família
31900000 006 0100 Pessoal e Encargos Sociais R\$ 23.000,00
33900000 006 0164 Pessoal e Encargos Sociais R\$ 4.000,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d' Oeste, SC, 14 de setembro de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

Extrato PMI SEAGP 2009/115 - A/07

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato PMI SEAGP 2009/115 - A/07

Contratada: XBRAMAR SOLUÇÕES E TECNOLOGIA LTDA.
C.NPJ: 05.099.250/0001-44
Objeto: Prorrogação de prazo dos serviços de locação de equipamentos para impressão/digitalização corporativa de documentos por intermédio de aluguel de equipamentos multifuncionais P & B, para até 09 de novembro de 2011.
PRAZO: 09/11/2011.
Fundamento: Processo nº. 122/2009 Comunicação interna nº. 71/2011

Imbituba, 31 de agosto de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

XBRAMAR SOLUÇÕES E TECNOLOGIA LTDA.
Representante Legal
Contratada

Extrato PMI SEDETUR 2011/179 - A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato PMI SEDETUR 2011/179 - A/00

Contratada: JL CONSTRUTORA LTDA ME.
C.NPJ: 12.587.530/0001-67
Objeto: Reforma do museu da Balei Franca, situado na Rua Itagi-ba - Vila Alvorada.
PRAZO: 01/10/2011. Valor: R\$ 31.799,50
Fundamento: Processo nº. 151/2011 Carta Convite nº. 17/2011

Imbituba, 31 de agosto de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

JL CONSTRUTORA LTDA ME.
Representante Legal
Contratada

Extrato PMI SEDETUR 2011/181 - A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato PMI SEDETUR 2011/181 - A00

Contratada: ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ.
C.NPJ: 09.008.659/0001-69
Objeto: Fornecimento de materiais e mão de obra para execução do projeto de ampliação da rede de distribuição em média e baixa tensão do loteamento industrial de Imbituba.
PRAZO: 06/10/2011 Valor: R\$ 585.296,93
Fundamento: Processo nº. 138/2011 Tomada de Preço nº. 05/2011 TP

Imbituba, 06 de setembro de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ.
Representante Legal
Contratada

Publicação de Extrato de Abertura de Propostas da Tomada de Preço 06/2011 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
TOMADA DE PREÇO Nº 06/2011
PROCESSO Nº 147/2011
COMUNICADO

Considerando a não apresentação de recurso da fase de habilitação requerido pela empresa Britagem Vogelsanger LTDA. Comunicamos que a empresa continua inabilitada conforme ata do processo à epígrafe.
Informamos ainda que a abertura dos envelopes de proposta ficará para o dia 21/09/2011 às 13:15 no Departamento de Licitações sito a Av. Dr. João Rimsa, 531 - Centro - Imbituba - SC.

Imbituba, 19 de setembro de 2011.
MILENE RIBEIRO
Presidente da Comissão de Licitação

Publicação de Extrato de Comunicação do Sorteio da Subcomissão Técnica Tomada de Preço 07/2011 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
TOMADA DE PREÇO Nº 07/2011
PROCESSO Nº 158/2011
Sorteio da Subcomissão Técnica.

Comunicamos aos interessados que será realizado sorteio, de

modo a formar a Subcomissão Técnica, atendendo o estabelecido no art. 10 da lei 12.232/2010. Os nomes que comporão o sorteio nos moldes dos §§ 1º, 2º e 3º do art. 10 da lei 12.232/2010, são os seguintes: Ana Luiza Vargas, Cintia Pires Miranda, Licariane de Andrade Martins, Lorraine Amorim Corrêa, Tuliana Fernandes Rosa e Wanessa Alves Xavier. Desta relação, serão sorteados 03 (três) integrantes para compor a Subcomissão Técnica, sendo que pelo menos 01 (um) deles não poderá manter nenhum vínculo, funcional ou contratual, direto ou indireto, com a Prefeitura Municipal de Imbituba. Para os fins do cumprimento do disposto no § 5º do art. 10 da Lei 12.232/2010, até 48 (quarenta e oito) horas antes da sessão pública destinada ao sorteio, qualquer interessado poderá impugnar nomes participantes desta relação. A sessão pública, para sorteio dos integrantes da Subcomissão Técnica, acontecerá no dia 30/09/2011, às 14:00 horas, na sede da Diretoria de Licitações da Prefeitura Municipal de Imbituba, na Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro.

Imbituba, 19 de setembro de 2011.
MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA
Presidente da Comissão de Licitação

Publicação de Extrato de Dispensa 44/2011 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 160/2011
DISPENSA Nº 44/2011

Objeto: Piso emborrachado para sala do berçário do Centro Educação Infantil Alceu Rochadel.
Empresa: JM Comércio e Prestação de Serviços Ltda.
Valor Total: R\$ 3.960,00
Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 19 de setembro de 2011.
LEDA SUZANE DA SILVA G. PAMATO DE SOUZA
Secretaria Municipal de Educação

CÂMARA MUNICIPAL

Ato da Presidência Nº 34/11

Ato da Presidência nº 34/11

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 31ª Sessão Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa, da 13ª Legislatura, a realizar-se no dia 19 de setembro de 2011 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
03	PL nº 4.067/2011	03/02/2011	Poder Executivo	José Roberto Martins	Altera os artigos 4º e 6º da Lei nº 3.001, de 13 de dezembro de 2006, que dispõe sobre atendimento ao público nos estabelecimentos financeiros e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
104	PL 4.158/2011	12/09/2011	Poder Executivo	José Roberto Martins	Desafeta bem móvel e autoriza doação a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
105	PL 4.159/2011	12/09/2011	Poder Executivo	José Roberto Martins	Desafeta bem móvel e autoriza doação ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PL 4.160/2011	12/09/2011	Poder Legislativo	Valdir Rodrigues	Dispõe sobre a proibição de venda de bebidas alcoólicas nas dependências dos ginásios de esportes localizados na circunscrição do Município de Imbituba e, dá outras providências.	Ordinário	1ª	1ª



A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 15 de setembro de 2011.

ROGBERTO DE FARIAS PIRES Presidente	ELÍSIO SGROTT Vice-Presidente
LUÍS ANTÔNIO DUTRA Primeiro-Secretário	THIAGO MACHADO Segundo-Secretário

Portaria CMI nº 058/2011

PORTARIA CMI nº 058/2011

“Concede Férias ao servidor JOÃO FLORIANO”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, RESOLVE:
Conceder, ao Sr. João Floriano, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 09/02/2010 a 08/02/2011, a ser gozada no período de 12/09/2011 a 11/10/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba (SC), em 30 de agosto de 2011.

ROGBERTO DE FARIAS PIRES

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 30/08/2011.

ALINE FURTUNATO NUNES FIGUEIREDO

Secretária Administrativa

Portaria CMI nº 060/2011

PORTARIA CMI nº 060/2011

“Concede Férias ao servidor PAULO MARCOS DE SOUZA”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, RESOLVE:
Conceder, ao Senhor Paulo Marcos de Souza, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 01/07/2010 a 30/06/2011, a ser gozada no período de 05/09/2011 a 04/10/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba (SC), em 30 de agosto de 2011.

ROGBERTO DE FARIAS PIRES

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 30/08/2011.

ALINE FURTUNATO NUNES FIGUEIREDO

Secretária Administrativa

Portaria CMI nº 061/2011

PORTARIA CMI nº 061/2011

“Nomeia BRAULIO DA SILVA MACHADO, para exercer o cargo de Assistente Parlamentar.”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, RESOLVE:
Nomear, Braulio da Silva Machado, brasileiro, solteiro, RG nº 3029174, CPF nº 029.854.169-65, residente e domiciliado na Avenida Dr. João Rinsa, 1056, neste município, para exercer o cargo de Assistente Parlamentar da Câmara Municipal de Imbituba.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba (SC), em 01 de setembro de 2011.

ROGBERTO DE FARIAS PIRES

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 01/09/2011.

ALINE FURTUNATO NUNES FIGUEIREDO

Secretária Administrativa

Portaria CMI Nº 059/2011

PORTARIA CMI nº 059/2011

“Concede Férias à servidora MARISA DE OLIVEIRA RIBEIRO”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, RESOLVE:
Conceder, à Senhora Marisa de Oliveira Ribeiro, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 04/05/2010 a 03/05/2011, a ser gozada no período de 05/09/2011 a 04/10/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba (SC), em 30 de agosto de 2011.

ROGBERTO DE FARIAS PIRES

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 30/08/2011.

ALINE FURTUNATO NUNES FIGUEIREDO

Secretária Administrativa

Portaria CMI Nº 062/2011

PORTARIA CMI Nº 062/2011

“Concede Licença-prêmio à Servidora MARIA JULIA MARTINS DO NASCIMENTO”.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, RESOLVE:
Conceder, à Sr.^a MARIA JULIA MARTINS DO NASCIMENTO, servidora da Câmara Municipal de Imbituba, 1 (hum) mês de licença-prêmio, referente ao período aquisitivo de 01/04/2006 a 31/03/2011, a ser fruída no período de 05/09/2011 a 05/10/2011.

Converter, 1 (hum) mês de licença-prêmio, referente ao período aquisitivo de 01/04/2006 a 31/03/2011, em pecúnia.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba (SC), em 02 de setembro de 2011.
ROGBERTO DE FARIAS PIRES
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 02/09/2011.

ALINE FURTUNATO NUNES FIGUEIREDO
Secretária Administrativa

Iomerê

PREFEITURA

Decreto 1182/2011

DECRETO Nº. 1182 DE 14 DE SETEMBRO DE 2011.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 608/2010 de 24 de novembro de 2010, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2011.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 608/2010 de 24 de novembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 31.109,30 (trinta e um mil, cento e nove reais e trinta centavos) na seguinte dotação orçamentária:

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2048 Manutenção da Sec. de Obras e Serviços Públicos
44900000 Aplicações Diretas
189.00 Alienação de Bens Destinados a Outros Programas
R\$ 31.109,30

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito. Iomerê, 14 de setembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1183/2011

DECRETO Nº 1183 DE 16 DE SETEMBRO DE 2011.

Homologa resultado de teste seletivo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado do teste seletivo nº 003/2011

PROFESSOR

NOME CANDIDATO	NOTA	CLASSIF.
FABIANA CARNIEL RIGO	6,4	1º
RACHEL SIMONE MENEGUZZI MANENTI	5,2	2º
FABIANE SOVRANI FERNANDES	4,8	3º

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

NOME CANDIDATO	NOTA	CLASSIF.
TAINE GURZYNSKI	8,0	1º
LOURDES SACCARO FANTINEL	6,4	2º
JACIARA REGINA BECKER	6,0	3º

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Iomerê, 16 de setembro de 2011
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Irineópolis

PREFEITURA

Extrato de Processo Licitatorio 37/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 37/2011
PREGÃO PRESENCIAL N.º 19/2011

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 03 de outubro de 2011, às 08:30 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a aquisição de materiais para reforma da creche de Rio Vermelho. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:00 as 11:30 e das 13:00 às 16:30, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 16 de setembro de 2011.
CIRCE NEPPEL SFAIR
Prefeita em exercício

Extrato de Processo Licitatório 38/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 38/2011

PREGÃO PRESENCIAL N.º 20/2011

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 03 de outubro de 2011, às 10:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a aquisição de materiais para reforma da Escola Isolada de São Sebastião do Bom Retiro. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:00 as 11:30 e das 13:00 às 16:30, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 16 de setembro de 2011.

CIRCE NEPPEL SFAIR

Prefeita em exercício

Itaiópolis**PREFEITURA****Extrato de Contrato**

Extrato de Contrato - Processo Licitatório nº 44/2011 - Tomada de Preços nº 11/2011. Objeto: execução dos serviços de manutenção da rede de iluminação pública, com fornecimento de materiais e mão de obra. CONTRATADA: Eletrobox Engenharia Elétrica Ltda. Contrato nº 87/2011, Valor Total: R\$ 98.750,46. Prazo: 90 dias. Itaiópolis, 12/09/2011, Helio César Wendt Prefeito Municipal.

Extrato de Termo Aditivo

Nº ADITIVO: 1º

Nº CONTRATO: 63/2011

CONTRATADA: Paviplan Pavimentação Ltda.

OBJETO: o prazo deste aditivo será até 31/10/2011. Itaiópolis, 22/08/2011, Helio César Wendt Prefeito Municipal.

Itapoá**PREFEITURA****Ata de Análise e Julgamento de Proposta**

ATA DE ANÁLISE E JULGAMENTO DE PROPOSTA

Data 16/09/2011

Horário 09h:30m.

Licitação / Modalidade

TOMADA DE PREÇO

PROC. Nº

Nº 03/2011

Nº 43/2011

OBJETO:

Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimentos de materiais de construção para a edificação da sede própria da Câmara Municipal de vereadores de Itapoá/SC, perfazendo um total a ser construído de

616,50 m2, conforme projeto arquitetônico e memorial descritivo, ART, planilha orçamentária, parte integrante deste edital.

No dia e hora supra mencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Especial de Licitação, conforme Decreto Municipal nº1133/2010, com objetivo de abertura dos envelopes de proposta das empresas habilitadas: MATERIAIS DE CONST. TABAMAR LTDA - ME, CNPJ/MF: 00.263.284/0001-09, VMZ CONSTRUTORA LTDA ME CNPJ/MF: 10.725.870/0001-81, CONSTRULACER COM. E CONST. LTDA, CNPJ/MF: 06.123.883/0001-03, EMPREITEIRA KALB LTDA EPP, CNPJ/MF: 07.167.107/0001-78, SIFRA CONST. E INCORPORADORA LTDA, CNPJ/MF: 05.927.226/0001-56, todas achada conforme. Chegado ao seguinte resultado classificatório:

Classificação	Empresa	Valor total R\$
1º	VMZ CONSTRUTORA LTDA ME	769.508,86
2º	MATERIAIS DE CONST. TABAMAR LTDA - ME	805.403,21
3º	SIFRA CONST. E INCORPORADORA LTDA	914.124,14
4º	EMPREITEIRA KALB LTDA EPP	915.322,33
5º	CONSTRULACER COM. E CONST. LTDA	915.323,96

Neste ato foi observado pela CEL que o valor máximo orçado e estipulado em edital era de R\$ 915.323,96 (novecentos e quinze trezentos e vinte e três reais e noventa e seis centavos). A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Desta decisão proferida para que todos os interessados tomem conhecimento serão realizadas as publicações legais na imprensa oficial do Município site www.diariomunicipal.sc.gov.br, e no site do Município www.itapoa.sc.gov.br, mural público municipal; e em sequência enviado via e-mail as empresas pelos endereços construlacer.obras@gmail.com, vmzconstrutora@hotmail.com, hilario@sifraconstrutora.com.br. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar foi lavrada esta Ata, abrindo o prazo de direito de recurso conforme art. 109 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Segue esta ata assinada pelos membros da Comissão Especial de Licitação que concordam com todo o exposto

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR

Presidente da Comissão Especial de Licitação

RAFAEL VIDA ALMEIDA

Membro

LUIS CARLOS ZAGONEL

Membro

REGINALDO DE SOUZA

Membro

FERNANDA CRISTINA ROSA

Membro

JACKSON ALVES DE ASSUNÇÃO

Membro

JOSELENE G. NASCIMENTO CUNHA

Membro

Licitantes presentes:

VMZ CONSTRUTORA LTDA ME

Paulo Roberto de Oliveira

CPF: 548.669.609-49

CI.RG.373.913 SSP/SC

Ata de Sessão Pública EMEF João Monteiro Cabral
ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA
Data 15/09/2011 Horário: 09h:00m
Licitação /Modalidade CONVITE Nº 19/2011
PROC. Nº 76/2011

OBJETO:

Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada para executar reforma na EMEF João Monteiro Cabral, conforme projeto básico e memorial descritivo, parte integrante deste edital.

No dia e hora supra mencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 1298/2011. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial dos Municípios, mural público municipal, no dia 05/09/2011 a fim de ampla divulgação. Foram convidadas as empresas: MATERIAL DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA, CNPJ/MF: 00.263.287/0001-09, NEVES CASA PRONTA, CNPJ/MF: 05.015.764/0001-74, RONALDO DO NASCIMENTO & CIA LTDA, CNPJ/MF: 08.495.775/0001-97. Iniciada a sessão constatando pela CPL que não houve entrega de envelopes, desta forma o presente certame foi DESERTO. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão indo esta assinada por todos os presentes exatamente às 09h:20m.

JACKSON ALVES DE ASSUNÇÃO
Presidente da Comissão de Licitação

ISABELA R. DUTRA POHL
Membro

FERNANDA CRISTINA ROSA
Membro

JOSELENE G. NASCIMENTO CUNHA
Membro

Edital de Pregão Presencial Nº 31/2011
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2011
PROCESSO Nº 81/2011

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por item, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 08h:30m estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:00m, do dia 29 de setembro de 2011, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO TIPO PASSEIO PARA SECRETARIA DO BEM ESTAR SOCIAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO V DO EDITAL. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h:00m às 12h:00m, e das 13h:30m das 17h:30m.

Itapoá, 16 de setembro de 2011.
ERVINO SPERANDIO
Município de Itapoá/SC

Prefeito Municipal

FERNANDA CRISTINA ROSA
Pregoeira Oficial

Termo de Prorrogação cortinas tipo persianas

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
TERMO DE PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS -

DATA: 22 de setembro de 2011 - Horário de entrega de envelopes até: 08h:30m e abertura de sessão pública às 09h:00m.

LICITAÇÃO/MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL nº 23/2011 - Processo nº67/2011 - Objeto: Aquisição de cortinas tipo persianas rolo modelo vison screen 350 linean, conforme especificações constantes em edital.

AVISO DE PRORROGAÇÃO

O Município de Itapoá, torna público que a licitação que se faria realizar na data e horário acima citado, vem alterar o edital de licitação com a finalidade de PRORROGAR a DATA E HORÁRIO DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE ENVELOPES E PROPOSTAS para o dia 26/09/2011 mantendo-se os mesmos horários, de até 08h:30m para recebimento envelopes dos possíveis interessados em participar do certame em epigrafe, e às 09h:00m a Sessão Pública de abertura de envelopes e credenciamento.

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas no Edital.

Itapoá, 16 de setembro de 2011.
FERNANDA CRISTINA ROSA
Município de Itapoá
Pregoeira Oficial

Portaria Nº 0918/2011

PORTARIA Nº 0918/2011
De: 01 de setembro de 2011.
EXONERA O (A) SERVIDOR (A), A PEDIDO.

ERVINO SPERANDIO, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica exonerado (a) a pedido, o (a) servidor (a) ALANA CHIAPETTI KALINKE, matrícula 59093-2/1 ocupante do cargo de Telefonista, conforme Lei Municipal 76/2001.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de setembro de 2011.
ERVINO SPERANDIO
Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA

Decreto Nº. 3.872 de 01 de Setembro de 2011.

DECRETO Nº. 3.872 DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

"INSERE DISPOSITIVO AO DECRETO Nº 3.746/2011 QUE NOMEIA SECRETÁRIO DE GESTÃO FINANCEIRA PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE ORDENADOR DE DESPESAS QUE ESPECIFICA".

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), usando de atribuições que lhe são conferidas por lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica inserido o Parágrafo único ao art. 1º do Decreto Nº 3.746/2011 com a seguinte redação:

Art. 1º ()

Parágrafo único - No período em que o Secretário de Gestão Financeira estiver em gozo de férias ou licença, as funções de ORDENADOR DE DESPESAS serão desempenhadas pelo Diretor Geral da Secretaria de Gestão Financeira.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura.

Joaçaba-SC, em 01 de setembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato Licitação Deserta - TP 9/2011/PMJ - PL 97/2011/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

NOTA DE LICITAÇÃO DESERTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 97/2011/PMJ

EDITAL TP Nº 9/2011/PMJ

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de Redes Coletoras e Ligações Prediais de Esgoto Sanitário de parte do Bairro Santa Tereza e Bairro Flor da Serra, no Município de Joaçaba, SC.

MOTIVO: Considerando o teor da ata 84 emitida pela comissão de licitações em 15/09/2011, onde se constatou não acudirem interessados em participar da licitação, o Poder Público Municipal, resolve declarar:

1. DESERTO, o presente processo licitatório, bem como determinar e extinção do mesmo. .

Joaçaba (SC), 15 de setembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Edital de Audiência Pública

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. Rafael Laske, convida todos os munícipes para participarem da Audiência Pública para exame e aprovação do Diagnóstico Habitacional relativo à elaboração do Plano de Habitação de Interesse Social deste município. A audiência acontecerá no dia 17 de outubro de 2011, às 19:00 horas, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba, Av. XV de Novembro, 378, sendo que, os procedimentos para a condução dos trabalhos serão apresentados logo após a instalação da sessão.

Joaçaba, 15 de setembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Homologação do Edital de Teste Seletivo Simplificado 005/2011

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 005/2011 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE JOAÇABA (SC)

RAFAEL LASKE, Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do presente documento, apresenta a homologação das inscrições dos candidatos inscritos do Processo Seletivo simplificado n.º 005/2011, da Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba (SC).

Art. 1º - Ficam homologadas as inscrições dos candidatos inscritos para o Processo Seletivo simplificado n.º 005/2011, da Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba (SC), ao(s) seguinte(s) emprego(s) conforme situação descrita:

MÉDICO GENERALISTA		
Nº da Inscrição	Candidato (a)	Situação da Inscrição
02	Andressa Covolan	Homologado
05	Talyssa Rockenbach	Homologado

TOTAL DE INSCRITOS: 02 (dois)

MÉDICO PROGRAMA ESF		
Nº da Inscrição	Candidato (a)	Situação da Inscrição
01	Carlos Alexandre Romero de Souza	Homologado
04	Talyssa Rockenbach	Homologado
03	Andressa Covolan	Homologado

TOTAL DE INSCRITOS: 03 (três)

Art. 2º - Do total de 05 (cinco) candidatos que compareceram durante o período destinado para inscrições para os empregos relacionados no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 005/2011 da Secretaria Municipal de Joaçaba (SC), os 05 (cinco) candidatos atenderam aos requisitos exigidos no referido Edital.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Joaçaba (SC), 14 de Setembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito Municipal

Portaria n.º 3.420

PORTARIA Nº 3.420 DE 01 DE SETEMBRO DE 2011

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR o(a) Senhor(a) CRISTIANE DEITOS, para o cargo de Gerente de Desenvolvimento, CC-3, com lotação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro

de 2003, Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 173 de 11 de março de 2009, Lei Complementar nº 190 de 26 de julho de 2010 e Lei Complementar nº 201 de 17 de dezembro de 2010.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 01 de setembro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.421

PORTARIA Nº 3.421 DE 08 DE SETEMBRO DE 2011

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) NOEMI LUCIA DALA LASTA BRAGA, Agente Comunitário de Saúde, lotado(a) na Secretaria de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 059 de 06 de junho de 2002 e Lei Complementar nº 093 de 04 de março de 2005, que instituiu o Quadro de Pessoal, para atendimento do Programa de Saúde da Família-PSF e Programa de Agentes Comunitários de Saúde-PACS e por ter sido classificada em teste para emprego público com base na Lei Complementar nº 147 de 13 de agosto de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 08 de setembro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.422

PORTARIA Nº 3.422 DE 08 DE SETEMBRO DE 2011

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 37, IX da Constituição Federal, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005, resolve;

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Senhor(a) CLODOMAR NATAL CASARIM durante o período de 08 de setembro de 2011 a 07 de setembro de 2012, para exercer as funções de MOTORISTA SOCORRISTA SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 97 de 18 de março de 2005 e nº 119 de 26 de maio de 2006.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 08 de setembro de 2011.
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.423

PORTARIA Nº 3.423 DE 08 DE SETEMBRO DE 2011

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) HAIDE SUELI WASSERBERG COSTENARO, Professor Pós Graduado, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob nº 118.608 de 16 de fevereiro de 2011, referente aos períodos de 04 de abril de 1993 a 03 de abril de 1998 (18 dias), 04 de abril de 1998 a 03 de abril de 2003 (60 dias), 04 de abril de 2003 a 31 de dezembro de 2003 (12 dias) e 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias), por um período de 102 (cento e dois) dias, a partir de 06 de setembro de 2011 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 06 de setembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 08 de setembro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.424

PORTARIA Nº 3.424 DE 12 DE SETEMBRO DE 2011

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) SULANY DE FATIMA B. WELTER, Auxiliar de Enfermagem, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2006 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 12 de setembro de 2011 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 12 de setembro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.425

PORTARIA Nº 3.425 DE 12 DE SETEMBRO DE 2011

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ANGELICA BRANDINI DEMARTINI, Professor Licenciatura Plena, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme requerimento protocolado sob nº 118.742 de 24 de fevereiro de 2011, referente ao período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 12 de setembro de 2011 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 12 de setembro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.426

PORTARIA Nº 3.426 DE 12 DE SETEMBRO DE 2011
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) LEONIR ALEXANDRETI, Carpinteiro, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando da Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 05 de setembro de 2011 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 05 de setembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 12 de setembro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.427

PORTARIA Nº 3.427 DE 13 DE SETEMBRO DE 2011
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ELSA LECHNER, Professor Com Magistério, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando da servidora, referente aos períodos de 01 de março de 1979 a 28 de fevereiro de 1984 (60 dias) e 01 de março de 1984 a 28 de fevereiro de 1989 (60 dias), por um período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 13 de setembro de 2011 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 13 de setembro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.428

PORTARIA Nº 3.428 DE 13 DE SETEMBRO DE 2011
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) CHRISTINE MATZ-NAUER, Professor Licenciatura Plena, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob n.º 118.814 de 28 de fevereiro de 2001, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2007 (12 dias) e 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008 (12 dias), por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 13 de setembro de 2011 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 13 de setembro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.429

PORTARIA Nº 3.429 DE 13 DE SETEMBRO DE 2011
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) LUCIANE POGERE, Professor Licenciatura Plena, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob n.º 118.459 de 09 de fevereiro de 2001, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2007 (12 dias), 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008 (12 dias), 01 de dezembro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias) e 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias), por um período de 48 (quarenta e oito) dias, a partir de 13 de setembro de 2011 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 13 de setembro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.430

PORTARIA Nº 3.430 DE 13 DE SETEMBRO DE 2011
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) MARCELO CANCELLI, Fiscal de Tributos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob n.º 121.538 de 12 de setembro de 2001, referente ao período de 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 12 de setembro de 2011 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 12 de setembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 13 de setembro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria n.º 3.431

PORTARIA Nº 3.431 DE 14 DE SETEMBRO DE 2011
"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO o(a) Senhor(a) RICARDO MARCELO DE MENEZES, do cargo de Fiscal de Tributos, com lotação na Secretaria Municipal de Gestão Financeira, conforme pedido protocolado sob n.º 121.613 de 14 de setembro de 2001, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Fica declarada a vacância do cargo conforme Art. 81, § 4º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de setembro de 2011
RAFAEL LASKE

IMPRES

Portaria 85/2011 - IMPRES

PORTARIA 085/2011 DE 15 DE SETEMBRO DE 2011.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - IMPRES, no uso de suas atribuições conferidas pelos arts. 79, da Lei Complementar 099/2005, de 24 de junho de 2005, e suas alterações e tendo em vista o que consta do processo nº 046/2008, RESOLVE:

Art. 1º. Retificar a Portaria 065/2009 que passa a vigorar com a seguinte redação:

Conceder aposentadoria voluntária por idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, à servidora MARIA DO CARMO RIBEIRO DUTRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Internos, do quadro de pessoal da Prefeitura de Joaçaba, nos termos do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 41, § 1º, III, b, da Constituição Federal, c/c o art. 47, da Lei Complementar nº 99/2005.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba-SC, 15 de setembro de 2011.
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente

SIMAE

Pregão Presencial JHL 0032/2011

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA
LICITAÇÃO Nº 0044/2011
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0032/2011
PROTOCOLO JHL 2158/2011

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0032/2011 - Licitação 0044/2011, TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, que trata de:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE RASTREAMENTO VEICULAR, PARA MONITORAÇÃO CONSTANTE DA FROTA DO SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 29/09/2011 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 29/09/2011 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 19/09/2011 a 29/09/2011.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8217.

Joaçaba - SC, 19 de setembro de 2011.
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE.

José Boiteux

PREFEITURA

Processo Licitatório 29/2011

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX - SC
PROCESSO LICITATÓRIO 29/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2011

Retificação de publicação - PL 29/2011, Mod: Pregão Presencial 010/2011; Tipo Menor Preço: Objeto: REFERENTE AO REGISTRO DE PREÇO PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA A UTILIZACAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS, SECRETARIA DA AGRICULTURA, SECRETARIA DA FAMILIA E ACAO SOCIAL, SECRETARIA DE OBRAS E SECRETARIA DA EDUCACAO CULTURA E DESPORTO; fica alterada a data de abertura para o dia 27/09/2011 as 10:00h. Informações e retirada do Edital na Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a Rua 16 de Junho, nº13 diariamente, das 07:30 às 11:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 16 de Setembro 2011.
ALCINO PEREIRA
Prefeito Municipal

Lages

PREFEITURA

Pregão Eletrônico 27-2011 PML

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE LAGES, torna público o lançamento do Edital: - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2011- PML

OBJETO: Aquisição de Veículos para a Seção de Trânsito do 6º Batalhão de Polícia Militar.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 30/09/2011 às 08:30 h.

TIPO: Menor Preço por Item

LOCAL DE REALIZAÇÃO DAS SESSÕES PÚBLICAS: www.caixa.gov.br

Os interessados poderão obter a íntegra do Edital pelo site: www.lages.sc.gov.br

INFORMAÇÕES: No Setor de Licitações à Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, nesta cidade, pelo telefone (49) 3221-1169, pelo fax (49) 3221-1043 ou pelo e-mail pregaoeletronico@lages.sc.gov.br

Lages, 16 de setembro de 2011.
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário de Administração

Lauro Muller

PREFEITURA

Aditivo de Contrato Nº 60/2011

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
ADITIVO DE CONTRATO Nº 60/2011
Processo Licitatório nº 05/2011 - Tomada de Preços p/ Compras e Serviços nº 05/2011

Objeto: FICA PRORROGADO O PRAZO ORIGINALMENTE ESTABELECIDO, PASSANDO O MESMO A TER SUA VIGÊNCIA DENTRO DO NOVO PERÍODO: 23/02/2011 À 31/12/2011.
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
Contratado: AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
Prazo de Vigência: 23/08/2011 a 31/12/2011

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Aditivo de Contrato Nº 61/2011

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
ADITIVO DE CONTRATO Nº 61/2011
Processo Licitatório nº 05/2011 - Tomada de Preços p/ Compras e Serviços nº 05/2011

Objeto: FICA PRORROGADO O PRAZO ORIGINALMENTE ESTABELECIDO, PASSANDO O MESMO A TER SUA VIGÊNCIA DENTRO DO NOVO PERÍODO: 23/02/2011 À 31/12/2011.
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
Contratado: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Prazo de Vigência: 23/08/2011 a 31/12/2011

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Aditivo de Contrato Nº 62/2011

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
ADITIVO DE CONTRATO Nº 62/2011
Processo Licitatório nº 05/2011 - Tomada de Preços p/ Compras e Serviços nº 05/2011

Objeto: FICA PRORROGADO O PRAZO ORIGINALMENTE ESTABELECIDO, PASSANDO O MESMO A TER SUA VIGÊNCIA DENTRO DO NOVO PERÍODO: 23/02/2011 À 31/12/2011.
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
Contratado: CIRURGICA JAW COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSP LTDA
Prazo de Vigência: 23/08/2011 a 31/12/2011

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Aditivo de Contrato Nº 63/2011

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
ADITIVO DE CONTRATO Nº 63/2011
Processo Licitatório nº 05/2011 - Tomada de Preços p/ Compras e Serviços nº 05/2011

Objeto: FICA PRORROGADO O PRAZO ORIGINALMENTE ESTABELECIDO, PASSANDO O MESMO A TER SUA VIGÊNCIA DENTRO DO NOVO PERÍODO: 23/02/2011 À 31/12/2011.
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
Contratado: COMERCIAL CIRURGICA RIO CLARENSE LTDA
Prazo de Vigência: 23/08/2011 a 31/12/2011

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Aditivo de Contrato Nº 64/2011

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
ADITIVO DE CONTRATO Nº 64/2011
Processo Licitatório nº 05/2011 - Tomada de Preços p/ Compras e Serviços nº 05/2011

Objeto: FICA PRORROGADO O PRAZO ORIGINALMENTE ESTABELECIDO, PASSANDO O MESMO A TER SUA VIGÊNCIA DENTRO DO NOVO PERÍODO: 23/02/2011 À 31/12/2011.
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
Contratado: CRISTÁLIA - PROD. QUIMICOS FARMAC. LTDA
Prazo de Vigência: 23/08/2011 a 31/12/2011

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Aditivo de Contrato Nº 65/2011

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
ADITIVO DE CONTRATO Nº 65/2011
Processo Licitatório nº 05/2011 - Tomada de Preços p/ Compras e Serviços nº 05/2011

Objeto: FICA PRORROGADO O PRAZO ORIGINALMENTE ESTABELECIDO, PASSANDO O MESMO A TER SUA VIGÊNCIA DENTRO DO NOVO PERÍODO: 23/02/2011 À 31/12/2011.
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
Contratado: DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Prazo de Vigência: 23/08/2011 a 31/12/2011

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Aditivo de Contrato Nº 66/2011

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
ADITIVO DE CONTRATO Nº 66/2011
Processo Licitatório nº 05/2011 - Tomada de Preços p/ Compras e Serviços nº 05/2011

Objeto: FICA PRORROGADO O PRAZO ORIGINALMENTE ESTABELECIDO, PASSANDO O MESMO A TER SUA VIGÊNCIA DENTRO DO NOVO PERÍODO: 23/02/2011 À 31/12/2011.
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
Contratado: MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS
Prazo de Vigência: 23/08/2011 a 31/12/2011

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Aditivo de Contrato Nº 67/2011

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller



ADITIVO DE CONTRATO Nº 67/2011

Processo Licitatório nº 05/2011 - Tomada de Preços p/ Compras e Serviços nº 05/2011

Objeto: FICA PRORROGADO O PRAZO ORIGINALMENTE ESTABELECIDO, PASSANDO O MESMO A TER SUA VIGÊNCIA DENTRO DO NOVO PERÍODO: 23/02/2011 À 31/12/2011.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

Contratado: METROMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR

Prazo de Vigência: 23/08/2011 a 31/12/2011

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Aditivo de Contrato Nº 68/2011

Estado de Santa Catarina

Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

ADITIVO DE CONTRATO Nº 68/2011

Processo Licitatório nº 05/2011 - Tomada de Preços p/ Compras e Serviços nº 05/2011

Objeto: FICA PRORROGADO O PRAZO ORIGINALMENTE ESTABELECIDO, PASSANDO O MESMO A TER SUA VIGÊNCIA DENTRO DO NOVO PERÍODO: 23/02/2011 À 31/12/2011.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

Contratado: SULMEDI COM PROD HOSPITALARES LTDA

Prazo de Vigência: 23/08/2011 a 31/12/2011

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Aditivo de Contrato Nº 69/2011

Estado de Santa Catarina

Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

ADITIVO DE CONTRATO Nº 69/2011

Processo Licitatório nº 06/2011 - Tomada de Preços p/ Compras e Serviços nº 06/2011

Objeto: FICA PRORROGADO O PRAZO ORIGINALMENTE ESTABELECIDO, PASSANDO O MESMO A TER SUA VIGÊNCIA DENTRO DO NOVO PERÍODO: 23/02/2011 À 31/12/2011.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

Contratado: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Prazo de Vigência: 23/08/2011 a 31/12/2011

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Aditivo de Contrato Nº 70/2011

Estado de Santa Catarina

Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

ADITIVO DE CONTRATO Nº 70/2011

Processo Licitatório nº 06/2011 - Tomada de Preços p/ Compras e Serviços nº 06/2011

Objeto: FICA PRORROGADO O PRAZO ORIGINALMENTE ESTABELECIDO, PASSANDO O MESMO A TER SUA VIGÊNCIA DENTRO DO NOVO PERÍODO: 23/02/2011 À 31/12/2011.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

Contratado: CENTERMEDI-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALAR

Prazo de Vigência: 23/08/2011 a 31/12/2011

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Aditivo de Contrato Nº 71/2011

Estado de Santa Catarina

Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

ADITIVO DE CONTRATO Nº 71/2011

Processo Licitatório nº 06/2011 - Tomada de Preços p/ Compras e Serviços nº 06/2011

Objeto: FICA PRORROGADO O PRAZO ORIGINALMENTE ESTABELECIDO, PASSANDO O MESMO A TER SUA VIGÊNCIA DENTRO DO NOVO PERÍODO: 23/02/2011 À 31/12/2011.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

Contratado: COMERCIAL CIRURGICA RIO CLARENSE LTDA

Prazo de Vigência: 23/08/2011 a 31/12/2011

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Aditivo de Contrato Nº 72/2011

Estado de Santa Catarina

Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

ADITIVO DE CONTRATO Nº 72/2011

Processo Licitatório nº 06/2011 - Tomada de Preços p/ Compras e Serviços nº 06/2011

Objeto: FICA PRORROGADO O PRAZO ORIGINALMENTE ESTABELECIDO, PASSANDO O MESMO A TER SUA VIGÊNCIA DENTRO DO NOVO PERÍODO: 23/02/2011 À 31/12/2011.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

Contratado: CRISTÁLIA - PROD. QUIMICOS FARMAC. LTDA

Prazo de Vigência: 23/08/2011 a 31/12/2011

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Aditivo de Contrato Nº 73/2011

Estado de Santa Catarina

Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

ADITIVO DE CONTRATO Nº 73/2011

Processo Licitatório nº 06/2011 - Tomada de Preços p/ Compras e Serviços nº 06/2011

Objeto: FICA PRORROGADO O PRAZO ORIGINALMENTE ESTABELECIDO, PASSANDO O MESMO A TER SUA VIGÊNCIA DENTRO DO NOVO PERÍODO: 23/02/2011 À 31/12/2011.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

Contratado: DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA.

Prazo de Vigência: 23/08/2011 a 31/12/2011

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Aditivo de Contrato Nº 74/2011

Estado de Santa Catarina

Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

ADITIVO DE CONTRATO Nº 74/2011

Processo Licitatório nº 06/2011 - Tomada de Preços p/ Compras e Serviços nº 06/2011

Objeto: FICA PRORROGADO O PRAZO ORIGINALMENTE ESTABELECIDO, PASSANDO O MESMO A TER SUA VIGÊNCIA DENTRO DO NOVO PERÍODO: 23/02/2011 À 31/12/2011.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

Contratado: GLENMARK FARMACEUTICA LTDA.

Prazo de Vigência: 23/08/2011 a 31/12/2011

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Aditivo de Contrato Nº 75/2011

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
ADITIVO DE CONTRATO Nº 75/2011
Processo Licitatório nº 06/2011 - Tomada de Preços p/ Compras e Serviços nº 06/2011

Objeto: FICA PRORROGADO O PRAZO ORIGINALMENTE ESTABELECIDO, PASSANDO O MESMO A TER SUA VIGÊNCIA DENTRO DO NOVO PERÍODO: 23/02/2011 À 31/12/2011.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

Contratado: MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS

Prazo de Vigência: 23/08/2011 a 31/12/2011

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Aditivo de Contrato Nº 76/2011

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
ADITIVO DE CONTRATO Nº 76/2011
Processo Licitatório nº 06/2011 - Tomada de Preços p/ Compras e Serviços nº 06/2011

Objeto: FICA PRORROGADO O PRAZO ORIGINALMENTE ESTABELECIDO, PASSANDO O MESMO A TER SUA VIGÊNCIA DENTRO DO NOVO PERÍODO: 23/02/2011 À 31/12/2011.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

Contratado: METROMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR

Prazo de Vigência: 23/08/2011 a 31/12/2011

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Aditivo de Contrato Nº 77/2011

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
ADITIVO DE CONTRATO Nº 77/2011
Processo Licitatório nº 06/2011 - Tomada de Preços p/ Compras e Serviços nº 06/2011

Objeto: FICA PRORROGADO O PRAZO ORIGINALMENTE ESTABELECIDO, PASSANDO O MESMO A TER SUA VIGÊNCIA DENTRO DO NOVO PERÍODO: 23/02/2011 À 31/12/2011.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

Contratado: SULMEDI COM PROD HOSPITALARES LTDA

Prazo de Vigência: 23/08/2011 a 31/12/2011

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Aditivo de Contrato Nº 78/2011

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
ADITIVO DE CONTRATO Nº 78/2011
Processo Licitatório nº 02/2011 - Tomada de Preços p/ Compras e Serviços nº 02/2011

Objeto: FICA PRORROGADO O PRAZO ORIGINALMENTE ESTABELECIDO, PASSANDO O MESMO A TER SUA VIGÊNCIA DENTRO DO NOVO PERÍODO: 22/02/2011 À 31/12/2011.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
Contratado: AUTO POSTO CHAMINÉ LTDA

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Aditivo de Contrato Nº 79/2011

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
ADITIVO DE CONTRATO Nº 79/2011
Processo Licitatório nº 02/2011 - Tomada de Preços p/ Compras e Serviços nº 02/2011

Objeto: FICA PRORROGADO O PRAZO ORIGINALMENTE ESTABELECIDO, PASSANDO O MESMO A TER SUA VIGÊNCIA DENTRO DO NOVO PERÍODO: 22/02/2011 À 31/12/2011.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

Contratado: RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 56/2011

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 56/2011
Processo Licitatório nº 31/2011 - Convite p/ Compras e Serviços nº 31/2011

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE DIAGNÓSTICOS POR IMAGEM

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

Contratado: CENTRO DE DIAGNÓSTICOS PRIORI LTDA.-ME

Prazo de Vigência: 08/08/2011 a 31/12/2011

Valor: R\$ 71.947,50 (setenta e um mil novecentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos).

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 57/2011

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 57/2011
Processo Licitatório nº 33/2011 - Convite p/ Compras e Serviços nº 33/2011

Objeto: AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS GERIÁTRICAS EM ATENDIMENTO AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

Contratado: FIMED MAT. MÉDICO HOSPITALARES LTDA. M

Prazo de Vigência: 12/08/2011 a 31/12/2011

Valor: R\$ 24.300,00 (vinte e quatro mil e trezentos reais).

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 58/2011

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO Nº 58/2011

Objeto: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A DISCIPLINA

DAS RELAÇÕES ESTABELECIDAS ENTRE AS PARTES, CONSISTENTE NA TRANSFERÊNCIA DE ATRIBUIÇÕES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, GERIDOS DE FORMA ASSOCIADA PELOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

Contratado: CISAMREC CONSÓRCIO INTERMUNIC. DE SAÚDE DA AMREC

Prazo de Vigência: 12/08/2011 a 31/12/2011

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 59/2011

Estado de Santa Catarina

Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

EXTRATO DE CONTRATO Nº 59/2011

Objeto: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO O RATEIO DAS DESPESAS, INCLUSIVE PRÉ-OPERACIONAIS, NECESSÁRIAS À MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, BEM COMO AQUELAS REFERENTES AOS SERVIÇOS QUE SERÃO CONTRATADOS E DISPONIBILIZADOS AO MUNICÍPIO

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller

Contratado: CISAMREC CONSÓRCIO INTERMUNIC. DE SAÚDE DA AMREC

Prazo de Vigência: 12/08/2011 a 31/12/2011

Valor: R\$ 3.528,00 (três mil quinhentos e vinte e oito reais)

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Decreto N. 2.169/2011

DECRETO Nº 2.169/2011, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011.

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, conforme Lei Ordinária Nº 1.034/2011 de 15 de Setembro de 2011:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 06: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE

Unidade 01 - Diretoria de Urbanismo

Projeto/Atividade 2.006 - Diretoria de Infraestrutura - Urbanismo

3.3.90.00.00.00.00.0260- Aplicações Diretas R\$ 8.592,52

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta do superávit financeiro verificado no exercício de 2010.

Fonte: Superávit Financeiro do exercício anterior: R\$ 8.592,52

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado,
Em, 15 de Setembro de 2011

EDISON DOMINGOS GIRON
Auxiliar Técnico

Decreto N. 2.170/2011

DECRETO Nº 2.170/2011, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011.

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, conforme Art. 8º da Lei Ordinária Nº 985/2010 de 15 de Dezembro de 2010:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 06: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE

Unidade 02 - Diretoria de Transporte

Projeto/Atividade 1.004 - Reestruturação da Diretoria de Infraestrutura

4.4.90.00.00.00.00.0212- Aplicações Diretas R\$ 860,03

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta do excesso de arrecadação de rendimento de aplicação verificado no período.

Fonte: Excesso de Arrecadação: R\$ 860,03

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado,
Em, 15 de Setembro de 2011

EDISON DOMINGOS GIRON
Auxiliar Técnico

Decreto N. 2.171/2011

DECRETO Nº 2.171/2011, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 91, V, da Lei Orgânica do Município de Lindóia do Sul, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal N 1.033/2011, de 15 de setembro de 2011, que autoriza a instituição de Programas Sociais de Auxílio e respectivas despesas;

DECRETA

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio Social e Econômico, o qual terá o objetivo de viabilizar a política de atendimento às ações estabelecidas nos art. 196, 203 e 204 da Constituição Federal, Lei Nacional N. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Nacional N. 11.346, de 15 de setembro de 2006, art. 146, 147, 150 e 151 da Lei Orgânica do Município de Lindóia do Sul - SC e Lei Ordinária N.1.033/2011, de 15 de setembro de 2011 o qual será executado

nos termos estabelecidos no presente Decreto.

Art. 2º Entre outras ações visando amenizar as condições de deficiência social e econômica dos que se encontram em vulnerabilidade, a Administração Pública do Município poderá efetuar as despesas

com auxílios eventuais que constam nos artigos seguintes, até o limite por pessoa e ação neles especificados.

Parágrafo Único. O limite de que trata o caput é o equivalente em Unidades Fiscais de Referência - UFRM do Município de Lindóia do Sul - SC.

Art. 3º O auxílio-funeral poderá ser efetuado mediante o ressarcimento das seguintes despesas:

I - caixão e serviços de funerária no valor de até 6 UFRM;

II - transporte em casos em que o falecimento ocorre fora do território do Município e outras despesas, no valor de até 3 UFRM.

Parágrafo Único. O ressarcimento das despesas será efetuado mediante a apresentação das notas fiscais e da avaliação de Assistente Social, que decidirá o valor a ser repassado, dentro do limite máximo estabelecido no art. 3º, comprovando a necessidade do auxílio e de que a renda familiar mensal per capita não ultrapasse o montante equivalente a um salário mínimo.

Art. 4º O auxílio-natalidade e à criança poderá ser efetuado para custear despesas relacionadas à mãe e à criança, especialmente com a:

I - gestação e nascimento da criança em um montante de até 4 UFRM;

II - fraldas infantis em um montante de até 1 UFRM/mês.

§1º O auxílio será devido mesmo em caso de aborto ou natimorto.

§2º O auxílio poderá ser efetuado mediante a entrega de bens de consumo relacionados ou em pecúnia mediante a apresentação de notas fiscais.

§3º O benefício deve ser precedido de avaliação por Assistente Social que comprove a necessidade do benefício e de que a renda mensal per capita não supere 1 salário mínimo.

Art. 5º O auxílio fraldas geriátricas poderá ser concedido a idosos e pessoas enfermas até o montante de 1 UFRM.

§1º O auxílio será concedido mediante recomendação médica e para famílias cuja renda mensal per capita não supere a um salário mínimo e meio.

§2º O auxílio será viabilizado preferencialmente mediante o fornecimento das fraldas ou com o ressarcimento das respectivas despesas mediante a apresentação do respectivo comprovante.

Art. 6º O auxílio alimentação pode ser efetuado para custear despesas às famílias que necessitem, até um valor de até meia UFRM/bimestral.

§1º O benefício será concedido mediante avaliação de Assistente Social que comprove a necessidade e que a renda mensal per capita não supere a meio salário mínimo.

§2º O auxílio será viabilizado mediante o fornecimento dos alimentos in natura ou, de forma justificada, com o ressarcimento das respectivas despesas mediante a apresentação do respectivo comprovante.

Art. 7º O auxílio alimentação especial pode ser efetuado para custear despesas:

I - com leite, a até o valor de 1 UFRM/mês;

II - suplemento alimentar, até o valor de 2 UFRM/mês;

III - outros alimentos especiais, até o valor de 1 UFRM/mês;

§1º O benefício especificado nos incisos II e III será concedido mediante recomendação médica e para todos eles é necessário de avaliação de Assistente Social que comprove a necessidade e que a renda mensal per capita não supere a um salário mínimo e meio.

§ 2º O auxílio será viabilizado preferencialmente mediante o fornecimento dos alimentos especiais ou com o ressarcimento das

respectivas despesas mediante a apresentação do respectivo comprovante.

Art. 8º. O auxílio à tratamento de saúde, não abrangidos pelo Sistema Único de Saúde - SUS, poderá ser efetuado para custear despesas com:

I- consultas médicas, até o valor de 2 UFRM;

II- medicamentos, até o valor de 2 UFRM;

III- exames, até o valor de 3 UFRM;

IV- óculos, até o valor de 2 UFRM;

V- próteses diversas, até o valor de 2 UFRM;

VI- passagens para deslocamento com a finalidade de efetuar consultas ou tratamento, até o valor de 3 UFRM

VII- cirurgias, procedimentos e tratamentos, até o valor de 3 UFRM;

VIII- tratamento fisioterápico em até 10 (dez) sessões por mês por pessoa;

IX- outras despesas relacionadas, até o valor de 2 UFRM.

§ 1º . Os auxílios de que trata o caput serão na seguinte proporção:

I - 10% a 20% (dez a vinte por cento) do valor dos mesmos aos que possuírem renda mensal superior a um salário mínimo per capita e a família possuir casa própria, veículos e outros bens;

II - 21% a 40% (vinte e um a quarenta por cento) do valor dos mesmos aos que possuírem renda mensal inferior a um salário mínimo per capita e não possui casa própria;

III - 41% a 50% (quarenta e um a cinquenta por cento) do valor dos mesmos aos que possuírem renda mensal inferior a ½ (meio) salário mínimo per capita e não possui casa própria;

IV - 51% a 100% (cinquenta e um a cem por cento) do valor dos mesmos aos que possuírem renda mensal inferior a ¼ do salário mínimo per capita;

§ 2º. Os limites de renda estabelecidos no § 1º deste artigo poderão ser desconsiderados, mediante a devida justificativa, quando o munícipe necessitar efetuar tratamento fora do Município.

§ 3º. O benefício será concedido mediante avaliação de Assistente Social que comprove a necessidade e a respectiva renda, com indicação do prazo de validade do referido laudo e, quando necessário, de receituário médico.

§ 4º. O auxílio poderá ser viabilizado mediante o fornecimento in natura, inclusive mediante transporte de paciente ou com o ressarcimento das respectivas despesas mediante a apresentação do comprovante.

§ 5º. Salvo nas situações de emergências, a consulta ou procedimento médico, inclusive fora de domicílio, realizado sem prévio agendamento ou autorização do Município será considerada particular e sem direito de auxílio.

§ 6º Preferencialmente, os procedimentos médicos e tratamentos, inclusive de média e alta complexidade, serão efetuados através do SUS, sendo últimos mediante encaminhamentos através da regional do mesmo.

§ 7º. As pessoas de outros Municípios somente terão atendimento em casos de urgência e emergência.

§ 8º. A prioridade no atendimento será efetuada por critérios técnicos fixados pelos profissionais da área, os quais, entre outros, levarão em consideração a urgência do tratamento ou procedimento, a gravidade da doença, ser o paciente portador de necessidades especiais ou deficiências físicas, idade, ser a doença crônica ou aguda.

§ 9º. Somente será possibilitado o transporte e permanência de acompanhante junto ao paciente por recomendação médica.

Art. 9º. O auxílio para reforma, melhoramento e construção de instalações de asseio e higiene de residências poderá ser concedido no valor de até 2 UFRM por família.

§ 1º. O benefício poderá ser concedido mediante avaliação de Assistência Social que comprove a vulnerabilidade social e a efetiva necessidade do auxílio, assim como, que a renda mensal per capita não supere a 1 salário mínimo.

§ 2º. O auxílio será viabilizado preferencialmente mediante o fornecimento do material, mão de obra, inclusive contratado para essa finalidade ou com o ressarcimento das respectivas despesas mediante a apresentação dos comprovantes.

Art. 10º. Os limites dos subsídios expressos nos artigos anteriores, de forma excepcional, poderão ser superados desde que a situação seja devidamente justificada por assistente social que comprove a necessidade.

Art. 11º. Os valores constantes nos limites dos subsídios expressos nos artigos anteriores dizem respeito ao valor total por pessoa e serão corrigidos pelo mesmo índice e forma de correção dos tributos municipais.

Art. 12º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul, SC.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado,
Em, 15 de Setembro de 2011

EDISON DOMINGOS GIRON
Auxiliar Técnico

Lei Ordinária N. 1.033/2011

LEI ORDINÁRIA N.º 1.033/2011, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011
INSTITUI PROGRAMA SOCIAL DE AUXÍLIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Adierson Carlos Bussolaro, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica autorizada a instituição de Programa de Apoio Social e Econômico, o qual terá o objetivo de viabilizar a política de atendimento às ações estabelecidas nos arts. 196, 203 e 204 da Constituição Federal, Lei Nacional N. 11.346, de 15 de setembro de 2006 e arts 146, 147, 150 e 151 da Lei Orgânica do Município de Lindóia do Sul - SC, e será executado nos termos da presente Lei

Art. 2º Entre outras ações visando amenizar as condições de deficiência social e econômica dos que se encontram em vulnerabilidade, a Administração Pública do Município fica autorizada a efetuar as despesas com auxílios eventuais que constam nos artigos seguintes, até o limite por pessoa e ação que venham a ser especificados em regulamento.

§1º. Salvo as situações excepcionadas por esta Lei, as despesas de apoio social e econômico devem ser precedidas e aprovadas por profissional de assistência social.

§2º. Os auxílios de que tratam esta Lei poderão ser efetivados mediante a entrega dos bens ou seu ressarcimento.

Art. 3º O auxílio-funeral poderá ser efetuado para custear despesas de caixão, serviços funerários, transporte e despesas inerentes.

Art. 4º O auxílio-natalidade e à criança poderá ser efetuado para custear despesas relacionadas com fraldas, alimentos e outras, inclusive em caso de ocorrência de aborto ou natimorto, realizada pela mãe e/ou criança.

Art. 5º O auxílio ao idoso e pessoas enfermas poderá ser efetuado para a disponibilização de fraldas geriátricas e/ou para adultos e outros.

Art. 6º O auxílio alimentação poderá ser efetuado para custear as despesas às famílias carentes.

Art. 7º. O auxílio alimentação especial poderá ser efetuado para custear despesas com leite especial, suplementos alimentares e outros alimentos especiais.

Art. 8º O auxílio à tratamento de saúde, não abrangidos pelo Sistema Único de Saúde - SUS, poderá ser efetuado para custear despesas com consultas médicas, medicamentos, exames, fornecimento de óculos e próteses diversas, assim como, para cirurgias, para cobrir despesas com transporte de pessoas, tratamento fisioterápico e outros procedimentos e tratamentos e despesas relacionadas.

Art. 9º O auxílio para reforma, melhoramento e construção de instalações de asseio e higiene de residências poderá ser concedido às famílias em vulnerabilidade social.

Art. 10º. Além dos benefícios especificados nos artigos anteriores, poderão ser concedidos outros, desde que devidamente justificados e com parecer de assistente social que comprove a sua necessidade, inclusive em decorrência de sinistros, catástrofes, acidentes e similares.

Art. 11º Os benefícios em valor inferior a 3 UFIRs Municipal, especialmente relacionados à área da saúde poderão ser dispensados de laudo de profissional de assistência social.

Art. 12º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei serão suportados pelas dotações orçamentárias em vigor.

Art. 13º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado,
Em, 15 de setembro de 2011

Edson Domingos Giron
Auxiliar Técnico

Lei Ordinária N. 1.034/2011

LEI ORDINÁRIA N.º 1.034/2011, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Adierson Carlos Bussolaro, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 06: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE
Unidade 01 - Diretoria de Urbanismo
Projeto/Atividade 2.006 - Diretoria de Infraestrutura - Urbanismo
3.3.90.00.00.00.00.00.0260- Aplicações Diretas R\$ 8.592,52

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta do superávit financeiro verificado no exercício de 2010.

Fonte: Superávit Financeiro do exercício anterior: R\$ 8.592,52

Art. 13º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado,

Em, 15 de setembro de 2011

EDSON DOMINGOS GIRON

Auxiliar Técnico

Lei Ordinária N. 1.035/2011

LEI ORDINÁRIA N.º 1.035/2011, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE "CESTA BÁSICA" DE ALIMENTOS AOS SERVIDORES PÚBLICOS, ACTS E CONTRATADOS EM REGIME ESPECIAL DE FUNÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Adierson Carlos Bussolaro, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Município autorizado a conceder uma "cesta básica" de alimentos ao mês aos servidores públicos, ACTS e admitidos em regime especial de função pública do Município de Lindóia do Sul.

Parágrafo único - Os servidores que acumularem funções públicas no Município, dentro dos critérios estabelecidos nesta Lei, somente terão direito a receber uma "cesta básica".

Art. 2º Uma cesta básica será composta dos produtos especificados no Anexo Único desta Lei e serão adquiridos mediante o competente procedimento licitatório.

Art. 3º Serão beneficiários da cesta básica:

- I - Os servidores nomeados em concurso público para provimento de cargo efetivo, inclusive em estágio probatório;
- II - os servidores aposentados e pensionistas com proventos pagos diretamente pelo Município;
- III - os contratados em regime de caráter temporário (ACTS);
- IV - Os admitidos em regime especial de função pública.

Art. 4º Não serão contemplados os servidores:

- I - Inativos e pensionistas do Regime Geral da Previdência Social;
- II - afastados para o serviço militar;
- III - afastados para atividade política;
- IV - afastados para tratar de interesses particulares.

Art. 5º Havendo rescisão do contrato de trabalho durante o mês corrente, o servidor somente terá direito à cesta básica desde que tenha trabalhado mais de 15 (quinze) dias no respectivo mês.

Art. 6º Independentemente da carga horária desempenhada, o servidor enquadrado nos termos desta Lei fará jus a "cesta básica" mensal.

Art. 7º A cesta será concedida todo mês, mediante calendário

estipulado por Decreto do Prefeito Municipal.

Art. 8º Para esclarecimento desta Lei, não são contemplados com a cesta os agentes políticos e membros do Conselho Tutelar.

Art. 9º As despesas decorrentes da execução desta Lei serão provenientes do orçamento vigente do Município.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 Revoga-se a Lei Ordinária Nº 969/2010, de 24 de setembro de 2010.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado,

Em, 15 de setembro de 2011

EDSON DOMINGOS GIRON

Auxiliar Técnico

ANEXO ÚNICO (LEI 1.035, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011)

Lote	Quant.	Unid.	Descrição
01	1	Pcts	Farinha de trigo especial, tipo 1, contendo glúten. Produto obtido a partir de cereal limpo, são, isento de matéria terrosa e em perfeito estado de conservação. Não poderá estar úmida, fermentada ou rançosa. Deve ter aspecto de pó fino, cor branca ou ligeiramente amarelada com cheiro e sabor próprios, com o mínimo 6% de glúten, seco e valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 56,7g de carboidrato, 14,5g de proteína e 2,8g de lipídio acondicionada em embalagem de papel de 5kg, original do fabricante, com especificações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade de no mínimo de 4 meses, enriquecida com ferro e ácido fólico, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).
	2	Pcts	Arroz classe longo fino, polido, tipo 1, subgrupo parboilizado, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno original do fabricante, resistente e transparente, com 1 Kg, isento de matéria terrosa, pedras, fungos ou parasitas, livre de umidade e fragmentos estranhos, deve ser de procedência nacional e ser de safra corrente, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE), informações do fabricante, especificação do produto, data de validade e lote, estampados na embalagem, sem glúten, contendo no mínimo 90% de grãos inteiros com no máximo 14% de umidade e com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 32,3g de carboidratos, 2,3g de proteínas e 2,9 de gorduras totais. Com rendimento após o cozimento de no mínimo 2,5 vezes a mais do peso anterior a cocção, devendo também apresentar coloração branca, grãos íntegros e soltos após o cozimento.

2	1	pcts	Arroz Classe longo Fino, embalagem transparente de 1KG, não contem glúten com valor nutricional para porção de 50gr, de aproximadamente, valor energético 8%, carboidratos 13%, proteínas 7%, gorduras totais 0%, fibra alimentar 3%, cálcio 1%, ferro 8%, sódio 0%, produto isento de registro no Ministério da Agricultura, serviço de Inspeção Federal, ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE), ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM).
		Pcts	Macarrão tipo espaguete, massa alimentícia de sêmola com ovos, ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), ovos e corantes naturais urucum e cúrcuma, contém glúten, deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos e larvas, com no mínimo 0,045g de colesterol por Kg. As massas ao serem postas na água não deverão turvá-la antes da cocção, não podendo estar fermentadas ou rançosas. Na embalagem não poderá haver mistura de outros tipos de macarrão. Com rendimento mínimo após o cozimento de 2 vezes a mais do peso anterior a cocção, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 72g de carboidrato, 12,8g de proteína e 4,6g de lipídio, acondicionada em embalagem plástica polipropileno, resistente e transparente de 500g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).
		Pcts	Macarrão tipo parafuso, massa alimentícia de sêmola com ovos, ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), ovos e corantes naturais urucum e cúrcuma, contém glúten, deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos e larvas, com no mínimo 0,045g de colesterol por Kg. As massas ao serem postas na água não deverão turvá-la antes da coação, não podendo estar fermentadas ou rançosas. Na embalagem não poderá haver mistura de outros tipos de macarrão. Com rendimento mínimo após o cozimento de 2 vezes a mais do peso anterior à cocção, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 72g de carboidrato, 12,8g de proteína e 4,6g de lipídio, acondicionada em embalagem plástica polipropileno, resistente e transparente de 500g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).
2		Un	Óleo de Soja refinado tipo 1, que sofreu processo tecnológico adequado como degomagem, neutralização, clarificação, frigorificação e não de desodorização, não contendo glúten, acondicionado em embalagem pet de 900ml, original do fabricante, com prazo de validade e lote, especificações do produto e informações do fabricante, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).

1	1	Pcts	Açúcar cristal branco de 1ª qualidade, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno transparente e resistente. Original do fabricante, com 5Kg. Produto com aspecto granuloso de fino a médio, isento de matéria terrosa, livre de umidade e fragmentos estranhos, contendo aproximadamente 99,3% de carboidrato por porção sendo de origem vegetal fabricado a partir de sacarose de cana de açúcar, livre de fermentação, de parasitos e de detritos animais ou vegetais, não contendo glúten. Este produto poderá ser isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). Na embalagem deve constar informações do produto, prazo de validade que deverá ser de no mínimo 12 meses e lote.
		Kg	Fubá de milho amarelo, enriquecido com ferro e ácido fólico, produto obtido pela moagem do grão de milho, desgerminado ou não, deverá ser fabricadas a partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, pedras, fungos ou parasitas, não poderá estar úmido ou rançoso, com umidade máxima de 15%, com acidez máxima de 5%, com no mínimo 7% de proteína, com rendimento mínimo após o cozimento de 2,5 vezes a mais do peso anterior a cocção, ingredientes: fubá, ferro e ácido fólico, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 77,2g de carboidrato, 9,6g de proteína e 2g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, original do fabricante, resistente, transparente, com peso líquido de 1Kg, com informações do fabricante, especificações do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). Fubá
		Pct	Feijão preto, tipo 1, de 1ª qualidade, constituído de no mínimo 90 a 98% de grãos inteiros e íntegros, sem a presença de grãos mofados e/ou cartuchos, na cor característica e variedade correspondente de tamanho e formato naturais, maduros, limpos e secos, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 12,2g de carboidrato, 0g de proteína e 0,3g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, transparente, resistente, de 1Kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade mínimo de 6 meses e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).

1	Pcts	Biscoito doce tipo "Maria", ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, fubá de milho enriquecido com ferro e ácido fólico, sal, fermentos químicos: bicarbonato de sódio, bicarbonato de amônio, estabilizante lecitina de soja, aromatizante, acidulante ácido láctico, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 30g: 25g de carboidrato, 2,2g de proteína e 3,8g de gorduras totais, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno original do fabricante, sem corantes artificiais. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos, mofo, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiços. Embalagem primária em pacotes impermeáveis lacrados com peso líquido de 800g, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).
1	pcts	Biscoito Salgado tipo "água e sal", consistência crocante, sem corantes artificiais, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno original do fabricante, transparente. Tendo como ingredientes: farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico (vit. B9), açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, sal, estabilizante lecitina de soja, fermentos químicos bicarbonato de sódio e bicarbonato de amônio, acidulante ácido láctico, contém glúten, valor nutricional na porção de 100g de aproximadamente: mínimo de 70g de carboidrato, 10g de proteína e 12,5g de gorduras totais. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos, mofo, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiços. Embalagem primária em pacotes impermeáveis lacrados com peso líquido de 800g, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).
1	Unid	Café granulado solúvel instantâneo, com selo da ABIC, com tolerância de 1% de impurezas como cascas, paus, etc. Produto com ausência de larvas, parasitos e substâncias estranhas, não contendo glúten. Acondicionado em embalagem de vidro de 200g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).

1	Unid	Vinagre de Vinho Tinto, produto natural, fermentado, acético, simples, isento de corantes artificiais, ácidos orgânicos e minerais estranhos, contém conservantes, não contendo glúten, livre de sujidades, material terroso, detritos animais e vegetais, acondicionado em embalagem plástica resistente, de 750 ml, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).
1	Cx	Caldo de galinha, tendo como ingredientes: gordura vegetal, sal, amido de milho, levedura seca, gordura de galinha, carne de galinha, condimentos, especiarias em tabletes, acondicionadas em embalagens de 114g em caixa com 12 tabletes, que deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação, prazo de validade e lote. Registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).
1	Un	Extrato de Tomate simples concentrado, com no mínimo 20% de substância seca e de 18 a 20% de brix, com no mínimo 1% de carboidrato e 5% de sódio por porção, deverá ser preparado com frutos maduros, escolhidos, sãos, sem pele e semente, o produto deverá estar isento de fermentação e não indicar processamento defeituoso, ingredientes: tomate, açúcar e sal, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 8,9g de carboidrato, 1,7g de proteína e 0,2g de lipídio, em embalagem do tipo lata com peso líquido de 860g, original do fabricante, sem aditivos ou conservantes, na embalagem devem constar as especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).
1	Kg	Sal refinado iodado, com granulação uniforme e com cristais brancos, com no mínimo 98,5% de cloreto de sódio e com dosagem de sais de iodo de no mínimo 10mg e no máximo 15mg por Kg de acordo com a Legislação Federal Específica, não contendo glúten, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente de 1Kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).

1	Pcts	Achocolatado em pó instantâneo, enriquecido com vitaminas, deverá ser obtido de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, parasitas, detritos animais, cascas de semente de cacau, ou outros detritos vegetais, aspecto: pó homogêneo, cor própria do tipo, cheiro característico e sabor doce, próprio, com umidade máxima de 3%, ingredientes: açúcar, cacau em pó solúvel, maltodextrina, minerais, vitaminas, emulsificante lecitina de soja, antioxidante ácido ascórbico, aromatizantes, e não deve conter glúten, com valor nutricional para a porção de 100g de aproximadamente: 50,2 g de carboidrato, 19,2g de proteína e 12,7g de lipídio, acondicionado em embalagem aluminizada, ou metalizada ou plástica de polietileno leitoso, original do fabricante, com prazo de validade e lote. Embalagem de 400gr com registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).
1	pct	Lentilha tipo 1, classe graúda, nova, de 1ª qualidade sem grãos mofados e/ou cartuchos, não contem glúten com valor nutricional para porção de 100g, carboidratos 60,7g, proteínas 23,7g, lipídio 1,3g, acondicionada em embalagem plástica transparente de 500gr, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).
1	Unid	Milho verde em lata, de 1ª qualidade, produto preparado com milho previamente debulhado, envazado praticamente cru, reidratado ou pré-cozido, imerso ou não em líquido de cobertura apropriada, os recipientes utilizados devem ser submetidos a processo tecnológico adequado antes ou depois de hermeticamente fechados a fim de evitar a sua alteração, ingredientes: grão de milho verde in natura, água, açúcar e sal, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 20g de carboidrato, 2,1g de proteína e 0,6g de lipídio, acondicionadas em latas com peso mínimo líquido de 300g ou drenado de 200g, original do fabricante, sem amassados, sem conservantes, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 12 meses, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).
1	Unid	Ervilha em conserva, de 1ª qualidade, produto preparado com ervilhas previamente debulhadas, envazadas praticamente cruas, reidratadas ou pré-cozidas, imersas ou não em líquido de cobertura apropriada, os recipientes utilizados devem ser submetidos a processo tecnológico adequado antes ou depois de hermeticamente fechados a fim de evitar a sua alteração. Ingredientes: ervilha, água e sal, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 10,5g de carboidrato, 2,6g de proteína e 0,1g de lipídio, acondicionadas em latas com peso líquido de 300g ou drenado de 200g, original do fabricante, sem amassados, sem conservantes, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 12 meses, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).

2	Cx	Leite UHT Integral, embalagem tetra pak de 1 litro, não contem glúten, com valor nutricional para porção de 200ml, valor energético 6%, Carboidratos 3%, proteínas 8%, Gorduras totais 11%, gorduras saturadas 14%, fibra alimentar 0%, Cálcio 23%, sódio 6%, com registro no Ministério da Agricultura, com Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE).
---	----	---

Luzerna

PREFEITURA

Edital de Processo Seletivo Nº 004/2011 de 16 de setembro de 2011.

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2011 de 16 de setembro de 2011.

"ABRE INSCRIÇÕES E ESTABELECE NORMAS PARA O PROCESSO SELETIVO DESTINADO A PROVER VAGA TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)"

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado por seu Prefeito, NORIVAL FIORIN, no uso de suas atribuições e tendo por base a Lei Municipal nº 181 de 09 de dezembro de 1999 e Lei Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003 e suas alterações posteriores e;

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Luzerna, para contratação e para substituição de servidores em afastamentos legais;

Considerando que, a candidata aprovada para o emprego público temporário de Professor II - Língua Inglesa, do Edital de Processo Seletivo nº 002/2010 de 25 de outubro de 2010, homologado em 07 de dezembro de 2010, contratada temporariamente, solicitou sua dispensa;

Considerando que não há outros candidatos aprovados para o emprego público de Professor II - Língua Inglesa, do Edital de Processo Seletivo nº 002/2010 de 25 de outubro de 2010, homologado em 07 de dezembro de 2010;

Considerando a inexistência de tempo para realização de novo processo seletivo, uma vez que as aulas encontram-se em andamento, e visando não prejudicar os alunos, estabelece normas para a realização de Processo Seletivo por Análise de Currículo, que reger-se-á pelas normas fixadas neste Edital e disposições da legislação vigente.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo originado por este Edital será realizado sob a responsabilidade da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES de Luzerna(SC)

1.2. O Processo Seletivo destina-se ao provimento temporário de vaga na forma de substituição de servidor em afastamento legal, complementação de carga horária ou regência de classe de aulas excedentes, conforme especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

II - DAS INSCRIÇÕES

2.1. A inscrição dos candidatos interessados será realizada no período compreendido entre 19 de setembro à 23 de setembro de 2011, na Prefeitura Municipal de Luzerna, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, localizada na Av. 16 de fevereiro, 151, Centro, Luzerna(SC), de acordo com o cronograma constante do Anexo III deste Edital.

2.2. A inscrição somente será efetuada mediante o preenchimento de requerimento padronizado fornecido pelo Município, pelo próprio candidato ou por procurador devidamente habilitado, com poderes específicos para representá-lo, ocasião na qual o candidato, sob as penas da lei, declarará:

2.2.1. Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses com reconhecimento do gozo de direitos políticos, nos termos do § 1.º do art. 12 da Constituição Federal;

2.2.2. Ter escolaridade e habilitação de acordo com os requisitos exigidos para o emprego/função, conforme o Anexo I;

2.2.3. Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar;

2.2.4. Ser portador de CPF válido;

2.2.5. Gozar de boa saúde;

2.2.6. Não ter sofrido, quando no exercício de emprego, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público ou por justa causa, fato a ser comprovado, no ato da contratação, por meio da assinatura de regular termo de declaração;

2.2.7. Não ter antecedentes criminais, achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;

2.2.8. Ter conhecimento das exigências contidas neste Edital, das atribuições ao emprego que postula e nas instruções específicas contidas nos comunicados e em outros avisos pertinentes ao presente Processo Seletivo; e,

2.2.9. Ter idade mínima de dezoito (18) anos quando da convocação.

2.3. Ao requerimento de inscrição deverá ser anexado o currículo do candidato, juntamente com todos os documentos necessários para comprovação do mesmo.

2.4. Não será cobrada taxa de inscrição dos candidatos.

2.5. Às inscrições realizadas por procuração deverá estar anexa cópia do RG e CPF, bem como declaração constando endereço completo, e-mail e telefone para contato.

2.6 Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento de inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

2.7 Não será admitida, sob qualquer pretexto, a inscrição condicional, bem como não será permitida a juntada a posteriori de documentos.

2.8. O candidato é o único responsável pelo correto preenchimento da Ficha de Inscrição e pelo acompanhamento de seu processo, independente de avisos, salvo publicações previstas neste Edital e regulamentos em vigor.

2.9. O candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não satisfazer a todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada a qualquer tempo e, em consequência, serão anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.10. A inscrição não poderá ser feita pelo correio, e-mail ou por meio de fac-símile e não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.11. Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração da identificação do candidato inscrito.

2.12. A adulteração de qualquer elemento constante da Cédula de Identidade ou a não veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado, verificada a qualquer tempo, eliminará o candidato do processo seletivo.

2.13. A fidedignidade das informações contidas no Requerimento de Inscrição, que estará disponível no local das inscrições, é

de inteira responsabilidade do candidato ou de seu representante legal.

III - DA SELEÇÃO

3.1. A seleção será feita objetivamente pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte de Luzerna, obedecendo à seguinte pontuação:

3.1.1 - Pós-Graduação em nível de Doutorado - na área escolhida - 5,00 pontos;

3.1.2 - Pós-Graduação em nível de mestrado - na área escolhida - 4,00 pontos;

3.1.3 - Pós-Graduação em nível de Especialização - na área escolhida - 3,00 pontos;

3.1.4 - Habilitação específica de Licenciatura Plena completa na área escolhida - 2,00 pontos;

3.1.5 - Cursando a partir da 6ª fase do ensino superior na área específica - 1,00 ponto;

3.1.6 - Magistério em nível de 2º grau ou outra habilitação concluída - 0,50 pontos;

3.1.7 - Cursos/horas de aperfeiçoamento e/ou atualização na disciplina e área de ensino, realizados a partir do ano de 2009 - 0,5 décimos para cada 40 horas de curso freqüentado e/ou ministrado (limitado a 160 horas);

3.1.8 - Tempo de Serviço no Magistério no Município de Luzerna - 1,00 ponto para cada ano de serviço;

3.1.9 - Tempo de Serviço no Magistério (em outros municípios) - 0,80 pontos para cada ano de serviço;

3.2 - Na contagem dos títulos referentes à habilitação constantes nos itens 3.1.1 a 3.1.6, a habilitação maior prevalecerá sobre a menor, não sendo cumulativa;

3.2.1 - Apenas será válida e computada para pontuação, habilitação em conformidade com o disposto no Anexo I deste Edital, e para os cursos de pós-graduação, aqueles com enfoque pedagógico.

3.3 - A pontuação obtida nos itens 3.1.7 a 3.1.9 será somada à pontuação referente à habilitação de que trata os itens 3.1.1 a 3.1.6.

3.4 - A apresentação dos títulos é de iniciativa do candidato e serão considerados apenas aqueles apresentados na data da inscrição.

IV - DO REGIME EMPREGATÍCIO E DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

4.1. A contratação obedecerá ao Regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), filiada ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

V - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

5.1. A classificação final dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de pontuação obtida pela análise do currículo;

5.2. Ocorrendo empate na classificação, serão usados, sucessivamente, os seguintes critérios para desempate:

a) maior habilitação;

b) maior tempo de serviço no Município;

c) maior tempo de serviço;

d) maior idade.

5.3 A classificação final obedecerá a divisão em Professor II - Habilitado, para os que tiverem a graduação concluída, e Professor Não Habilitado, para aqueles que estiverem cursando a partir da 6ª fase do curso de licenciatura e que ainda não tiverem concluído a graduação.

VI - DA HOMOLOGAÇÃO

6.1. O resultado final do processo seletivo, objeto deste Edital, será homologado pela autoridade competente e publicado no Murai Público da Prefeitura Municipal, no órgão de publicação oficial do Município de Luzerna e no endereço eletrônico www.luzerna.sc.gov.br.

VII - DA CONTRATAÇÃO

7.1. Previamente à contratação, mediante convocação, serão exigidos dos candidatos classificados, os seguintes documentos:

- a) Quitação com as obrigações eleitorais e militares (em caso de candidato do sexo masculino), com a devida apresentação da cópia do Título de Eleitor e do comprovante de quitação com o serviço militar;
- b) Nível de escolaridade exigido para o emprego, mediante a apresentação de cópia dos documentos exigidos por este Edital e previstos em lei, nos termos do Anexo I;
- c) Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único, da Lei federal n.º 8.112/90 e na legislação correspondente dos estados e municípios;
- d) Laudo médico de saúde física e mental a ser realizado por órgão credenciado pela Prefeitura Municipal de Luzerna;
- e) Cópia dos seguintes documentos:

1. Documento de Identidade (RG)
2. Cadastro de Pessoa Física
3. Certidão de Casamento
4. Certidão de Nascimento de Filhos
5. Carteira de Trabalho
6. uma (01) foto 3x4.

7. demais documentos, conforme especificação do emprego, descrito no Anexo I deste Edital.

7.2. Os documentos comprobatórios de atendimento aos requisitos acima serão exigidos apenas dos candidatos classificados e convocados para contratação.

7.3. O não-cumprimento dos requisitos necessários impede a contratação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

VIII - DO FORO JUDICIAL

8.1. O foro para dirimir qualquer questão relacionada ao processo seletivo de que trata este Edital é o da Comarca de Joaçaba, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. As cláusulas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de convocação dos candidatos para a prova correspondente.

9.2. Este Processo Seletivo terá validade por um ano, podendo ser prorrogado até 31 de dezembro de 2012.

9.3. Os candidatos aprovados e classificados neste certame serão contratados pela ordem de classificação, respeitado o número de vagas, a conveniência e oportunidade e o limite prudencial e total de gastos com pessoal, ditados pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

9.4. O candidato classificado no Processo Seletivo que não quiser ser contratado ou não entregar os documentos exigidos quando convocado, será reclassificado para o último lugar dos classificados.

9.5. A classificação no Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito à contratação automática.

9.6. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital.

9.7. Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo do Município de Luzerna.

9.8. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

ANEXO I - Do Emprego, Vencimentos e Habilitação Mínima;

ANEXO II - Das Atribuições do Emprego;

ANEXO III - Do Cronograma Previsto.

Luzerna(SC), 16 de setembro de 2011.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

ANEXO I

DO EMPREGO, VENCIMENTOS E HABILITAÇÃO

EMPREGO	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO	HABILITAÇÃO
Professor II - Língua Inglesa * **	40 h/s	R\$ 1.901,92	Habilitação obtida em curso de nível superior de licenciatura plena ou outra graduação correspondente a áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente ou cursando a partir da 6ª fase do Curso de Letras - Habilitação em Inglês - na modalidade de Licenciatura plena

* A carga horária constante deste Anexo é meramente exemplificativa, visando demonstrar o vencimento para a carga horária máxima, sendo que, a Administração Municipal reserva-se o direito da contratação conforme a necessidade de substituição de servidor em afastamento legal, complementação de carga horária ou regência de classe de aulas excedentes, não havendo, pois, número de vagas fixas, sendo a carga horária proporcional à necessidade, e os vencimentos também proporcionais à carga horária realizada, podendo essa ser de 10, 20, 30 ou 40 horas semanais.

** O candidato aprovado que não tiver concluído a graduação no momento da divulgação do resultado final será contratado como Professor Não-Habilitado e receberá o equivalente a 70% do valor inicial de carreira do Professor I, conforme §7º do art.9º da Lei Complementar nº 033/03.

ANEXO II

DA ATRIBUIÇÃO DO EMPREGO

1 - Professor II - Língua Inglesa

ATRIBUIÇÕES: Realizar o exercício da docência em classes de Educação Infantil, Ensino Fundamental e outros Programas da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes; planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem; participar do processo de planejamento das atividades da escola; cooperar na elaboração, execução e avaliação do Plano Político-Pedagógico da Unidade Escolar; elaborar programas, projetos e planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e às diretrizes do ensino; executar o trabalho docente em consonância com a proposta Pedagógica da Rede Municipal de Ensino; contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino; participar de processos seletivos de avaliação do próprio trabalho e da Unidade Escolar com vistas ao melhor rendimento do processo ensino-aprendizagem, replanejando sempre que necessário; colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar nos prazos estabelecidos; estabelecer formas alternativas de recuperação (contínua e/ou paralela), aos alunos que apresentam menor rendimento; atualizar-se em sua área de conhecimento; participar de reuniões de estudo, conselhos de classe, encontros, cursos, seminários, atividades cívicas, culturais, recreativas e outros eventos, tendo em vista o seu constante aperfeiçoamento para melhoria da qualidade do ensino; cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, supervisão e orientação educacional; zelar pela aprendizagem do aluno, pela disciplina e pelo material docente; manter-se atualizado sobre a legislação de ensino; levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s), mediante relatório(s) escrito(s); seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente; constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento, mediante relatório por escrito; manter a pontualidade e assiduidade e, na impossibilidade do cumprimento de suas funções enviar planejamento diário; comunicar previamente à Direção (dentro do possível, na véspera) sempre que estiver impossibilitado de comparecer à Unidade Escolar; preencher a documentação solicitada

pela secretaria e entregá-la no prazo estipulado; manter ética profissional no ambiente de trabalho e fora deste no que se refere a assuntos da Unidade Escolar; manter bom relacionamento com os alunos, pais e colegas de trabalho; executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

ANEXO IV
DO CRONOGRAMA

ATO	DATA PREVISTA
Publicação e divulgação do Edital	19/09/2011
Período de Inscrições	19/09/2011 a 23/09/2011
Análise dos currículos	26/09/2011 e 27/09/2011
Homologação final do Processo Seletivo	28/09/2011

Anexos da RGF do Município de Luzerna



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
 LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" – Anexo I
 2º quadrimestre/2011

PODER EXECUTIVO

Despesa com Pessoal		Despesas Liquidadas últimos 12 meses
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (i)		5.024.104,52
Pessoal Ativo		4.916.716,80
Pessoal Inativo e Pensionistas		-
Outras Desp. Pessoal Decor. de Contr. de Terceiros (art.18, § 1º da LRF)		107.387,72
DESPESA NÃO COMPUTADAS (art.19, § 1º da LRF) (II)		-
Indenização por Demissão e Incentivo à Demissão Voluntária		-
Decorrentes de Decisão Judicial		-
Despesas de Exercícios Anteriores		-
Inativos com recursos vinculados		-
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO PREV. SOCIAL (III)		-
Contribuições Patronais		-
Receita Corrente Líquida – últimos 12 meses		11.891.038,99
Despesa Líquida com Pessoal e percentual do Poder Executivo sobre a Receita Corrente Líquida		
	42,25%	5.024.104,52
Limite Prudencial sobre a Receita Corrente Líquida (§ único, art.22 da LRF)	51,30%	6.100.103,00
Limite Legal sobre a Receita Corrente Líquida (incisos I, II, III, art.20 da LRF)	54,00%	6.421.161,05
Percentual gasto com Pessoal abaixo do Limite Constitucional	11,75%	1.397.056,53

Norival Fiorin
Prefeito Municipal

Maria Inês Dallolmo
Contadora

Ana Caroline Diesel Deitos
Coordenadora do Controle Interno

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

Município de LUZERNA CONSOLIDADO

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo da Despesa Com Pessoal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

SETEMBRO/2010 A AGOSTO/2011

LRF, art.55, inciso I, alínea 'a' - Anexo I

DESPESAS EXECUTADAS		
Últimos 12 Meses		
Despesa com Pessoal	LIQUIDADAS	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)	0,00	0,00
DESPESA NAO COMPUTADAS (art.19,§1º da LRF)(II)	0,00	0,00
DESPESA BRUTA COM PESSOAL-LEGISLATIVO(I)	268.109,30	0,00
Pessoal Ativo	268.109,30	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras Desp.de Pess.Dec.de Contr.de Terc.(art.18,§1º da	0,00	0,00
DESPESA NAO COMPUTADAS-LEGISLATIVO (art.19,§1º da LRF)(I	0,00	0,00
Ind.por Demissão e Incent.à Demissão Vol.	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos com recursos vinculados	0,00	0,00
Convocação Extraordinária (inciso II do §6º do art.57 da	0,00	0,00
Contribuições Patronais	0,00	0,00
TOT.DESP.LÍQ.COM PES.P/FINS APUR.LIM.-TDP(IV)=(I-II+III)	268.109,30	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		11.891.038,99
% TOT.DESP.COM PES.PARA FINS DE APUR.DO LIM.-TDP sobre a RCL (IV/V) * 100		2,25%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	6,00%	713.462,34
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	5,70%	677.789,22

PREFEITO MUNICIPAL
NORIVAL FIORIN

Contadora CRC/20394/O-8
MARIA INÊS DALLOLMO

Responsável pelo Controle Interno
ANA CAROLINE DIESEL DEITOS

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 |
 | Município de LUZERNA CONSOLIDADO |
 | Relatório de Gestão Fiscal |
 | Demonstrativo da Dívida Consolidada |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A AGOSTO 2011/2º Quadrimestre |
 +-----

LRF, art.55, inciso I, alínea 'b' - Anexo II

Especificação	PREFEITURA / FUNDOS			
	Saldo do Exercício Anterior	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
Divida Consolidada (I)	301.596,83	297.485,11	291.768,63	0,00
Divida Contratual	301.596,83	297.485,11	291.768,63	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo Financeiro (II)	1.846.373,00	2.313.769,57	2.193.322,47	0,00
Disponibilidade de Caixa	25.917,13	106.589,74	22.350,54	0,00
Aplicações Financeiras	1.820.455,87	2.207.179,83	2.170.971,93	0,00
Demais Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida (III=I-II)	-1.544.776,17	-2.016.284,46	-1.901.553,84	0,00
Receita Corrente Líquida - RCL	10.622.919,83	11.283.117,04	11.891.038,99	0,00
Relação DC/RCL (I/RCL)	2,84	2,64	2,45	0,00
Relação DCL/RCL (III/RCL)	-14,54	-17,87	-15,99	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal 120%	12.747.503,80	13.539.740,45	14.269.246,79	0,00

TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO

Exercício Financeiro	2001 3o Quadrimestre			2002 Quadrimestre			2003 Quadrimestre			2004 Quadrimestre		
	DCL	Exced.	Redutor	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Exercício Financeiro	2005 Quadrimestre			2006 Quadrimestre			2007 Quadrimestre			2008 Quadrimestre		
	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Exercício Financeiro	2009 Quadrimestre			2010 Quadrimestre			2011 Quadrimestre			2012 Quadrimestre		
	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Exercício Financeiro	2013 Quadrimestre			2014 Quadrimestre			2015 Quadrimestre			2016 Quadrimestre		
	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-

PREFEITO MUNICIPAL
NORIVAL FIORIN

Contadora CRC/20394/O-8
MARIA INÊS DALLOLMO

Responsável pelo Controle Interno
ANA CAROLINE DIESEL DEITOS

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 | Município de LUZERNA CONSOLIDADO |
 | Relatório de Gestão Fiscal |
 | Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A AGOSTO 2011/2º Quadrimestre |
 +-----+

LRF, art.55, inciso I, alínea 'c' e art.40, § 1º - Anexo III

GARANTIAS	SALDO EXERCIC.	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
	ANTERIOR	1ºQuadrimestre	2ºQuadrimestre	3ºQuadrimestre
INTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
EXTERNAS (II)				
Beneficiários	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	10.622.919,83	11.283.117,04	11.891.038,99	
% TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	2.337.042,36	2.482.285,75	2.616.028,58	

CONTRAGARANTIAS	SALDO EXERCIC.	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2005		
	ANTERIOR	1ºQuadrimestre	2ºQuadrimestre	3ºQuadrimestre
GARANTIAS INTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
GARANTIAS EXTERNAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITO MUNICIPAL
NORIVAL FIORIN

Contadora CRC/20394/O-8
MARIA INÊS DALLOLMO

Responsável pelo Controle Interno
ANA CAROLINE DIESEL DEITOS

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
| Município de LUZERNA CONSOLIDADO |
| Relatório de Gestão Fiscal |
| Demonstrativo das Operações de Crédito |
| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
| JANEIRO A AGOSTO 2011/2º Quadrimestre |
+-----+

LRF, art.55, inciso I, alínea 'd' e inciso III, alínea 'c' - Anexo IV

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	Operações Realizadas Até o 2º Quadrimestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	
Internas	0,00
Externas	0,00
ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (II)	0,00
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I+II)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	11.891.038,99
% das Op.de Cred. Int.e Ext.Sobre a RCL	0,00
% das Op.de Cred. por Ant.de Rec Sobre a RCL	0,00
Limite Def.por Resol.do Sen.Federal para as Operações de Crédito Internas e Externas 16%	1.902.566,24
Limite Def.por Resol.do Sen.Federal para as Oper.de Crédito por Antecipação de Rec. 7%	832.372,73

PREFEITO MUNICIPAL
NORIVAL FIORIN

Contadora CRC/20394/O-8
MARIA INÊS DALLOLMO

Responsável pelo Controle Interno
ANA CAROLINE DIESEL DEITOS

[www.cplinformatica.com.br]

001

CONSOLIDADO

Município de LUZERNA
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
JANEIRO A AGOSTO 2011/4º Bimestre

LRF, art.55, inciso III, alínea 'a' - Anexo V

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	2.193.322,47	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	22.900,28
Disponibilidade Financeira	2.193.322,47	Depósitos de Diversas Origens	22.900,28
Caixa	0,00	Restos a Pagar Processados	0,00
Banco	2.193.322,47	Do Exercício	0,00
Contas Movimento	22.350,54	De Exercícios Anteriores	0,00
Aplicações Financeiras	2.170.971,93	Outras Obrigações Financeiras	0,00
SUBTOTAL	2.193.322,47	SUBTOTAL	22.900,28
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO		SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO	
EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	0,00	EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	2.170.422,19
TOTAL	2.193.322,47	TOTAL	2.193.322,47
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			1.220.214,53
SUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV)=(II-III)			950.207,66

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
ESPECIFICAÇÃO	VALOR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	0,00
Disponibilidade Financeira	0,00	Depósitos de Diversas Origens	0,00
Caixa	0,00	Restos a Pagar Processados	0,00
Banco	0,00	Do Exercício	0,00
Contas Movimento	0,00	De Exercícios Anteriores	0,00
		Outras Obrigações Financeiras	0,00
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	0,00
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO		SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO	
EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (V)	0,00	EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VI)	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VII)			0,00
SUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VIII)=(VI-VII)			0,00
DEFICIT	0,00	SUPERAVIT	950.207,66

PREFEITO MUNICIPAL
NORIVAL FIORIN

Contadora CRC/20394/O-8
MARIA INÊS DALLOLMO

Responsável pelo Controle Interno
ANA CAROLINE DIESEL DEITOS



+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 | Município de LUZERNA CONSOLIDADO |
 | Relatório de Gestão Fiscal |
 | Demonstrativo dos Restos a Pagar |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A AGOSTO 2011/4º Bimestre |
 +-----+

LRF, art.55, inciso III, alínea 'b' - Anexo VI

PODER/ÓRGÃO	R E S T O S A P A G A R I N S C R I T O S				EMPENHOS	SUFICIENCIA
	-----				CANCELADOS E	ANTES DA
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		NÃO INSCRITOS	INSCRIÇÃO EM
	(Processados)		(Não Processados)		POR	RESTOS A PAGAR
	-----				INSUFICIENCIA	NÃO
	Ex. Anteriores	Exerc. Atual	Ex. Anteriores	Exerc. Atual	FINANCEIRA	PROCESSADOS
ADMINISTRAÇÃO DIRETA						
LEGISLATIVO						
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE LUZERNA	0,00	0,00	0,00	6.442,35	0,00	71.443,90
Subtotal	0,00	0,00	0,00	6.442,35	0,00	0,00
EXECUTIVO						
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA	0,00	0,00	545.583,90	996.030,53	0,00	1.705.980,78
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA						
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE L	0,00	0,00	0,00	59.523,57	0,00	81.638,62
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS	0,00	0,00	7.034,68	144.580,45	0,00	538.864,27
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E D	0,00	0,00	180,00	13.637,63	0,00	81.170,50
Subtotal	0,00	0,00	552.798,58	1.213.772,18	0,00	2.407.654,17
TOTAL	0,00	0,00	552.798,58	1.220.214,53	0,00	2.479.098,07

F O N T E D E R E C U R S O S	R E S T O S A P A G A R I N S C R I T O S				EMPENHOS	SUFICIENCIA
	-----				CANCELADOS E	ANTES DA
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		NÃO INSCRITOS	INSCRIÇÃO EM
	(Processados)		(Não Processados)		POR	RESTOS A PAGAR
	-----				INSUFICIENCIA	NÃO
	Ex. Anteriores	Exerc. Atual	Ex. Anteriores	Exerc. Atual	FINANCEIRA	PROCESSADOS
ADMINISTRAÇÃO	0,00	-352,31	0,00	61.543,40	0,00	0,00
AGRICULTURA	0,00	0,00	0,00	20.332,96	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	60.654,57	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
CULTURA	0,00	0,00	0,00	651,44	0,00	0,00
DESPORTO E LAZER	0,00	0,00	0,00	31.787,44	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	42.729,12	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDÚSTRIA	0,00	70,00	0,00	19.261,00	0,00	0,00
LEGISLATIVA	0,00	0,00	0,00	6.442,35	0,00	0,00
SANEAMENTO	0,00	0,00	0,00	45.140,05	0,00	0,00
SAÚDE	0,00	0,00	0,00	109.062,80	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	3.555,40	0,00	0,00
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	1.600,00	0,00	0,00
TRANSPORTE	0,00	0,00	0,00	273.537,47	0,00	0,00
URBANISMO	0,00	0,00	0,00	323.644,97	0,00	0,00
TOTAL	0,00	-282,31	0,00	1.004.942,97	0,00	0,00

PREFEITO MUNICIPAL
NORIVAL FIORIN

Contadora CRC/20394/O-8
MARIA INÊS DALLOLMO

Responsável pelo Controle Interno
ANA CAROLINE DIESEL DEITOS





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo dos Limites
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
2º Quadrimestre de 2011
LRF, art. 54 – Anexo VII

		Consolidado
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	11.891.038,99	100,00
Despesas com Pessoal – Poder Executivo	Valor	% Sobre a RCL
Total da Despesa Líquida com Pessoal nos últimos 12 meses	5.024.104,52	42,25%
Limite Prudencial	6.100.103,00	51,30%
Limite Legal	6.421.161,05	54,00%
Dívida Consolidada Líquida	-1.901.553,84	-15,99
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	14.269.246,79	120,00
Garantia de Valores	Valor	%sobre a RCL
Total das Garantias	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.616.028,58	22,00
Operações de Crédito	Valor	%sobre a RCL
Operações de Crédito Interna e Externa	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas	1.902.566,24	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação de Receita	832.372,73	7,00
Restos a Pagar Não Processados	Valor	Disponibilidade
Total dos Restos a Pagar Não Processados	1.220.214,53	2.193.322,47

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

MARIA INÊS DALLOLMO
Contadora CRC 20394-O/8

ANA CAROLINE DIESEL DEITOS
Coordenadora do Controle Interno

Anexos da RREO do Município de Luzerna

+ [CPL] -----{ 001 }+
 |
 | Município de LUZERNA CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Balanço Orçamentário |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO-AGOSTO |
 +-----

LRF. Art.52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º - Anexo I

RECEITAS Categoria Econômica / Fontes	P R E V I S ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
	Inicial	p/ o Exercício (a)	Bimestre (b)	% (b/a)	até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	11.700.000,00	11.700.000,00	2.062.060,72	17,620	8.848.689,24	75,630	2.851.310,76
RECEITA CORRENTE	11.620.000,00	11.620.000,00	1.940.300,96	16,700	8.023.816,74	69,050	3.596.183,26
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.179.811,00	1.179.811,00	155.541,54	13,180	845.923,39	71,700	333.887,61
IMPOSTOS	696.940,00	696.940,00	97.015,23	13,920	531.265,99	76,230	165.674,01
TAXAS	276.358,00	276.358,00	23.070,18	8,350	257.835,80	93,300	18.522,20
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	206.513,00	206.513,00	35.456,13	17,170	56.821,60	27,510	149.691,40
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	242.000,00	242.000,00	36.011,08	14,880	143.655,48	59,360	98.344,52
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	242.000,00	242.000,00	36.011,08	14,880	143.655,48	59,360	98.344,52
RECEITA PATRIMONIAL	207.580,00	207.580,00	39.967,66	19,250	146.823,07	70,730	60.756,93
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	72.890,00	72.890,00	4.474,78	6,140	11.787,12	16,170	61.102,88
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	133.630,00	133.630,00	35.492,88	26,560	135.035,95	101,050	-1.405,95
Outras Receitas Patrimoniais	1.060,00	1.060,00	0,00	0,000	0,00	0,000	1.060,00
RECEITA DE SERVIÇOS	63.600,00	63.600,00	990,00	1,560	7.395,50	11,630	56.204,50
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.749.492,00	9.749.492,00	1.691.362,49	17,350	6.820.516,04	69,960	2.928.975,96
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	9.717.992,00	9.717.992,00	1.691.362,49	17,400	6.818.881,04	70,170	2.899.110,96
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	26.500,00	26.500,00	0,00	0,000	1.635,00	6,170	24.865,00
Transferências de Pessoas	5.000,00	5.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	5.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	177.517,00	177.517,00	16.428,19	9,250	59.503,26	33,520	118.013,74
MULTAS E JUROS DE MORA	100.651,00	100.651,00	3.784,87	3,760	20.162,64	20,030	80.488,36
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	29.710,00	29.710,00	5.956,71	20,050	9.413,64	31,690	20.296,36
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	41.756,00	41.756,00	6.686,61	16,010	29.926,98	71,670	11.829,02
RECEITAS DIVERSAS	5.400,00	5.400,00	0,00	0,000	0,00	0,000	5.400,00
RECEITAS DE CAPITAL	80.000,00	80.000,00	121.759,76	152,200	824.872,50	1031,090	-744.872,50
ALIENAÇÃO DE BENS	80.000,00	80.000,00	6.759,76	8,450	362.551,50	453,190	-282.551,50
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	30.000,00	30.000,00	0,00	0,000	70.100,00	233,670	-40.100,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	50.000,00	50.000,00	6.759,76	13,520	292.451,50	584,900	-242.451,50
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	115.000,00	0,000	462.321,00	0,000	-462.321,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	115.000,00	0,000	462.321,00	0,000	-462.321,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	11.700.000,00	11.700.000,00	2.062.060,72	100,000	8.848.689,24	100,000	2.851.310,76
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento de Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	11.700.000,00	11.700.000,00	2.062.060,72	100,000	8.848.689,24	100,000	2.851.310,76
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL (VII)=(V+VI)	11.700.000,00	11.700.000,00	2.062.060,72		8.848.689,24		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	-	-	737.513,99	-	-
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	-	-	737.513,99	-	-
Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	737.513,99	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

DESPESAS Cat.Econômica/Grupo de Natureza	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR		Saldo a Liquidar
	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	NÃO	%	
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)	PROCESSADOS	((g+h) /f)	
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAM) (VII)	11.700.000,00	1.624.594,99	13.324.594,99	2.194.952,54	9.214.073,19	2.343.709,26	7.993.858,66	0,00	59,99	5.330.736,33
DESPESAS CORRENTES	10.105.191,20	372.403,99	10.477.595,19	1.633.320,14	6.960.571,09	1.789.482,45	6.136.731,59	0,00	58,57	4.340.863,60
Pessoal e Encargos Sociais	5.246.300,80	151.868,00	5.398.168,80	844.715,01	3.280.031,49	844.983,81	3.279.359,49	0,00	60,75	2.118.809,31
Juros/Encargos da Dívida	89.000,00	0,00	89.000,00	13.363,79	53.504,41	6.687,43	46.828,05	0,00	52,62	42.171,95
Outras despesas Correntes	4.769.890,40	220.535,99	4.990.426,39	775.241,34	3.627.035,19	937.811,21	2.810.544,05	0,00	56,32	2.179.882,34
DESPESAS DE CAPITAL	1.576.908,80	1.252.191,00	2.829.099,80	561.632,40	2.253.502,10	554.226,81	1.857.127,07	0,00	65,64	971.972,73
Investimentos	1.560.908,80	1.252.191,00	2.813.099,80	558.737,06	2.242.220,80	552.784,57	1.847.298,87	0,00	65,67	965.800,93
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	16.000,00	0,00	16.000,00	2.895,34	11.281,30	1.442,24	9.828,20	0,00	61,43	6.171,80
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	17.900,00	0,00	17.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.900,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAM) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESP. (X)=(VIII+IX)	11.700.000,00	1.624.594,99	13.324.594,99	2.194.952,54	9.214.073,19	2.343.709,26	7.993.858,66	0,00	59,99	5.330.736,33
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANC. (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Div. Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento de Outras dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REF. (XII)=(X+XI)	11.700.000,00	1.624.594,99	13.324.594,99	2.194.952,54	9.214.073,19	2.343.709,26	7.993.858,66	0,00	59,99	5.330.736,33
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	854.830,58	-	-	-
TOTAL (XIV)=(XII+XIII)	11.700.000,00	1.624.594,99	13.324.594,99	2.194.952,54	9.214.073,19	2.343.709,26	8.848.689,24	0,00	59,99	5.330.736,33

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	P R E V I S Ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO
	Inicial	p/ o Exercício	Bimestre	%	até o Bimestre	%	
	(a)		(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR		Saldo a Liquidar
	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	NÃO	%	
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)	PROCESSADOS	((g+h) /f)	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
NORIVAL FIORINContadora CRC/20394/O-8
MARIA INÊS DALLOLMOResponsável pelo Controle Interno
ANA CAROLINE DIESEL DEITOS

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 |
 | Município de LUZERNA CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO-AGOSTO |
 +-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
DESAPESAS		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	%(F)	(F/B)	SALDO
	DESAPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	11.700.000,00	13.324.594,99	2.194.952,54	9.214.073,19	2.343.709,26	7.993.858,66	100,00	59,99	5.330.736,33
01	LEGISLATIVA	583.000,00	583.000,00	55.734,24	224.067,29	56.744,24	217.624,94	2,72	37,33	365.375,06
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	583.000,00	583.000,00	55.734,24	224.067,29	56.744,24	217.624,94	2,72	37,33	365.375,06
	Subtotal	583.000,00	583.000,00	55.734,24	224.067,29	56.744,24	217.624,94	2,72	37,33	365.375,06
04	ADMINISTRAÇÃO	1.249.160,50	1.767.296,50	182.789,35	1.404.099,25	315.265,89	1.326.263,06	16,59	75,04	441.033,44
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.045.860,50	1.563.996,50	151.732,52	1.262.350,22	283.483,06	1.184.514,03	14,82	75,74	379.482,47
04.123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	203.300,00	203.300,00	31.056,83	141.749,03	31.782,83	141.749,03	1,77	69,72	61.550,97
	Subtotal	1.832.160,50	2.350.296,50	238.523,59	1.628.166,54	372.010,13	1.543.888,00	19,31	65,69	806.408,50
06	SEGURANÇA PÚBLICA	88.339,50	92.665,07	5.405,80	30.329,14	8.800,71	26.257,57	0,33	28,34	66.407,50
06.181	POLICIAMENTO	88.339,50	92.665,07	5.405,80	30.329,14	8.800,71	26.257,57	0,33	28,34	66.407,50
	Subtotal	1.920.500,00	2.442.961,57	243.929,39	1.658.495,68	380.810,84	1.570.145,57	19,64	64,27	872.816,00
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	307.900,00	501.084,43	220.009,02	347.133,15	172.433,63	273.971,95	3,43	54,68	227.112,48
08.241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	25.000,00	35.000,00	5.390,84	27.227,47	5.703,64	26.591,47	0,33	75,98	8.408,53
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCEN	126.200,00	138.243,75	20.320,63	67.073,64	23.703,66	53.436,01	0,67	38,65	84.807,74
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	156.700,00	327.840,68	194.297,55	252.832,04	143.026,33	193.944,47	2,43	59,16	133.896,21
	Subtotal	2.228.400,00	2.944.046,00	463.938,41	2.005.628,83	553.244,47	1.844.117,52	23,07	62,64	1.099.928,48
10	SAÚDE	2.310.100,00	2.514.340,90	372.381,52	1.520.273,90	402.426,90	1.373.594,05	17,18	54,63	1.140.746,85
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	1.986.000,00	2.190.240,90	332.556,90	1.368.332,85	360.624,47	1.228.436,94	15,37	56,09	961.803,96
10.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	38.500,00	38.500,00	3.761,96	18.328,46	3.911,96	16.460,41	0,21	42,75	22.039,59
10.305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	27.600,00	27.600,00	1.644,00	13.425,92	1.709,70	11.081,12	0,14	40,15	16.518,88
10.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	258.000,00	258.000,00	34.418,66	120.186,67	36.180,77	117.615,58	1,47	45,59	140.384,42
	Subtotal	4.538.500,00	5.458.386,90	836.319,93	3.525.902,73	955.671,37	3.217.711,57	40,25	58,95	2.240.675,33
11	TRABALHO	22.500,00	22.500,00	1.785,96	7.600,36	1.043,50	4.057,90	0,05	18,04	18.442,10
11.332	RELAÇÕES DE TRABALHO	22.500,00	22.500,00	1.785,96	7.600,36	1.043,50	4.057,90	0,05	18,04	18.442,10
	Subtotal	4.561.000,00	5.480.886,90	838.105,89	3.533.503,09	956.714,87	3.221.769,47	40,30	58,78	2.259.117,43
12	EDUCAÇÃO	3.107.100,00	3.181.866,33	494.284,90	2.123.028,66	545.141,69	2.031.148,30	25,41	63,84	1.150.718,03
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	2.366.900,00	2.441.666,33	378.714,79	1.746.389,27	438.584,17	1.676.020,96	20,97	68,64	765.645,37
12.363	ENSINO PROFISSIONAL	30.000,00	30.000,00	7.761,85	19.230,10	7.341,25	15.446,50	0,19	51,49	14.553,50
12.364	ENSINO SUPERIOR	61.000,00	61.000,00	16.093,75	44.158,51	10.607,16	33.149,22	0,41	54,34	27.850,78
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	624.800,00	624.800,00	88.500,53	306.822,82	85.395,13	300.103,66	3,75	48,03	324.696,34
12.367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	24.400,00	24.400,00	3.213,98	6.427,96	3.213,98	6.427,96	0,08	26,34	17.972,04
	Subtotal	7.668.100,00	8.662.753,23	1.332.390,79	5.656.531,75	1.501.856,56	5.252.917,77	65,71	60,64	3.409.835,46
13	CULTURA	214.000,00	186.000,00	54.974,54	131.073,40	51.046,78	125.046,96	1,56	67,23	60.953,04
13.391	PATROMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E AR	17.000,00	17.000,00	0,00	2.764,00	648,00	2.764,00	0,03	16,26	14.236,00
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	197.000,00	169.000,00	54.974,54	128.309,40	50.398,78	122.282,96	1,53	72,36	46.717,04
	Subtotal	7.882.100,00	8.848.753,23	1.387.365,33	5.787.605,15	1.552.903,34	5.377.964,73	67,28	60,78	3.470.788,50
15	URBANISMO	1.460.820,00	1.481.020,00	88.192,20	1.193.974,70	296.598,73	829.942,64	10,38	56,04	651.077,36
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	363.400,00	308.400,00	77,44	249.525,19	97.224,26	192.986,31	2,41	62,58	115.413,69
15.452	SERVIÇOS URBANOS	1.097.420,00	1.172.620,00	88.114,76	944.449,51	199.374,47	636.956,33	7,97	54,32	535.663,67
	Subtotal	9.342.920,00	10.329.773,23	1.475.557,53	6.981.579,85	1.849.502,07	6.207.907,37	77,66	60,10	4.121.865,86
16	HABITAÇÃO	136.000,00	136.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	136.000,00
16.481	HABITAÇÃO RURAL	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
16.482	HABITAÇÃO URBANA	124.000,00	124.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	124.000,00
	Subtotal	9.478.920,00	10.465.773,23	1.475.557,53	6.981.579,85	1.849.502,07	6.207.907,37	77,66	59,32	4.257.865,86
17	SANEAMENTO	41.880,00	449.951,00	79.332,43	407.566,83	89.542,38	362.426,78	4,53	80,55	87.524,22
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	41.880,00	449.951,00	79.332,43	407.566,83	89.542,38	362.426,78	4,53	80,55	87.524,22
	Subtotal	9.520.800,00	10.915.724,23	1.554.889,96	7.389.146,68	1.939.044,45	6.570.334,15	82,19	60,19	4.345.390,08
18	GESTÃO AMBIENTAL	8.400,00	8.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.400,00
18.541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	8.400,00	8.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.400,00

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 002 }+
 |
 | Município de LUZERNA CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO-AGOSTO |
 +-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
	Subtotal	9.529.200,00	10.924.124,23	1.554.889,96	7.389.146,68	1.939.044,45	6.570.334,15	82,19	60,15	4.353.790,08
20	AGRICULTURA	604.200,00	555.000,00	132.062,67	433.757,05	142.727,24	401.957,43	5,03	72,42	153.042,57
20.601	PROMOÇÃO E PRODUÇÃO VEGETAL	74.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.602	PROMOÇÃO E PRODUÇÃO ANIMAL	13.800,00	13.800,00	0,00	8.192,00	816,20	5.833,87	0,07	42,27	7.966,13
20.606	EXTENSÃO RURAL	516.200,00	541.200,00	132.062,67	425.565,05	141.911,04	396.123,56	4,96	73,19	145.076,44
	Subtotal	10.133.400,00	11.479.124,23	1.686.952,63	7.822.903,73	2.081.771,69	6.972.291,58	87,22	60,74	4.506.832,65
22	INDÚSTRIA	74.100,00	105.361,00	42.592,11	67.830,07	12.883,83	37.519,79	0,47	35,61	67.841,21
22.661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	74.100,00	105.361,00	42.592,11	67.830,07	12.883,83	37.519,79	0,47	35,61	67.841,21
	Subtotal	10.207.500,00	11.584.485,23	1.729.544,74	7.890.733,80	2.094.655,52	7.009.811,37	87,69	60,51	4.574.673,86
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	68.000,00	53.739,00	6.680,00	11.680,00	6.180,00	6.180,00	0,08	11,50	47.559,00
23.691	PROMOÇÃO COMERCIAL	68.000,00	53.739,00	6.680,00	11.680,00	6.180,00	6.180,00	0,08	11,50	47.559,00
	Subtotal	10.275.500,00	11.638.224,23	1.736.224,74	7.902.413,80	2.100.835,52	7.015.991,37	87,77	60,28	4.622.232,86
26	TRANSPORTE	914.300,00	1.234.170,76	308.640,37	986.217,91	123.466,61	692.600,31	8,66	56,12	541.570,45
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	914.300,00	1.234.170,76	308.640,37	986.217,91	123.466,61	692.600,31	8,66	56,12	541.570,45
	Subtotal	11.189.800,00	12.872.394,99	2.044.865,11	8.888.631,71	2.224.302,13	7.708.591,68	96,43	59,88	5.163.803,31
27	DESPORTO E LAZER	289.300,00	231.300,00	112.830,63	175.551,82	90.279,79	143.506,78	1,80	62,04	87.793,22
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	289.300,00	231.300,00	112.830,63	175.551,82	90.279,79	143.506,78	1,80	62,04	87.793,22
	Subtotal	11.479.100,00	13.103.694,99	2.157.695,74	9.064.183,53	2.314.581,92	7.852.098,46	98,23	59,92	5.251.596,53
28	ENCARGOS ESPECIAIS	203.000,00	203.000,00	37.256,80	149.889,66	29.127,34	141.760,20	1,77	69,83	61.239,80
28.843	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	105.000,00	105.000,00	16.259,13	64.785,71	8.129,67	56.656,25	0,71	53,96	48.343,75
28.845	TRANSFERÊNCIAS	98.000,00	98.000,00	20.997,67	85.103,95	20.997,67	85.103,95	1,06	86,84	12.896,05
	Subtotal	11.682.100,00	13.306.694,99	2.194.952,54	9.214.073,19	2.343.709,26	7.993.858,66	100,00	60,07	5.312.836,33
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	17.900,00	17.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.900,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	17.900,00	17.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.900,00
	Subtotal	11.700.000,00	13.324.594,99	2.194.952,54	9.214.073,19	2.343.709,26	7.993.858,66	100,00	59,99	5.330.736,33
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL (III)=(I+II)	11.700.000,00	13.324.594,99	2.194.952,54	9.214.073,19	2.343.709,26	7.993.858,66	100,00	59,99	5.330.736,33

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
NORIVAL FIORIN

Contadora CRC/20394/O-8
MARIA INÊS DALLOLOMO

Responsável pelo Controle Interno
ANA CAROLINE DIESEL DEITOS

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

|

| Município de LUZERNA CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Receita Corrente Líquida |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| SETEMBRO/2010 A AGOSTO/2011 |

+-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						
	09/2010	10/2010	11/2010	12/2010	01/2011	02/2011	03/2011
RECEITAS CORRENTES (I)	1.033.672,11	993.386,48	1.037.119,44	1.364.672,19	1.117.528,73	1.082.363,16	1.244.518,47
Receita Tributária	146.881,74	46.349,86	47.575,92	66.007,99	39.851,31	39.967,52	295.254,17
IPTU	1.573,77	1.874,02	806,12	2.554,55	0,00	615,16	125.636,94
ISS	24.476,30	19.137,61	22.269,29	24.385,67	21.061,58	21.931,57	25.789,13
ITBI	9.898,18	5.360,00	2.224,84	2.014,25	3.650,00	2.412,00	14.596,00
IRRF	14.914,51	9.754,80	10.144,54	24.001,13	6.891,96	7.016,72	15.629,59
Outras	96.018,98	10.223,43	12.131,13	13.052,39	8.247,77	7.992,07	113.602,51
Receita de Contribuições	16.395,29	15.966,81	17.743,80	17.818,13	18.349,77	15.872,29	17.658,42
Receita Patrimonial	15.182,95	8.002,83	12.860,73	12.980,76	24.829,94	16.860,18	17.249,58
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	2.290,00	1.760,00	13.770,00	1.055,00	0,00	600,00	0,00
Transferências Correntes	848.748,65	914.956,65	941.325,27	1.258.469,07	1.029.207,17	1.002.609,20	904.772,35
Cota-Parte do FPM	278.258,05	299.541,54	359.079,75	624.138,45	433.997,93	467.569,14	305.238,64
Cota-Parte do ICMS	297.092,45	319.308,53	310.178,96	332.098,67	306.582,83	276.264,26	312.044,85
Cota-Parte do IPVA	37.342,31	39.830,75	31.281,96	13.320,32	19.547,66	30.081,01	39.410,78
Cota-Parte do ITR	483,06	2.780,81	85,51	37,97	59,31	19,05	6,26
Transf.da LC 87/1996	1.811,91	1.811,91	1.811,91	1.811,91	1.748,45	1.748,45	1.748,45
Transferência do FUNDEB	145.749,32	154.281,30	155.342,13	169.662,74	163.833,53	151.627,53	156.801,31
Outras Transferências	88.011,55	97.401,81	83.545,05	117.399,01	103.437,46	75.299,76	89.522,06
Demais Receitas Correntes	4.173,48	6.350,33	3.843,72	8.341,24	5.290,54	6.453,97	9.583,95
II-DEDUÇÕES	124.235,85	133.943,44	141.860,46	161.588,22	153.735,78	156.404,96	132.621,57
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	124.235,85	133.943,44	141.860,46	161.588,22	153.735,78	156.404,96	132.621,57
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	909.436,26	859.443,04	895.258,98	1.203.083,97	963.792,95	925.958,20	1.111.896,90

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 002 }+
 |
 | Município de LUZERNA CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Receita Corrente Líquida |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | SETEMBRO/2010 A AGOSTO/2011 |
 +-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Previsão
	04/2011	05/2011	06/2011	07/2011	Mes Atual	TOTAL	Atualizada
RECEITAS CORRENTES (I)	1.154.979,74	1.262.125,82	1.134.611,23	1.119.333,86	1.113.694,06	13.658.005,29	13.370.548,00
Receita Tributária	105.951,77	130.313,55	79.043,53	83.141,35	72.400,19	1.152.738,90	1.179.811,00
IPTU	21.682,53	19.403,82	9.530,05	7.766,38	7.918,30	199.361,64	212.000,00
ISS	26.291,35	34.107,19	26.826,34	24.913,68	29.073,69	300.263,40	275.600,00
ITBI	3.100,00	5.408,80	18.330,17	4.020,00	360,00	71.374,24	80.450,00
IRRF	9.725,69	8.764,72	5.849,45	16.234,84	6.728,34	135.656,29	128.890,00
Outras	45.152,20	62.629,02	18.507,52	30.206,45	28.319,86	446.083,33	482.871,00
Receita de Contribuições	18.760,44	18.309,50	18.693,98	17.031,20	18.979,88	211.579,51	242.000,00
Receita Patrimonial	13.769,12	16.235,28	17.911,31	20.542,44	19.425,22	195.850,34	207.580,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	1.280,00	4.085,50	440,00	0,00	990,00	26.270,50	63.600,00
Transferências Correntes	1.011.329,65	1.083.172,48	1.010.674,07	992.931,24	991.158,21	11.989.354,01	11.500.040,00
Cota-Parte do FPM	404.592,84	464.387,91	419.142,81	356.554,65	367.792,51	4.780.294,22	4.865.400,00
Cota-Parte do ICMS	310.166,39	303.175,50	303.992,67	324.043,10	321.710,10	3.716.658,31	3.423.800,00
Cota-Parte do IPVA	41.188,20	45.274,75	34.573,23	39.620,51	38.672,13	410.143,61	365.700,00
Cota-Parte do ITR	10,50	0,00	33,53	0,00	199,79	3.715,79	850,00
Transf.da LC 87/1996	1.748,45	1.748,45	1.748,45	1.748,45	1.748,45	21.235,24	26.500,00
Transferência do FUNDEB	165.065,58	168.763,49	164.810,47	160.973,79	163.892,74	1.920.803,93	1.717.000,00
Outras Transferências	88.557,69	99.822,38	86.372,91	109.990,74	97.142,49	1.136.502,91	1.100.790,00
Demais Receitas Correntes	3.888,76	10.009,51	7.848,34	5.687,63	10.740,56	82.212,03	177.517,00
II-DEDUÇÕES	152.800,04	163.978,10	153.070,92	145.545,88	147.181,08	1.766.966,30	1.750.548,00
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	152.800,04	163.978,10	153.070,92	145.545,88	147.181,08	1.766.966,30	1.750.548,00
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.002.179,70	1.098.147,72	981.540,31	973.787,98	966.512,98	11.891.038,99	11.620.000,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

 PREFEITO MUNICIPAL
 NORIVAL FIORIN

 Contadora CRC/20394/O-8
 MARIA INÊS DALLOLMO

 Responsável pelo Controle Interno
 ANA CAROLINE DIESEL DEITOS

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

| Município de LUZERNA CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos |

| Orçamento da Seguridade Social |

| JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO-AGOSTO |

+-----+

LRF. Art.53, inciso II - Anexo V

	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS					
Total das Receitas Previdenciarias (V=I+II+III+IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação		Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	Dotação p/o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS					
Total das Despesas Previdenciarias - RPPS (IX)=(VI+VII+VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Resultado Previdenciário - RPPS (X)=(V-IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------	------	------

RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS	Previsão Orçamentária
Valor	0,00

	Período de Referencia		
	Mês Anterior(07/2011)	Exercício Anterior(2010)	Exercício Atual(2011)
BENS E DIREITOS DO RPPS			

	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS					
Total das Receitas Previdenciarias Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação		Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	Dotação p/o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA - RPPS					
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
NORIVAL FIORIN

Contadora CRC/20394/O-8
MARIA INÊS DALLOLMO

Responsável pelo Controle Interno
ANA CAROLINE DIESEL DEITOS



+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

	Município de LUZERNA	CONSOLIDADO
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
	Demonstrativo do Resultado Nominal	
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
	JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO-AGOSTO	

+-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VI

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	Saldo		
	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior(B)	Bimestre Atual(C)
Divida Consolidada (I)	301.596,83	293.210,87	291.768,63
DEDUÇÕES (II)	1.846.373,00	2.533.960,26	2.193.322,47
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.846.373,00	2.533.960,26	2.193.322,47
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	0,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	-1.544.776,17	-2.240.749,39	-1.901.553,84
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida (IV)=(III+IV-V)	-1.544.776,17	-2.240.749,39	-1.901.553,84

	Período de Referência	
	No Bimestre (c-b)	Até Bimestre (c-a)
RESULTADO NOMINAL	339.195,55	-356.777,67

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	-9.449,90

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

 PREFEITO MUNICIPAL
 NORIVAL FIORIN

 Contadora CRC/20394/O-8
 MARIA INÊS DALLOIMO

 Responsável pelo Controle Interno
 ANA CAROLINE DIESEL DEITOS

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 |
 | Município de LUZERNA CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo do Resultado Primário |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO-AGOSTO |
 +-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

RECEITAS PRIMARIAS	Previsão	RECEITAS REALIZADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Receitas Primarias Correntes (I)	11.485.310,00	1.904.808,08	7.888.780,79	6.677.084,77
Receita Tributária	1.179.811,00	155.541,54	845.923,39	706.973,35
IPTU	212.000,00	15.684,68	192.553,18	177.591,82
ISS	275.600,00	53.987,37	209.994,53	190.122,73
IRRF	128.890,00	22.963,18	76.841,31	68.942,81
ITBI	80.450,00	4.380,00	51.876,97	25.698,33
Outras	482.871,00	58.526,31	314.657,40	244.617,66
Receita de Contribuição	242.000,00	36.011,08	143.655,48	96.552,16
Outras Contribuições	242.000,00	36.011,08	143.655,48	96.552,16
Receita Patrimonial Líquida	72.890,00	4.474,78	11.787,12	15.865,76
Receita Patrimonial	207.580,00	39.967,66	146.823,07	94.478,57
(-) Aplicações Financeiras	134.690,00	35.492,88	135.035,95	78.612,81
Transferências Correntes	9.749.492,00	1.691.362,49	6.820.516,04	5.741.339,58
FPM	3.892.320,00	579.477,80	2.575.421,38	2.030.180,28
ICMS	2.739.040,00	516.602,74	1.966.384,41	1.721.026,90
Outras Transferências	3.118.132,00	595.281,95	2.278.710,25	1.990.132,40
Demais Receitas Correntes	241.117,00	17.418,19	66.898,76	116.353,92
Dívida Ativa	41.756,00	6.686,61	29.926,98	47.946,67
Diversas Receitas Correntes	199.361,00	10.731,58	36.971,78	68.407,25
Receitas de Capital (II)	80.000,00	121.759,76	824.872,50	573.562,62
(-) Alienação de Ativos (V)	80.000,00	6.759,76	362.551,50	39.850,00
Transferências de Capital	0,00	115.000,00	462.321,00	533.712,62
Outras Transferências de Capital	0,00	115.000,00	462.321,00	533.712,62
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec.Primarias de Cap. VI=II-III-IV-V	0,00	115.000,00	462.321,00	533.712,62
RECEITAS PRIMARIAS TOTAL (VII)=I+VI	11.485.310,00	2.019.808,08	8.351.101,79	7.210.797,39

DESPESAS PRIMARIAS	Dotação	DESPESAS LIQUIDADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Despesas Correntes (VIII)	10.477.595,19	1.789.482,45	6.136.731,59	5.423.530,82
Pessoal e Encargos Sociais	5.396.556,00	844.715,01	3.278.418,69	2.979.899,75
Outras Despesas Correntes	4.992.039,19	938.080,01	2.811.484,85	2.393.875,67
(-) Juros Encargos da Dívida (IX)	89.000,00	6.687,43	46.828,05	49.755,40
Desp.Primarias Correntes X=VIII-IX	10.388.595,19	1.782.795,02	6.089.903,54	5.373.775,42
Despesas de Capital (XI)	2.829.099,80	554.226,81	1.857.127,07	1.247.775,48
Investimentos	2.813.099,80	552.784,57	1.847.298,87	1.238.399,10
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida (XIV)	16.000,00	1.442,24	9.828,20	9.376,38
(-) Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Aq.deTít.de Capit.já Int.(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Prim.de CapitXV=XI-XII-XIII-XIV	2.813.099,80	552.784,57	1.847.298,87	1.238.399,10
Reserva de Conting. (XVI)	17.900,00	0,00	0,00	0,00
DESP.PRIM.TOT. (XVIII)=X+XV+XVI+XVII	13.219.594,99	2.335.579,59	7.937.202,41	6.612.174,52
RESULTADO PRIMARIO (VII-XVIII)	-1.734.284,99	-315.771,51	413.899,38	598.622,87
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES			737.513,99	

Discriminação da Meta Fiscal

Valor

Meta de Res. Primario fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia

-108.630,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.



+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

	Município de LUZERNA	CONSOLIDADO
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
	Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão	
	Orçamento da Seguridade Social	
	JANEIRO A AGOSTO 2011	

+-----+

LRF. Art.53, inciso V - Anexo IX

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos					Inscritos				
	Exercícios	Em 31 de Dez.				Em 31 de Dez.				
	Anteriores	de 2010	Cancelados	Pagos	a Pagar	de 2010	Cancelados	Pagos	a Pagar	
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
EXECUTIVO										
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	545.583,90	14.219,54	521.597,97	9.766,39	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA - FMAS										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.034,68	183,26	3.912,78	2.938,64	
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE LUZERNA - FMDCA										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	180,00	24,36	155,64	0,00	
LEGISLATIVO										
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE LUZERNA										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)										
TOTAL (III)=(I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	552.798,58	14.427,16	525.666,39	12.705,03	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos					Inscritos				
	Exercícios	Em 31 de Dez.				Em 31 de Dez.				
	Anteriores	de 2010	Cancelados	Pagos	a Pagar	de 2010	Cancelados	Pagos	a Pagar	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)										
EXECUTIVO										
LEGISLATIVO										
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
NORIVAL FIORIN

Contadora CRC/20394/O-8
MARIA INÊS DALLOLMO

Responsável pelo Controle Interno
ANA CAROLINE DIESEL DEITOS





**Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Luzerna
Secretaria da Fazenda e Administração**

**DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA COM A
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
CONSTITUIÇÃO FEDERAL ARTIGO N.º 212
LEI FEDERAL 9.394/96 - Art. 69
L.O.M. Art. 121
PERÍODO JANEIRO/AGOSTO DE 2011**

Anexo X – Lei 9.394/96, Art. 72

1. Receita Resultante de Impostos	R\$	6.597.334,23
1.1. IPTU	R\$	192.553,18
1.2. IRRF	R\$	76.841,31
1.3. ITBI	R\$	51.876,97
1.4. ISSQN	R\$	209.994,53
1.5. Cota Parte FPM	R\$	3.219.276,43
1.6. Cota-Parte ITR	R\$	328,44
1.7. Transferências Financeiras LC nº 87/96	R\$	13.987,60
1.8. Cota-Parte ICMS	R\$	2.457.979,70
1.9. Cota-Parte IPVA	R\$	288.368,27
1.10. Cota parte IPI , Est. Exp. De Prod. Ind.	R\$	46.758,74
1.11. Dívida Ativa de Impostos e Encargos	R\$	39.369,06
25% da Receita Resultante de Impostos – Aplicação mínima	R\$	1.649.333,55
2. Aplicado no exercício	R\$	1.726.469,56
Gasto a maior no Exercício	R\$	77.136,01
3. Percentual gasto		26,17%

RESUMO

4. Composição da Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada ⁽¹⁾		Saldo Banco/2008 Receitas Aplicadas de Conv., Rendas de Aplicações Financeiras e FundeB	Líquido	
4.1. Ensino Infantil	R\$	306.822,82	R\$	300.103,66	(-)R\$ 0,00	=R\$	300.103,66
4.2. Manutenção Ensino Fundamental	R\$	1.244.524,03	R\$	1.211.651,01	(-)R\$ 54.055,89 ⁽²⁾	=R\$	1.157.595,12
4.3 FUNDEB	R\$	1.205.338,33	R\$	1.205.338,33	(-)R\$ 1.295.768,44	=R\$	90.430,11(-)
4.4 Constr. Complexo Educ. São Francisco e Aquisição Seminário São João Batista	R\$	231.792,00	R\$	231.792,00	(-)R\$ -	=R\$	231.792,00
4.5 Transporte Escolar	R\$	270.073,24	R\$	232.577,95	(-)R\$ 95.578,47 ⁽³⁾	=R\$	136.999,48
4.6 Rendas de Aplicações Financeiras	R\$	-	R\$	-	(-)R\$ 9.590,59	R\$	9.590,59(-)
Totais	R\$	3.258.550,42	R\$	3.181.462,95	(-)R\$ 1.454.993,39	=R\$	1.726.469,56

(1) Para o cálculo da despesa com o ensino, considera-se somente a despesa liquidada.

(2) Saldo do FUNDEB do exercício de 2010, de R\$ 54.055,89, foi aplicado na educação básica.

(3) Saldo exercício de 2010, do PNATE, R\$ 16,68 e do Salário Educação, R\$ 20.693,76, foram aplicados no transporte de estudantes.

DEDUÇÕES

TÍTULOS	FONTES	VALOR R\$	
Ensino Fundamental	FUNDEB 2010	R\$	54.055,89
Receita FUNDEB	LEI Nº 9.424/96	R\$	1.295.768,44
Transporte Escolar	Salário Educação – Saldo 2010	R\$	20.693,76
Transporte Escolar	Salário Educação	R\$	26.094,44
Transporte Escolar	PNATE – Saldo 2010	R\$	16,68
Transporte Escolar	PNATE	R\$	15.531,04
Transporte Escolar	Verba Estadual	R\$	33.242,55
Rendas de Aplicações Financeiras de Saldos Vinculados à Educação	Rendas de Aplicações Financeiras	R\$	9.590,59
TOTAL		R\$	1.454.993,39

Fonte: Dados extraídos do Setor Contábil

Os valores referentes a parcela dos Restos a Pagar inscritos em disponibilidade financeira vinculada a educação deverão ser informadas somente no RREO do último bimestre do Exercício.

Norival Fiorin
Prefeito MunicipalMaria Inês Dallolmo
Contadora
CRC/SC 20394/0-8Ana Caroline Diesel Deitos
Coordenadora do
Controle Interno

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

	Município de LUZERNA	CONSOLIDADO
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
	Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
	JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO-AGOSTO	

+-----+

LRF. Art.53, §1º, Inciso I - Anexo XI

Receitas	Previsao	Receitas Realizadas		Saldo a
	Atualizada(a)	No Bimestre	Até o Bim.(b)	Realiz.(a-b)
Receitas de Operações de Crédito (A)	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas	Dotação	Despesas Liquidadas		Saldo a
	Atualizada(c)	No Bimestre	Até o Bim.(d)	Liquidar(c-d)
Despesas de Capital	2.829.099,80	554.226,81	1.857.127,07	971.972,73
(-) Incentivo a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivo Inst.Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (B)	2.829.099,80	554.226,81	1.857.127,07	971.972,73
--------------------------------	--------------	------------	--------------	------------

DIFERENÇA (A)-(B)	-2.829.099,80	-554.226,81	-1.857.127,07	-971.972,73
-------------------	---------------	-------------	---------------	-------------

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
NORIVAL FIORIN

Contadora CRC/20394/O-8
MARIA INÊS DALLOLMO

Responsável pelo Controle Interno
ANA CAROLINE DIESEL DEITOS

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

| Município de LUZERNA CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos |

| Orçamento da Seguridade Social |

| JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO-AGOSTO |

+-----+

LRF. Art.53, §1º, inciso III - Anexo XIV

	Previsao	Receitas	Saldo
RECEITAS	Atualizada(a)	Realizadas(b)	a Realizar(a-b)
Receitas de Capital			
Alienação de Ativos	80.000,00	362.551,50	-282.551,50
Alienação de Veículos	30.000,00	70.100,00	-40.100,00
Alienação de Imóveis Rurais	0,00	88.129,00	-88.129,00
Alienação de Imóveis Urbanos	50.000,00	204.322,50	-154.322,50
Total	80.000,00	362.551,50	-282.551,50

	Dotação	Despesas	Saldo
DESPESAS	Atualizada(c)	Liquidadas(d)	a Realizar(c-d)
APLICAÇÕES DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	290.650,00	219.900,00	70.750,00
Despesas de Capital	290.650,00	219.900,00	70.750,00
Investimentos	290.650,00	219.900,00	70.750,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do Regime de Previdência	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
Total	290.650,00	219.900,00	70.750,00

	Exercício Anterior(e)	Do Exercício(f)=(b-d)	Saldo Atual(e+f)
Saldo Financeiro a Aplicar	17.861,02	142.651,50	160.512,52

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
NORIVAL FIORIN

Contadora CRC/20394/O-8
MARIA INÊS DALLOLMO

Responsável pelo Controle Interno
ANA CAROLINE DIESEL DEITOS



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

**DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS
PÚBLICOS DE SAÚDE.**

CONSTITUIÇÃO FEDERAL ARTIGO Nº 198

L.O.M. Art. 111

PERÍODO JANEIRO/AGOSTO DE 2011

ADCT Art. 77 - Anexo XVI

1.Receita Resultante de Impostos e Transferências de Impostos	R\$
1.1. IPTU	192.553,18
1.2. IRRF	76.841,31
1.3. ITBI	51.876,97
1.4. ISSQN	209.994,53
1.5. Cota-parte FPM	3.219.276,43
1.6. Cota-parte ITR	328,44
1.7. Transferências Financeiras LC nº 87/96	13.987,60
1.8. Cota-parte ICMS	2.457.979,70
1.9. Cota-parte IPVA	288.368,27
1.10. Cota-parte IPI, Est. Exp. De Produtos Industrializados	46.758,74
1.11. Dívida Ativa de Impostos e Encargos	39.369,06
TOTAL DAS RECEITAS	6.597.334,23

2. Despesas Liquidadas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$
2.1 Atenção Básica	1.228.436,94
2.2 Vigilância Sanitária	16.460,41
2.3 Vigilância Epidemiológica	11.081,12
2.4 Alimentação e Nutrição	3.350,79
TOTAL DAS DESPESAS	1.259.329,26



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

3. Verificação Do Cumprimento Dos Limites Constitucionais	(+) (-) (%)	R\$
3.1 – Total das Despesas com Saúde	(+)	1.259.329,26
3.2 – Total das Deduções:	(-)	375.379,29
3.2.1 – Transferências Federais/ Programas de Saúde	(-)	399.029,28
3.2.2 – Transferências Estaduais/ Programas de Saúde	(-)	14.930,63
3.2.3 – Rendimentos de Aplicações Financeiras	(-)	33.159,37
3.2.4 – Saldo em Bancos/ Receita Vinculada em 31.12.10	(-)	313.262,55
3.2.5 – Retenções e Descontos	(-)	35.291,63
3.2.6 – Saldo em Bancos/Receita Vinculada em 31.08.11	(+)	420.294,17
3.3 – Aplicação de Recursos Ordinários	13,40	883.949,97
3.4 – Aplicação Mínima de Recursos Ordinários	15,00	989.600,13
3.5 – Valor Aplicado a Menor	1,60	105.650,16

4. Retenções e Descontos		
4.1 - INSS	R\$	18.097,69
4.2 - Imposto de Renda Retido na Fonte	R\$	13.523,64
4.3 - Contribuição Sindical	R\$	262,80
4.4 - Desconto para Associação dos Servidores Municipais/ASM	R\$	367,35
Total	R\$	32.251,48
5.1 - Salário Família CLT	R\$	909,04
5.2 - Salário Maternidade	R\$	2.131,11
Total	R\$	3.040,15
Total Geral	R\$	35.291,63

Norival Fiorin
Prefeito Municipal

Maria Inês Dallolmo
Contadora CRC/SC 20394/0-8

Ana Caroline Diesel Deitos
Coordenadora do Controle Interno



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

**Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
2º Quadrimestre de 2011
Janeiro-Agosto/2011
LRF, art. 48 – Anexo XVII**

		Consolidado		
Balanco Orçamentário - Receitas		No Bimestre	Até o Bimestre	
Previsão Inicial da Receita		0,00	11.700.000,00	
Previsão Atualizada da Receita		0,00	11.700.000,00	
Receitas Realizadas		2.062.060,72	8.848.689,24	
Saldos de Exercícios Anteriores		0,00	737.513,99	
Déficit Orçamentário		0,00	1.624.594,99	
Balanco Orçamentário - Despesas		No Bimestre	Até o Bimestre	
Dotação Inicial		0,00	11.700.000,00	
Dotação Atualizada		0,00	13.324.594,99	
Despesas Empenhadas		2.194.952,54	9.214.073,19	
Despesas Liquidadas		2.343.709,26	7.993.858,66	
Superávit Orçamentário		0,00	0,00	
Despesa por Função/SubFunção		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		2.194.952,54	9.214.073,19	
Despesas Liquidadas		2.343.709,26	7.993.858,66	
Receita Corrente Líquida - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			11.891.038,99	
Receitas/Despesas dos Regimes de Previdência		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias (I)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias (II)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (I-II)		0,00	0,00	
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias (III)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (III-IV)		0,00	0,00	
	Meta Fixada no anexo de	Res.Apur.até	% em Relação	
Resultado Nominal e Primário	Metas Fiscais do LDO (a)	o Bimestre(b)	a Meta (b/a)	
Resultado Nominal	-9.449,90	-356.777,67	3775,4650	
Resultado Primário	-108.630,00	413.899,38	-381,0176	
Movimentação dos Restos a Pagar	Inscrição	Canc.até o Bim.	Pág. Até o Bim.	Saldo
Por Poder e Ministério Público				
Restos a Pagar Processados				
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados				
Poder Executivo	552.798,58	14.427,16	525.666,39	12.705,03
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00

	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		%Min. A Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bim.
Despesas com Manut.e Desenv.do Ensino			
Min.Atual de <18%/25%> dos Imp.na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	1.649.333,55	25,00	26,17
Min.Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração dos Prof. Ensino Fundam.	790.602,24	60,00	60,69

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Valor Apur.até o Bim.	Saldo a Real.
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	1.857.127,07	971.972,73

Proj.Atuarial dos Regimes de Prev.	Exerc.em Ref.	10º Exerc.	20º. Exerc.	35º. Exerc.
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III-IV)	0,00	0,00	0,00	0,00

Receita da Alienação de Ativos e Aplicações dos Recursos	Valor apurado até o Bim.	Saldo a Real.
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	362.551,50	-282.551,50
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	219.900,00	70.750,00

	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		%Min. a Aplicar no Exercício	%Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde			
Desp.Próprias com Ações e Serv. Públicos de Saúde	883.949,97	15,00	13,40

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil

Nota: O Município de Luzerna não possui Regime Próprio de Previdência.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

MARIA INÊS DALLOLMO
Contadora CRC 20394-O/8

ANA CAROLINE DIESEL DEITOS
Coordenadora do Controle Interno

Monte Carlo

PREFEITURA

Extrato de Aditivo Nº 01/2011 do Contrato Administrativo de Fornecimento de Apólices de Seguro para Veículos da Frota do Funco Municipal de Saúde Nº

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01/2011 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE APÓLICES DE SEGURO PARA VEÍCULOS DA FROTA DO FUNCO MUNICIPAL DE SAÚDE Nº 46/2007.

Pelo presente instrumento que entre si celebram, de um lado o Fundo de Saúde de Município de Monte Carlo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 04.923.189/0001-45 com sede sito à Av. Enio Lopes de Albuquerque – Novo Bairro, neste ato representado por seu Gestor, o Sr. Marcos NEI Correa De Siqueira, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa MENON CORRETORA DE SEGUROS LTDA, inscrita no CNPJ nº .07.727.642/0001-36, representada neste ato pelo Srta. Sheila Montoani brasileira, comerciante, portador da carteira de identidade nº11/R-3.156.463/SSP/SC, CPF nº 019.063.479-05, residente e domiciliado em Joaçaba estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, tem justo e contratado o presente Termo de Aditivo de Contrato de Prestação de Serviços, e pelas cláusulas e condições que abaixo seguem:

Nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial nº 10/2007, bem como, das normas da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes e Lei 10.520/02, firmam o presente Termo Aditivo de Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo.

O Objeto do presente contrato é a PRORROGAÇÃO do prazo de vigência do Seguro da Frota de Veículos do Fundo Municipal de Saúde, caracterizados na Cláusula Segunda deste Termo, por mais 12(dose) meses, com vigência a partir de 19 de setembro de 2011 a 16 de setembro de 2011, com cobertura dos serviços de guincho para remoção dos veículos para 600 km.

O valor total deste Aditivo de contrato nº 01/2011 pela prorrogação por mais 12(dose) meses é de R\$ 10.531,11(dez mil, quinhentos e trinta e um reais com onze centavos), conforme proposta apresentada pela contratada, que faz parte integrante deste instrumento, relativo ao(s) item(ns)

Item	Descrição
01	<p>Veículo placa: MCQ 4454 Espécie: PAS/MICROONIBUS Marca: RENAULT Passageiros: 16 Modelo: MASTER BUS 2.5 16 DCI 2005/2005 TABELA FIPE 110% • SEGURO TOTAL TABELA FIPE 110% • Franquia normal: 7.363,00 • SEGURO CONTRA TERCEIROS • Danos Materiais – 40.000,00 • Danos Corporais – 100.000,00 • MORTE POR PESSOA 27.000,00 • INVALIDEZ POR PESSOA 27.000,00 • DMH POR PESSOA 6.000,00 • ASSISTÊNCIA 24 HORAS 500 km • SEGURO VIDRO, lanternas, faróis e retrovisores</p>

02	<p>Veículo placa: MGX 3235 Espécie: FIAT UNO MILLE 1.0 ECONOMY FIRE FLEX 2P Marca: FIAT Ano/modelo: 2009/2010 Passageiros: 5 • SEGURO TOTAL TABELA FIPE 110% • Franquia Normal: 1.859,00 • SEGURO CONTRA TERCEIROS • Danos Materiais – 40.000,00 • Danos Corporais – 100.000,00 • MORTE POR PESSOA 25.000,00 • INVALIDEZ POR PESSOA 25.000,00 • DMH POR PESSOA 6.000,00 • ASSISTÊNCIA 24 HORAS 500 KM • SEGURO VIDRO, lanternas, faróis e retrovisores</p>
03	<p>Veículo placa: MIG 0471 Espécie: RENAULT MASTER FURGÃO 2.5 L1H1 DCI 16V Marca: RENAULT PASSAGEIROS: 07 Ano/modelo: 2010/2011 • SEGURO TOTAL TABELA FIPE 110% • FRANQUIA NORMAL: 5.010,00 • SEGURO CONTRA TERCEIROS • Danos Materiais – 40.000,00 • Danos Corporais – 100.000,00 • MORTE POR PESSOA 27.000,00 • INVALIDEZ POR PESSOA 27.000,00 • DMH POR PESSOA 6.000,00 • ASSISTÊNCIA 24 HORAS 500 KM • SEGURO VIDRO, lanternas, faróis e retrovisores</p>
04	<p>Veículo placa: MER 0865 Espécie: RENAULT CLIO HATCH CAMPUS 1.0 16V 4P Marca: RENAULT PASSAGEIROS: 05 Ano/modelo: 2008/2009 • SEGURO TOTAL TABELA FIPE 110% • FRANQUIA NORMAL: 1.922,00 • SEGURO CONTRA TERCEIROS • Danos Materiais – 40.000,00 • Danos Corporais – 100.000,00 • MORTE POR PESSOA 25.000,00 • INVALIDEZ POR PESSOA 25.000,00 • DMH POR PESSOA 6.000,00 • ASSISTÊNCIA 24 HORAS 500 KM • SEGURO VIDRO, lanternas, faróis e retrovisores</p>
05	<p>Veículo placa: MEH 1354 Espécie: PEUGEOT BOX VAN 330 2.8 HDI PASSAGEIROS: 16 • SEGURO TOTAL tabela FIPE 110% • FRANQUIA NORMAL: 4.887,00 • SEGURO CONTRA TERCEIROS • Danos Materiais – 40.000,00 • Danos Corporais – 100.000,00 • MORTE POR PESSOA 27.000,00 • INVALIDEZ POR PESSOA 27.000,00 • DMH POR PESSOA 6.000,00 • ASSISTÊNCIA 24 HORAS 500 KM • SEGURO VIDRO, lanternas, faróis e retrovisores</p>

As despesas decorrentes do presente aditivo de contrato correrão à conta da Dotação Orçamentária do Fundo Municipal de Saúde, constantes do Orçamento Geral do Município abaixo relacionadas:

Conta	Reduzido
01.01 2.030 3.3.90.00.00.00.00.00	16
01.01 2.031 3.3.90.00.00.00.00.00	42
01.01 2.032 3.3.90.00.00.00.00.00	35
01.01 2.033 3.3.90.00.00.00.00.00	39

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Monte Carlo, 15 de setembro de 2011.
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA
Contratante

MENON CORRETORA DE SEGUROS LTDA
SHEILA MONTOANI
Contratada

Extrato de Contrato Administrativo de Locação e Serviços para Festa de Aniversário Município de Monte Carlo-SC Nº 55/2011.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE LOCAÇÃO E SERVIÇOS PARA FESTA DE ANIVERSÁRIO MUNICIPIO DE MONTE CARLO-SC Nº 55/2011.

Das Partes:

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, Estado de Santa Catarina, entidade jurídica de direito público interno, estabelecida na Rodovia SC 456 km 15, s/nº - Centro, nesta cidade de Monte Carlo, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Antoninho Tibúrcio Gonçalves.

CONTRATADO

MARCIO JORGE AZEVEDO, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida a Rua 15 de Novembro, 381, Centro, na cidade de Campos Novos-SC, inscrita no CNPJ sob nº 08.488.540/0001-78, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. Marcio Jorge Azevedo, inscrito no RG sob Nº 00003149951/SSP/SC, e CPF sob nº 032.456.629-80.

Por este instrumento, as partes acima identificadas e qualificadas, por seus representantes legais ao final assinados, tem entre si certo e ajustado a celebração deste Contrato de nº, referente a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE PALCO, SOM E LUZES, CONFECCÃO DE CONVITES TIPO FOLDERS, E SEGURANÇAS PARA EVENTOS DE COMEMORAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DO MUNICIPIO DE MONTE CARLO EM 2011 E OUTROS SERVIÇOS NECESSÁRIOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO IV.

Dá-se como valor para o presente Contrato o valor total de R\$ 16.039,50 (dezesseis mil, trinta e nove reais com cinquenta centavos), conforme proposta apresentada e anexa do processo de licitação competente

As despesas decorrentes deste contrato, correrão por conta das dotações consignadas no orçamento de 2011, sob as rubricas:

UNIDADE ORÇAMENTARIA 03.05

Projeto Atividade: 2.005

PROJETO ATIVIDADE 3.3.90.00.00.00.00.00

Código Reduzido - 107

MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Por estarem justos e contratados, firmam o presente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Monte Carlo (SC), 16 de setembro de 2011.

MUNICIPIO DE MONTE CARLO
ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES
CONTRATANTE

MARCIO JORGE DE AZEVEDO
Marcio Jorge de Azevedo
CONTRATADA

Extrato de Contrato Público Administrativo de Execução de Serviços de Engenharia Nº 54/2011.

EXTRATO DE CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA nº 54/2011.

OBETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, NA RUA ERCI DICK E ACESSOS, COM O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS, que fazem entre si, o Município de Monte Carlo, com sede à Rodovia SC 456 Km 15, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Antoninho Tiburcio Gonçalves, neste ato denominado CONTRATANTE e a empresa ZANDONAI E ZAMPRONIO LTDA ME, estabelecida a Rodovia SC 283, s/n - Interior, CNPJ/MF n. 10.926.473/0001-78, neste ato representada por sua Sócia SRA. JUCEMARA ZANDONAI, doravante denominada CONTRATADA e o, mediante as seguintes cláusulas:

As despesas decorrentes deste contrato enquadram-se Dotação Orçamentária de 2011, conforme parecer contábil em anexo ao processo, COMO SEGUE:

02 09.01 2.028 4.4.90.00.00.00.00.00

MANUTENÇÃO E MELHORIA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

O valor do presente contrato é de R\$ 7.867,69 (sete mil, oitocentos e sessenta e sete reais com sessenta e nove centavos), sem qualquer reajuste.

Parágrafo único. Os pagamentos de que trata a Cláusula Quarta serão efetuados dia 15 (quinze) do mês subsequente ao da entrega do objeto, mediante emissão de nota fiscal, AS QUAIS DEVERÃO VIR ACOMPANHADA DAS CERTIDÕES NEGATIVAS DE DÉBITOS, FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL, INSS E FGTS.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor.

Monte Carlo, 16/09/2011.

MUNICIPIO DE MONTE CARLO
ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES
Contratante

ZANDONAI E ZAMPRONIO LTDA ME
JUCEMARA ZANDONAI
Contratada

Dispensa de Licitação de Serviços e Obras de Engenharia Nº 10/2011

AVISO DE DISPENSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

PROCESSO LICITATÓRIO 58/2011

DISPENSA DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS E OBRAS DE ENGENHARIA Nº 10/2011

ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES, Prefeito do Município de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o inciso I do art. 24 da Lei n. 8.666/94, com suas alterações posteriores, torna público o Processo de Dispensa de Licitação para Serviços e Obras de Engenharia

n 10/2011.

EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA AMPLIAÇÃO E MELHORIA NA REDE ELÉTRICA DA RUA ERCI DICK E ACESSOS, COM O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS NECES-SÁRIOS.

O preço CONTRATADO será pago de acordo com o ORÇAMENTO do projeto de engenharia, LIMITADO ao valor da proposta da licitante contratada, qual seja, R\$ 7.867,69 (sete mil, oitocentos e sessenta e sete reais com sessenta e nove centavos), com 30 dias de prazo, que serão verificados na ata de proposta anexa a este edital.

Sustenta-se no inciso I do art. 24 da Lei Federal n. 8.666/93, que regulamenta Licitações e Contratos Administrativos.

As despesas decorrentes deste contrato enquadram-se na seguinte Dotação Orçamentária de 2011, conforme parecer contábil anexo ao processo, conforme segue:

02 09.01 2.028 4.4.90.00.00.00.00.00

MANUTENÇÃO E MELHORIA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Monte Carlo, 16 de setembro de 2011.

ANTONINHO TINURCIO GONÇALVES

Prefeito Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Extrato de Portaria Nº 404

Portaria	Data	Ementa
404	01/08/2011	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARATER TEMPORARIO DE SILVINHA DANIEL MARTINS OCUPANTE DO CARGO DE CONSELHEIRA TUTELAR

Extrato de Portaria Nº 405

Portaria	Data	Ementa
405	01/08/2011	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARATER TEMPORARIO DE SÔNIA REGINA PIROLA D'AGOSTIN OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.

Extrato de Portaria Nº 406

Portaria	Data	Ementa
406	01/08/2011	CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO WILLIAN SARTOR PARA O CARGO DE OPERADOR DE EQUIPAMENTOS.

Extrato de Portaria Nº 407

Portaria	Data	Ementa
407	01/08/2011	CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO ROSIMERI DA SILVA CARDOSO O CARGO DE ZELADORA.

Extrato de Portaria Nº 408

Portaria	Data	Ementa
408	01/08/2011	CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO SADI JOSÉ DE OLIVEIRA O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

Extrato de Portaria Nº 409

Portaria	Data	Ementa
409	01/08/2011	CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO MÉ- RICLIS DELLA FRASSON PARA O CARGO DE MEDICO CLINICO GERAL ESF

Extrato de Portaria Nº 410

Portaria	Data	Ementa
410	01/08/2011	CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO EVELIZE ZANATTA DA ROSA, PARA O CARGO DE ASSISTENTE SOCIAL CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL.

Extrato de Portaria Nº 411

Portaria	Data	Ementa
411	01/08/2011	RESCINDE POR MORTE A CONTRATAÇÃO DE CARATER TEMPORARIO DE ALAIR DA SILVA GARCIA OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.

Extrato de Portaria Nº 412

Portaria	Data	Ementa
412	01/08/2011	CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 379/2011 DE 28/06/2011 QUE AFASTOU POR AUXILIO DOENÇA ADRIANA LAUREANO, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.

Extrato de Portaria Nº 413

Portaria	Data	Ementa
413	01/08/2011	CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO A SERVIDORA ADRIANA LAUREANO, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.

Extrato de Portaria Nº 414

Portaria	Data	Ementa
414	04/08/2011	CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 394/2011 DE 14/07/2011 QUE AFASTOU POR AUXILIO DOENÇA MARCELO OTAVIO SARTOR, OCUPANTE DO CARGO DE OPERADOR DE EQUIPAMENTOS.

Extrato de Portaria Nº 415

Portaria	Data	Ementa
415	04/08/2011	CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO SAIANE STEINBACK PARA O CARGO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM.

Extrato de Portaria Nº 416

Portaria	Data	Ementa
416	04/08/2011	CONTRATA EM CARATER TEMPORÁRIO KEZIA FERNANDES PARA O CARGO DE PROFESSORA.

Extrato de Portaria Nº 417

Portaria	Data	Ementa
417	04/08/2011	ALTERA A PORTARIA 067/2011 DE 09/02/2011 QUE NOMEOU ELIANE INÁCIO CARDOZO MACIEL PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO II.

Extrato de Portaria Nº 418

Portaria	Data	Ementa
418	04/08/2011	HOMOLOGA A RESOLUÇÃO Nº 002/2011 E NOMEIA ANDRÉIA TEIXEIRA PRIMEIRA SUPLENTE DO CONSELHO TUTELAR.

Extrato de Portaria Nº 419

Portaria	Data	Ementa
419	05/08/2011	CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO A SERVIDORA ELIANE NUNES, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.

Extrato de Portaria Nº 420

Portaria	Data	Ementa
420	05/08/2011	DESIGNA A PROFESSORA PRISCILA FREITAS LEOPOLDO PARA RESPONDER POR MAIS 20 HORAS SEMANAIS NA EEBM LINHA TORRENS, EM VIRTUDE DO AFASTAMENTO DA PROFESSORA TITULAR RENATA MAGAGNIN ROCHA.

Extrato de Portaria Nº 421

Portaria	Data	Ementa
421	08/08/2011	DESIGNA A PROFESSORA GÉSSICA PADOIN PARA RESPONDER POR MAIS 15 HORAS SEMANAIS NA EEBM BIAZIO MARAGNO.

Extrato de Portaria Nº 422

Portaria	Data	Ementa
422	08/08/2011	DESIGNA A PROFESSORA ALINE SILVA DOS SANTOS PARA RESPONDER POR MAIS 05 HORAS SEMANAIS NA EEBM ZULEIMA BURIGO GUGLIELMI.

Extrato de Portaria Nº 423

Portaria	Data	Ementa
423	08/08/2011	CONTRATA EM CARATER TEMPORÁRIO DAIANE APARECIDA PEREIRA LUZA PARA O CARGO DE PROFESSORA.

Extrato de Portaria Nº 424

Portaria	Data	Ementa
424	10/08/2011	ALTERA A PORTARIA 275/2011 DE 14/04/2011 QUE DESIGNOU ALINE SALVAN PARA CARGO DE OFICIAL DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS ESCOLARES.

Extrato de Portaria Nº 425

Portaria	Data	Ementa
425	12/08/2011	PRORROGA O PRAZO ESTIPULADO PELA PORTARIA Nº 533/2010 DE 11/08/2010 QUE CONCEDEU LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTO PARTICULAR A CLAUDSON STECANELLA GOULART.

Extrato de Portaria Nº 426

Portaria	Data	Ementa
426	17/08/2011	REDUZ A PEDIDO A CARGA HORARIA DA PROFESSORA MARA REGINA FRANCISCO MOTA DE 40 PARA 20 HORAS SEMANAIS.

Extrato de Portaria Nº 427

Portaria	Data	Ementa
427	17/08/2011	CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA RENATA MAGAGNIN ROCHA OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.

Extrato de Portaria Nº 428

Portaria	Data	Ementa
428	17/08/2011	NOMEIA EDVALDO DA SILVA MARTINS PARA OCUPAR O CARGO DE MOTORISTA DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Extrato de Portaria Nº 429

Portaria	Data	Ementa
429	17/08/2011	CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA JUCIRLEI PEREIRA CASAGRANDE OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.

Extrato de Portaria Nº 430

Portaria	Data	Ementa
430	22/08/2011	CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO A SERVIDORA CARLA ESPINDOLA, OCUPANTE DO CARGO DE NUTRICIONISTA.

Extrato de Portaria Nº 431

Portaria	Data	Ementa
431	22/08/2011	PRORROGA O PRAZO ESTIPULADO PELA PORTARIA 292/2010 DE 27/07/2010 QUE CONTRATOU FABRICIO MAURICIO NUNES PARA O CARGO DE MOTORISTA SOCORRISTA - SAMU.

Extrato de Portaria Nº 432

Portaria	Data	Ementa
432	22/08/2011	DESIGNA A SERVIDORA ELIANE INACIO CARDOZO OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO I COMO RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DE MATERIAIS E PELO ATESTO DE SERVIÇO PRESTADO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Extrato de Portaria Nº 433

Portaria	Data	Ementa
433	22/08/2011	DESIGNA A SERVIDORA MARIA LUCIA DANTAS OCUPANTE DO CARGO DE ZELADORA COMO RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DE MATERIAL ENTREGUE DIRETAMENTE NO ALMOXARIFADO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Extrato de Portaria Nº 434

Portaria	Data	Ementa
434	22/08/2011	DESIGNA A SERVIDORA JANAINA BERTAN DAMIANI OCUPANTE DO CARGO DE ENFERMEIRA COMO RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DE MATERIAIS E PELO ATESTO DE SERVIÇO PRESTADO DA SECRETARIA DE SAÚDE.

Extrato de Portaria Nº 435

Portaria	Data	Ementa
435	22/08/2011	DESIGNA A SERVIDORA MABEL PEREIRA GUE-DIN OCUPANTE DO CARGO DE FARMÁCEUTICA COMO RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DE MATERIAIS ENTREGUES DIRETAMENTE NA FARMÁCIA MUNICIPAL DA SECRETARIA DE SAÚDE.

Extrato de Portaria Nº 436

Portaria	Data	Ementa
436	22/08/2011	DESIGNA O SERVIDOR EDUARDO MENE-GUEL OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO I COMO RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DE MATERIAIS ENTREGUES DIRETAMENTE NO ALMOXARIFADO DA SECRETARIA DE SAÚDE.

Extrato de Portaria Nº 437

Portaria	Data	Ementa
437	22/08/2011	DESIGNA O SERVIDOR MARCIO MARQUES OCUPANTE DO CARGO DE SECRETARIO ADJUNTO COMO RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DE MATERIAIS E PELO ATESTO DE SERVIÇO PRESTADO DA SECRETARIA DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

Extrato de Portaria Nº 438

Portaria	Data	Ementa
438	22/08/2011	DESIGNA O SERVIDOR CLAUDENIR MEDEIROS DA ROSA OCUPANTE DO CARGO DE ENGENHEIRO AGRIMENSOR COMO RESPONSÁVEL PELO DE ATESTO DE SERVIÇO PRESTADO NA EXECUÇÃO DE OBRAS SOB A RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

Extrato de Portaria Nº 439

Portaria	Data	Ementa
439	22/08/2011	DESIGNA A SERVIDORA ZENIR BEZ FONTANA OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO I COMO RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DE MATERIAIS E PELO ATESTO DE SERVIÇO PRESTADO DA SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

Extrato de Portaria Nº 440

Portaria	Data	Ementa
440	22/08/2011	DESIGNA O SERVIDOR GERSON TEIXEIRA OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR COMO RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DE MATERIAIS E PELO ATESTO DE SERVIÇO PRESTADO DA SECRETARIA DE ESPORTES.

Extrato de Portaria Nº 441

Portaria	Data	Ementa
441	22/08/2011	DESIGNA A SERVIDORA ANA PAULA WIDMAR OCUPANTE DO CARGO DE BIÓLOGA COMO RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DE MATERIAIS E PELO ATESTO DE SERVIÇO PRESTADO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE.

Extrato de Portaria Nº 442

Portaria	Data	Ementa
442	22/08/2011	DESIGNA A SERVIDORA DEIZINELE ZACCARON DAROLT OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO III COMO RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DE MATERIAIS E PELO ATESTO DE SERVIÇO PRESTADO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

Extrato de Portaria Nº 443

Portaria	Data	Ementa
443	22/08/2011	DESIGNA O SERVIDOR RANGEL DE FAVERI SERAFIN OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO I COMO RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DE MATERIAIS E PELO ATESTO DE SERVIÇO PRESTADO DA SECRETARIA DE FINANÇAS E DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO.

Extrato de Portaria Nº 444

Portaria	Data	Ementa
444	22/08/2011	CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA AO SERVIDOR BENTO JOSE RABELLO OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

Extrato de Portaria Nº 445

Portaria	Data	Ementa
445	22/08/2011	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CHEILA CASAGRANDE PARA O CARGO DE NUTRICIONISTA EM SUBSTITUIÇÃO A TITULAR CARLA ESPINDOLA QUE ENCONTRA-SE AFASTADA POR MOTIVO DE LICENÇA MATERNIDADE.

Extrato de Portaria Nº 446

Portaria	Data	Ementa
446	22/08/2011	CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA ALVANIR MIOTELLO OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

Extrato de Portaria Nº 447

Portaria	Data	Ementa
447	29/08/2011	CEDE O SERVIDOR DÊNIS DOUGLAS PÉRICO OCUPANTE DO CARGO DE OFICIAL ADMINISTRATIVO PARA A SDR 21ª - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE CRIÇÚMA POR TEMPO INDETERMINADO.

Extrato de Portaria Nº 448

Portaria	Data	Ementa
448	30/08/2011	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE ANDRESSA PAGNAN TEIXEIRA OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.

Extrato de Portaria Nº 449

Portaria	Data	Ementa
449	30/08/2011	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE CLAUDETE DA SILVA FABRO OCUPANTE DO CARGO DE ZELADORA.

Extrato de Portaria Nº 450

Portaria	Data	Ementa
450	30/08/2011	RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE CARATER TEMPORARIO DE ALTAIR FIGUEIREDO OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA.

Extrato de Portaria Nº 451

Portaria	Data	Ementa
451	30/08/2011	RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE CARATER TEMPORARIO DE DARIANE PAGNAN PALADINI OCUPANTE DO CARGO DE PSICOLOGA.

Extrato de Portaria Nº 452

Portaria	Data	Ementa
452	30/08/2011	PRORROGA O PRAZO ESTIPULADO PELA PORTARIA Nº 554/09 DE 01/09/2009 QUE CONCEDEU LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTO PARTICULAR A GABRIELA RECCO.

Nova Trento**PREFEITURA****Homologação PL 092/2011 - PP 031/2011**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 092/2011 - PP 031/2011

Prefeitura de Nova Trento

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2011 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2011

O prefeito, ORIVAN JARBAS ORSI, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

1) HOMOLOGAR e ADJUDICAR o Processo Licitatório nº 092/2011, nos seguintes termos:

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2011

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviço gráfico (impressão de revista institucional), conforme as condições e especificações constantes deste Edital e de seus Anexos.

Empresa Vencedora: DELTA EDITORA E SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA. ME

Valor: R\$ 8.760,00 (oito mil setecentos e sessenta reais)

2) AUTORIZAR a emissão das Notas de Empenho correspondentes

Nova Trento/SC, 15 de setembro de 2011.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito

Novo Horizonte**PREFEITURA****Extrato Edital de Leilão Nº 002/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

Processo Licitatório Nº 045/2011

EDITAL DE LEILÃO Nº 002/2011

Tipo: MAIOR LANÇE POR LOTE

Objeto: O objeto do presente edital consiste na venda de Bens Móveis Inservíveis a administração pública, pertencentes ao Patrimônio Público Municipal no estado em que se encontram, separado em lotes, avaliado e discriminado conforme Anexo I do presente edital de leilão.

Horário e data da Sessão do Leilão: 09:00 horas do dia 05/10/2011

O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, 01, nos dias úteis, das 7:30 h as 11:30 h e 13:30h as 17:30 h, ou pelo fone (49) 3362-0024 e pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br.

Fundamentação legal: Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Novo Horizonte (SC) em 19 de Setembro de 2011.

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal

Palhoça**PREFEITURA****Decreto Nº 1.305/2011**

DECRETO Nº. 1.305, DE 05 DE SETEMBRO DE 2011.

REGULAMENTA. Regulamenta os procedimentos necessários para fins de expedição da Licença Municipal para Extração Mineral a serem expedidas pela FCAM - Fundação Cambirela do Meio Ambiente e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso das atribuições e

Considerando:

1 - que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (Art. 225, CF);

2 - que incumbe ao Poder Público controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente (Art. 225, §1º, V, CF);

3 - que a Lei Federal nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, em seu art. 3º, aduz que o licenciamento para extração e aproveitamento de minérios depende da obtenção, pelo interessado, de licença específica expedida pela autoridade administrativa local, no município de situação da jazida;

4 - que o parágrafo único do art. 6º da Lei Federal acima referida

dispõe que incumbe à autoridade municipal exercer a vigilância para assegurar o aproveitamento da substância mineral;

5 - que o princípio jus-ambiental do desenvolvimento sustentável assevera a necessária harmonia entre o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente, impondo um limite de degradação ambiental a fim de proporcionar, conseqüentemente, um aumento no bem-estar social e ambiental;

6 - que os princípios jus-ambientais da precaução e da prevenção indicam a tomada de medidas preventivas sempre que existirem motivos razoáveis de preocupação quanto à saúde pública, bem-estar público e à manutenção do ecossistema e do meio ambiente equilibrado;

7 - que os rios, cursos d'água, morros e encostas do Município de Palhoça são bens públicos de essencial importância ecológica para a região e para a população local, sendo dever do Poder Público a proteção e a racionalização do seu uso, de acordo com a legislação pertinente;

8 - que o desenvolvimento econômico da região deve se coadunar com o uso sustentável da natureza, com vistas ao aumento da qualidade de vida da população;

9 - que estudos técnicos recentemente realizados no Município de Palhoça apontam que as atividades de extração de areia e demais minerais vêm causando degradação ambiental na região;

10 - que grande parte das pessoas físicas e jurídicas que exploram a atividade de extração de areia e outros minérios no Município não vêm promovendo a recuperação ambiental das áreas exploradas, em total afronta às licenças ambientais concedidas, à legislação ambiental vigente e ao interesse público;

11 - que a interferência do homem no ecossistema natural, mormente nos rios, cursos d'água, morros e encostas tem relação direta com os atuais desastres e catástrofes naturais que assolam o país, e notadamente a região do Município de Palhoça (enchentes, transbordamentos, deslizamentos, queda de barreiras e encostas, assoreamento de rios etc.), cabendo ao Poder Público tomar medidas administrativas a fim de prevenir tais ocorrências danosas;

12 - que a Administração Pública Municipal tem a necessidade de melhor organizar e disciplinar os procedimentos e os critérios objetivos exigidos para a expedição da autorização a que se refere o art. 3º da Lei Federal n.º 6.567, de 24 de setembro de 1978, para a extração de recursos minerais em território municipal, trazendo maior segurança jurídica para o Poder Público e para os próprios interessados neste ramo de atividade comercial;

13 - por fim, o princípio administrativo da supremacia do interesse público sobre o privado;

DECRETA:

Art. 1º O processo administrativo para fins de expedir a licença municipal para extração mineral, quando não se tratar de renovação deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - Requerimento em nome da empresa responsável pela atividade extrativa, ou representante em posse de procuração.

II - Cartão CNPJ;

III - Cópia do Contrato Social;

IV - Cópia do alvará de funcionamento;

V - Cópia da Escritura do Imóvel;

VI - Cópia da Autorização do Proprietário do Imóvel;

VII - Consulta de Viabilidade Municipal atualizada (máximo 90 dias);

VIII - Planta Topográfica do empreendimento (área útil de lavra) contendo a localização das Áreas de Preservação Permanente - APP incidentes no imóvel;

IX - ART do Responsável Técnico pelo acompanhamento da atividade extrativa;

X - Planta de situação/localização indicando pontos de referência;

XI - Comprovante de recolhimento da taxa de expediente;

XII - Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV, com as medidas mitigadoras e compensatórias a serem adotadas pelo empreendedor;

XIII - Aceite das Medidas Mitigadoras/Compensatórias através de Termo de Compromisso com o Poder Executivo Municipal, após análise do EIV in loco pelo técnico da FCAM.

§ 1º Fica condicionado o início da atividade extrativa a apresentação da Licença Ambiental de Operação - LAO, expedida pela FATMA.

§ 2º O Termo de Ajustamento de Conduta será assinado pelo Requerente e pelo Superintendente da Fundação Cambirela do Meio Ambiente, após prévio parecer da Procuradoria Geral do Município.

Art. 2º O processo administrativo para fins de expedir a licença municipal para extração mineral, quando se tratar de renovação deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - Requerimento de renovação em nome da empresa responsável pela atividade extrativa, ou representante em posse de procuração;

II - Cartão CNPJ recente (30 dias);

III - Consulta de Viabilidade Municipal atualizada, com prazo máximo de 90 (noventa) dias;

IV - Cópia da Licença de Extração Municipal a ser renovada;

V - Cópia da Licença Ambiental de Operação - LAO, expedida pela FATMA;

VI - Cópia da licença expedida pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM;

VII - Relatório de Volume de Produção Anual, (modelo FCAM) referente ao período de vigência da Licença a ser renovada;

VIII - Cópia dos comprovantes de quitação junto ao DNPM, conforme apresentado no Relatório de Volume de Produção Anual;

IX - Relatório resumido de acompanhamento anual do Projeto de Recuperação de Área Degradada - PRAD com ART, devendo o mesmo possuir um registro fotográfico com comparativo entre a situação do Relatório do ano anterior e a situação atual;

X - Comprovante de recolhimento da taxa de expediente;

XI - Aceite das Medidas Mitigadoras/Compensatórias.

Art. 3º Fica autorizada a revisão de ofício de todos os processos ingressados na FCAM a partir da data de início da moratória

decretada em 02 de março de 2011.

Art. 4º Os processos iniciais que cumprirem na íntegra os critérios contidos no Art. 1º deste Decreto e às condicionantes do licenciamento ambiental deverão ser analisados em prazo não superior a 60 (sessenta) dias.

Parágrafo único. Caso sejam necessários esclarecimentos, juntada de documentos ou ações na área, acrescentar-se-à ao prazo de análise do artigo anterior o tempo de espera dos mesmos.

Art. 5º Fica proibida a emissão de Licenças iniciais Municipais para Extração Mineral no Bairro Guarda do Cubatão, salvo para as áreas que já possuem o licenciamento prévio emitido pela Fundação do Meio Ambiente - FATMA anterior a publicação deste Decreto.

Art. 6º Revogam-se os Decretos nº1.270 de 02 de junho de 2011 e nº 1.234 de março de 2011.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 05 de setembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Paulo Lopes

PREFEITURA

Controle da Origem e dos Gastos com Ensino - MÊS de Agosto de 2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO MES DE AGOSTO DE 2011

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	121.604,77
1.2 - ITBI	12.740,00
1.3 - ISS	810.098,58
1.4 - FPM	3.219.276,43
1.5 - IRRF	37.028,53
1.6 - ICMS	1.813.079,69
1.7 - IPI	34.599,18
1.8 - IPVA	312.527,87
1.9 - ITR	2.462,12
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	15.868,50
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	19.459,20
1.12 - Multas e Juros de Mora	11.277,11
TOTAL	6.410.021,98

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 25% das Receitas Oriundas de Impostos	1.602.505,50
2.2 - Cota-Parte do FUNDEB	1.211.480,03
2.3 - Rendimento de Aplicação - FUNDEB	9.297,15
2.3 - Convênios	441.306,90
TOTAL	3.264.589,58

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Contribuição ao FUNDEB	1.079.562,76	1.079.561,12	-1,64
3.2 - Professor em Efetivo Exercício - Fundeb 60%	732.466,31	730.703,74	-1.762,57
3.3 - Manutenção do Ensino - Fundeb 40%	488.310,87	341.862,18	-146.448,69
3.4 - Manutenção do Ensino - 25% Constitucional	522.942,74	578.112,59	55.169,85
3.5 - Convênios e Transferências	441.306,90	376.937,01	-64.369,89
TOTAL	3.264.589,58	3.107.176,64	-157.412,94

OBS.: 1 - Este formulário deverá ser publicado bimestralmente. Art. 72 da Lei de Diretrizes e Bases.

2 - O atendimento aos percentuais mínimos exigidos, deverão ser apurados trimestralmente;

Art. 69, § 4º da Lei de Diretrizes e Bases.

Paulo Lopes, 13 de setembro de 2011.

% APLICADO : 25,86%

Aplicado a maior : 55.168,22

PREFEITO MUNICIPAL

CONTADOR

SECR. MUNIC. DA EDUCAÇÃO



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Controle da Origem e dos Gastos com Saúde - MÊS de Agosto de 2011**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES****CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE****MÊS DE AGOSTO DE 2011**

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	121.604,77
1.2 - ITBI	12.740,00
1.3 - ISS	810.098,58
1.4 - FPM	3.219.276,43
1.5 - IRRF	37.028,53
1.6 - ICMS	1.813.079,69
1.7 - IPI	34.599,18
1.8 - IPVA	312.527,87
1.9 - ITR	2.462,12
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	15.868,50
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	19.459,20
1.12 - Multas e Juros de Mora	11.277,11
TOTAL	6.410.021,98

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 15% das Receitas Oriundas de Impostos	961.503,30
2.2 - Rendimento de Aplicação	5.600,65
2.3 - Convênios PAB / PSF / PACS / etc.	596.569,02
TOTAL	1.563.672,97

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Gastos com Saúde - 15% Constitucional	961.503,30	1.232.903,04	271.399,74
3.2 - Convênios e Transferências	602.169,67	480.124,29	-122.045,38
			0,00
			0,00
			0,00
TOTAL	1.563.672,97	1.713.027,33	149.354,36

% aplicado = 19,23%
 Aplicado a maior = 271.399,74

Paulo Lopes, 13 de setembro de 2011.

PREFEITO MUNICIPAL**CONTADOR****SECR. MUNIC. DA SAÚDE**

Relatório da Gestão Fiscal - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2010 A AGOSTO/2011

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.529.620,70	0,00
Pessoal Ativo	5.352.381,73	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	177.238,97	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	3.792,81	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	3.792,81	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	5.525.827,89	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	5.525.827,89	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		11.893.237,85
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		46,46
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%		6.422.348,44
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%		6.101.231,02
FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

PAULO LOPES, 13/09/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

GILDO ARCELINO DE SOUZA
Secretário de Finanças

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Diretor de Controle Interno

NILTON BATISTA RAUPP
Contador

Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/ Subfunção - Janeiro a Agosto 2011/BIMESTRE Julho - AGO

Município de PAULO LOPES - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA **DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO** ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.209.200,00	12.457.015,33	2.198.376,65	8.634.796,89	2.223.840,33	7.361.380,55	100,00	59,09	5.095.634,78
Legislativa	700.000,00	700.000,00	90.811,18	384.575,11	90.811,18	384.575,11	5,22	54,94	315.424,89
Ação Legislativa	700.000,00	700.000,00	90.811,18	384.575,11	90.811,18	384.575,11	5,22	54,94	315.424,89
Administração	2.373.000,00	2.438.765,98	223.476,34	1.905.358,40	419.451,49	1.117.887,68	15,19	45,84	1.320.878,30
Administração Geral	2.056.000,00	2.121.765,98	194.069,91	1.740.215,54	388.327,91	962.309,27	13,07	45,35	1.159.456,71
Administração Financeira	317.000,00	317.000,00	29.406,43	165.142,86	31.123,58	155.578,41	2,11	49,08	161.421,59
Assistência Social	292.000,00	292.000,00	48.949,86	191.360,83	49.857,53	177.423,36	2,41	60,76	114.576,64
Assistência ao Idoso	25.000,00	25.000,00	10.800,00	24.000,00	6.600,00	17.600,00	0,24	70,40	7.400,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	77.000,00	77.000,00	8.185,50	37.106,44	8.959,96	35.055,19	0,48	45,53	41.944,81
Assistência Comunitária	190.000,00	190.000,00	29.964,36	130.254,39	34.297,57	124.768,17	1,69	65,67	65.231,83
Saúde	2.789.000,00	2.789.000,00	435.585,96	1.801.857,44	436.917,96	1.742.110,16	23,67	62,46	1.046.889,84
Atenção Básica	2.789.000,00	2.789.000,00	435.585,96	1.801.857,44	436.917,96	1.742.110,16	23,67	62,46	1.046.889,84
Educação	3.025.200,00	3.101.143,71	686.960,55	2.182.780,89	732.810,74	2.121.203,42	28,82	68,40	979.940,29
Alimentação e Nutrição	108.000,00	108.000,00	21.282,43	74.242,72	14.028,71	65.369,43	0,89	60,53	42.630,57
Ensino Fundamental	2.437.200,00	2.513.143,71	575.648,43	1.807.262,32	613.204,85	1.766.230,69	23,99	70,28	746.913,02
Educação Infantil	452.000,00	452.000,00	90.029,69	274.416,86	105.577,18	266.767,76	3,62	59,02	185.232,24
Educação Especial	28.000,00	28.000,00	0,00	26.858,99	0,00	22.835,54	0,31	81,56	5.164,46
Cultura	80.000,00	80.000,00	4.023,98	35.937,55	4.823,98	31.137,55	0,42	38,92	48.862,45
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Difusão Cultural	79.000,00	79.000,00	4.023,98	35.937,55	4.823,98	31.137,55	0,42	39,41	47.862,45
Urbanismo	607.000,00	607.000,00	215.000,00	565.000,00	101.137,05	399.102,05	5,42	65,75	207.897,95
Infra-Estrutura Urbana	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
Serviços Urbanos	565.000,00	565.000,00	215.000,00	565.000,00	101.137,05	399.102,05	5,42	70,64	165.897,95
Transportes Coletivos Urbanos	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Habituação	97.000,00	115.000,00	20.594,11	77.346,14	20.796,50	76.406,78	1,04	66,44	38.593,22
Habituação Urbana	97.000,00	115.000,00	20.594,11	77.346,14	20.796,50	76.406,78	1,04	66,44	38.593,22
Saneamento	93.000,00	93.000,00	13.327,15	43.269,09	13.225,00	42.846,67	0,58	46,07	50.153,33
Saneamento Básico Rural	89.000,00	89.000,00	13.327,15	43.269,09	13.225,00	42.846,67	0,58	48,14	46.153,33
Saneamento Básico Urbano	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
Agricultura	271.000,00	371.000,00	23.266,18	184.964,87	28.558,37	174.804,39	2,37	47,12	196.195,61
Extensão Rural	271.000,00	371.000,00	23.266,18	184.964,87	28.558,37	174.804,39	2,37	47,12	196.195,61

Continua 1/2

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.209.200,00	12.457.015,33	2.198.376,65	8.634.796,89	2.223.840,33	7.361.380,55	100,00	59,09	5.095.634,78
Indústria	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Promoção Industrial	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Comércio e Serviços	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Turismo	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Transporte	1.270.000,00	1.258.105,64	395.622,54	1.006.716,26	261.514,18	844.778,95	11,48	67,15	413.326,69
Transporte Rodoviário	1.270.000,00	1.258.105,64	395.622,54	1.006.716,26	261.514,18	844.778,95	11,48	67,15	413.326,69
Desporto e Lazer	124.000,00	124.000,00	16.984,84	57.076,17	18.790,19	56.463,38	0,77	45,53	67.536,62
Desporto Comunitário	124.000,00	124.000,00	16.984,84	57.076,17	18.790,19	56.463,38	0,77	45,53	67.536,62
Encargos Especiais	462.000,00	462.000,00	23.773,96	198.554,14	45.146,16	192.641,05	2,62	41,70	269.358,95
Serviço da Dívida Interna	332.000,00	332.000,00	23.773,96	108.554,14	23.773,96	108.554,14	1,47	32,70	223.445,86
Transferências	130.000,00	130.000,00	0,00	90.000,00	21.372,20	84.086,91	1,14	64,68	45.913,09
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	12.209.200,00	12.457.015,33	2.198.376,65	8.634.796,89	2.223.840,33	7.361.380,55	100,00	59,09	5.095.634,78

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

PAULO LOPES, 13/09/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

GILDO ARCELINO DE SOUZA
Secretário de Finanças

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Diretor de Controle Interno

NILTON BATISTA RAUPP
Contador

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - Janeiro a Agosto 2011/BIMESTRE Julho - Agosto

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.209.200,00	12.209.200,00	2.226.723,40	18,24	8.366.758,38	68,53	3.842.441,62
RECEITAS CORRENTES	11.409.200,00	11.409.200,00	2.102.618,05	18,43	7.990.340,23	70,03	3.418.859,77
RECEITA TRIBUTARIA	1.743.000,00	1.743.000,00	394.171,14	22,61	1.106.609,18	63,49	636.390,82
IMPOSTOS	1.532.000,00	1.532.000,00	387.570,82	25,30	981.471,88	64,06	550.528,12
TAXAS	211.000,00	211.000,00	6.600,32	3,13	125.137,30	59,31	85.862,70
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	315.000,00	315.000,00	46.722,51	14,83	195.757,11	62,15	119.242,89
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	315.000,00	315.000,00	46.722,51	14,83	195.757,11	62,15	119.242,89
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	28.572,13	0,00	95.394,06	0,00	-95.394,06
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	27.052,13	0,00	92.734,06	0,00	-92.734,06
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	0,00	0,00	1.520,00	0,00	2.660,00	0,00	-2.660,00
RECEITA DE SERVIÇOS	3.000,00	3.000,00	4.029,50	134,32	12.697,90	423,26	-9.697,90
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.945.200,00	8.945.200,00	1.618.293,04	18,09	6.522.603,21	72,92	2.422.596,79
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	8.945.200,00	8.945.200,00	1.618.293,04	18,09	6.522.603,21	72,92	2.422.596,79
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	403.000,00	403.000,00	10.829,73	2,69	57.278,77	14,21	345.721,23
Multas e Juros de Mora	49.000,00	49.000,00	5.552,82	11,33	25.110,45	51,25	23.889,55
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	88.000,00	88.000,00	5.137,25	5,84	31.934,88	36,29	56.065,12
RECEITAS DIVERSAS	266.000,00	266.000,00	139,66	0,05	233,44	0,09	265.766,56
RECEITAS DE CAPITAL	800.000,00	800.000,00	124.105,35	15,51	376.418,15	47,05	423.581,85
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	800.000,00	800.000,00	124.105,35	15,51	124.105,35	15,51	675.894,65
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	800.000,00	800.000,00	124.105,35	15,51	124.105,35	15,51	675.894,65
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	252.312,80	0,00	-252.312,80
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	252.312,80	0,00	-252.312,80
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	12.209.200,00	12.209.200,00	2.226.723,40	18,24	8.366.758,38	68,53	3.842.441,62
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	12.209.200,00	12.209.200,00	2.226.723,40	18,24	8.366.758,38	68,53	3.842.441,62
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	12.209.200,00	12.209.200,00	2.226.723,40	18,24	8.366.758,38	68,53	3.842.441,62
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	123.815,33	—	—	58.049,35	—	—
Superávit Financeiro	—	123.815,33	—	—	58.049,35	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	12.209.200,00	247.815,33	12.457.015,33	2.198.376,65	8.634.796,89	2.223.840,33	7.361.380,55	59,09	5.095.634,78
DESPESAS CORRENTES	9.942.700,00	3.049,35	9.945.749,35	1.823.167,82	7.200.231,24	1.758.603,10	6.742.615,49	67,79	3.203.133,86
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.892.000,00	0,00	5.892.000,00	974.198,15	3.941.476,40	974.359,43	3.941.476,40	66,90	1.950.523,60
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.000,00	0,00	2.000,00	190,14	885,99	190,14	885,99	44,30	1.114,01
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.048.700,00	3.049,35	4.051.749,35	848.779,53	3.257.868,85	784.053,53	2.800.253,10	69,11	1.251.496,25
DESPESAS DE CAPITAL	2.261.500,00	244.765,98	2.506.265,98	375.208,83	1.434.565,65	465.237,23	618.765,06	24,69	1.887.500,92
INVESTIMENTOS	1.931.500,00	244.765,98	2.176.265,98	351.625,01	1.326.897,50	441.653,41	511.096,91	23,49	1.665.169,07
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	330.000,00	0,00	330.000,00	23.583,82	107.668,15	23.583,82	107.668,15	32,63	222.331,85
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	12.209.200,00	247.815,33	12.457.015,33	2.198.376,65	8.634.796,89	2.223.840,33	7.361.380,55	59,09	5.095.634,78
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2011/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	12.209.200,00	247.815,33	12.457.015,33	2.198.376,65	8.634.796,89	2.223.840,33	7.361.380,55	59,09	5.095.634,78
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.005.377,83	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	12.209.200,00	247.815,33	12.457.015,33	2.198.376,65	8.634.796,89	2.223.840,33	8.366.758,38	59,09	5.095.634,78

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 12.603,11

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

PAULO LOPES, 13/09/2011

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

GILDO ARCELINO DE SOUZA
Secretário de Finanças

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Diretor de Controle Interno

NILTON BATISTA RAUPP
Contador

Extrato Contrato 101-2011

Extrato do contrato nº 101/2011 conforme Processo Licitatório nº 040/2011.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

Contratado: Pré-Moldados JS Ltda ME, CNPJ nº 10.958.547/0001-58. Objeto: Construção da Cobertura da Quadra Esportiva do Bairro Penha. Valor: R\$ 131.480,00 (Cento e trinta e um mil quatrocentos e oitenta reais). Os pagamentos serão efetuados conforme execução da obra. Vigência: 15/09/2011 à 11/02/2012.

Pinheiro Preto**PREFEITURA****Portaria Nº 222, de 15 de Setembro de 2011.**

PORTARIA Nº 222, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

HOMOLOGA A ADJUDICAÇÃO REFERENTE LICITAÇÃO Nº 038/2011

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da pregoeira referente à licitação nº 038/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 009/2011, modalidade Pregão Presencial, e adjudica o objeto licitado as seguintes empresas:

I - Empresa DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 05.531.725/0001-20, pelo seguinte item e respectivo preço unitário: item nº 03 (R\$ 0,10), totalizando R\$ 400,00 (quatrocentos reais);

II - Empresa FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 07.164.711/0001-40, pelos seguintes itens e respectivos preços unitários: item 01 (R\$ 68,00) e item 02 (R\$ 57,50), totalizando R\$ 6.590,00 (seis mil e quinhentos reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 15 de Setembro de 2011
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Porto União**PREFEITURA****Decreto Nº 636/2011**

DECRETO Nº 636, de 12 de setembro de 2011.

Dispõe sobre crédito suplementar e contém outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e pela Leis Municipais nº 3.775, de 07 de julho de 2010 (LDO) e nº 3.830, de 26 de novembro de 2010 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no orçamento próprio do FUNDO

MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO as dotações orçamentárias a seguir especificadas no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

ORGÃO ORGÃO 1700 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE 1701 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATIVIDADE 2014 - Manutenção Ensino Fundamental
MODALIDADE 4490-104 - Aplicações Diretas 27 20.000,00

ATIVIDADE 2010 - Manutenção Serviços Administrativos de Ensino
MODALIDADE 3350-104 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos. 16 10.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 30.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação ocorrido no exercício nas fontes 104 - 25% dos Impostos e Transferências de Impostos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 12 de setembro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Extrato de Edital de Pregão Eletrônico 001/2011 EDUCAÇÃO Errata

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatorio 032/2011 EDUCAÇÃO

Extrato de Edital de Pregão Eletrônico 001/2011 EDUCAÇÃO Errata

O início do recebimento das propostas será 13:30 horas do dia 30 de setembro de 2011, com abertura das propostas às 14:00 horas do mesmo dia, através do site cidadecompras.com.br. Maiores informações e cópia do edital podem ser retiradas também no site cidadecompras.com.br ou pelo telefone 042 3523 1155.

Porto União SC, 16 de setembro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Rio do Sul**CÂMARA MUNICIPAL****Portaria Nº 607**

PORTARIA Nº 607, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Autoriza pagamento de Licença Prêmio a servidora Cristiane Matos Rossa

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe faculta o artigo 40, inciso XXXVI, alínea "a" da Resolução nº 597/2010 - Regimento Interno da Câmara Municipal:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, nos termos do art. 140, § 2º, da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010, Licença Prêmio, em pecúnia, a servidora municipal CRISTIANE MATOS ROSSA, ocupante do cargo de provimento efetivo Atendente Legislativo, referente ao quinquênio compreendido entre 02 de maio de 2006 a 02 de maio de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 16 de setembro de 2011.

CLÁUDIO CIMARDI

Presidente da Câmara Municipal

Portaria Nº 608

PORTARIA Nº 608, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Autoriza o Gozo de Férias remanescente ao Servidor Roberto Andrade Bastos

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 26 de setembro a 05 de outubro de 2011, ao servidor Roberto Andrade Bastos, Técnico Legislativo da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, em complemento ao período remanescente referente a 2010 - 2011, de acordo com a Portaria nº 590, de 16 de junho de 2011.

Art. 2º Referente ao período remanescente não incidirá qualquer vantagem pecuniária, em especial as estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 16 de setembro de 2011.

CLÁUDIO CIMARDI

Presidente da Mesa

Salto Veloso

PREFEITURA

Decreto Nº 067/2011

DECRETO Nº 067/2011, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011.

Homologa Resultado Final, com a respectiva classificação do processo de escolha para o Conselho Tutelar.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Edital nº. 004/2011 - ACT;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado final, com a respectiva classificação dos candidatos constante no Edital nº 003/2011, conforme segue:

a) MEMBROS TITULARES

- 1º Classificado: Rosilaine Bridi Dorner;
- 2º Classificado: Marilde Mafioletti Macari;
- 3º Classificado: Meryeli Donadel;
- 4º Classificado: Janete Schwantz;

b) MEMBROS SUPLENTEs

- 5º Classificado: Lucimara Carneiro;
- 6º Classificado: Liciane Evelin Ribas ;
- 7º Classificado: Diane Marieli dos Santops Gomes;

Art. 2º. Fica assegurado o prazo legal, para qualquer recurso referente a esta homologação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito. Salto Veloso - SC, em 16 de Setembro de 2011.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria na data supra.

MATHEUS ABATI PÉRICO

Secretário Geral de Planejamento

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Extrato do Contrato Nº 201/2011 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 201/2011, de 15 de setembro de 2011.

Origem: Processo Licitatório nº 98/2011, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 06/2011 São Lourenço do Oeste.

Contratada: EMPLÉITERRA SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NA TRAVESSA ATÍLIO GALEAZZI, RUA JARDELINO DA SILVA PAZ E JOSÉ PANDINI, NO BAIRRO CRUZEIRO, COM ÁREA TOTAL DE 4.321,58M². CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 0241803-97/2007/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, conforme especificado nos Anexos, Proposta da Contratada e Termo de Homologação e Adjudicação inclusos no Processo Licitatório supracitado.

Valor: R\$ 217.178,29 (duzentos e dezessete mil, cento e setenta e oito reais e vinte e nove centavos), conforme o termo de homologação, adjudicação e proposta formulada pela contratada, de fls. do Processo Licitatório em epígrafe

Dotação Orçamentária: 09.01.1.030.4.4.90.51.98.00.00.00(159/2011)

Recursos Financeiros: Os recursos financeiros serão por conta do Contrato de Repasse nº 0241803-97/2007-Ministério das Cidades/ Caixa.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.151 de 29/12/2010

Data de Assinatura: 15/09/2011

Prazo de execução: 240 (duzentos e quarenta) dias, contados a partir da data de recebimento da ordem de serviço.

Vigência: de 300 (trezentos) dias, contados da data de sua assinatura.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo contratante e Fernando Martins Pedro - pela contratada.

Decreto Nº 4.270, de 16 de Setembro de 2011.

DECRETO Nº 4.270, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011.

Abre crédito adicional suplementar - excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2011.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.925,

de 07/01/2011 e Lei Federal nº 4.320/1964, art. 43, §1º, inciso II,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - excesso de arrecadação, no orçamento vigente, adicionando pelo crédito suplementar o valor de R\$ 125.000,00 (cem e vinte e cinco mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

06.00 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP
06.01 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP
06.01.04.122.4503.2.026.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 81 Aplicação Direta R\$ 25.000,00

09.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU
09.01 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU
09.01.15.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 61 Aplicação Direta R\$ 100.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior decorrerão a utilização do provável excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 1.925, de 07/01/2011 e Lei Federal nº 4.320/1964, art. 43, §1º, inciso II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 16 de setembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Lei Complementar Nº 134, de 16 de Setembro de 2011.

LEI COMPLEMENTAR Nº 134, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011.
Remaneja vagas de Adicional de Responsabilidade nível 6 (AR-6), previsto na Lei Complementar nº 99, de 03 de fevereiro de 2009 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam remanejadas as seguintes vagas, do Adicional de Responsabilidade nível 6 (AR-6) previstas na Lei Complementar nº 99, de 03 de fevereiro de 2009:

I - 01 (uma) vaga: da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, Gerência de Manutenção de Equipamentos e Veículos, para a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural, Diretoria de Infraestrutura Rural;

II - 01 (uma) vaga: da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural, Gerência de Infraestrutura do Distrito de Frederico Wastner, para a Contadoria Geral do Município;

III - 01 (uma) vaga: da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano, Gerência de Infraestrutura Urbana, para a Secretaria Municipal de Fazenda.

Parágrafo único. Para efeitos do remanejamento, de que trata o caput, o anexo IV da Lei Complementar nº 99, de 03 de fevereiro de 2009, passa a vigorar com as alterações constantes do anexo único desta Lei Complementar.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 16 de setembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Lei Complementar nº 134, de 16 de setembro de 2011)

NÚMERO DE VAGAS DO ADICIONAL DE RESPONSABILIDADE – AR

Órgão	Denominação do Cargo	AR-1	AR-2	AR-3	AR-4	AR-5	AR-6
Gabinete do Prefeito	Assessoria de Gabinete				2		
	Assessoria de Comunicação				1		
	Assessoria de Articulação				1		
Procuradoria Geral do Município	Procuradoria Geral do Município	1					
Controladoria Geral do Município	Controladoria Geral do Município	2					
Contadoria Geral do Município	Contadoria Geral do Município	1					1
	Gerência de Administração Financeira				1		
	Gerência de Controle Patrimonial				1		
Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	Secretaria Municipal de Administração e Planejamento						
	Diretoria de Planejamento e Gestão			1			
	Diretoria de Tecnologia da Informação			1			1
	Gerência de Licitações e Compras				1	1	2
	Gerência de Recursos Humanos				1		1
	Gerência de Manutenção de Equipamentos e Veículos				1		3
Secretaria Municipal de Fazenda	Secretaria Municipal de Fazenda						1
Secretaria Municipal de Educação	Secretaria Municipal de Educação						
	Diretoria Geral de Educação			1		6	1
	Gerência de Supervisão Pedagógica				1		
	Gerência de Apoio Administrativo e Operacional				1		

Secretaria Municipal de Saúde	Secretaria Municipal de Saúde						
	Diretoria de Administração			1			2
	Diretoria de Relacionamento e Humanização da Saúde			1			
	Gerência de Apoio Operacional				1		
	Gerência de Vigilância Sanitária				1		
	Gerência de Controle Epidemiológico e Serviços Conveniados				1		
	Gerência de Acolhimento ao Cidadão				1		
Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano	Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano						
	Diretoria de Planejamento Urbano			1			
	Diretoria de Serviços Urbanos			1			
	Gerência de Planejamento Urbano e Obras Públicas	3			1		
	Gerência de Apoio Técnico e Fiscalização					3	
	Gerência de Habitação				1		
	Gerência de Infraestrutura Urbana				1		4
Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural	Gerência de Serviços Urbanos e Meio Ambiente				1		2
	Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural						
	Diretoria de Estímulo às Atividades Econômicas Rurais			1			2
	Diretoria de Infraestrutura Rural			1			1
	Gerência de Inspeção Animal				1		1
	Gerência de Infraestrutura do Distrito de Frederico Wastner				1		
	Gerência de Infraestrutura do Distrito de Presidente Juscelino				1		1
Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social	Gerência de Infraestrutura do Distrito de São Roque				1		1
	Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social						1
	Gerência de Proteção Social				1		1
Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico	Gerência de Apoio a Programas Sociais				1		
	Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico						

São Lourenço do Oeste, SC, 16 de setembro de 2011.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Lei Complementar Nº 135, de 16 de Setembro de 2011.

LEI COMPLEMENTAR Nº 135, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011.

Altera a Lei Complementar nº 47, de 26 de dezembro de 2003 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 12, da Lei Complementar nº 47, de 26 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 12

§5º Os serviços descritos pelo subitem 9.02 do anexo I, desta Lei, prestados por agências de turismo remuneradas por comissionamento, terão como base de cálculo do imposto o valor bruto da comissão recebida, a diferença ou margem entre o preço de aquisição e o da venda dos serviços.” (NR)

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 16 de setembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Lei Nº 1.957, de 16 de Setembro de 2011.

LEI Nº 1.957, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011.

Autoriza o Município de São Lourenço do Oeste a receber em doação bem imóvel de propriedade do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação, do Estado de Santa Catarina, o lote urbano número 18 (dezoito), da quadra nº 7, série “D”, com área superficial de 1.000m² (um mil metros quadrados), sendo 20,00m (vinte metros) de frente por 50,00m (cinquenta metros) de fundo, com registro do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste sob n 5.047, conforme a matrícula constante do Anexo Único desta Lei.

Parágrafo único. O imóvel descrito no caput deste artigo fica destinado à ampliação e adequação do espaço físico por parte do Município de São Lourenço do Oeste, para atender a programas socioassistenciais.

Art. 2º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel;
II - deixar de cumprir os encargos da doação no Prazo de 02 (dois) anos; e
III - hipotecar, alienar, alugar, ceder de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 3º Para fazer frente às despesas decorrentes da execução da presente Lei serão utilizados recursos do orçamento municipal em execução.

Art. 4º Os casos omissos serão dirimidos pela Lei nº 15.528, de 27 de julho de 2011.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 16 de setembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Lei Nº 1.958, de 16 de Setembro de 2011.

LEI Nº 1.958, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011.

Institui o Programa Municipal de Pavimentação Comunitária - PMPC e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui o Programa Municipal de Pavimentação Comunitária - PMPC no âmbito do Município de São Lourenço do Oeste - SC, com a participação dos proprietários lindeiros na contratação direta de empresa para execução das obras.

Parágrafo único. O Município não terá qualquer responsabilidade financeira pela execução das obras, tanto em relação aos proprietários que não aderirem ao programa quanto pela eventual inadimplência dos proprietários que contratarem com a empreiteira, observado o disposto nos §§ 2º a 4º do artigo 2º desta Lei, exceto em relação aos imóveis públicos lindeiros.

Art. 2º Ficam os proprietários lindeiros de vias públicas, autorizados a realizar obras públicas consistentes na pavimentação de vias, confecção e remodelação de passeios públicos da cidade, mediante contratação direta de empresa para tal finalidade, com a participação do Município na execução de parcelas da obra, nos termos definidos nesta Lei.

§ 1º Constitui requisito para realização das obras de que trata o caput, o mínimo de adesão de 90% (noventa por cento) dos proprietários lindeiros das respectivas vias públicas.

§ 2º As despesas de pavimentação relativa aos proprietários lindeiros que não aderirem à contratação de que trata o caput, serão arcadas pelo Município, que se reservará no direito de regresso, no intuito de ressarcir os cofres públicos, na forma disposta em regulamento.

§ 3º Na hipótese dos proprietários citados no § 2º deste artigo não ressarcirem os cofres públicos municipais, no prazo estipulado em regulamento, o valor será corrigido monetariamente e acrescido de multa no importe de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, até o limite de 20% (vinte por cento) e inscrito em dívida ativa não-tributária municipal.

§ 4º Fica o Município autorizado a inscrever o proprietário lindeiro, que inadimplir a obrigação prevista nos parágrafos 2º e 3º, no Serasa, nos moldes previstos no artigo 195-B do Código Tributário Municipal.

Art. 3º A contratação de que trata o caput do art. 2º, impõe às partes as obrigações previstas nesta Lei, contratos e demais instrumentos congêneres, na forma e condições definidas neste artigo.

§ 1º Para obras de pavimentação com pedras irregulares:

I - caberá aos proprietários lindeiros:

- a) a aquisição de: pedras irregulares com tamanho padrão, pó de pedra, material para assentamento das pedras e do meio-fio;
- b) a contratação e pagamento de empresa para fornecimento dos serviços necessários ao assentamento das pedras e dos meios-fios, bem como para o transporte das pedras.

II - caberá ao Município:

- a) fornecimento de tubos, meio-fios e sinalização de trânsito;
- b) preparar a cancha do logradouro, efetuando a terraplenagem; efetuar o nivelamento, tubulação e acabamento das bocas de lobo para coleta de água pluvial;
- c) fornecer terra para assentamento das pedras, bem como efetuar o acabamento com o rolo compressor.

§ 2º Para obras de pavimentação asfáltica:

I - caberá aos proprietários lindeiros:

- a) a execução dos trabalhos de pavimentação, na forma definida em projeto.

II - caberá ao Município:

- a) a aquisição de materiais e execução do trabalho de drenagem pluvial;
- b) sinalização de trânsito;
- c) a aquisição e os serviços de assentamento ou substituição do meio-fio.

Parágrafo único. As obrigações dos proprietários lindeiros poderão contemplar outros serviços e fornecimentos, dependendo do tipo de obra a ser executada, eis que, o Município, em qualquer dos casos, não terá encargos além daqueles definidos neste artigo.

Art. 4º Previamente ao início de qualquer das obras referidas no artigo 2º desta Lei, o Município realizará e aprovará o Projeto básico, competindo-lhe, unicamente a elaboração do mesmo.

Parágrafo único. O Município exercerá, plenamente, o poder de polícia sobre a execução das obras que deverão ser executadas em conformidade com o projeto referido no caput deste artigo e as normas locais aplicáveis, adotando as medidas cabíveis para o caso de incorreta execução.

Art. 5º A obra somente terá início após assinatura de termo de compromisso, obrigando cada proprietário lindeiro da rua selecionada às obrigações definidas nesta lei, eximindo a responsabilidade do Município, conforme disposto no art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. Visando salvaguardar os interesses públicos e garantir que a obra seja plenamente executada, a contratação da empreiteira, a ser levada a efeito diretamente pelos proprietários lindeiros, deve obrigatoriamente recair entre as empresas cadastradas junto ao Município, a fim de comprovar a qualificação jurídica e técnica para a execução de obras dessa natureza.

Art. 6º O Município não terá qualquer participação financeira na aquisição dos materiais e na realização das obras definidas no artigo 3º, § 1º inciso I e § 2º inciso I desta Lei, exceto em relação aos imóveis públicos lindeiros, quando for o caso.

§ 1º Visando garantir o atendimento ao disposto no caput deste artigo, os contratos a ser firmados com os proprietários lindeiros e com a empresa contratada deverão conter, obrigatoriamente, cláusulas assecuratórias da ausência de participação financeira do Município na execução das obras e da eventual inadimplência dos contratados, sob pena de nulidade de pleno direito.

§ 2º Em relação às áreas públicas, o Município fará as contratações mediante processo licitatório para definição do valor a ser suportado pelo erário.

Art. 7º Para fazer frente às despesas decorrentes da execução da presente Lei, serão usados recursos do orçamento municipal, em cada exercício.

Art. 8º Fica revogada a Lei 1.562, de 20 de dezembro de 2005.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 16 de setembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Lei Nº 1.959, de 16 de Setembro de 2011.

LEI Nº 1.959, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011.

Autoriza a desafetação e alienação de bem imóvel de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica desafetado parte do lote colonial rural número 43 (quarenta e três), com área superficial de 6.000m² (seis mil metros quadrados), situado na localidade de Lageado Antunes, no Distrito de Presidente Juscelino, neste Município de São Lourenço do Oeste - SC, Matrícula nº 6.154, do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste - SC, conforme Matrícula constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º O imóvel ora desafetado fica automaticamente traspassado para a categoria de bem dominial, integrando o patrimônio disponível deste Município.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a alienar o bem imóvel descrito no art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. A alienação referida no caput deste artigo deverá ser precedida de avaliação e se efetivará mediante competente processo licitatório, na modalidade de concorrência, nos termos da Lei Federal nº 8666, de 21 de junho de 1993.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 16 de setembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Lei Nº 1.960, de 16 de Setembro de 2011.

LEI Nº 1.960, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011.

Autoriza o Município de São Lourenço do Oeste a realizar pagamento a empresa Visoli Indústria e Comércio de Materiais de Construção Ltda e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Município de São Lourenço do Oeste, a realizar o pagamento do valor de R\$ 79.508,23 (setenta e nove mil, quinhentos e oito reais e vinte e três centavos) à empresa Visoli Indústria e Comércio de Materiais de Construção Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 78.517.737/0001-73, sub-rogando-se na obrigação dos mutuários prevista em Termo Aditivo Contratual firmado por estes com a Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB/SC, conforme os valores discriminados no quadro demonstrativo constante do Anexo Único desta Lei.

Parágrafo único. Os mutuários de que trata o caput deste artigo, foram contemplados com 60 (sessenta) unidades habitacionais de 30m² (trinta metros quadrados), edificadas em terreno na área urbana de 128m² (cento e vinte e oito metros quadrados), sendo que 55 (cinquenta e cinco) unidades foram construídas na área urbana, no Conjunto Habitacional Vida Nova, no Bairro São Francisco e 05 (cinco) unidades na área rural, objeto do Termo de Compromisso nº 27/2008, firmado entre a Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB/SC e o Município de São Lourenço do Oeste - SC.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 16 de setembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho Nº. 035/2011

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 035/2011, CELEBRANDO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E O SENHOR ANTÔNIO CARLOS ELIAS.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua João Stähelin, nº 115-D, Boa Parada, São Pedro de Alcântara, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor ANTÔNIO CARLOS ELIAS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº. 037.340.779-31, residente a Rua Bertoldo Hames, s/nº, Cubatão, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 003/2010, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 035/2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 035/2011 até o dia 30/12/2011.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 16 de setembro de 2011.

MUNICÍPIO CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Decreto Nº 106/2011

DECRETO Nº 106/2011

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 603/2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a

suplementar no total de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) por conta dos recursos do excesso de arrecadação do FUNTURISMO PETEC 0297/110 a dotação abaixo identificada:

06 - SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

06.01.13.392.06.2014- Func. e Manutenção da Cultura R\$ 40.000,00

3.3.90.00.00.00.00.02.0182 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 16 de setembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Portaria n.º 309/2011

PORTARIA n.º 309/2011

Concede licença para tratamento de saúde a servidora PATRÍCIA CRAVO COELHO BARROS, ocupante do Cargo de Cirurgião Dentista, lotada na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora PATRÍCIA CRAVO COELHO BARROS, pelo período de 20 (vinte) dias, a contar da data de 31/08/2011, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 31/08/2011.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 13 de setembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 310/2011

PORTARIA n.º 310/2011

Concede Função Gratificada a Servidora SUELI MARIA STAHELIN.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Complementar 008/1998,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora SUELI MARIA STAHELIN, ocupante do cargo de Diretora de Escola, a Função Gratificada FG-1 Diretor de Escola.

Art. 2.º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/09/2011.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 15 de setembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 311/2011

PORTARIA n.º 311/2011

Concede Função Gratificada a Servidora LORENICE REITZ KUHN.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Complementar 008/1998,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora LORENICE REITZ KUHN, ocupante do cargo de Diretora de Escola, a Função Gratificada FG-1 Diretor de Escola.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/09/2011.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 15 de setembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria N.º 312/2011

PORTARIA N.º 312/2011

Homologa a estabilidade funcional da servidora admitida em 06/03/2008 por Concurso Público.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município de acordo com o art. 45, Inciso XVI, e Artigo 20 da Lei Complementar 05/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Considerar-se-á estável a servidora abaixo mencionada, admitida em 06/03/2008, por Concurso Público nº. 001/2007, tendo esta completado o período de 03 (três) anos de estágio probatório sem qualquer ação desabonadora de sua conduta:

- VIRGINIA HELENA CEZARIO ELI.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 15 de setembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 313/2011

PORTARIA n.º 313/2011

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA QUE MENCIONA.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 10 da Lei 19/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder progressão funcional a servidora abaixo mencionada, haja vista, ter completado três anos de serviço prestado junto a esta Instituição:

- VIRGINIA HELENA CEZARIO ELI - AGENTE ADMINISTRATIVO - LETRA B.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 15 de setembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Schroeder

PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº. 22/2011-FAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 22/2011-FAS

Dispensa de Licitação nº. 07/2011-FAS

Processo nº. 28/2011-FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: COMÉRCIO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS ICLÉIA DELLAGIUSTINA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 79.948.634/0001-20, estabelecida na Rua Angelo Schiochet, nº 55, Centro, na cidade de Jaragua do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.251-520.

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de caixa de som amplificada da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, sendo:

Item	DESCRIÇÃO	UNI-DADE	QTDE.	VALOR UNITARIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Caixa de Som Amplificada Psa 600 Usb 12V Preta com Controle, com bateria recarregável e conexão USB para PENDrive. Também possui conexões para Microfone, instrumentos e outras fontes de áudio. Possui botões para avançar, voltar, pausar, reproduzir e parar as musicas diretamente do PENDRIVE. Produto extremamente portátil, a bateria é embutida e recarregável com autonomia de até 24 horas. Cor: preta Potência RMS: 35w Alto-falantes: 1 woofer 8" e 1 Driver Equalizador: 2 vias (graves, agudos) Entradas: USB, Microfone e Auxiliar Impedância: 4 Ohms Bi volt automático: 127V-220V; Dimensões (AxLxP): 430 x 270 x 250 mm Peso:8kg Controles USB; Chave Power (ON/OFF); Compartimento do Fusível; Controle do equalizador (grave); Controle do equalizador (agudo); Controle de volume(Mic. In); Entrada de Microfone (Mic. In); Controle de volume (Line In); Entrada do auxiliar (Line In).	01	UNIDADE	965,00	965,00
VALOR TOTAL R\$					965,00

Valor do contrato: R\$ 965,00 (Novecentos e sessenta e cinco reais).

Data da Assinatura: 16/09/2011 - Vigência: 31/12/2011

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº. 149/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 149/2011-PMS

Dispensa de Licitação nº. 48/2011-PMS - Processo nº. 125/2011-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SINTESE PESQUISA E ASSESSORIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.603.313/0001-60, estabelecida na rua Itajaí, nº 371, Centro, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.201-090.

Objeto: Constitui o presente contrato a contratação da Empresa especializada em pesquisas, para avaliar a atual administração de Schroeder, traçar um perfil sócio econômico da população, e realizar um levantamento de dados estratégicos para formulação de programa governamental de política pública, sendo:

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor unitário R\$	Valor total R\$
01	<p>Contratação da Empresa especializada em pesquisas, para avaliar a atual administração de Schroeder, traçar um perfil sócio econômico da população, e realizar um levantamento de dados estratégicos para formulação de programa governamental de política pública, sendo:</p> <p>Plano de amostragem - Amostragem probabilística global, estratificada.</p> <p>Descrição - As entrevistas serão realizadas em horários diversos na cidade de Schroeder no mês de setembro 2011.</p> <p>Distribuição das entrevistas - Serão realizadas 500 entrevistas, com pessoas acima de 16 anos de idade, distribuídas proporcionalmente à população residente da cidade.</p> <p>Quantitativo - Abordagem direta. As entrevistas serão realizadas por agentes pesquisadores da Síntese Pesquisas e Assessoria, com treinamento e acompanhamento de supervisores.</p> <p>Questionário aplicado - nossa proposta é aplicar questionários com no máximo 25 perguntas entre questões espontâneas e estimuladas;</p> <p>Público pesquisado - População da cidade de Schroeder.</p> <p>Realização - Setembro 2011.</p> <p>Apresentação Pesquisa - A pesquisa será apresentada através de relatório impresso com todos os dados auditados no questionário estratificados por, sexo, renda, escolaridade, idade, religião e bairros.</p> <p>Intervalo de confiança - Intervalo de confiança: estimado em 95%.</p> <p>Controle e Verificação - Fiscalização In loco.</p> <p>Conferência: Verificado 20% dos questionários.</p>	1	Unidade	7.300,00	7.300,00
TOTAL R\$					7.300,00

Valor do contrato: R\$ 7.300,00 (sete mil e trezentos reais).

Data da Assinatura: 16/09/2011 - Vigência: 30/10/2011

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Decreto Nº 002310/11 de 14 de Setembro de 2011

DECRETO Nº 002310/11 DE 14 DE SETEMBRO DE 2011

Abre crédito especial - excesso de arrecadação no Orçamento programa de 2011.

O Prefeito Municipal DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001853/11 de 14 de Setembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 100.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR
05.04.12.361.0005.2.009 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB
4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalacoes R\$ 100.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):
Subtrair excesso de arrecadação R\$ 100.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 14 de Setembro de 2011
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

DENILSON WEISS
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Registrado e Publicado na mesma data.

ROSÂNGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Decreto Nº 002311/11 de 14 de Setembro de 2011

DECRETO Nº 002311/11 DE 14 DE SETEMBRO DE 2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superavit Financeiro no Orçamento programa de 2011.

O Prefeito Municipal DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001819/10 de 9 de Novembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 17.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR
05.04.12.361.0005.1.002 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS NAS ESCOLAS
4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalacoes R\$ 17.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair superávit financeiro R\$ 17.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 14 de Setembro de 2011
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

DENILSON WEISS
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Registrado e Publicado na mesma data.

ROSÂNGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Decreto Nº 2.312/2011, de 16 de setembro de 2011.
DECRETO Nº 2.312/2011, de 16 de setembro de 2011.
AUTORIZA A MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER POR MEIO ELETRÔNICO.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e

Considerando o disposto no Decreto n.º 7.507, de 27 de junho de 2011, da Presidência da República, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a previsão constitucionalmente inserta no caput do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, que pugna pela eficiência na Administração Pública;

DECRETA:

Art. 1º Autoriza-se a movimentação financeira dos recursos do Município de Schroeder, próprios e oriundos de transferências obrigatórias e voluntárias, por meio de sistemas eletrônicos de informação, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços devidamente identificados.

Parágrafo único. Diante de circunstâncias específicas que impeçam o crédito na forma estabelecida no caput, poderá o Município promover a movimentação de recursos por meio de cheques ou outros instrumentos equivalentes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 16 de setembro de 2011.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

DENÍLSON WEISS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Registrado e publicado na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Lei Nº1.851/2011
LEI Nº1.851/2011
INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE SCHROEDER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

TÍTULO I CONCEITUAÇÃO, OBJETIVOS E DIRETRIZES

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído, como instrumento básico da política de desenvolvimento habitacional, o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Schroeder, que obedecerá aos objetivos e diretrizes básicas desta Lei.

§ 1º O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Schroeder, doravante denominado PMHIS-Schroeder, visa instituir a política habitacional do município com o objetivo de promover o acesso à moradia digna, especialmente aos estratos de mais baixa renda, tendo por base o entendimento dos principais problemas habitacionais identificados no município.

§ 2º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, o orçamento anual, os planos, programas e projetos urbanísticos, assim como os demais instrumentos municipais de desenvolvimento deverão observar os princípios, diretrizes e prioridades contidos nesta lei.

Art. 2º O PMHIS-Schroeder abrange todo o território do Município, devendo o mesmo estar adequado à política de desenvolvimento, com a Lei Federal n.º 10.257/2001 - Estatuto da Cidade e a Lei Federal nº 11.124/2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, definindo:

I - os critérios para garantir que a cidade cumpra com sua função social;

II - os critérios para garantir que a propriedade cumpra com sua função social;

III - as regras para promover acesso à moradia digna e redução de déficit habitacional

Parágrafo único. A interpretação da presente Lei e seus anexos serão realizados de forma a articular sistemática e integradamente todos dispositivos nela contidos.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 3º Visando orientar a articulação dos meios e o equacionamento dos programas habitacionais que integram o PMHIS-Schroeder, os objetivos foram construídos segundo os aspectos Habitação, Serviço Público e Infraestrutura Social; Infraestrutura; Socioeconômico; e, Ambiental.

I - São objetivos do aspecto de Habitação, Serviço Público e Infraestrutura Social:

- a) viabilizar para a população de menor renda o acesso a terra urbanizada, à moradia digna e sua posse, aos serviços públicos essenciais e equipamentos sociais básicos;
- b) garantir a sustentabilidade dos programas habitacionais de interesse social, associando-os ao desenvolvimento econômico, social e ambiental;
- c) promover os meios para garantir a diversidade dos programas e de agentes promotores da Política de Habitação de Interesse Social, e do PMHIS-Schroeder, de acordo com as características

diferenciadas da demanda, estimulando o associativismo e a auto-gestão na implementação de projetos;

d) aproveitar os investimentos em habitação já realizados pela população de baixa renda, promovendo a urbanização e recuperação física de loteamentos precários, bem como a regularização fundiária desses assentamentos e a melhoria das moradias existentes;

e) garantir no caso de necessidade de remoção de área de risco ou por necessidade de obra de urbanização, o atendimento habitacional das famílias a serem removidas, preferencialmente na mesma região ou, na impossibilidade, em outro local, com a participação das famílias no processo de decisão;

f) coibir novas ocupações por assentamentos habitacionais nas áreas inadequadas para essa finalidade, em especial áreas de preservação ambiental e de proteção aos mananciais, áreas de risco, áreas contaminadas e bens de uso comum do povo;

g) priorizar ações nas áreas de risco;

h) organizar e manter programas de aquisição de Imóveis e terras para Habitação de Interesse Social;

i) oferecer condições para o funcionamento dos canais instituídos e outros instrumentos de participação da sociedade nas definições e no controle social da política habitacional;

j) incentivar a produção pelo mercado de moradias de padrão acessível aos grupos de renda média e baixa, simplificando, agilizando e dando transparência aos processos de aprovação de novos empreendimentos habitacionais;

k) desenvolver mecanismos de negociação de conflitos relacionados com o uso e a posse de imóveis, visando evitar despejos e ações reintegratórias;

l) manter informação atualizada sobre a situação habitacional do Município, especialmente em relação ao déficit e às necessidades habitacionais, através da criação de um Observatório Habitacional e Urbano;

m) fortalecer a relação com os demais municípios da região estabelecendo parcerias na formulação de planos e programas habitacionais, e desenvolvendo ações integradas em áreas de interesse regional, como as de proteção ambiental e de mananciais;

n) instituir o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social e demais instâncias de participação;

o) fornecer assessoria jurídica, bem como de engenharia e arquitetura, a indivíduos, entidades, grupos comunitários e movimentos na área de habitação de interesse social;

p) reservar parcela das unidades habitacionais de interesse social para o atendimento aos idosos e aos portadores de deficiências, físicas ou mentais;

q) articular de forma democrática as instâncias municipal, estadual e federal de política e financiamento habitacional, visando à otimização dos recursos disponíveis;

r) viabilizar, através dos instrumentos do Estatuto da Cidade, recursos para investimentos em programas habitacionais de interesse social;

s) estimular a diversidade de soluções e a adequação dos projetos às condicionantes do meio físico, visando à melhoria da qualidade paisagística e ambiental dos empreendimentos habitacionais de interesse social;

t) considerar as características diferenciadas da demanda, desenvolvendo programas e projetos habitacionais coerentes com suas necessidades;

u) adotar tecnologias de projeto, construção e manutenção dos empreendimentos habitacionais voltados para os princípios do desenvolvimento sustentável, contemplando alternativas de conservação de água e energia, reciclagem de resíduos sólidos e valorização das áreas e de lazer, dentre outros.

II - São objetivos do aspecto de Infraestrutura:

a) integrar as ações em habitação com as demais políticas urbanas e sociais, de forma a garantir o direito à habitação como direito à cidade, incluindo o fornecimento de meios de transporte coletivo de qualidade, o acesso a equipamentos sociais e de infraestrutura

urbana, bem como a proteção dos recursos naturais e da paisagem;

b) garantir o melhor aproveitamento da infraestrutura instalada e das edificações existentes, de forma a reverter a atual tendência de expulsão da população de baixa renda para as periferias não dotadas de infraestrutura, áreas de risco e de proteção ambiental.

III - São objetivos do aspecto Socioeconômico:

a) articular a melhoria das condições de habitação com políticas de inclusão social e projetos complementares que visem o desenvolvimento humano;

b) preocupar-se com a sustentabilidade econômica de suas intervenções, articulando-se à política socioeconômica e a programas de capacitação profissional, geração e trabalho e renda voltados para as comunidades beneficiadas;

c) criar incentivos fiscais e urbanísticos para implantação de atividades econômicas, pequenos centros de negócios e serviços, e investimentos em projetos estruturantes e de fortalecimento da comunidade;

d) vincular a inclusão em programas habitacionais de interesse social à contrapartida de participação em cursos de qualificação profissional e alfabetização nas famílias que possuam desempregados e analfabetos.

IV - São objetivos do aspecto Ambiental:

a) articular e integrar as ações e atividades ambientais desenvolvidas pelos diversos órgãos e entidades do município, com as ações e atividades ambientais desenvolvidas pelos órgãos federais e estaduais;

b) compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a preservação da qualidade do meio ambiente e dos ecossistemas;

c) aumentar e regenerar a vegetação das margens dos rios e recuperar as matas ciliares com espécies nativas;

d) conscientizar sobre a importância da proteção de fontes e nascentes.

CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES

Art. 4º Para que se atinja o objetivo básico do PMHIS-Schroeder, ficam estabelecidas as seguintes diretrizes:

I - prioridade para planos, programas e projetos habitacionais para a população de menor renda, articulados no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

II - incentivo ao aproveitamento de áreas dotadas de infraestrutura não utilizada ou subutilizada, inseridas na malha urbana;

III - utilização prioritária de terrenos de propriedade do poder público para implantação de projetos habitacionais de interesse social;

IV - sustentabilidade econômica, financeira e social dos programas e projetos elencados;

V - incentivo à implementação dos diversos institutos jurídicos que regulamentam o acesso à moradia, previstos no Estatuto da Cidade;

VI - adoção de mecanismos de acompanhamento e avaliação e de indicadores de impacto social das políticas, planos e programas;

VII - observar mecanismos de quotas para idosos, deficientes e famílias chefiadas por mulheres dentre o grupo identificado como de menor renda;

VIII - desenvolvimento institucional para que a atuação local

tenha cada vez mais institucionalidade para que possa contar com os meios administrativos, técnicos e financeiros necessários para o desenvolvimento de ações que reduzam a problemática habitacional;

IX - implantar no município os eixos estratégicos de desenvolvimento elencados e definidos com a participação popular, definidos como programas prioritários para o PMHIS - Schroeder:

- a) Histórico;
- b) Ambiental;
- c) Sócio-econômico;
- d) Infraestrutura;
- e) Habitação;
- f) Serviço Público;
- g) Infraestrutura Social;
- h) Institucional.

TÍTULO II

PROGRAMA DE HABITAÇÃO, SERVIÇO PÚBLICO E INFRAESTRUTURA SOCIAL

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

Art. 5º O programa tem por objetivo geral promover o acesso à moradia como direito social básico, incorporando-se a esse o direito ao acesso aos serviços públicos, à infraestrutura e serviços urbanos, bem como o consolidando como direito social através da política habitacional, induzindo o repovoamento dos vazios urbanos destinando áreas com infraestrutura consolidada na cidade para provisão de habitação de interesse social, democratizando o acesso ao solo urbano e à própria cidade.

Art. 6º O programa tem por objetivos específicos:

I - mobilizar recursos para viabilizar a produção e comercialização subsidiada de habitação para a população de menor renda; reduzindo o déficit habitacional do município;

II - facilitar o acesso à habitação mediante incentivos para a população, na compra de imóveis;

III - combater os fenômenos da segregação urbana, desequilíbrios sociais e urbanísticos.

CAPÍTULO II DAS MEDIDAS PRIORITÁRIAS

Art. 7º O programa de Habitação, Serviço Público e Infraestrutura Social têm como medidas prioritárias:

I - implantação de programas de construção de unidades habitacionais isoladas ou em conjunto para redução do déficit habitacional urbano e rural;

II - implantação de programa de reforma e ampliação das unidades habitacionais urbanas e rurais;

III - reurbanização e/ou relocação das sub-habitações e ocupações irregulares em áreas de risco;

IV - implantação de programa de regularização fundiária;

V - aplicação dos instrumentos do estatuto da cidade previsto no Plano Diretor;

VI - implantação de Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS, conforme previsto no Plano Diretor;

VII - incentivo a criação de novos loteamentos populares;

VIII - criação de um Observatório Habitacional e Urbano.

CAPÍTULO III

DO ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES HABITACIONAIS

SEÇÃO I

DAS AÇÕES E CRITÉRIOS DE PRIORIDADE PARA O ATENDIMENTO

Art. 8º No âmbito do PMHIS-Schroeder, o atendimento das necessidades habitacionais compreende as seguintes ações:

I - produção de unidades habitacionais;

II - urbanização das áreas ocupadas precariamente;

III - regularização fundiária das áreas ocupadas irregularmente;

IV - melhoria das condições de habitabilidade.

Parágrafo único. A atuação do PMHIS-Schroeder abrange situações de legislação, substituição, inadequação, reposição e superação de deficiências da unidade e do espaço coletivo, podendo atuar no âmbito da casa, do parcelamento, do assentamento, do bairro ou mesmo cidade.

Art. 9º O PMHIS-Schroeder estabelecerá os seguintes critérios para a priorização do atendimento:

I - predominância de população com renda familiar mensal até três salários mínimos em situação de risco social, com alta incidência de criminalidade;

II - incidência de problemas ambientais graves, como insalubridade, degradação natural, poluição atmosférica ou por despejos industriais e domésticos;

III - alto risco para a segurança da população residente, com probabilidade de inundações, deslizamentos de encostas e desmoronamento de edificações precárias;

IV - estar residindo no município a mais de três anos;

V - famílias com pessoas desempregadas e/ou analfabetas deverão participar de programas de qualificação e/ou alfabetização;

VI - famílias com pessoas portadoras de necessidades especiais, doenças crônicas e/ou idosos;

VII - famílias em situação de coabitação;

VIII - não ter sido beneficiado por programa habitacional;

IX - não ser proprietário de imóvel, salvo para atendimento de programa habitacional (unidade isolada);

X - morar em área de risco, situação irregular e/ou invasão;

XI - famílias com maior número de filhos;

XII - preferência a mulheres chefes de famílias;

XIII - ter terreno legalizado para ser beneficiado por programa de reforma e ampliação.

SEÇÃO II

DA PRODUÇÃO DA MORADIA

Art. 10. O atendimento às necessidades habitacionais requer a construção de novas unidades atendendo as seguintes diretrizes:

I - construção de habitação de interesse social - HIS diretamente pelo poder público ou por entidades a ele conveniadas, abrangendo:

- a) desenvolvimento de padrões tipológicos urbanísticos e habitacionais adequados às condições morfológicas do sítio, climáticas;
- b) exigência de que pelo menos 20% das unidades construídas satisfaçam aos critérios de atendimento às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- c) incentivo à promoção da qualidade do setor da construção habitacional, com ação de métodos construtivos mais eficientes, com melhores índices de produtividade e qualidade;
- d) criação de mutirão.

II - incentivo à autoprodução de moradias;

III - estímulo à ação do setor privado na produção de habitação ao alcance das faixas de renda mais baixas;

IV - implantação de programas de assistência técnica, voltados para a elaboração e implantação de projetos de construção.

§ 1º A produção de unidades habitacionais de que trata o inciso I deve assegurar:

I - a redução do preço final das unidades imobiliárias;

II - a destinação exclusiva a quem não seja proprietário de outro imóvel residencial.

§ 2º Visando à orientação e o apoio aos casos de que tratam os incisos II, III e IV, o Poder Executivo municipal estruturará um banco de projetos de casa populares, projeto padrão, quando da criação do Observatório Habitacional e Urbano.

SEÇÃO III DA URBANIZAÇÃO DAS ÁREAS OCUPADAS PRECARIAMENTE

Art. 11. A urbanização de áreas ocupadas precariamente envolve a adequação de infraestrutura e serviços urbanos, sistema viário e acessibilidade, redefinições do parcelamento, criação e recuperação de áreas públicas, inserção de áreas verdes e de arborização de acordo com as seguintes diretrizes:

I - a urbanização de áreas ocupadas precariamente deve garantir a permanência da comunidade em seu local de moradia;

II - as obras de urbanização devem respeitar a configuração física geral do assentamento, buscando o menor número de remoções e remanejamentos, desde que seja possível garantir condições mínimas e adequadas de mobilidade, salubridade e saneamento;

III - a intervenção deve preservar espaços públicos ligados às tradições culturais das comunidades.

SEÇÃO IV DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DAS ÁREAS OCUPADAS

Art. 12. O Poder Executivo municipal buscará promover a regularização urbanística e fundiária dos assentamentos precários, loteamentos irregulares e clandestinos de interesse social, por meio dos seguintes instrumentos:

- I - criação de Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS;
- II - concessão de direito real de uso, de acordo com o Plano Diretor do Município;

III - assistência técnica relativa à regularização a que alude o caput.

SEÇÃO V DA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE DE MORADIAS

Art. 13. Visando a melhoria das condições de habitabilidade, o Poder Público municipal promoverá gestões junto aos agentes financeiros, para que, em conjunto com o Município, possam ser ampliadas as possibilidades de acesso ao crédito destinado à melhoria e à ampliação da moradia.

Parágrafo único. No oferecimento de crédito será priorizado o atendimento ao direito à moradia, flexibilizando-se as condições de empréstimos e subsídios que considerem:

I - a capacidade de endividamento da clientela;

II - a instabilidade socioeconômica das famílias devido à instabilidade e informalidade dos postos de trabalho;

III - a necessidade de dilatação dos prazos e do estabelecimento de acordos nos casos de inadimplência.

SEÇÃO VI DA ATUAÇÃO EM ÁREAS DE RISCO E DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Art. 14. O atendimento às necessidades habitacionais prevê intervenções pontuais ou conjugadas, em áreas de risco à vida humana e ao meio ambiente, tais como encostas, córregos, áreas alagadiças e outras situações inapropriadas, promovendo readequações de uso e tratamento das áreas remanescentes, restringindo o reassentamento de famílias ao indispensável.

Parágrafo único. O Poder Executivo municipal elaborará um plano de atuação em áreas de risco, incluindo os seguintes aspectos:

I - oferecimento de alternativas habitacionais para a população removida das áreas de risco;

II - realização de obras de contenção de riscos;

III - prevenção da reocupação das áreas de risco que foram atendidas por programas habitacionais, mediante a destinação para outros usos imediatamente após o término da desocupação;

IV - prevenção da ocupação de novas áreas de risco e de proteção ambiental.

CAPÍTULO IV DA PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO

Art. 15. A gestão da questão habitacional de interesse social no município pressupõe a participação conjunta e integrada dos diversos agentes envolvidos na produção da moradia, abrangendo os órgãos públicos, os segmentos do mercado imobiliário, os sindicatos patronais e de trabalhadores, organizações não-governamentais, movimentos sociais e população envolvida nos programas habitacionais, dentre outros, tendo como diretrizes:

I - criação de mecanismos e instrumentos de planejamento e de financiamento, considerando a especificidade política e social da questão da moradia, visando, prioritariamente, a redução do déficit habitacional situado nos segmentos de menor renda, compreendendo, entre outras, as seguintes medidas:

- a) implantação e regulamentação do Fundo Municipal de Habitação e Conselho Municipal de Habitação, instituído pela Lei nº1.661/2008, para o qual serão dirigidos os recursos destinados

à Habitação de Interesse Social;

b) formação, treinamento e capacitação de agentes promotores e financeiros não-estatais, tais como as cooperativas e associações comunitárias autogestionárias e, pequenas e microempresas de construção para implementação de projetos habitacionais de interesse social.

II - desburocratização do setor financeiro-imobiliário e dos procedimentos aprobatórios da administração municipal, especialmente no que tange ao licenciamento de construções e emissão de alvará de construção e habite-se, de modo a tornar mais ágil a análise e aprovação dos processos e diminuir custos de legalização, sem prejuízo das precauções legais quanto à legitimidade da propriedade e do respeito às normas instituídas para o uso e ocupação do solo;

III - estímulo à adoção dos processos de autogestão e co-gestão de equipamentos coletivos, serviços sociais, infra-estrutura urbana e habitações coletivas, tanto na implementação dos programas e execução das obras, como na preservação e manutenção das áreas urbanizadas;

IV - promoção de programa de capacitação continuada de técnicos na área de habitação, em convênio com universidades, centros de pesquisas tecnológicas, entidades de classe, organizações não governamentais, ou com iniciativa privada;

V - estruturação de um sistema de informações habitacionais, articulado ao sistema de informação municipal, bem como, estruturação de um banco de projetos de casas populares - projeto padrão.

Art. 16. A participação da população e de entidades relacionadas com a questão habitacional deve permear cada etapa da implementação e avaliação do PMHIS-Schroeder, com as seguintes diretrizes:

I - institucionalização de canais de participação e controle social por meio de:

- a) Conferência Municipal de Habitação;
- b) Conselho Municipal de Habitação;
- c) audiências públicas;
- d) gestão orçamentária participativa.

II - criação de mecanismos de controle social que incorporem representantes dos vários agentes públicos e privados e dos grupos sociais envolvidos, organizando moradores e grupos carentes de moradia para elaboração de propostas habitacionais subsidiadas e em parceria com o Poder Público;

III - garantia de participação da comunidade envolvida na regularização e implementação das Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS, bem como no processo de elaboração de planos, programas e projetos habitacionais de interesse social;

IV - apoio à criação e fortalecimento de organizações coletivas, a exemplo de cooperativas, para a potencialização de fundos próprios ou outros elementos de geração de recursos financeiros.

SEÇÃO I DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Art. 17. São objetivos da Conferência Municipal de Habitação:

- I - assegurar um processo amplo e democrático de participação da sociedade na elaboração e avaliação da política pública habitacional do município;
- II - mobilizar o governo municipal e a sociedade civil para a discussão, a avaliação e a formulação das diretrizes e instrumentos

de gestão da política habitacional do município;

III - sugerir ao Poder Executivo adequações nas ações estratégicas destinadas à implantação dos objetivos, diretrizes, programas e ações;

IV - integrar conselhos setoriais entre si e com o orçamento participativo;

V - avaliar a atividade do Conselho Municipal de Habitação visando estabelecer diretrizes para aperfeiçoar seu funcionamento;

VI - avaliar e fiscalizar as ações contidas no PMHIS-Schroeder como medidas prioritárias detalhadas na Tabela do Plano de Ação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - Anexo 1, parte integrante desta Lei.

Art. 18. A Conferência Municipal de Habitação deverá, dentre outras atribuições:

I - avaliar a implementação do PMHIS-Schroeder e programas da política habitacional de interesse social deliberando sobre suas diretrizes, estratégias e prioridades;

II - debater os relatórios bianuais de gestão da política habitacional, apresentando críticas e sugestões;

III - sugerir ao Poder Executivo municipal adequações nas ações estratégicas destinadas à implementação dos objetivos, diretrizes, planos, programas e projetos;

IV - deliberar sobre plano de trabalho para o biênio seguinte;

V - sugerir propostas de alteração desta Lei, no que se refere à questão habitacional, a serem consideradas no momento de sua modificação ou revisão.

Parágrafo único. A Conferência Municipal de Habitação ocorrerá ordinariamente a cada dois anos, e extraordinariamente quando convocada pelo Conselho Municipal de Habitação.

Art. 19. A Conferência Municipal de Habitação terá regimento próprio elaborado pelo Conselho Municipal de Habitação, por este revisado sempre que necessário.

§ 1º O regimento a que se refere o caput deste artigo será nulo de pleno direito caso não observar os critérios de participação democrática.

§ 2º No regimento da Conferência Municipal de Habitação deverá estar previsto, no mínimo:

I - as competências e matérias de deliberação;

III - a forma de organização e funcionamento da Conferência;

IV - a previsão de um colegiado responsável pela organização da Conferência.

SEÇÃO II DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Art. 20. As audiências públicas configuram direito do cidadão e da comunidade, associado ao direito constitucional ao planejamento participativo, e tem por objetivos:

I - a cooperação entre diversos atores sociais, o Poder Executivo e o Poder Legislativo de Schroeder;

II - promover debates sobre temas de interesse da política habitacional com a população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade;

III - garantir o direito de participação do cidadão, individualmente considerado;

IV - possibilitar a participação de diversos setores da sociedade, em especial:

- a) organizações e movimentos populares;
- b) associações representativas dos vários segmentos das comunidades;
- c) associações de classe;
- d) fóruns e redes formuladas por cidadãos, movimentos sociais e organizações não-governamentais.

Art. 21. As audiências públicas são obrigatórias na esfera do Poder Público municipal, devendo ser realizadas por este, tanto no processo de elaboração do PMHIS-Schroeder, como no processo de sua implantação.

Art. 22. As audiências públicas deverão ser convocadas e divulgadas com antecedência mínima de quinze dias, buscando a ampla participação dos envolvidos no tema a ser discutido.

Parágrafo Único. Fica instituída, como principal meio para divulgação das audiências públicas, sem prejuízo da utilização de meios auxiliares e secundários, a publicação de edital de convocação em espaço visivelmente destacado em jornal impresso de grande circulação e leitura do município, além da publicação obrigatória no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina - DOM/SC.

Art. 23. As audiências públicas deverão sempre procurar extrair a posição das diferentes partes envolvidas no tema a ser decidido, que devem ter igualdade de espaço para expressar sua opinião.

CAPÍTULO V **DAS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL**

Art. 24. Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS, são aquelas destinadas à implementação de programas de regularização urbanística, fundiária e à produção, manutenção ou qualificação de habitação de interesse social.

Art. 25. A criação de ZEIS tem como objetivos:

I - promover a regularização fundiária sustentável, levando em consideração as dimensões patrimonial, urbanística e ambiental, dando segurança jurídica da posse da terra e da edificação aos moradores de áreas demarcadas, garantindo a permanência da população;

II - assegurar as condições de habitabilidade e integrar os assentamentos informais ao conjunto da cidade;

III - incentivar a utilização de imóveis não utilizados e subutilizados para programas habitacionais de interesse social;

IV - permitir a participação e controle social na gestão desses espaços urbanos;

V - promover o respeito às áreas de proteção cultural e ambiental;

Art. 26. Atendidos os critérios estabelecidos nesta Lei e no Plano Diretor municipal, novas ZEIS poderão ser criadas mediante indicação do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, de planos específicos, ou de programas habitacionais.

Parágrafo único. A criação e a delimitação de novas ZEIS, por constituir alteração do zoneamento do município, serão definidas obrigatoriamente por lei municipal.

Art. 27. Poderão ser criadas ZEIS na área rural, especialmente na ocorrência de formação de vilas e de situações já consolidadas.

Art. 28. Com a criação das ZEIS rurais, poderá ocorrer o desmembramento de lotes rurais a ser definido na lei de criação da ZEIS.

TÍTULO III **PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA**

CAPÍTULO I **DOS OBJETIVOS**

Art. 29. O programa de infraestrutura tem por objetivo geral servir de instrumento à readequação da infraestrutura urbana e rural visando à melhoria da qualidade de vida da População, buscando a integração da área urbana com a área rural.

Art. 30. O programa tem por objetivos específicos:

I - promover a integração da área rural com a urbana, melhorando a infraestrutura na área rural;

II - garantir a melhoria das vias urbanas e estradas municipais;

III - implantar sistema adequado de saneamento básico.

CAPÍTULO II **DAS MEDIDAS PRIORITÁRIAS**

Art. 31. O programa de infraestrutura tem como medidas prioritárias a realização dos projetos e ações previstos no Plano Plurianual do Município, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, instrumentos de planejamento das ações do município, visando à:

I - melhoria das vias de tráfego municipais;

II - implantação de passeios públicos padronizados e de acordo com a Lei de Acessibilidade;

III - regularização dos instrumentos do Estatuto da Cidade previstos no Plano Diretor;

IV - implantação de ciclovias;

V - melhoria no sistema de transporte coletivo urbano;

VI - melhoria no sistema de abastecimento de água e captação e tratamento de esgoto no município;

VII - implantação da coleta seletiva de lixo.

TÍTULO IV **PROGRAMA SÓCIOECONÔMICO**

CAPÍTULO I **DOS OBJETIVOS**

Art. 32. O programa tem por objetivo geral promover a geração de emprego e renda como fator de desenvolvimento social e econômico através do fortalecimento da indústria e comércio, incentivando o empreendedorismo, a diversificação e a qualificação da mão-de-obra priorizando o desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida.

Art. 33. O programa tem por objetivos específicos:

I - qualificar a mão-de-obra local, conforme critérios estabelecidos na legislação municipal;

II - fomentar o desenvolvimento de novas áreas econômicas priorizando as atividades relacionadas às vocações do Município;

III - apoiar o fortalecimento das empresas instaladas.

CAPÍTULO II DAS MEDIDAS PRIORITÁRIAS

Art. 34. O programa socioeconômico tem como medidas prioritárias:

I - viabilizar a implantação de novas indústrias para geração de emprego e renda;

II - implantação de infraestrutura na área industrial;

III - aprimoramento da legislação relativa aos incentivos à instalação de novas empresas;

IV - incentivo ao empreendedorismo e fortalecimento do comércio;

V - criação de programas de incentivo a agregação de valor a produção da pequena propriedade rural;

VI - ampliação da assistência técnica ao pequeno agricultor;

VII - valorização, incentivo e busca de alternativas para a agricultura, no intuito de diminuir o êxodo rural;

VIII - busca de parcerias para implantação de cursos de qualificação profissional - jovem aprendiz.

TÍTULO V PROGRAMA AMBIENTAL

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

Art. 35. O programa tem por objetivo geral promover a melhoria das condições ambientais, visando à melhoria da qualidade de vida da população urbana e rural, através de políticas relacionadas ao abastecimento de água, saneamento básico, manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais urbanas.

Art. 36. O programa tem por objetivos específicos:

I - criar condições técnicas e administrativas para o cumprimento da legislação municipal, estadual e federal relativas à questão ambiental, especialmente a Lei Municipal n.º 1.743/2009, de 20 de agosto de 2009, que estabelece a Política Municipal de Saneamento, e a Lei Municipal n.º 1.772/2009, de 17 de dezembro de 2009, que estabelece o Plano Municipal de Saneamento;

II - preservar os mananciais superficiais e subterrâneos valorizando os corpos d'água, bem como a flora e a fauna ribeirinha;

III - compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a preservação da qualidade do meio-ambiente e dos ecossistemas;

IV - implantar a rede de atendimento de tratamento do esgoto;

V - implantar programas de reciclagem e adequada destinação dos resíduos urbanos.

CAPÍTULO II DAS MEDIDAS PRIORITÁRIAS

Art. 37. O programa ambiental tem como medidas prioritárias:

I - preservação das áreas de APP's;

II - consolidação da legislação e fiscalização ambiental;

III - criação e implantação de programas de orientação de coleta seletiva de lixo;

IV - captação de recursos para a implantação da rede de tratamento de esgoto.

TÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 38. Fica definido o prazo de até três anos para as ações de curto prazo, até seis anos para as ações de médio prazo e até dez anos para as ações de longo prazo, estabelecidos na Tabela do Plano de Ação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - Anexo 1, parte integrante desta lei.

Art. 39. Ficam estabelecidos os seguintes prazos, contados imediatamente após a publicação desta Lei:

I - De cento e cinquenta dias, para que o Poder Executivo municipal elabore e envie ao Poder Legislativo projeto de lei com as modificações na legislação municipal que permitam a reestruturação legal e administrativa com vistas à efetivação dos objetivos dessa Lei;

II - De um ano, a contar da efetivação das alterações previstas no inciso anterior, para que o Poder Executivo municipal promova reformas em sua estrutura administrativa, com o objetivo de conferir plena operacionalidade à aplicação deste PMHIS-Schroeder, bem como os instrumentos de indução à redução do déficit habitacional e de gestão democrática.

Parágrafo único. As medidas previstas nos incisos I e II não prejudicarão os dispositivos auto-aplicáveis deste PMHIS-Schroeder.

Art. 40. O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Schroeder deverá ser revisado após dez anos de sua entrada em vigor.

Parágrafo único. Qualquer alteração no PMHIS-Schroeder somente poderá ocorrer mediante aprovação em audiência pública designada para essa finalidade.

Art. 41. Fica alterado o art. 6º da Lei n.º 1.661/2008, de 6 de maio de 2009, que cria o Conselho e o Fundo Municipal de Habitação de Schroeder, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º O CMHS será composto por um total de 06 (seis) membros titulares e 06 (seis) membros suplentes, representantes do poder público, da sociedade civil e de movimentos populares e de segmentos setoriais, assim distribuídos:

I - 02 (dois) representantes do poder público sendo necessariamente o Secretário de Saúde e Assistência Social e um técnico municipal que atue na área da habitação;

II - 02 (dois) representante da sociedade civil e movimentos populares;

III - 01 (um) representante da área urbana;

IV - 01 (um) representante da área rural.

§ 1º Cada membro titular terá seu suplente que o substituirá em seus impedimentos e assumirá sua posição em caso de vacância.

§ 2º Os conselheiros governamentais serão indicados pelo chefe do poder executivo.

§ 3º Os conselheiros não-governamentais, bem como seus suplentes, serão escolhidos em conferência municipal convocada para essa finalidade, de caráter democrático, com a participação dos segmentos sociais e organização pela Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município, que publicará as normas específicas para execução da respectiva conferência.”

Art. 42. Visando a consecução dos objetivos expressos nesta Lei, integra-se a essa o Anexo I - Tabela do Plano de Ação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Schroeder.

Art. 43. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008

Schroeder (SC) SC, 11 de setembro de 2011.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

ANEXO I
TABELAS DO PLANO DE AÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE SCHROEDER.

AÇÃO	LOCAL	RESPONSÁVEL	PRAZO	RECURSO
OBJETIVO 1 – REDUZIR O DÉFICIT HABITACIONAL				
1.1 IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DE AMPLIAÇÃO E REFORMA DE 100 UNIDADES HABITACIONAIS NA ÁREA URBANA ;	10 UNIDADES DISTRIBUÍDAS EM TODA A MALHA URBANA	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS; SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS; SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL;	CURTO	FEDERAIS– OGU E FGTS; ESTADUAIS; MUNICIPAIS;
	30 UNIDADES DISTRIBUÍDAS EM TODA A MALHA URBANA		MÉDIO	
	60 UNIDADES DISTRIBUÍDAS EM TODA A MALHA URBANA		LONGO	
1.2 IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DE AMPLIAÇÃO E REFORMA DE 50 UNIDADES HABITACIONAIS NA ÁREA RURAL;	10 UNIDADES DISTRIBUÍDAS NA ÁREA RURAL;	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS; SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS; SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL; SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO;	CURTO	FEDERAIS– OGU E FGTS; ESTADUAIS; MUNICIPAIS;
	20 UNIDADES DISTRIBUÍDAS NA ÁREA RURAL;		MÉDIO	
	20 UNIDADES DISTRIBUÍDAS NA ÁREA RURAL;		LONGO	

Tabela 1

AÇÃO	LOCAL	RESPONSÁVEL	PRAZO	RECURSO
1.3 IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS DE CONSTRUÇÃO DE 170 UNIDADES HABITACIONAIS ISOLADAS OU EM CONJUNTO PARA REDUÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL NO MEIO URBANO;	30 UNIDADES EM CONJUNTOS HABITACIONAIS NAS ZEIS;	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS; SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL; SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS;	CURTO	FEDERAIS– OGU E FGTS; ESTADUAIS; MUNICIPAIS;
	50 UNIDADES EM CONJUNTOS HABITACIONAIS NAS ZEIS;		MÉDIO	
	60 UNIDADES EM CONJUNTOS HABITACIONAIS NAS ZEIS;		LONGO	
	10 UNIDADES ISOLADAS DISTRIBUÍDAS NA MALHA URBANA;		CURTO	
	10 UNIDADES ISOLADAS DISTRIBUÍDAS NA MALHA URBANA;		MÉDIO	
	10 UNIDADES ISOLADAS DISTRIBUÍDAS NA MALHA URBANA;		LONGO	

Tabela 2

	AÇÃO	LOCAL	RESPONSÁVEL	PRAZO	RECURSO
	1.4 IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS DE CONSTRUÇÃO DE 30 UNIDADES HABITACIONAIS ISOLADAS PARA REDUÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL NO MEIO RURAL;	10 UNIDADES DISTRIBUÍDAS EM TODO O TERRITÓRIO RURAL;	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS; SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS; SECRETARIA DA AGRICULTURA; SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL;	CURTO	FEDERAIS- OGU E FGTS; ESTADUAIS; MUNICIPAIS;
		10 UNIDADES DISTRIBUÍDAS EM TODO O TERRITÓRIO RURAL;		MÉDIO	
		10 UNIDADES DISTRIBUÍDAS EM TODO O TERRITÓRIO RURAL;		LONGO	
	1.5 REURBANIZAÇÃO E OU RELOCAÇÃO DAS SUB HABITAÇÕES E OCUPAÇÕES IRREGULARES EM ÁREAS DE RISCO;	EM TODO O MUNICÍPIO	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL; SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS;	CURTO	FEDERAIS- OGU E FGTS; ESTADUAIS; MUNICIPAIS;

Tabela 3

	AÇÃO	LOCAL	RESPONSÁVEL	PRAZO	RECURSO
	1.6 IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA;	EM TODO O MUNICÍPIO	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL;	CURTO	ESTADUAIS – PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA; MUNICIPAIS;
	1.7 APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DO ESTATUTO DA CIDADE PREVISTO NO PLANO DIRETOR;	EM TODO O MUNICÍPIO	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	CURTO	MUNICIPAIS;
	1.8 CRIAÇÃO DE NOVAS ZEIS – ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL;	EM TODO O MUNICÍPIO	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL; SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS;	CURTO	MUNICIPAIS;
	1.9 INCENTIVO A CRIAÇÃO DE NOVOS LOTEAMENTOS POPULARES;	EM TODO O MUNICÍPIO;	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS;	CURTO	FEDERAIS – OGU FGTS; ESTADUAIS; MUNICIPAIS - PARCERIA PÚBLICO / PRIVADO;

Tabela 4

AÇÃO	LOCAL	RESPONSÁVEL	PRAZO	RECURSO
1.10 CRIAÇÃO DE UM OBSERVATÓRIO HABITACIONAL URBANO	EM TODO O MUNICÍPIO;	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS; SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL; SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.	CURTO	MUNICIPAIS;
OBJETIVO 2 – MELHORAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS E DOTAR A POPULAÇÃO DE INFRAESTRUTURA SOCIAL				
2.1 MELHORIA E/OU IMPLANTAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS NAS PRINCIPAIS COMUNIDADES RURAIS DO MUNICÍPIO;	BRAÇO DO SUL; SCHROEDER I;	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS; SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS; SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER.	CURTO	FEDERAIS; ESTADUAIS – SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO; MUNICIPAIS;
	LINHA DUAS MAMAS;		LONGO	
2.2 RECUPERAÇÃO OU CRIAÇÃO DAS ÁREAS DE LAZER NA ÁREA URBANA COM PRAÇA E ACADEMIA AO AR LIVRE;	ITUUPAVA AÇÚ	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS; SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS; SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER.	CURTO	FEDERAIS; ESTADUAIS – SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO; MUNICIPAIS;
	RIO HERN		MÉDIO	

Tabela 5

AÇÃO	LOCAL	RESPONSÁVEL	PRAZO	RECURSO
2.3 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS ESPAÇOS FÍSICOS NAS UNIDADES ESCOLARES	E. M. CLARICE LANGE JACOBI - SCHROEDER I	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS; SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER.	CURTO	FEDERAIS – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; ESTADUAIS; MUNICIPAIS.
	E. M. RUI BARBOSA – ITROUPAVA AÇÚ		CURTO	
	JARDIM DE INFÂNCIA CHAPEUZINHO VERMELHO – BRAÇO DO SUL		CURTO	
	E. M. EMILIO DA SILVA - CENTRO		LONGO	
2.4 IMPLANTAÇÃO DE NOVOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL;	SCHROEDER I;	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS; SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER.	CURTO	FEDERAIS – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; ESTADUAIS; MUNICIPAIS.
	ITROUPAVA AÇÚ;		CURTO	
	CENTRO NORTE (PRÓXIMO À MARISOL);		MÉDIO	

Tabela 6

AÇÃO	LOCAL	RESPONSÁVEL	PRAZO	RECURSO
2.5 AMPLIAÇÃO DAS VAGAS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHES;	EM TODO O MUNICÍPIO;	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER.	CURTO	MUNICIPAIS;
2.6 CURSOS DE ALFABETIZAÇÃO PARA A POPULAÇÃO ADULTA;	EM TODO O MUNICÍPIO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER.	CURTO MÉDIO LONGO	FEDERAIS; ESTADUAIS; MUNICIPAIS;
2.7 VIABILIZAÇÃO DE CURSOS TÉCNICOS E PROFISSIONALIZANTES;	EM TODO O MUNICÍPIO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER.	CURTO MÉDIO LONGO	MUNICIPAIS;
2.8 AMPLIAÇÃO DO QUADRO DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE;	EM TODO O MUNICÍPIO	SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	CURTO MÉDIO LONGO	MUNICIPAIS;
2.9 IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS VOLTADOS A POPULAÇÃO IDOSA;	EM TODO O MUNICÍPIO	SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	CURTO MÉDIO LONGO	MUNICIPAIS;

Tabela 7

	AÇÃO	LOCAL	RESPONSÁVEL	PRAZO	RECURSO
	OBJETIVO 1 – MELHORAR O TRANSPORTE E A MOBILIDADE				
	1.1 MELHORIA E ALARGAMENTO DAS ESTRADAS MUNICIPAIS;	EM TODO O MUNICÍPIO;	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS;	CURTO MÉDIO LONGO	FEDERAIS – INCRA; ESTADUAIS; MUNICIPAIS;
	1.2 AMPLIAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO;	EM TODO O MUNICÍPIO	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS; SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS;	CURTO MÉDIO LONGO	FEDERAIS – MINISTÉRIO DAS CIDADES; ESTADUAIS – BADESC; MUNICIPAIS;
	1.3 IMPLANTAÇÃO DE PASSEIOS PÚBLICOS PADRONIZADOS E DE ACORDO COM A LEI DE ACESSIBILIDADE;	EM TODO O MUNICÍPIO	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS; SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS;	CURTO	FEDERAIS – MINISTÉRIO DAS CIDADES; ESTADUAIS – BADESC; MUNICIPAIS;
	1.4 REGULARIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DO ESTATUTO DAS CIDADES PREVISTOS NO PLANO DIRETOR;	EM TODO O MUNICÍPIO	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS;	CURTO	MUNICIPAIS;
	1.5 IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO NAS VIAS PÚBLICAS;	EM TODO O MUNICÍPIO	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CURTO	FEDERAIS – MINISTÉRIO DAS CIDADES; ESTADUAIS; MUNICIPAIS;

Tabela 8

AÇÃO	LOCAL	RESPONSÁVEL	PRAZO	RECURSO
1.6 IMPLANTAÇÃO DE CICLOVIAS;	EM TODO O MUNICÍPIO	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS; SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.	MÉDIO	FEDERAIS – MINISTÉRIO DAS CIDADES; MUNICIPAIS;
1.7 CONSTRUÇÃO DE UM TERMINAL RODOVIÁRIO;	CENTRO – PRÓXIMO AO GINÁSIO;	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS; SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS; SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO.	CURTO	MUNICIPAIS;
1.8 AMPLIAÇÃO DOS HORÁRIOS E MELHORIA DO TRANSPORTE COLETIVO;	EM TODO O MUNICÍPIO	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS. SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO.	CURTO	MUNICIPAIS - PARCERIA PÚBLICO/PRIVADA
1.9 IMPLANTAÇÃO DE PONTOS DE ÔNIBUS.	EM TODO O MUNICÍPIO	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.	CURTO MÉDIO	MUNICIPAIS;
OBJETIVO 2 – IMPLANTAR SISTEMA ADEQUADO DE SANEAMENTO BÁSICO				
2.1 MELHORIA DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO	SCHROEDER I	SECRETARIA DE SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL; SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS. ;	CURTO	FEDERAIS - FUNASA; MUNICIPAIS;

Tabela 9

AÇÃO	LOCAL	RESPONSÁVEL	PRAZO	RECURSO
2.2 PROTEÇÃO E MANUTENÇÃO DOS POÇOS ARTESIANOS;	TODO O MUNICÍPIO	SECRETARIA DE SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL; SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO;	CURTO MÉDIO LONGO	FEDERAIS; ESTADUAIS; MUNICIPAIS;
2.3 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ADEQUADO DE TRATAMENTO DE ESGOTO;	TODO O MUNICÍPIO	SECRETARIA DE SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL; SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS; SECRETARIA DE SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL;	CURTO MÉDIO LONGO	FEDERAIS – FUNASA; MUNICIPAIS;
2.4 IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DE INSTALAÇÃO DE FOSSA E FILTRO INDIVIDUAIS NAS RESIDÊNCIAS, PRINCIPALMENTE NA ÁREA RURAL;	TODO O MUNICÍPIO	SECRETARIA DE SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL; SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS; SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO;	CURTO MÉDIO LONGO	FEDERAIS; ESTADUAIS – EPAGRI; MUNICIPAIS;
2.5 AMPLIAÇÃO DA DRENAGEM URBANA;	TODO O MUNICÍPIO	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS; SECRETARIA DE SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL;	CURTO MÉDIO LONGO	FEDERAIS – FUNASA; MUNICIPAIS;
2.6 IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA DE LIXO E MELHORIA NA FREQUÊNCIA DA COLETA DE LIXO;	TODO O MUNICÍPIO	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS; SECRETARIA DE SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL;	CURTO MÉDIO LONGO	MUNICIPAIS; PRIVADO

Tabela 10

AÇÃO	LOCAL	RESPONSÁVEL	PRAZO	RECURSO
2.2 PROTEÇÃO E MANUTENÇÃO DOS POÇOS ARTESIANOS;	TODO O MUNICÍPIO	SECRETARIA DE SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL; SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO;	CURTO MÉDIO LONGO	FEDERAIS; ESTADUAIS; MUNICIPAIS;
2.3 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ADEQUADO DE TRATAMENTO DE ESGOTO;	TODO O MUNICÍPIO	SECRETARIA DE SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL; SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS; SECRETARIA DE SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL;	CURTO MÉDIO LONGO	FEDERAIS – FUNASA; MUNICIPAIS;
2.4 IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DE INSTALAÇÃO DE FOSSA E FILTRO INDIVIDUAIS NAS RESIDÊNCIAS, PRINCIPALMENTE NA ÁREA RURAL;	TODO O MUNICÍPIO	SECRETARIA DE SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL; SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS; SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO;	CURTO MÉDIO LONGO	FEDERAIS; ESTADUAIS – EPAGRI; MUNICIPAIS;
2.5 AMPLIAÇÃO DA DRENAGEM URBANA;	TODO O MUNICÍPIO	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS; SECRETARIA DE SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL;	CURTO MÉDIO LONGO	FEDERAIS – FUNASA; MUNICIPAIS;
2.6 IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA DE LIXO E MELHORIA NA FREQUÊNCIA DA COLETA DE LIXO;	TODO O MUNICÍPIO	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS; SECRETARIA DE SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL;	CURTO MÉDIO LONGO	MUNICIPAIS; PRIVADO

Tabela 11

	AÇÃO	LOCAL	RESPONSÁVEL	PRAZO	RECURSO
	OBJETIVO 4 – DOTAR A POPULAÇÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E SERVIÇOS FUNERÁRIOS				
	4.1 INCENTIVO À IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS;	NO MUNICÍPIO;	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS;	CURTO	ESTADUAIS; MUNICIPAIS;
	4.2 ARTICULAÇÃO PARA O AUMENTO DO EFETIVO POLICIAL;	NO MUNICÍPIO	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS;	CURTO	ESTADUAIS; MUNICIPAIS;
	4.3 CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA A CONSTRUÇÃO DE CAPELA MORTUÁRIA	NO MUNICÍPIO	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS; SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS;	CURTO	FEDERAIS; MUNICIPAIS;
	4.4 REGULARIZAÇÃO DO CEMITÉRIO PÚBLICO	NO MUNICÍPIO	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS; SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS; SECRETARIA DE SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL;	CURTO MÉDIO	FEDERAIS; MUNICIPAIS;

Tabela 12

AÇÃO	LOCAL	RESPONSÁVEL	PRAZO	RECURSO
OBJETIVO 1 – FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO DE NOVAS ÁREAS ECONÔMICAS E APOIAR O FORTALECIMENTO DAS EMPRESAS INSTALADAS				
1.1 VIABILIZAÇÃO A IMPLANTAÇÃO DE NOVAS INDÚSTRIAS PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA;	EM TODO O MUNICÍPIO	SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	CURTO MÉDIO LONGO	ESTADUAIS; MUNICIPAIS;
1.2 IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA NA ÁREA INDUSTRIAL;	ÁREA INDUSTRIAL	SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO; SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	CURTO MÉDIO LONGO	MUNICIPAIS;
1.3 IMPLANTAÇÃO DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DE INCENTIVO A INSTALAÇÃO DE NOVAS INDÚSTRIAS;	NO MUNICÍPIO	SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO; SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	CURTO MÉDIO LONGO	MUNICIPAIS;
1.4 INCENTIVO AO EMPREENDEDORISMO E FORTALECIMENTO DO COMÉRCIO;	NO MUNICÍPIO	SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO;	CURTO MÉDIO LONGO	MUNICIPAIS; ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS.
1.5 CRIAÇÃO DE PROGRAMAS DE INCENTIVO A AGREGAÇÃO DE VALOR A PRODUÇÃO DA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL;	NO MUNICÍPIO	SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO.	CURTO MÉDIO LONGO	FEDERAIS; ESTADUAIS; MUNICIPAIS;

Tabela 13

	AÇÃO	LOCAL	RESPONSÁVEL	PRAZO	RECURSO
	1.6 AMPLIAÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO PEQUENO AGRICULTOR;	ÁREA RURAL	SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO.	CURTO MÉDIO LONGO	FEDERAIS – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA; ESTADUAIS; MUNICIPAIS;
	1.7 VALORIZAÇÃO, INCENTIVO E BUSCA DE ALTERNATIVAS PARA A AGRICULTURA, NO INTUITO DE DIMINUIR O ÊXODO RURAL;	ÁREA RURAL	SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO.	CURTO MÉDIO LONGO	FEDERAIS – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA; ESTADUAIS; MUNICIPAIS;
	OBJETIVO 2 – QUALIFICAR A MÃO-DE-OBRA				
	2.1 BUSCA DE PARCERIAS PARA IMPLANTAÇÃO DE CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL – JOVEM APRENDIZ;	NO MUNICÍPIO	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER.	CURTO MÉDIO LONGO	FEDERAIS – SEBRAE, SENAR, SENAC, SENAI; ESTADUAIS– EPAGRI; MUNICIPAIS;
	OBJETIVO 1 – PRESERVAR O MEIO AMBIENTE				
	1.1 PRESERVAÇÃO DAS ÁREAS DE APP's;	EM TODO O MUNICÍPIO	SECRETARIA DE SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL; SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO;	CURTO MÉDIO LONGO	FEDERAIS - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS; ESTADUAIS; MUNICIPAIS;

Tabela 14

	AÇÃO	LOCAL	RESPONSÁVEL	PRAZO	RECURSO
	1.2 LEGISLAÇÃO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL;	EM TODO O MUNICÍPIO	SECRETARIA DE SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL; SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO;	CURTO MÉDIO LONGO	FEDERAIS - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS; ESTADUAIS; MUNICIPAIS;
	1.3 CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO DE COLETA SELETIVA DE LIXO;	EM TODO O MUNICÍPIO	SECRETARIA DE SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL;	CURTO MÉDIO LONGO	MUNICIPAIS;
	1.4 CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA A IMPLANTAÇÃO DA REDE E TRATAMENTO DE ESGOTO.	EM TODO O MUNICÍPIO	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS; SECRETARIA DE SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL;	CURTO MÉDIO LONGO	FEDERAIS – FUNASA; MUNICIPAIS;
	OBJETIVO 1: CRIAÇÃO DE ESPAÇOS CULTURAIS E HISTÓRICOS				
	1.1 CRIAÇÃO DE UM MUSEU, ESPAÇO PARA PESQUISA E RESGATE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO;	NO MUNICÍPIO	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER. SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO;	CURTO	FEDERAIS; ESTADUAIS; MUNICIPAIS;

Tabela 15

	AÇÃO	LOCAL	RESPONSÁVEL	PRAZO	RECURSO
	1.2 LEGISLAÇÃO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL;	EM TODO O MUNICÍPIO	SECRETARIA DE SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL; SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO;	CURTO MÉDIO LONGO	FEDERAIS - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS; ESTADUAIS; MUNICIPAIS;
	1.3 CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO DE COLETA SELETIVA DE LIXO;	EM TODO O MUNICÍPIO	SECRETARIA DE SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL;	CURTO MÉDIO LONGO	MUNICIPAIS;
	1.4 CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA A IMPLANTAÇÃO DA REDE E TRATAMENTO DE ESGOTO.	EM TODO O MUNICÍPIO	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS; SECRETARIA DE SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL;	CURTO MÉDIO LONGO	FEDERAIS – FUNASA; MUNICIPAIS;
	OBJETIVO 1: CRIAÇÃO DE ESPAÇOS CULTURAIS E HISTÓRICOS				
	1.1 CRIAÇÃO DE UM MUSEU, ESPAÇO PARA PESQUISA E RESGATE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO;	NO MUNICÍPIO	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER. SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO;	CURTO	FEDERAIS; ESTADUAIS; MUNICIPAIS;

Tabela 16

Lei Nº1.852/2011

LEI Nº1.852/2011

DISPÕE SOBRE A REGULARIZAÇÃO DAS RUAS NºS180, 181, 182, 183, 184 e 030.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Público Municipal autorizado a aprovar a regularização das vias, no Loteamento Residencial São Mateus, especificadas abaixo:

RUA	REQUE-RENTE	Valor Venal R\$/m² do Terreno	EXTEN-SÃO	GABARITO		
				LEITO	PASSEIO Lado esquerdo	PASSEIO Lado direito
180	WS Imó-veis Ltda.	0,12	183,00m	10,00m	2,00m	2,00m
181	WS Imó-veis Ltda.	0,12	403,00m	10,00m	2,00m	2,00m
182	WS Imó-veis Ltda.	0,12	324,00m	10,00m	2,00m	2,00m
183	WS Imó-veis Ltda.	0,12	126,00m	10,00m	2,00m	2,00m
184	WS Imó-veis Ltda.	0,12	128,00m	10,00m	2,00m	2,00m
030 – Rua Dom Pedro	WS Imó-veis Ltda.	0,12	61,00m	10,00m	2,00m	2,00m

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 12 de setembro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Lei Nº1.853/2011

LEI Nº1.853/2011

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar Especial no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais), para reforço do programa abaixo especificado, constante da Lei Orçamentária nº1.819/2010 de 09 de novembro de 2010:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR
05.04.12.361.0005.2.009 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB

4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações R\$100.000,00

Art. 2º Os recursos para a cobertura do Art.1º, serão oriundos do excesso de arrecadação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º da Lei 1.669/2008 de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 14 de setembro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSÂNGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Aviso de Licitação Carta Convite Nº. 06/2011-FAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO CARTA CONVITE Nº. 06/2011-FAS

PROCESSO Nº. 29/2011-FAS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realizar Curso de Design Gráfico e Manutenção e Configuração de computadores para os usuários do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, órgão do setor de Assistência Social vinculado a Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes até: 26 de setembro de 2011 às 08h45min.

Abertura do Processo: 26 de setembro de 2011 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 19 de setembro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Aviso de Pregão Presencial Registro de Preços Nº 53/2011 - PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201.

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER/ SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2011 - PMS

PROCESSO Nº. 126/2011-PMS



TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de mão de obra elétrica para suprir as necessidades das Secretarias de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 30 de setembro de 2011 às 08h45min.

Abertura do Processo: 30 de setembro de 2011 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no Site da Prefeitura Municipal (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 19 de setembro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Timbó

PREFEITURA

Extrato da Ata de Registro de Preço 26-2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

26/2011/Pregão

Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
Objeto: Manutenção, suporte, mapeamento, catalogação de software, hardware e rede dos computadores e equipamentos relacionados da referida Secretaria.

Empresa fornecedora: JJW Informática LTDA.

Valor Total Estimado: R\$ 18.976,25

Modalidade: Pregão Presencial

Validade da Ata: Doze meses

Órgãos Participantes: Fundo Municipal de Saúde

Timbó, 16 de setembro de 2011

LAERCIO SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

Decreto N.º 2.460 de 15 de Setembro de 2011.

DECRETO N.º 2.460 DE 15 DE SETEMBRO DE 2011.

RENOVA a aprovação do desmembramento de área urbana, feita pelo Decreto nº 2.210/2011 de 18/01/2011.

O Prefeito Municipal de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso V e art. 70, inciso I, alínea "m" da lei Orgânica do Município, pela Legislativo Ordinária pertinente e,

Considerando a prescrição do prazo estabelecido pelo art. 18 da Lei Federal n.º 6.766, de 19/12/79, após reexaminado o planejamento e a documentação apresentada pelo requerente.

D E C R E T A :

Artigo 1º - Fica reaprova o DESMEMBRAMENTO denominado "ERWINO RAMOS", cuja aprovação primeira se deu por força do Decreto nº 2.210/2011 de 18/01/2011, e em face da caducidade ocorrida por força do art. 18 da Lei Federal n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979, cujo imóvel é de propriedade de ERWINO RAMOS, conforme matrícula nº 18.803, livro 2.

Parágrafo Único - Este decreto revalida o Decreto n.º 2.210/2011 de 18 de janeiro de 2011 e RATIFICA OS DEMAIS TERMOS em todos seus artigos e parágrafos.

Artigo 2º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Timbó, 15 de setembro de 2011.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

Decreto N° 2441, de 31 de Agosto de 2011

DECRETO N° 2441, DE 31 DE AGOSTO DE 2011

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 302.224,40.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2.491, de 13 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, à conta de anulação no valor total de R\$ 302.224,40, conforme segue:

I - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 60.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

03.01.004.122.0015.2012. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

03.01.004.122.0015.2012. ADMINISTRAÇÃO GERAL

03.01.004.122.0015.2012. MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL

300000.00 DESPESAS CORRENTES

310000.00 PESSOAL E ENCARGOS

319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 60.000,00

TOTAL 60.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

03.01.004.122.0015.2012. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

03.01.004.122.0015.2012. ADMINISTRAÇÃO GERAL

03.01.004.122.0015.2012. MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 60.000,00

TOTAL 60.000,00

II - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 76.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

04.01.012.365.0020.2042. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

04.01.012.365.0020.2042. NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

04.01.012.365.0020.2042. MANUTENÇÃO DOS NEI'S

300000.00 DESPESAS CORRENTES

310000.00 PESSOAL E ENCARGOS



319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10100 REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO 76.000,00
TOTAL 76.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO
04.01.012.365.0020.2042. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
04.01.012.365.0020.2042. NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL
04.01.012.365.0020.2042. MANUTENÇÃO DOS NEI'S
300000.00 DESPESAS CORRENTES
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10100 REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO 76.000,00
TOTAL 76.000,00

III - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 100.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO
04.03.012.361.0022.2050. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
04.03.012.361.0022.2050. ENSINO FUNDAMENTAL
04.03.012.361.0022.2050. MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALO. DO MAGISTÉRIO
300000.00 DESPESAS CORRENTES
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS
319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10100 REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO 100.000,00
TOTAL 100.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO
04.03.012.361.0022.2050. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
04.03.012.361.0022.2050. ENSINO FUNDAMENTAL
04.03.012.361.0022.2050. MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALO. DO MAGISTÉRIO
300000.00 DESPESAS CORRENTES
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10100 REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO 100.000,00
TOTAL 100.000,00

IV - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 33.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO
06.03.020.606.0034.2072. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
06.03.020.606.0034.2072. DESENVOLVIMENTO AGRARIO MUNICIPAL
06.03.020.606.0034.2072. MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA
300000.00 DESPESAS CORRENTES
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS
319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 VINCULO LIVRE 33.000,00
TOTAL 33.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO
06.03.020.606.0034.2072. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
06.03.020.606.0034.2072. DESENVOLVIMENTO AGRARIO MUNICIPAL
06.03.020.606.0034.2072. MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA
300000.00 DESPESAS CORRENTES
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 VINCULO LIVRE 33.000,00
TOTAL 33.000,00

V - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 22.031,20, a

seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO
07.01.015.121.0040.2082. SECR. PLANEJAMENTO, TRANSITO E MEIO AMBIENTE
07.01.015.121.0040.2082. PLANEJAMENTO URBANO
07.01.015.121.0040.2082. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
300000.00 DESPESAS CORRENTES
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS
319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 VINCULO LIVRE 19.400,00
400000.00 DESPESAS DE CAPITAL
440000.00 INVESTIMENTOS
449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 VINCULO LIVRE 2.631,20
TOTAL 22.031,20

b) SUPLEMENTAÇÃO
07.01.015.121.0040.2082. SECR. PLANEJAMENTO, TRANSITO E MEIO AMBIENTE
07.01.015.121.0040.2082. PLANEJAMENTO URBANO
07.01.015.121.0040.2082. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
300000.00 DESPESAS CORRENTES
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 VINCULO LIVRE 22.031,20
TOTAL 22.031,20

VI - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 5.473,20, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO
09.01.004.062.0060.2102. PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
09.01.004.062.0060.2102. PROCURADORIA DO MUNICÍPIO
09.01.004.062.0060.2102. MANUTENCAO DO PROCON
300000.00 DESPESAS CORRENTES
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339100.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 VINCULO LIVRE 1.000,00
400000.00 DESPESAS DE CAPITAL
440000.00 INVESTIMENTOS
449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 VINCULO LIVRE 4.473,20
TOTAL 5.473,20

b) SUPLEMENTAÇÃO
09.01.004.062.0060.2102. PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
09.01.004.062.0060.2102. PROCURADORIA DO MUNICÍPIO
09.01.004.062.0060.2102. MANUTENCAO DO PROCON
300000.00 DESPESAS CORRENTES
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS
319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 VINCULO LIVRE 5.473,20
TOTAL 5.473,20

VII - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 5.720,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO
09.01.004.062.0060.2104. PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
09.01.004.062.0060.2104. PROCURADORIA DO MUNICÍPIO
09.01.004.062.0060.2104. MANUTENCAO DA CASA DA CIDADANIA
300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339100.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 VINCULO LIVRE 1.000,00
400000.00 DESPESAS DE CAPITAL
440000.00 INVESTIMENTOS
449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 VINCULO LIVRE 4.720,00
TOTAL 5.720,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

09.01.004.062.0060.2104. PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
09.01.004.062.0060.2104. PROCURADORIA DO MUNICÍPIO
09.01.004.062.0060.2104. MANUTENCAO DA CASA DA CIDADANIA
300000.00 DESPESAS CORRENTES
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS
319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 VINCULO LIVRE 5.720,00
TOTAL 5.720,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 31 de agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 2442, de 31 de Agosto de 2011

DECRETO Nº 2442, DE 31 DE AGOSTO DE 2011

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 15.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2491, de 13/12/2010,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2011:

25.01.017.512.0125.2302 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
25.01.017.512.0125.2302 TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA
25.01.017.512.0125.2302 MANUTENÇÃO DA ETA
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.20000 REC. LIVRE SAMAE 15.000,00
total 15.000,00
TOTAL ANULAÇÃO 15.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

25.01.017.512.0125.2302 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
25.01.017.512.0125.2302 TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA
25.01.017.512.0125.2302 MANUTENÇÃO DA ETA
300000.00 DESPESAS CORRENTES

310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.20000 REC. LIVRE SAMAE 15.000,00
total 15.000,00
TOTAL SUPLEMENTAÇÃO 15.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 31 de agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 2443, de 31 de Agosto de 2011

DECRETO Nº 2443, DE 31 DE AGOSTO DE 2011

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 30.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2491, de 13/12/2010,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2011:

25.03.017.512.0104.2312 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
25.03.017.512.0104.2312 TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
25.03.017.512.0104.2312 MAN. DA ADMINISTRAÇÃO DO ATERRO
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.20000 REC. LIVRE SAMAE 30.000,00
total 30.000,00
TOTAL ANULAÇÃO 30.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

25.03.017.512.0104.2312 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
25.03.017.512.0104.2312 TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
25.03.017.512.0104.2312 MAN. DA ADMINISTRAÇÃO DO ATERRO
300000.00 DESPESAS CORRENTES
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.20000 REC. LIVRE SAMAE 30.000,00
total 30.000,00
TOTAL SUPLEMENTAÇÃO 30.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 31 de agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 2444, de 1º de Setembro de 2011

DECRETO Nº 2444, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 200.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2491, de 13 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

08.01.015.452.0050.2092. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

08.01.015.452.0050.2092. OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

08.01.015.452.0050.2092. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 200.000,00

TOTAL 200.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 1º de setembro de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Aviso de Inexigibilidade 0010-2011 Contratação de Bandas para 21a Festa do Imigrantes

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 00010/2011

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE BANDAS DE BAILE PARA PROGRAMAÇÃO OFICIAL DA 21ª FESTA DO IMIGRANTE A REALIZARÁ SE ENTRE OS DIAS 07 A 12 DE 2011, NO PAVILHÃO MUNICIPAL DE EVENTOS HENRY PAUL DE TIMBÓ/SC.

EXECUTOR: INDEXÃO PRODUÇÃO E EVENTOS LTDA

PREÇO TOTAL: R\$ 52.432,00

JORGE REVELINO FERREIRA

Presidente da FCT

Aviso de licitação 00011-2011 Contratação empresa especializada para prestação serviços de segurança não armada e agentes de estacionamento para a 21

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EDITAL PREGÃO Nº 00011/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Timbó torna público, de acordo com a Lei nº 8.666/93, que fará realizar "Pregão", do tipo Menor Preço, para CONTRATAÇÃO EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURANÇA NÃO ARMADA E AGENTES DE

ESTACIONAMENTO PARA A 21a FESTA DO IMIGRANTE QUE ACONTECERÁ NO PERÍODO DE 07 A 12 DE OUTUBRO DE 2011 NO PAVILHÃO MUNICIPAL DE EVENTOS HENRY PAUL.

O edital encontra-se à disposição dos interessados no Departamento de Compras, sala nº 1, na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro, das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, disponível também na Internet, no seguinte endereço www.timbo.sc.gov.br

Os envelopes (Habilitação e Propostas) serão recebidos até 29 de setembro de 2011 as 14:50 horas, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Timbó, no endereço acima mencionado, com participação aberta às proponentes e ao público.

Timbo (SC), 16/09/2011.

JORGE REVELINO FERREIRA

Presidente da FCT

Aviso Inexigibilidade 13_2011 BANDAS

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 00012/2011

Data: 19/09/2011 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE BANDAS TÍPICAS LOCAIS E DUPLAS SERTANEJAS PARA A PROGRAMAÇÃO OFICIAL DA 21ª FESTA DO IMIGRANTE A REALIZAR-SE ENTRE OS DIAS 07 A 12 DE OUTUBRO NO PAVILHÃO MUNICIPAL DE EVENTOS HENRY PAUL DE TIMBÓ. VALOR: R\$ 40.087,72. Período 07 a 12/10/2011. Contratado: AMUSPE - Associação dos Músicos Profissionais de Pomerode

LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

Aviso Pregão 94-2011 - LOCAÇÃO de ESTRUTURAS, SONORIZAÇÃO E OUTROS

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO Nº 000094/2011

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURA, SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO E BANHEIROS QUÍMICOS PORTÁTEIS PARA EVENTOS, INCLUINDO MONTAGEM E DESMONTAGEM. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09:00 horas do dia 29 de setembro de 2011. ABERTURA: dia 29/09/2011 às 09:15 horas. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Depto de Compras sito à Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br

Timbo (SC), 30/08/2011.

LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

Portaria No 2314, de 18 de Agosto de 2011

PORTARIA No 2314, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

Autoriza a contratação de Servidoras em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº

2386, de 21/06/2011,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Daiane Creice Salvi (Subst.Arlete Schumacher, que se encontra em Licença Para Trat.de Saúde)	16/11/87	066.313.689-01	44h	18/08/2011 a 02/09/2011
Kátia Sleimann Amud Lane (Subst.nair Prada Vailatti, que se encontra em Licença Para Trat.de Saúde)	01/01/61	255.205.628-81	44h	19/08/2011 a 05/09/2011

Cargo: Educador Infantil B-18

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Zuleica Nass Raasch (Subst.Vivian W.Meyer, que se encontra em readaptação)	20/08/80	003.638.329/55	40h	18/08/2011 a 20/12/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 18 de agosto de 2011; 141o ano de Fundação; 77o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2316, de 19 de Agosto de 2011

PORTARIA No 2316, DE 19 DE AGOSTO DE 2011

Autoriza a contratação de Servidor em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde).

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto nº 2386, de 21/06/2011,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
(Fundo Municipal de Saúde)

MÉDICO (GP-75)

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
Moacir de Freitas Toledo (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados em Concurso Público / Processo Seletivo)	08/03/73	674.948.030-68	40h	19/08/2011 a 15/09/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 19 de agosto de 2011; 141o ano de Fundação; 77o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2320, de 19 de Agosto de 2011

PORTARIA No 2320, DE 19 DE AGOSTO DE 2011

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Secretaria Municipal da Fazenda e Administração.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 2386, de 21/06/2011,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Michele Lays Bendotti (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov. em Conc.Públ / Proc. Seletivo)	29/07/93	055.890.659-17	44h	19/08/2011 a 15/12/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 19 de agosto de 2011; 141o ano de Fundação; 77o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2322, de 22 de Agosto de 2011

PORTARIA No 2322, DE 22 DE AGOSTO DE 2011

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde).

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 2386, de 21/06/2011,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para os cargos abaixo discriminados:

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
(Fundo Municipal de Saúde)**

TÉCNICO EM ENFERMAGEM (SP-31)

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
Alexandra Januário da Silva (Campanha Nacional de Vacinação contra Sarampo e Sabin)	04/09/77	192.407.558-02	30h	22/08/2011 a 16/09/2011
Marilene Lunardi Conti (Campanha Nacional de Vacinação contra Sarampo e Sabin)	21/02/83	038.000.849-10	30h	22/08/2011 a 16/09/2011

AUXILIAR OPERACIONAL I (SG-08)

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
Kerli Hoffmann (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Conc.Público/Proc. Seletivo)	10/07/80	042.721.429-76	44h	23/08/2011 a 01/09/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 22 de agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2325, de 23 de Agosto de 2011

PORTARIA No 2325, DE 23 DE AGOSTO DE 2011

Autoriza a contratação de Servidoras em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 2386, de 21/06/2011,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Marlene Claudino Bonani (Aumento do número de alunos)	29/09/62	725.655.609/82	44h	24/08/2011 a 26/09/2011

Cargo: Educador Infantil B-18

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Cristiane Inês Wecker Neis (Subst.Juliana Maria Carlini Dalpiaz, que se encontra em Licença Para Tratamento de Saúde)	29/06/80	003.649.139/08	40h	24/08/2011 a 09/09/2011
Jamile Martins Bastos (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov. em Conc.Público / Proc. Seletivo)	17/02/78	018.547.549-39	40h	23/08/2011 a 03/10/2011
Katlen Petersen (Subst. Fabiana Sasse Ludwig, que se encontra em Licença para Trat.de Saúde e as servidoras que se encontram de férias: Adriana R.M.Persuhn, Amanda N.Tania Theilacker, Ivana Maria Stolf e Adriana Vicente)	16/10/91	086.348.029-22	40h	24/08/2011 a 21/10/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 23 de agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2311, de 18 de Agosto de 2011

PORTARIA No 2311, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Zenila Maria Agostini Cabral, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 17 de agosto do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública Municipal ZENILA MARIA AGOSTINI CABRAL, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 1760, de 10, de janeiro de 2011, alterada pelas Portarias nº 2033, de 11/04/2011, nº 2198, de 29/06/2011 e nº 2254, de 01/08/2011, a contar de 17 de agosto do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos

do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 18 de agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2313, de 18 de Agosto de 2011

PORTARIA No 2313, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

Designa profissional lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde), para o Programa Saúde da Família - PSF.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso VII, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, Decreto nº 311, de 20/06/2002, alterado pelos Decretos nº 108, de 05 de maio de 2005 e nº 767, de 23/04/2007,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR profissional lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, para o Programa Saúde da Família - PSF, conforme abaixo relacionada:

NOME	CARGO/FUNÇÃO	A CONTAR DE
Suely Ittner Herweg	Técnico em Enfermagem	17/08/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 18 de agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2315, de 19 de Agosto de 2011

PORTARIA No 2315, DE 19 DE AGOSTO DE 2011

Altera a Portaria nº 088, de 30 de janeiro de 2009, alterada pela Portaria nº 1393, de 14 de junho de 2010, que constitui a Comissão Permanente de Sindicância.

O Prefeito Municipal de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria nº 088, de 30 de janeiro de 2009, alterada pela Portaria nº 1393, de 14 de junho de 2010, que constitui a Comissão Permanente de Sindicância, designando SHIRLEY SUELI HOCHLEITNER KREMER - Auxiliar de Serviços Administrativos, em SUBSTITUIÇÃO ao Thomaz H. N.Campregher.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 19 de agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2317, de 19 de Agosto de 2011

PORTARIA No 2317, DE 19 DE AGOSTO DE 2011

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Suely Ittner Herweg, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde), a contar de 16 de agosto do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública Municipal SUELY ITTNER HERWEG, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde), do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 1845, de 07 de fevereiro de 2011, alterada pela Portaria nº 1973, de 15/03/2011; nº 2118, de 16/05/2011 e nº 2246, de 28/07/2011, a contar de 16 de agosto do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 19 de agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2318, de 19 de Agosto de 2011

PORTARIA No 2318, DE 19 DE AGOSTO DE 2011

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Simone Teresinha da Rosa, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde), a contar de 1º de agosto do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública Municipal SIMONE TERESINHA DA ROSA, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde), do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 2223, de 14 de julho de 2011, a contar de 1º de agosto do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 19 de agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2319, de 19 de Agosto de 2011

PORTARIA No 2319, DE 19 DE AGOSTO DE 2011

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Francine Marta Bianchini Ferrari, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a

contar de 16 de agosto do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública Municipal FRANCINE MARTA BIANQUINI FERRARI, contratada temporariamente para o cargo de Professor C, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 1897, de 21 de fevereiro de 2011, alterada pela Portaria nº 2077, de 02 de maio de 2011, a contar de 16 de agosto do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 19 de agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2321, de 22 de Agosto de 2011

PORTARIA No 2321, DE 22 DE AGOSTO DE 2011

Extingue o benefício de Aposentadoria do Servidor Bertolino Carlos Mohr, a contar da data do óbito, ou seja, 16 de agosto do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990 e Lei Complementar nº 136, de 2 de julho de 1998 e alterações:

RESOLVE:

Art.1º EXTINGUIR o benefício de Aposentadoria do servidor BERTOLINO CARLOS MOHR, concedida através da Portaria nº 430, de 11 de agosto de 2000, em virtude de seu falecimento ocorrido em 16 de agosto do corrente, conforme Certidão de Óbito-Matrícula nº 107375 01 55 2011 4 00085 163 0033314 27, do Registro Civil das Pessoas Naturais - Município de Itajaí/SC, a contar da data do óbito.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 22 de agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2323 de 22 de Agosto de 2011

PORTARIA No 2323 DE 22 DE AGOSTO DE 2011

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Janaina Garcia, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 22 de agosto do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública Municipal JANAINA GARCIA, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 2078, de 02 de maio de 2011, alterada pela Portaria nº 2198, de 29/06/2011 e nº 2254, de 01/08/2011, a contar de 22 de agosto do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 22 de agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2324, de 22 de Agosto de 2011

PORTARIA No 2324, DE 22 DE AGOSTO DE 2011

Designa profissionais lotadas na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde), para o Programa Saúde da Família - PSF.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso VII, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, Decreto nº 311, de 20/06/2002, alterado pelos Decretos nº 108, de 05 de maio de 2005 e nº 767, de 23/04/2007,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR profissionais lotadas na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, para o Programa Saúde da Família - PSF, conforme abaixo relacionadas:

NOME	CARGO/FUNÇÃO	A CONTAR DE
Alexandra Januário da Silva	Técnico em Enfermagem	22/08/2011
Marilene Lunardi Conti	Técnico em Enfermagem	22/08/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 22 de agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2326, de 23 de Agosto de 2011

PORTARIA No 2326, DE 23 DE AGOSTO DE 2011

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Odete Lucolli Schmitt, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 29 de agosto do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública Municipal ODETE LUCOLLI SCHMITT, contratada temporariamente para o cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 2225, de 15 de julho de 2011, alterada pela Portaria nº 2253, de 01/08/2011, a contar de 29 de agosto do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 23 de agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2327, de 29 de Agosto de 2011

PORTARIA No 2327, DE 29 DE AGOSTO DE 2011

Nomeia membros do Conselho Municipal de Assistência Social.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e em conformidade com os artigos 10 a 14 da Lei no 1.713, de 19 de dezembro de 1994 e Decreto nº 172, de 30 de novembro de 2001,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com mandato de dois (02) anos, a contar da data da posse - dia 1º de setembro do corrente, composto pelos seguintes membros:

I - REPRESENTANTES DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Titular : Cíntia Aparecida Marchi

Suplente : Elson A.A. Marson Junior

Titular : Cristiane Elizabeth Longo Andrade

Suplente : Deise Adriana Nicholetti Mendes

b) SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO:

Titular : Kathia E.G.Howe

Suplente : Valmor Pasold Junior

c) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Titular : Simone Nolli

Suplente : Sergi Frederico Mengarda

d) SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Titular : Waldemar Gebauer

Suplente : Volnei Osmar Fernandes

e) PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO:

Titular : Giscard Ataídes Wolter Bertoldi

Suplente : Jean Pierre Bezerra Museka

II - REPRESENTANTES DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS:

a) REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER:

Titular : Doryta Reynold Moser

Suplente : Ivone Teske Krieger

b) ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TIMBÓ-APAE:

Titular : Sharly Menestrina Poltronieri

Suplente : Jaira Packer Lenzi

c) INSTITUTO EDUCACIONAL FILEO:

Titular : Marizete Terezinha Klehm Lara

Suplente : Elizangela Espírito Santo

d) PROGRAMA ESPAÇO ALTERNATIVO-PEAL:

Titular : Gilberto Klitzke

Suplente : Carlos Hanemann

e) ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO DOS ESTADOS:

Titular : Célia Zanguelini Campregher

Suplente : Cirineu Back Loch

f) HOSPITAL E MATERNIDADE OASE:

Titular : Nilson Santiago Moya

Suplente : Richard Choseki

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 29 de agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2328, de 29 de Agosto de 2011

PORTARIA No 2328, DE 29 DE AGOSTO DE 2011

Nomeia Comissão Central Organizadora da 21ª Festa do Imigrante.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "c" da Lei Orgânica do Município e Lei nº 1946, de 24 de julho de 1997,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR A COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA DA 21ª FESTA DO IMIGRANTE, a ser realizada em Timbó, no período de 07 a 12 de outubro de 2011, constituída dos seguintes Servidores:

Presidente: Jorge Revelino Ferreira

Vice-Presidente: Waldemar Gebauer

Coordenador Geral: Jarbas Dallabrida

Secretária: Christiane Martina Pelin

COMISSÕES:

Assessoria de Imprensa: Jaime Avendano

Cultura / Decoração: Inês Klauman Godoi e Franciele Coelho

Desenvolvimento Econômico: Mário Vieira

Limpeza: Volnei Osmar Fernandes

Obras: Orlei Adazir Pedron

Saúde: Elson Antonio Aparecido Marson Junior

Desfiles: Márcia da Rocha

Tesouraria: Maria Angélica Faggiani, Thomaz H.N. Campregher e Jean M. Rodrigues Vargas

Trânsito: Fabiano Martins Adriano e Osvaldo Roberto Brodwolf

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 29 de agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No SEMFA-C1336, de 17 de agosto de 2011

PORTARIA No SEMFA-C1336, de 17 de agosto de 2011

Concede Licença-Prêmio, convertendo 50% em Pecúnia, ao Servidor Solange Klug Moreira.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 116, de 19 de Julho de 2.000, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, RESOLVE:

Art.1º Conceder licença-prêmio, convertendo 50% em pecúnia ao servidor Solange Klug Moreira, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 2006/2011, com afastamento para gozo dos 15 dias restantes a contar de 03.10.2011 à 17.10.2011, conforme Processo RH11-0318.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 17 de agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria No SEMFA-C1347, de 19 de Agosto de 2.011
PORTARIA No SEMFA-C1347, de 19 de Agosto de 2.011
Concede Promoção por Qualificação aos servidores da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 20 à 25 da Lei Complementar no 137, de 02/07/98, RESOLVE:

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO, aos Servidores ocupantes de cargos efetivos, lotados (as) na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Carlota Scoz	GA-62	GA-67	09/08/2011	RH01-099
Dilorme Fistarol	SP-25	SP-26	09/08/2011	RH11-0326
Edgar Pontes Tenchena	SG-30	SG-31	15/08/2011	RH11-0325
Juraci Bueno de Oliveira Sacht	SP-35	SP-40	20/05/2011	RH07-0254
Rafael de Oliveira Matos	SG-31	SG-32	12/08/2011	RH11-0324
Sandra Beatriz Knopp Fernandes	GP-65	GP-70	16/08/2011	RH11-0327
Silvia Fernanda Brandt Dalagnolo	GP-65	GP-70	16/08/2011	RH11-0328

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 19 de Agosto de 2011; 141º ano de

Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria No SEMFA-C1348, de 22 de Agosto de 2.011
PORTARIA No SEMFA-C1348, de 22 de Agosto de 2.011
Concede Pecúlio do ex-servidor Bertolino Carlos Mohr, à viúva Selmira Piske Mohr.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 195 e 196 da Lei Complementar no 137, de 02/07/98;

RESOLVE

Art.1º CONCEDER PECÚLIO, do ex-servidor Bertolino Carlos Mohr, à viúva Selmira Piske Mohr, equivalente ao valor dos proventos de 850,17 (Oitocentos e cinquenta reais e dezessete centavos), custeado integralmente pelo Órgão Patronal, conforme Processo RH11-0329.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 22 de Agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria No SEMFA-C1377, de 01 de Setembro de 2011
PORTARIA No SEMFA-C1377, de 01 de Setembro de 2011
Concede Promoção por Qualificação aos servidores da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 20 à 25 da Lei Complementar no 137, de 02/07/98, RESOLVE:

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO, aos Servidores ocupantes de cargos efetivos, lotados (as) na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Eduardo Espindola	GA-30	GA-35	08/04/2011	RH11-0176
Fábio Jônatas Finger Bertoldi	GA-30	GA-35	10/06/2011	RH11-0256
Michele de Almeida Alves	GP-65	GP-70	16/06/2011	RH11-0257

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 01 de Setembro de 2011; 141º ano de

Fundação; 77o ano de Emancipação Política.
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº 2312, de 18 de Agosto de 2011

PORTARIA Nº 2312, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

Instaura Sindicância Administrativa nº 15/2011, para apurar fatos constantes no Boletim de Ocorrência nº 00295-2011-02014.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II, VII e XXV, c/c o art. 70, inciso II, alínea "f", da Lei Orgânica do Município de Timbó, e com fundamento nos arts.134 e 135 da Lei Complementar nº 01/93, alterada pela Lei Complementar nº 139/98,

RESOLVE:

Art.1º Determinar a instauração de Sindicância Administrativa nº 15/2011, para apurar fatos constantes no Boletim de Ocorrência nº 00295-2011-02014, de 22 de junho de 2011, e demais documentos, ocorrido na mesma data, na Rua Tiroleses s/nº, em Timbó-SC;

Art.2º Designar a Comissão Permanente de Sindicância, constituída através da Portaria nº 088, de 30 de janeiro de 2009, alterada pelas Portarias nº 574, de 24 de junho de 2009 e nº 1393, de 14 de junho de 2010, para apresentarem com independência e imparcialidade, a conclusão da Sindicância a que se refere o inciso anterior, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 18 de agosto de 2011; 141o ano de Fundação; 77o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 2329, de 31 de Agosto de 2011

PORTARIA Nº 2329, DE 31 DE AGOSTO DE 2011

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Administração Direta.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 2386, de 21/06/2011,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉR-MINO
1. Aduino Matins de Oliveira	2196 / 29.06.2011	01.12.2011
2. Ademir Hannebach	2196 / 29.06.2011	01.12.2011
3. Ademir de Borba	2196 / 29.06.2011	01.12.2011
4. Adriano Dallabona	2196 / 29.06.2011	01.12.2011
5. Airton Natal Sestari	2196 / 29.06.2011	01.12.2011
6. Almir Rogério Stolf	2196 / 29.06.2011	01.12.2011
7. Ana Paula Preuss	2196 / 29.06.2011	01.12.2011
8. Antenor Novadezeski Ascari	2196 / 29.06.2011	01.12.2011
9. Audir Pasquali	2196 / 29.06.2011	01.12.2011

10. Augusto Vital Dognini	2196 / 29.06.2011	01.12.2011
11. Bruno Roedel	2196 / 29.06.2011	01.12.2011
12. Clovis Alberto Kruger	2196 / 29.06.2011	01.12.2011
13. Crispim Cohn da Silveira	2196 / 29.06.2011	01.12.2011
14. Cristiano Luiz Rodrigues	2196 / 29.06.2011	01.12.2011
15. Ditmar Hackbarth	2196 / 29.06.2011	01.12.2011
16. Domingo Pereira	2196 / 29.06.2011	01.12.2011
17. Edilson Mlynarczyk	2196 / 29.06.2011	01.12.2011
18. Elirio Stolf	2196 / 29.06.2011	01.12.2011
19. Emerson Roberto Sanches	2196 / 29.06.2011	01.12.2011
20. Engelberto Franz	2196 / 29.06.2011	01.12.2011
21. Ernstfried Withoeft	2196 / 29.06.2011	01.12.2011
22. Ismael Rodrigo Grosch	2196 / 29.06.2011	01.12.2011
23. Ivanor José Diogo Correa	2196 / 29.06.2011	01.12.2011
24. Jairo Bartel	2182 / 16.06.2011	01.12.2011
25. Jean Ariel Bona	2196 / 29.06.2011	01.12.2011
26. Jean Carlos Piazza	2196 / 29.06.2011	01.12.2011
27. João Dutra Ribeiro	2196 / 29.06.2011	01.12.2011
28. João Luis dos Santos	2288 / 08.08.2011	01.12.2011
29. Jocimar Rogério de Borba	2199 / 30.06.2011	01.12.2011
30. Jorge de Oliveira Junior	2196 / 29.06.2011	01.12.2011
31. Leônidas Costa da Silva	2196 / 29.06.2011	01.12.2011
32. Luis Carlos Miranda dos Santos	2196 / 29.06.2011	01.12.2011
33. Maico Kroenke	2196 / 29.06.2011	01.12.2011
34. Marcelo Juliano da Silveira	2196 / 29.06.2011	01.12.2011
35. Natal Ferretti	2196 / 29.06.2011	01.12.2011
36. Natálio Cordeiro	2196 / 29.06.2011	01.12.2011
37. Onigênio Farias	2196 / 29.06.2011	01.12.2011
38. Orival Tancon	2196 / 29.06.2011	01.12.2011
39. Orlei Anacleto Cardoso	2196 / 29.06.2011	01.12.2011
40. Osvaldo Rodrigues	2257 / 01.08.2011	01.12.2011
41. Paulo Roberto Lorenzetti	2196 / 29.06.2011	01.12.2011
42. Paulo Valt	2196 / 29.06.2011	01.12.2011
43. Raul Kleischmidt	2196 / 29.06.2011	01.12.2011
44. Renaldo Arthur Giotti	2196 / 29.06.2011	01.12.2011
45. Roberto Carlos Moreira Lisboa	2196 / 29.06.2011	01.12.2011
46. Rogério Carl	2196 / 29.06.2011	01.12.2011
47. Romário Greter	2196 / 29.06.2011	01.12.2011
48. Rosilene Alves de Souza	2196 / 29.06.2011	01.12.2011
49. Tarcísio de Oliveira	2196 / 29.06.2011	01.12.2011
50. Valmor Helmbrecht	2196 / 29.06.2011	01.12.2011
51. Verônica Sepka	2196 / 29.06.2011	01.12.2011
52. Vilmar Pereira	2196 / 29.06.2011	01.12.2011
53. Walmor Valentim Theiss	2196 / 29.06.2011	01.12.2011
54. Wanderley Ferrari	2196 / 29.06.2011	01.12.2011

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 31 de agosto de 2011; 141o ano de Fundação; 77o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº SEMFA-C1342 de 19 de Agosto de 2011.

PORTARIA Nº SEMFA-C1342 de 19 de Agosto de 2011.

Concede Licença Por Acidente em Serviço a servidora Elenir Monteiro da Cunha Oliveira.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de

Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Por Acidente em Serviço à servidora Elenir Monteiro da Cunha Oliveira, ocupante do cargo de Atendente de Odontologia, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, por dois (02) dias, a contar de 16/08/2011, conforme Processo RH11-0315.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 19 de Agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-C1343 de 19 de Agosto de 2011.

PORTARIA Nº SEMFA-C1343 de 19 de Agosto de 2011.

Concede Prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde a servidora Jeane Wera Raduenz.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde a servidora Jeane Wera Raduenz, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Educação, por trinta e quatro (34) dias, a contar de 29/07 a 31/08/2011, conforme Processo RH01-102;

I - com remuneração integral do cargo no período de 14/07 a 28/07/2011 (15 dias); e

II - com remuneração equivalente à 91% do salário-de-benefício, a título de auxílio-doença, no período de 29/07 a 31/08/2011 (34 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 19 de agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-C1354 de 22 de agosto de 2011.

PORTARIA Nº SEMFA-C1354 de 22 de agosto de 2011.

Concede Porrogação de Licença por Acidente em Serviço ao servidor Ditmar Cristiano Ewald.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de

Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Prorrogação de Licença Por Acidente em Serviço ao servidor Ditmar Cristiano Ewald, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Obras, por vinte (20) dias, a contar de 16/08/2011 a 04/09/2011, conforme Processo RH11-0248a;

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 22 de agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-C1355 de 22 de agosto de 2011.

PORTARIA Nº SEMFA-C1355 de 22 de agosto de 2011.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidora Marilde Maria Busarello Klohn.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde a servidora MARILDE MARIA BUSARELLO KLOHN, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotado na Secretaria Municipal de Educação, por trinta e um (31) dias, a contar de 16/08 a 15/09/2011, conforme Processo RH06-0268;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 22 de agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-C1360 de 22 de agosto de 2011.

PORTARIA Nº SEMFA-C1360 de 22 de agosto de 2011.

Concede Licença à Gestante para a servidora Silvana Betina Muller Dias.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 176 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, e artigos 65 à 70 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º - Concede Licença a Gestante para servidora Silvana Betina Muller Dias, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços

Administrativos, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, por cento e vinte (120) dias, a contar de 20 de agosto de 2011 (período 20/08/11 a 17/12/2011), conforme Processo RH11-0341.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 22 de agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.
MARIA ANGELICA FAGGIANI
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-C1363 de 22 de agosto de 2011.

PORTARIA Nº SEMFA-C1363 de 22 de agosto de 2011.
Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidora Rosa Maria Prestes Prochnow

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde a servidora Rosa Maria Prestes Prochnow, ocupante do cargo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, por trinta (30) dias, a contar de 24/08 a 23/09/2011, conforme Processo RH07-0275;

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 22 de agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-C1365 de 22 de agosto de 2011.

PORTARIA Nº SEMFA-C1365 de 22 de agosto de 2011.
Concede prorrogação de Licença por Acidente em Serviço a servidora Ivani Laemmel Anklam.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Prorrogação de Licença Por Acidente em Serviço a servidora IVANI LAEMMEL ANKLAM, ocupante do cargo de Educadora, lotado na Secretaria Municipal de Educação, por trinta e dois (32) dias, a contar de 30/08/2011 a 30/09/2011, conforme Processo RH10-0208;

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do

Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 22 de agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-C1366 de 22 de agosto de 2011.

PORTARIA Nº SEMFA-C1366 de 22 de agosto de 2011.
Concede Licença por Acidente em Serviço a servidora Silvana Vicente Roepcke.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Por Acidente em Serviço a servidora Silvana Vicente Roepcke, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, lotado na Secretaria Municipal de Obras, conforme Processo RH11-0263;

RESSALTAMOS QUE A SERVIDORA FOI LIBERADA PELA JUNTA MÉDICA DO MUNICÍPIO PARA O RETORNO ANTECIPADO DE SUA LICENÇA POR ACIDENTE EM SERVIÇO, PARA A DATA DE 01/09/2011. INFORMAMOS QUE NA PERÍCIA ANTERIOR HAVIA SIDO DETERMINADO O RETORNO PARA 16/09/2011.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 22 de agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-C1368 de 22 de agosto de 2011.

PORTARIA Nº SEMFA-C1368 de 22 de agosto de 2011.
Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Roland Reichel

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor Roland Reichel, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Obras, por vinte e nove (29) dias, a contar de 02/09 a 30/09/2011, conforme Processo RH00-0179;

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 22 de agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-C1372 de 30 de Agosto de 2011.

PORTARIA Nº SEMFA-C1372 de 30 de Agosto de 2011.

Concede Licença de Acidente em Serviço a servidora Dilma Tomelin Girardi.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença de Acidente em Serviço à servidora Dilma Tomelin Girardi, ocupante do cargo de Enfermeira, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, por quatro (04) dias, a contar de 01/09/2011, conforme Processo RH11-0266.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 30 de Agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-C1373 de 30 de agosto de 2011.

PORTARIA Nº SEMFA-C1373 de 30 de agosto de 2011.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor José Roberto Kannenberg.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor José Roberto Kannenberg, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional I, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, conforme Processo RH11-0320.

RESSALTAMOS QUE O SERVIDOR FOI LIBERADO PELA JUNTA MÉDICA DO MUNICÍPIO PARA O RETORNO ANTECIPADO DE SUA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, PARA A DATA DE 02/09/2011. INFORMAMOS QUE NA PERÍCIA ANTERIOR HAVIA SIDO DETERMINADO O RETORNO PARA 12/09/2011.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 30 de agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-C1374 de 30 de agosto de 2011.

PORTARIA Nº SEMFA-C1374 de 30 de agosto de 2011.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Jorge Luis Espinosa Samalea.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao servidor Jorge Luis Espinosa Samalea, ocupante do cargo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, por vinte e cinco (25) dias, a contar de 26/08/2011 a 19/09/2011, conforme Processo RH07-0177.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 30 de agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-C1337 de 17 de Agosto de 2011.

PORTARIA Nº SEMFA-C1337 de 17 de Agosto de 2011.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidora Macilde Martins Cunha.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora Macilde Martins Cunha, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, por trinta (30) dias, a contar de 06/08/2011 a 04/09/2011, conforme Processo RH11-0319;

I - com remuneração integral do cargo no período de 04/08 a 18/08/2011 (15 dias); e

II - com remuneração equivalente à 91% do salário-de-benefício, a título de auxílio-doença, no período de 06/08 a 04/09/2011 (30 dias).

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 10 de Agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C1338 de 17 de Agosto de 2011.

PORTARIA NºSEMFA-C1338 de 17 de Agosto de 2011.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor José Roberto Kannenberg.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao servidor José Roberto Kannenberg, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional I, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, por vinte e sete (27) dias, a contar de 16/08/2011 a 11/09/2011, conforme Processo RH11-0320;

I - com remuneração integral do cargo no período de 01/08 a 15/08/2011 (15 dias); e

II - com remuneração equivalente à 91% do salário-de-benefício, a título de auxílio-doença, no período de 16/08 a 11/09/2011 (27 dias).

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 17 de Agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C1339 de 17 de Agosto de 2011.

PORTARIA NºSEMFA-C1339 de 17 de Agosto de 2011.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidora Ella Bertram.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora Ella Bertram, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional I, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, por três (03) dias, a contar de 08/08/2011 a 10/08/2011, conforme Processo RH11-0321;

I - com remuneração integral do cargo no período de 23/07 a 07/08/2011 (15 dias); e

II - com remuneração equivalente à 91% do salário-de-benefício, a título de auxílio-doença, no período de 08/08 a 10/08/2011 (03 dias).

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 17 de Agosto de 2011; 141º ano de

Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C1340 de 17 de Agosto de 2011.

PORTARIA NºSEMFA-C1340 de 17 de Agosto de 2011.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor João Renato Scoz.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao servidor João Renato Scoz, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, por noventa e três (93) dias, a contar de 08/08/2011 a 08/11/2011, conforme Processo RH04-0049;

I - com remuneração integral do cargo no período de 20/07 a 05/08/2011 (15 dias); e

II - com remuneração equivalente à 91% do salário-de-benefício, a título de auxílio-doença, no período de 08/08 a 08/11/2011 (93 dias).

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 17 de Agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C1341, de 19 de agosto de 2011

PORTARIA NºSEMFA-C1341, de 19 de agosto de 2011

Concede Licença-Prêmio convertida em Pecúnia Total ao servidor da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e pelo Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença-prêmio convertida em pecúnia total ao servidor da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a ser pago junto à folha Competência Agosto/2011, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Processo	Período Aquisitivo
Gilmar João Turazzi	RH11-0322	15.08.2006/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 19 de agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C1344 de 19 de Agosto de 2011.

PORTARIA NºSEMFA-C1344 de 19 de Agosto de 2011.
Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Dicléia Teresinha Koehler da Veiga.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 116, de 19 de Julho de 2.000, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

- à servidora Dicléia Teresinha Koehler da Veiga, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, por trinta e cinco (35) dias, a contar de 16/08/2011 a 19/09/2011, conforme Processo RH02-983.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 19 de Agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C1345 de 19 de Agosto de 2011.

PORTARIA NºSEMFA-C1345 de 19 de Agosto de 2011.
Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde a servidora Dorelise Mohr Kruger

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde a servidora Dorelise Mohr Kruger, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, por dezessete (17) dias, a contar de 16/08/2011 a 01/09/2011, conforme Processo RH09-0139.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 19 de Agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C1346 de 19 de Agosto de 2011.

PORTARIA NºSEMFA-C1346 de 19 de Agosto de 2011.
Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidora Daura Tomelin Stiz.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora Daura Tomelin Stiz, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, por trinta (30) dias, a contar de 02/08/2011 a 31/08/2011, conforme Processo RH11-0323;

I - com remuneração integral do cargo no período de 22/07 a 05/08/2011 (15 dias); e

II - com remuneração equivalente à 91% do salário-de-benefício, a título de auxílio-doença, no período de 02/08 a 31/08/2011 (30 dias).

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 19 de Agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGELICA FAGGIANI
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C1349 de 22 de agosto de 2011.

PORTARIA NºSEMFA-C1349 de 22 de agosto de 2011.
Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidora Ingelore Andreatta.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde a servidora Ingelore Andreatta, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotado na Secretaria Municipal de Educação, por trinta e um (31) dias, a contar de 06/08 a 05/09/2011, conforme Processo RH09-0152;

I - com remuneração integral do cargo no período de 22/07 a 05/08/2011 (15 dias); e

II - com remuneração equivalente à 91% do salário-de-benefício, a título de auxílio-doença, no período de 06/08 a 05/09/2011 (31 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 22 de agosto de 2011; 141º ano de

Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C1350 de 22 de agosto de 2011.
PORTARIA NºSEMFA-C1350 de 22 de agosto de 2011.
Concede Prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Arlete Schumacher.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à servidora Arlete Schumacher, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Educação, por vinte e quatro (24) dias, a contar de 09/08/2011 a 01/09/2011, conforme Processo RH99-057;

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 22 de agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
MARIA ANGELICA FAGGIANI
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C1351 de 22 de agosto de 2011.
PORTARIA NºSEMFA-C1351 de 22 de agosto de 2011.
Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Cleide Regina Ewald.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à servidora Cleide Regina Ewald, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotado na Secretaria Municipal de Educação, por dezenove (19) dias, a contar de 17/08/2011 a 04/09/2011, conforme Processo RH07-0335;

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 22 de agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
MARIA ANGELICA FAGGIANI
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C1352 de 22 de agosto de 2011.

PORTARIA NºSEMFA-C1352 de 22 de agosto de 2011.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família ao servidor José Stolf.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art 1º Conceder Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família ao servidor José Stolf, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, por um (01) dias, a contar de 10/08/2011, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH11-0339.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 22 de agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
MARIA ANGELICA FAGGIANI
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C1353 de 22 de agosto de 2011.

PORTARIA NºSEMFA-C1353 de 22 de agosto de 2011.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Cristiane Bona.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art 1º Conceder Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Cristiane Bona, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotado na Secretaria Municipal de Educação, por um (01) dia, a contar de 11/08/2011, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH09-0120.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010

Município de Timbó, em 22 de agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
MARIA ANGELICA FAGGIANI
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C1356 de 22 de agosto de 2011

PORTARIA NºSEMFA-C1356 de 22 de agosto de 2011

Concede Prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde a servidora Meike Milbratz Giotti.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no

uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde a servidora Meike Milbratz Giotti, ocupante do cargo de Professora, lotado na Secretaria Municipal de Educação, por setenta e um (71) dias, a contar de 01/08 a 10/10/2011, conforme Processo RH04-0074;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 22 de agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C1357 de 22 de agosto de 2011.

PORTARIA NºSEMFA-C1357 de 22 de agosto de 2011.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Débora Mariane Peyerl Florencio.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art 1º Conceder Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Débora Mariane Peyerl Florencio, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotado na Secretaria Municipal de Educação, por um (01) dia, a contar de 15/08/2011, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH11-0062.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 22 de agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C1358 de 22 de agosto de 2011.

PORTARIA NºSEMFA-C1358 de 22 de agosto de 2011.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Deyse Aparecida Londres.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art 1º Conceder Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Deyse Aparecida Londres, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotado na Secretaria Municipal de Educação, por cinco (05) dias, a contar de 15/08/2011, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH10-0209.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010

Município de Timbó, em 22 de agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C1359 de 22 de agosto de 2011.

PORTARIA NºSEMFA-C1359 de 22 de agosto de 2011.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Josi Giovana Muller Rozza.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art 1º Conceder Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Josi Giovana Muller Rozza, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotado na Secretaria Municipal de Educação, por sete (07) dias, a contar de 26/07/2011, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH02-0979.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010

Município de Timbó, em 22 de agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C1361 de 22 de Agosto de 2011.

PORTARIA NºSEMFA-C1361 de 22 de Agosto de 2011.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidora Solange M. C. Werner.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde a servidora Solange M. C. Werner, ocupante do cargo de Auxiliar de Educadora Infantil, lotado na Secretaria Municipal de Educação, por sete (07) dias, a contar de 25/08/2011 a 31/08/2011, conforme Processo RH04-0010.

I - com remuneração integral do cargo no período de 10/08 a 24/08/2010 (15 dias); e

II - com remuneração equivalente à 91% do salário-de-benefício, a título de auxílio-doença, no período de 25/08 a 31/08/2011 (07 dias).

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 22 de Agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C1362 de 22 de Agosto de 2011.

PORTARIA NºSEMFA-C1362 de 22 de Agosto de 2011.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde a servidora Juliana M. C. Dalpiaz.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde a servidora Juliana M. C. Dalpiaz, ocupante do cargo de Auxiliar de Educadora Infantil, lotado na Secretaria Municipal de Educação, por doze (12) dias, a contar de 19/08/2011 a 31/08/2011, conforme Processo RH11-0340.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 22 de Agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C1364 de 22 de agosto de 2011.

PORTARIA NºSEMFA-C1364 de 22 de agosto de 2011.

Concede Prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde a servidora Dietlind Duwe Westphal.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde a servidora Dietlind Duwe Westphal, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Educação, por trinta e dois (32) dias, a contar de 30/08 a 30/09/2011, conforme Processo RH01-102;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 22 de agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C1367 de 22 de agosto de 2011.

PORTARIA NºSEMFA-C1367 de 22 de agosto de 2011.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Arlete Schumacher.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à servidora Arlete Schumacher, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Educação, por dez (10) dias, a contar de 02/09/2011 a 11/09/2011, conforme Processo RH99-057;

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 22 de agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
MARIA ANGELICA FAGGIANI
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C1369 de 22 de agosto de 2011.

PORTARIA NºSEMFA-C1369 de 22 de agosto de 2011.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família a servidora Léa Liana Gramm Oss Emer.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art 1º Conceder Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família a servidora Léa Lianna Gramm Oss Emer, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotado na Secretaria Municipal da Educação, por quatro (04) dias, a contar de 23/08/2011, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH08-00172.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 22 de agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGELICA FAGGIANI
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C1370 de 30 de Agosto de 2011.

PORTARIA NºSEMFA-C1370 de 30 de Agosto de 2011.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde a servidora Dorelise Mohr Kruger

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde a servidora Dorelise Mohr Kruger, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, por trinta (30) dias, a contar de 02/09/2011 a 01/10/2011, conforme Processo RH09-0139.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 30 de Agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C1371 de 30 de Agosto de 2011.

PORTARIA NºSEMFA-C1371 de 30 de Agosto de 2011.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde a servidora Macilde Martins Cunha.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde a servidora Macilde Martins Cunha, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional I, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, por quarenta e um (41) dias, a contar de 05/09/2011 a 15/10/2011, conforme Processo RH11-0319.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 30 de Agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C1375 de 30 de Agosto de 2011.

PORTARIA NºSEMFA-C1375 de 30 de Agosto de 2011.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde a

servidora Daura Tomelin Stiz.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde a servidora Daura Tomelin Stiz, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, por dezenove (19) dias, a contar de 01/09/2011 a 19/09/2011, conforme Processo RH11-0323.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 30 de Agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C1376, de 01 de Setembro de 2011

PORTARIA NºSEMFA-C1376, de 01 de Setembro de 2011

Concede Licença-Prêmio convertida em Pecúnia Total a servidora da Secretaria Municipal da Fazenda e Administração.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e pelo Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença-prêmio convertida em pecúnia total a servidora da Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, a ser pago junto à Rescisão Setembro/2011, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Processo	Período Aquisitivo
Eliese Salvador	RH01-172	01.09.2006/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 01 de setembro de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-C1378 de 01 de Setembro de 2011.

PORTARIA NºSEMFA-C1378 de 01 de Setembro de 2011.

Concede Prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Milton Gonçalves Gomes.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de

Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

- ao servidor MILTON GONÇALVES GOMES, ocupante do cargo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, por trinta e quatro (34) dias, a contar de 01/07/2011 a 03/08/2011, conforme Processo RH03-0208.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 01 de Setembro de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Vargeão

PREFEITURA

Extrato de Contrato

Extrato de Contrato

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: RIBEIRO E PIEROG PANIFIC. E LANCH. LTDA

OBJETO: Aquisição parcelada de alimentos destinados aos Programas Proteção Social Básica a Criança/Brinquedoteca e Proteção Social Básica ao Idoso/Grupos de Convivência.

VALOR: R\$ 2.050,00 (dois mil e cinquenta reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 0007/2011 e Contrato nº 126/2011.

Vargeão SC, 14 de setembro de 2011.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

Extrato de Contrato

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES ME

OBJETO: Aquisição parcelada de materiais pedagógicos destinados aos Programas Proteção Social Básica a Criança/Brinquedoteca e Proteção Social Básica ao Idoso/Grupos de Convivência.

VALOR: R\$ 2.160,00 (dois mil cento e sessenta reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 0007/2011 e Contrato nº 125/2011.

Vargeão SC, 14 de setembro de 2011.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

Extrato de Contrato

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: GERAÇÃO PAPELARIA E BRINQ. LTDA-ME

OBJETO: Aquisição parcelada de materiais pedagógicos destinados aos Programas Proteção Social Básica a Criança/Brinquedoteca e Proteção Social Básica ao Idoso/Grupos de Convivência.

VALOR: R\$ 2.298,95 (dois mil duzentos e noventa e oito reais e noventa e cinco centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 0007/2011 e Contrato nº 124/2011.

Vargeão SC, 14 de setembro de 2011.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

Extrato de Contrato

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: GUIOMAR MARIA CRISTOFOLI FELIPE ME

OBJETO: Aquisição parcelada de materiais pedagógicos destinados aos Programas Proteção Social Básica a Criança/Brinquedoteca e Proteção Social Básica ao Idoso/Grupos de Convivência.

VALOR: R\$ 3.212,20 (três mil duzentos e doze reais e vinte centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 0007/2011 e Contrato nº 123/2011.

Vargeão SC, 14 de setembro de 2011.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

Extrato de Contrato

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: MOACIR BERTOL & CIA LTDA

OBJETO: Aquisição parcelada de alimentos e material de higiene e limpeza destinados aos Programas Proteção Social Básica a Criança/Brinquedoteca e Proteção Social Básica ao Idoso/Grupos de Convivência.

VALOR: R\$ 14.550,50 (catorze mil quinhentos e cinquenta reais e cinquenta centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 0007/2011 e Contrato nº 122/2011.

Vargeão SC, 14 de setembro de 2011.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

Extrato de Contrato

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: RIBEIRO E PIEROG PANIFIC. E LANCH. LTDA

OBJETO: Aquisição parcelada de alimentos destinados ao CRAS do Município de Vargeão.

VALOR: R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 0008/2011 e Contrato nº 131/2011.

Vargeão SC, 14 de setembro de 2011.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

Extrato de Contrato

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES ME
OBJETO: Aquisição parcelada de material didático e de expediente e produtos para artesanato destinados ao CRAS do Município de Vargeão.
VALOR: R\$ 6.269,00 (seis mil duzentos e sessenta e nove reais).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 0008/2011 e Contrato nº 130/2011.

Vargeão SC, 14 de setembro de 2011.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

Extrato de Contrato

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: GERAÇÃO PAPELARIA E BRINQ. LTDA-ME
OBJETO: Aquisição parcelada de material didático e de expediente e produtos para artesanato destinados ao CRAS do Município de Vargeão.
VALOR: R\$ 6.115,90 (seis mil cento e quinze reais e noventa centavos).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 0008/2011 e Contrato nº 129/2011.

Vargeão SC, 14 de setembro de 2011.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

Extrato de Contrato

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: GUIOMAR MARIA CRISTOFOLI FELIPE ME
OBJETO: Aquisição parcelada de material didático e de expediente e produtos para artesanato destinados ao CRAS do Município de Vargeão.
VALOR: R\$ 7.826,25 (sete mil oitocentos e vinte e seis reais e vinte e cinco centavos).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 0008/2011 e Contrato nº 128/2011.

Vargeão SC, 14 de setembro de 2011.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

Extrato de Contrato

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: MOACIR BERTOL & CIA LTDA
OBJETO: Aquisição parcelada de alimentos e produtos de higiene e limpeza destinados ao CRAS do Município de Vargeão, SC.
VALOR: R\$ 4.285,93 (quatro mil duzentos e oitenta e cinco reais e noventa e três centavos).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 0008/2011 e Contrato nº 127/2011.

Vargeão SC, 14 de setembro de 2011.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Vidal Ramos**PREFEITURA****Pregão Registro de Preços Nº. 45/2011 - Madeira de Eucalipto Tipo Grandis**

Prefeitura de Vidal Ramos
Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
Setor de Compras
PREGÃO Nº. 45/2011
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 45/2011

OBJETO: Constitui objeto do presente certame a MADEIRA DE EUCALIPTO, ESPÉCIE GRANDIS, QUE APRESENTE COMPOSIÇÃO DE CERNE DEVIDAMENTE AMADURECIDA, DE MODO A GARANTIR MAIOR DURABILIDADE. MADEIRA SERRADA EM PLANCHAS, TABUAS E SARRAFOS PARA REPOSIÇÃO EM PONTES DE SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL, SEMPRE ATENDENDO A BITOLA ESPECIFICADA EM REQUISICÃO DO SETOR DE MANUTENÇÃO.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela PORTARIA Nº. 257/2005 de 26/08/2005 torna público, aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 45/2011, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até o dia 29/09/2011, às 10:00 hrs.

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos/SC.

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 hrs, telefone (47) 3356-1122, e-mail: compras@prefeituravidalramos.com.br.
Nabor José Schmitz - Prefeito Municipal

Videira**PREFEITURA****Decreto Nº 9.801/11**

DECRETO Nº 9.801/11, DE 13 DE SETEMBRO DE 2011.
Aprova Desmembramento e Remembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal de Videira, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais

vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 6103/2011, tendo por objeto pedido de desmembramento e remembramento de áreas, formulado por Edson Casagrande e outros.

Considerando que o pedido dos requerentes, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 06 (seis) áreas distintas, sendo a área nº 01 com 468,791 m2 (quatrocentos e sessenta e oito metros e setecentos e noventa e um decímetros quadrados), sendo a área nº 02 com 900,00 m2 (novecentos metros quadrados), sendo a área nº 03 com 234,399 m2 (duzentos e trinta e quatro metros e trezentos e noventa e nove decímetros quadrados), sendo a área nº 04 com 198,466 m2 (cento e noventa e oito metros e quatrocentos e sessenta e seis decímetros quadrados), sendo a área nº 05 com 570,028 m2 (quinhentos e setenta metros e vinte e oito decímetros quadrados), sendo a área nº 06 com 1.693,67 m2 (um mil, seiscentos e noventa e três metros e sessenta e sete decímetros quadrados), de propriedade de Edson Casagrande e outros, constante da matrícula nº 26.197, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, conforme mapa e memorial descritivo constante do Processo Administrativo nº 6103/2011.

Art. 2º Fica aprovado o desmembramento de 01 (uma) área distinta, sendo a área nº 01 com 129,796 m2 (cento e vinte e nove metros e setecentos e noventa e seis decímetros quadrados), de propriedade de Recapadora São Cristovão Ltda, constante da matrícula nº 13.670, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, conforme mapa e memorial descritivo constante do Processo Administrativo nº 6103/2011.

Art. 3º Fica aprovado o remembramento de 01 (uma) área com 234,399 m2 (duzentos e trinta e quatro metros e trezentos e noventa e nove decímetros quadrados), área nº 03 desmembrada no artigo 1º deste decreto, à propriedade de Delmir Carelle e Eva Gaio Carelle, constante da matrícula nº 7.326 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, totalizando a área de 559,399 m2 (quinhentos e cinquenta e nove metros e trezentos e noventa e nove decímetros quadrados).

Art. 4º Fica aprovado o remembramento de 01 (uma) área com 198,466 m2 (cento e noventa e oito metros e quatrocentos e sessenta e seis decímetros quadrados), área nº 04 desmembrada no artigo 1º deste decreto, à propriedade de Antonio Carelle e Marilene Luiza Gaio Carelle, constante da matrícula nº 7.325 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, totalizando a área de 523,466 m2 (quinhentos e vinte e três metros e quatrocentos e sessenta e seis decímetros quadrados).

Art. 5º Fica aprovado o remembramento de 01 (uma) área com 468,791 m2 (quatrocentos e sessenta e oito metros e setecentos e noventa e um decímetros quadrados), área nº 01 desmembrada no artigo 1º deste decreto, à propriedade de Recapadora São Cristovão Ltda, constante da matrícula nº 13.670 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, totalizando a área de 5.504,265 m2 (cinco mil, quinhentos e quatro metros e duzentos e sessenta e cinco decímetros quadrados).

Art. 6º Fica aprovado o remembramento de 01 (uma) área com 129,796 m2 (cento e vinte e nove metros e setecentos e noventa e seis decímetros quadrados), área nº 01 desmembrada no artigo 2º deste decreto, à propriedade de Edson Casagrande, constante da matrícula nº 26.197 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, totalizando a área de 121.703,612 m2 (cento

e vinte e um mil, setecentos e três metros e seiscentos e doze decímetros quadrados).

DA ÁREA PÚBLICA

Art. 7º Fica o proprietário do imóvel, constante no artigo 1º deste decreto, obrigado a doar ao Poder Público 10% (dez por cento) da área do lote a ser desmembrado, ou seja, 458,55 m2 (quatrocentos e cinquenta e oito metros e cinquenta e cinco decímetros quadrados), uma vez que a área urbana constante da matrícula RG 26.197 é superior a área de 5.000,00m2 (cinco mil metros quadrados), conforme disciplina o art. 19 da Lei Complementar Municipal nº 62/08, e a vista do que consta no Memorial Descritivo do Processo Administrativo nº 6103/11.

Art. 8º Fica o proprietário do imóvel obrigado a averbar o presente compromisso de doação da área pública com 458,55 m2 (quatrocentos e cinquenta e oito metros e cinquenta e cinco decímetros quadrados), na matrícula 26.197 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira da área remanescente do presente desmembramento, visto que a área remanescente é de tamanho considerável e esta apta a novos parcelamentos, pois é de interesse do Poder Público Municipal que a referida área com 458,55 m2 (quatrocentos e cinquenta e oito metros e cinquenta e cinco decímetros quadrados), poderá ser doada ao Poder Público, sem ônus para este, quando de novos parcelamentos da referida área remanescente a fim de tornar a área pública numa área maior, concentrada em um só perímetro para serem desenvolvidos Projetos para uso da comunidade.

Art. 9º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 10 Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 13 de setembro de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 9.802/11

DECRETO N.º 9.802/11, DE 13 DE SETEMBRO DE 2.011.

Aprova Projeto de Loteamento denominado RECANTO DA NATU-REZA, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Videira, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 72, XXIV, da Lei Orgânica do Município, de conformidade com o disposto na Lei 6.766, de 19 de dezembro de 1979 e demais disposições legais, e;

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 8709/10, tendo por objeto pedido de aprovação do Loteamento Recanto da Natureza, formulado por Robaskewicz Participações em Imóveis LTDA;

Considerando que o loteador, segundo informa o referido processo administrativo e conforme parecer exarado pela Secretaria de Planejamento deste Município, cumpriu as exigências preliminares para a aprovação do loteamento;

Considerando que a aprovação do loteamento não desonera o loteador do cumprimento das suas obrigações legais, nem do preenchimento dos requisitos legalmente estatuídos para a regularidade do loteamento, mesmo subsequente ao ato de aprovação;

Considerando ainda que, mesmo posteriormente à aprovação e registro do loteamento, as eventuais omissões ou irregularidades do loteamento são passíveis de notificação para a devida regularização, a qual se não executada ensejará a Administração Pública efetuar as obras necessárias e exigir o respectivo pagamento do responsável,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o projeto de loteamento de propriedade de ROBASKEWICZ PARTICIPA LTDA, denominado Recanto da Natureza, com área total loteada de 91.010,53 m2 (noventa e um mil e dez metros e cinquenta e três decímetros quadrados), área em lotes de 50.967,38 m2 (cinquenta mil, novecentos e sessenta e sete metros e trinta e oito decímetros quadrados), área total em ruas de 14.711,30 m2 (quatorze mil, setecentos e onze metros e trinta decímetros quadrados), área institucional de 5.232,43 m2 (cinco mil, duzentos e trinta e dois metros e quarenta e três decímetros quadrados), área verde de 20.099,42 m2 (vinte mil, noventa e nove metros e quarenta e dois decímetros quadrados), conforme Processo Administrativo nº 8709/10, protocolado nesta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A aprovação do loteamento não exime o responsável pelo cumprimento de todas e quaisquer exigências legais que eventualmente se comprove não terem sido integralmente cumpridas, de conformidade com as Leis nº 6.766/79 e nº 4771/65 e Lei Complementar Municipal nº 62/08, e demais disposições legais.

Parágrafo Único - O loteador deverá apresentar no Cartório de Registro de Imóveis, juntamente com o Processo Administrativo nº 8.709/10, os respectivos Termos de Caução e de Compromisso para serem devidamente averbados no registro do loteamento.

Art. 3º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 13 de setembro de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 9.803/11

DECRETO Nº 9.803/11, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.457/10, de 15 de dezembro de 2010.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de

Videira, crédito adicional no valor de R\$ 55.500,00 (cinquenta e cinco mil e quinhentos reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

03 - Secretaria Municipal de Administração

01 - Administração

2.010 - Manutenção da Secretaria de Administração

3.3.9.0.00.00.00.00.0.3.0000.0 Aplicações Diretas 55.500,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 55.500,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício de 2.010.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 14 de setembro de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 9.804/11

DECRETO Nº 9.804/11, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora MARILDA CATARINA ZANOTTI, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 015/2011,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora MARILDA CATARINA ZANOTTI, inscrita no CPF sob o nº 036.236.049-92, no RG nº 10R/1.914.770 e no PIS/PASEP nº 170.07935.55-7, detentora da matrícula funcional nº 700, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem - Agente Operacional Especializado, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 1.861,41 (um mil e oitocentos e sessenta e um centavos reais e quarenta e um centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso III do art. 32 da Lei Complementar Municipal nº 007/97 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 10/09/2011, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 9.792/11.

Videira, 15 de setembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 9.805/11

DECRETO Nº 9.805/11, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011.

Homologa os Resultados Finais e respectiva classificação aos cargos do Concurso Público da Fundação Municipal de Esportes de Videira – F.M.E.V - Edital 002/2011.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no Artigo 33, do Decreto nº 8.431/06, bem como no item 9.1, "c" do Edital do Concurso Público - Edital 002/2.011 – F.M.E.V;

DECRETA

Art. 1º Ficam homologados os resultados finais aos cargos do Concurso Público da Fundação Municipal de Esportes de Videira – F.M.E.V - Edital 002/2011, conforme se apresentam as seguintes relações dos respectivos candidatos aprovados, em ordem da classificação final no Concurso:

PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - ATIVIDADES ADAPTADAS					
CLASSIFI- CAÇÃO	IDENTI- FICADOR	NOME DO CANDIDATO	PROVA OBJETIVA	PROVA PRÁTICA	TOTAL
1º	3	GUSTAVO COSTENARO BRANDALISE	5,25	10,00	7,62
PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - ATLETISMO					
CLASSIFI- CAÇÃO	IDENTI- FICADOR	NOME DO CANDIDATO	PROVA OBJETIVA	PROVA PRÁTICA	TOTAL
1º	4	ALENCAR JORDANI MARCON	5,50	10,00	7,75
PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - BASQUETEBOL					
CLASSIFI- CAÇÃO	IDENTI- FICADOR	NOME DO CANDIDATO	PROVA OBJETIVA	PROVA PRÁTICA	TOTAL
1º	6	FABIO DE OLIVEIRA WONZOSKI	5,50	9,80	7,65
PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - FUTEBOL					
CLASSIFI- CAÇÃO	IDENTI- FICADOR	NOME DO CANDIDATO	PROVA OBJETIVA	PROVA PRÁTICA	TOTAL
NÃO EXISTEM CANDIDATOS APROVADOS					
PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - FUTSAL					
CLASSIFI- CAÇÃO	IDENTI- FICADOR	NOME DO CANDIDATO	PROVA OBJETIVA	PROVA PRÁTICA	TOTAL
NÃO EXISTEM CANDIDATOS APROVADOS					
PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - JUDÔ					
CLASSIFI- CAÇÃO	IDENTI- FICADOR	NOME DO CANDIDATO	PROVA OBJETIVA	PROVA PRÁTICA	TOTAL
1º	19	MOISES GONZAGA PENSO	6,00	10,00	8,00
PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - KARATÊ					

CLASSIFI- CAÇÃO	IDENTI- FICADOR	NOME DO CANDIDATO	PROVA OBJETIVA	PROVA PRÁTICA	TOTAL
1º	20	IVONEI DAMBROS	6,50	10,00	8,25
PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - MUSCULAÇÃO					
CLASSIFI- CAÇÃO	IDENTI- FICADOR	NOME DO CANDIDATO	PROVA OBJETIVA	PROVA PRÁTICA	TOTAL
1º	22	JAISSON BORDIGNON	7,00	9,60	8,30
2º	25	LEONARDO ELOI ALTE- NHOFEN	5,25	9,70	7,47
3º	28	ANDERSON BENEDETTI	5,25	9,50	7,37
4º	21	GIVANILDO LIMA	5,00	8,80	6,90
PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - TERCEIRA IDADE					
CLASSIFI- CAÇÃO	IDENTI- FICADOR	NOME DO CANDIDATO	PROVA OBJETIVA	PROVA PRÁTICA	TOTAL
1º	34	CARLA SANTIN MA- NENTI	6,25	9,70	7,97
2º	30	ANDRÉ LUIZ DAMBRO- SO	6,25	8,55	7,40
3º	39	CAMILA MICHELLON GUZZELLI BANDEIRA	5,75	8,90	7,32
4º	41	LEONARDO PESSIN	6,00	8,35	7,17
5º	31	JACKELINE SCORTE- GAGNA PANCERI	5,75	8,00	6,87
6º	36	SIBELE SANTIN	5,50	8,00	6,75
7º	35	AGNESSA WESZ PE- REIRA	5,75	7,00	6,37
PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - TÊNIS					
CLASSIFI- CAÇÃO	IDENTI- FICADOR	NOME DO CANDIDATO	PROVA OBJETIVA	PROVA PRÁTICA	TOTAL
1º	42	MAURI WILSON RODRI- GUES JUNIOR	6,75	10,00	8,37
PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - VOLEIBOL					
CLASSIFI- CAÇÃO	IDENTI- FICADOR	NOME DO CANDIDATO	PROVA OBJETIVA	PROVA PRÁTICA	TOTAL
1º	50	ROSILENE MARIA SCH- NEIDER	6,00	9,50	7,75
2º	47	DIRCEU LUIZ CENDRON	6,00	9,10	7,55
3º	49	MAURICIO CICERI	6,00	9,00	7,50

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de setembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Lei Nº 2.618/11

LEI Nº 2.618/11, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011

Altera a ementa e disposições contidas na Lei nº 57/1981, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a ementa da Lei nº 57/1981, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cria o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA”. (NR)

Art. 2º Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 57/1981, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, órgão de assessoramento a elaboração e execução da Política Municipal de Meio Ambiente, vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Parágrafo único - O presente Conselho é um órgão colegiado, de composição paritária, entre o Poder Público e a Sociedade Civil, de caráter permanente, consultivo de assessoramento ao Poder Executivo Municipal e deliberativo no âmbito de sua competência, ficando responsável pela elaboração, coordenação e fiscalização da Política Ambiental do Município.” (NR)

Art. 3º Fica alterado o artigo 4º da Lei nº 57/1981, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º - O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA será composto de forma paritária com 12 (doze) membros, sendo 6 (seis) representantes do Poder Público, indicados pelo Chefe do Poder Executivo, e 6 (seis) representantes da Sociedade Civil organizada, distribuídos da seguinte forma:

I - Representantes do Poder Público:

- a) O Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
- b) 1 representante do Gabinete do Prefeito;
- c) 1 representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
- d) 1 representante da Polícia Ambiental do Município;
- e) 1 representante da Empresa de Pesquisa e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI;
- g) 1 representante da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN.

II - Representantes da Sociedade Civil:

- a) 2 representantes da classe empresarial do Município;
- b) 1 representante de entidade de classe dos produtores rurais do Município;
- c) 1 representante de entidade de classe dos trabalhadores rurais do Município;
- d) 1 representante das cooperativas do Município;
- e) 1 representante de entidades de engenharia e arquitetura com atuação no Município comprometida com a questão ambiental;

Parágrafo único - Cada membro do COMDEMA deverá ter um suplente que o substituirá em caso de impedimento, ou qualquer ausência.” (NR)

Art. 4º Fica alterado o artigo 5º da Lei nº 57/1981, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º - Os membros do COMDEMA terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos, seu exercício será gratuito e considerado como prestação de serviços relevantes ao Município”. (NR)

Art. 5º Fica alterado o artigo 6º da Lei nº 57/1981, que passa a

vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º - O COMDEMA manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais, estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos, relativos à defesa do Meio Ambiente.” (NR)

Art. 6º Fica alterado o artigo 7º da Lei nº 57/1981, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º - O COMDEMA, cientificado de possível poluição, diligenciará no sentido de sua apuração.” (NR)

Art. 7º Fica alterado parágrafo único do artigo 9º da Lei nº 57/1981, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º ().

Parágrafo único - Os critérios, normas e padrões a que se refere o artigo, serão fixados pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente de SC (CONSEMA) e pela Fundação do Meio Ambiente de SC (FATMA).” (NR)

Art. 8º Fica alterado o artigo 10 da Lei nº 57/1981, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10 - A Prefeitura Municipal de Videira, através do COMDEMA, promoverá a divulgação de conhecimentos e providências relativas à preservação do Meio Ambiente.” (NR)

Art. 9º Fica alterado o artigo 13 da Lei nº 57/1981, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13 - Até o prazo máximo de 30 (trinta) dias após a sua instalação, o COMDEMA elaborará seu regimento interno, que deverá ser homologado por Decreto.” (NR)

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 14 de setembro de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.618/11

LEI Nº 2.618/11, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011

Altera a ementa e disposições contidas na Lei nº 57/1981, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a ementa da Lei nº 57/1981, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cria o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA”. (NR)

Art. 2º Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 57/1981, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, órgão de assessoramento a elaboração e execução da Política Municipal de Meio Ambiente, vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Parágrafo único - O presente Conselho é um órgão colegiado, de composição paritária, entre o Poder Público e a Sociedade Civil, de caráter permanente, consultivo de assessoramento ao Poder Executivo Municipal e deliberativo no âmbito de sua competência, ficando responsável pela elaboração, coordenação e fiscalização da Política Ambiental do Município." (NR)

Art. 3º Fica alterado o artigo 4º da Lei nº 57/1981, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º - O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA será composto de forma paritária com 12 (doze) membros, sendo 6 (seis) representantes do Poder Público, indicados pelo Chefe do Poder Executivo, e 6 (seis) representantes da Sociedade Civil organizada, distribuídos da seguinte forma:

I - Representantes do Poder Público:

- a) O Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
- b) 1 representante do Gabinete do Prefeito;
- c) 1 representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
- d) 1 representante da Polícia Ambiental do Município;
- e) 1 representante da Empresa de Pesquisa e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI;
- g) 1 representante da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN.

II - Representantes da Sociedade Civil:

- a) 2 representantes da classe empresarial do Município;
- b) 1 representante de entidade de classe dos produtores rurais do Município;
- c) 1 representante de entidade de classe dos trabalhadores rurais do Município;
- d) 1 representante das cooperativas do Município;
- e) 1 representante de entidades de engenharia e arquitetura com atuação no Município comprometida com a questão ambiental;

Parágrafo único - Cada membro do COMDEMA deverá ter um suplente que o substituirá em caso de impedimento, ou qualquer ausência." (NR)

Art. 4º Fica alterado o artigo 5º da Lei nº 57/1981, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º - Os membros do COMDEMA terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos, seu exercício será gratuito e considerado como prestação de serviços relevantes ao Município". (NR)

Art. 5º Fica alterado o artigo 6º da Lei nº 57/1981, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º - O COMDEMA manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais, estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos, relativos à defesa do Meio Ambiente." (NR)

Art. 6º Fica alterado o artigo 7º da Lei nº 57/1981, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º - O COMDEMA, cientificado de possível poluição,

diligenciará no sentido de sua apuração." (NR)

Art. 7º Fica alterado parágrafo único do artigo 9º da Lei nº 57/1981, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º ().

Parágrafo único - Os critérios, normas e padrões a que se refere o artigo, serão fixados pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente de SC (CONSEMA) e pela Fundação do Meio Ambiente de SC (FATMA)." (NR)

Art. 8º Fica alterado o artigo 10 da Lei nº 57/1981, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10 - A Prefeitura Municipal de Videira, através do COMDEMA, promoverá a divulgação de conhecimentos e providências relativas à preservação do Meio Ambiente." (NR)

Art. 9º Fica alterado o artigo 13 da Lei nº 57/1981, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13 - Até o prazo máximo de 30 (trinta) dias após a sua instalação, o COMDEMA elaborará seu regimento interno, que deverá ser homologado por Decreto." (NR)

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 14 de setembro de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Revogação PR Nº 135/2011 - PMV
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/2011 - PMV
REVOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação modalidade Pregão Presencial nº 135/2011, a qual tem por objeto AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS PÚBLICAS PARA SEREM INSTALADAS NAS RUAS CENTRAIS DO MUNICÍPIO, foi revogada. Informações na Av. Manoel Roque, 188, fones (49)35669034 / 3566-9012.

Videira/SC, 16 de Setembro de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Tomada de Preços Nº 22/2011 - PMV
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 22/2011 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta Tomada de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA (269,09 M²) E AMPLIAÇÃO (271,08 M²) DO CEMEI EUCLIDES JOSÉ BIASI, NA VILA DE CARLI, INCLUINDO

MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO. Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, fones (49) 3566-9012/3566-9034. As propostas e documentos serão recebidos até às 14:00h do dia 05 de Outubro de 2011. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos ao custo de R\$ 30,00 (trinta reais) no endereço supra mencionado.

Videira, 15 de Setembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal.

Portaria Nº 0678/11

PORTARIA nº 0678/11

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 12.390/11,

RESOLVE

Autorizar o uso do Espaço do Largo da Estação Ferroviária pela Êxito Editora e Comunicação, juntamente com as Farmácias Líder Farma, o Laboratório Vida e o Grupo Carboni, no dia 1º de outubro de 2011, das 08:00h às 12:00h, para realização da Campanha Hábito Legal, visando a redução da quantidade de sacolas plásticas e a utilização de sacola retornáveis para as compras no comércio geral.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 14 de setembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0679/11

PORTARIA nº 0679/11

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 12370/11,

RESOLVE

Autorizar o uso do Largo da Estação Ferroviária, pela I Am Bier Club, no dia 17 de setembro de 2011, das 09:00h até as 18:00h, para promoção da festa "Happy Birthday I Am Bier Club".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 14 de setembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0680/11

PORTARIA nº 0680/11

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 12451/11,

RESOLVE

Autorizar o uso do Largo da Estação Ferroviária, pela Zago Antenas e Eletrodomésticos Ltda, no dia 16 de setembro de 2011, das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 18:00h, para divulgação da TV por assinatura Via Embratel.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 15 de setembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0681/11

PORTARIA nº 0681/11

Nomeia Técnico de Enfermagem

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE,
NOMEAR

ROZELI IACHAMBECK, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2008, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, nível CE04A, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício junto ao Município de Videira.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 15 de setembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0682/11

PORTARIA nº 0682/11

Nomeia Técnico de Enfermagem

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE,

NOMEAR

ACENILDA PELENTIER TREVISOL, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2008, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, nível CE04A, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício junto ao Município de Videira.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 15 de setembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0682/11

PORTARIA nº 0682/11

Nomeia Técnico de Enfermagem

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE,

NOMEAR

ACENILDA PELENTIER TREVISOL, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2008, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, nível CE04A, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício junto ao Município de Videira.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 15 de setembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0683/11

PORTARIA nº 0683/11

Nomeia Técnico de Enfermagem

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE,

NOMEAR

ILDA B. CAPARELLI ANDRADE, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2008, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, nível CE04A, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício junto ao Município de Videira.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 15 de setembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0684/11

PORTARIA nº 0684/11

Nomeia Técnico de Enfermagem

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE,

NOMEAR

MARIA VERGINIA DE SOUZA FRANÇA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2008, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, nível CE04A, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício junto ao Município de Videira.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 15 de setembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0685/11

PORTARIA nº 0685/11

Nomeia Técnico de Enfermagem

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE,

NOMEAR

LETÍCIA FUMAGALLU DA SILVA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2008, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, nível CE04A, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício junto ao Município de Videira.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 15 de setembro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0686/11

PORTARIA nº 0686/11
Nomeia Técnico de Enfermagem

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE,
NOMEAR

ELIANE MARIA SASSA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2008, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, nível CE04A, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício junto ao Município de Videira.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 15 de setembro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0687/11

PORTARIA nº 0687/11
Nomeia Técnico de Enfermagem

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE,
NOMEAR

LUCILA CECATTO RUBINI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2008, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, nível CE04A, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício junto ao Município de Videira.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 15 de setembro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0688/11

PORTARIA nº 0688/11
Nomeia Técnico de Enfermagem

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE,
NOMEAR

SANDRA APARECIDA BIANCHIN DAL MORO COSER, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2008, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, nível CE04A, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício junto ao Município de Videira.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 15 de setembro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0689/11

PORTARIA nº 0689/11
Nomeia Técnico de Enfermagem

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE,
NOMEAR

JANETE SIVIERO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2008, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, nível CE04A, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício junto ao Município de Videira.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 15 de setembro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração,

INPREVID**Balancete Financeiro 4º Bimestre de 2011****SANTA CATARINA****INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Agosto/2011

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	3.023.533,45	Despesa Orçamentária	302.653,67
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	160.698,28	Despesas exceto Intra-orçamentárias	302.653,67
RECEITA PATRIMONIAL	2.408.176,98	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.240,50
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	865,18	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	297.413,17
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMI	453.793,01		
Receita Extra - Orçamentária	403.429,41	Despesa Extra - Orçamentária	520.888,10
DEPOSITOS	56.322,33	DEPOSITOS	56.322,33
CONSIGNACOES	55.006,90	CONSIGNACOES	55.006,90
PENSAO ALIMENTICIA	971,60	PENSAO ALIMENTICIA	971,60
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	5.776,97	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	5.776,97
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA ME	28.981,60	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA M	28.981,60
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	19.276,73	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	19.276,73
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.315,43	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.315,43
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	1.315,43	DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	1.315,43
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	302.653,67	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	302.653,67
OBRIGACOES A PAGAR	302.653,67	OBRIGACOES A PAGAR	302.653,67
FORNECEDORES	7.097,59	FORNECEDORES	7.097,59
PESSOAL A PAGAR	5.333,86	PESSOAL A PAGAR	5.333,86
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	290.222,22	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	290.222,22
INTERFERENCIAS ATIVAS	44.453,41	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	161.912,10
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	44.453,41	INCORPORACAO DE PASSIVOS	161.912,10
REPASSES PREVIDENCIARIOS RECEBIDOS PE	44.453,41	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	161.912,10
Saldos anteriores	60.915.940,90	Saldos atuais	63.519.361,99
Aplicações do RPPS	0,00	Aplicações do RPPS	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	80.816,15	BANCO C/ MOVIMENTO	55.672,36
INVESTIMENTOS DO RPPS	60.835.124,75	INVESTIMENTOS DO RPPS	63.463.689,63
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	64.342.903,76	Total	64.342.903,76

VIDEIRA, 15/09/2011

JULIANE MARIA COLLE WARTHA
CONTADORA CRC.SC- 024.015/O-6

VILSO VANZ
PRESIDENTE

RREO INPREVID 4º Bimestre de 2011

Betha Sistemas

SANTA CATARINA

Exercício de 2011

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID

4º bimestre

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)

Administração Indireta - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 06/2011	Bimestre Jul/Ago/2011	Total até Ago/2011
RECEITAS				
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.765.030,00	760.875,22	319.336,46	1.080.211,68
RECEITA PATRIMONIAL	4.145.400,00	2.307.163,01	2.755.473,02	5.062.636,03
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	2.136,31	1.297,65	3.433,96
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRI	5.033.255,00	2.159.864,16	903.914,50	3.063.778,66
TOTAL DA RECEITA :	10.943.685,00	5.230.038,70	3.980.021,63	9.210.060,33
DESPESAS				
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID				
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE VIDEIRA	10.943.685,00	1.782.586,63	587.637,65	2.370.224,28
Total da Entidade:	10.943.685,00	1.782.586,63	587.637,65	2.370.224,28
TOTAL DA DESPESA :	10.943.685,00	1.782.586,63	587.637,65	2.370.224,28

VIDEIRA, 15/09/2011

JULIANE MARIA COLLE WARTHA
CONTADORA CRC.SC- 024.015/O-6

VILSO VANZ
PRESIDENTE

Vitor Meireles

PREFEITURA

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 04/2011 FMS

Processo de Licitação 04/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Pregão

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando a compra, de Equipamentos Odontológicos, Eletrônicos e Kits para Gestantes, para a Secretaria Municipal de Saúde. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até às 14:00 horas, do dia 29 de setembro de 2011 em sessão pública, na mesma dirigida pelo pregoeiro designado o senhor Ivandro Anzini, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 15 de setembro de 2011.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

Portaria Nº 170/2011

P O R T A R I A Nº 170/2011

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 47, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, e Lei Complementar Municipal nº 019/2005, de 18/11/2005,

Nome: PAOLLA PUCCI

Cargo: MÉDICO DO PSF

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário - ACT, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Adicional Mensal de Insalubridade, num total de 20%, tendo por Base de Cálculo o Salário Mínimo vigente, dentro da Secretaria de Saúde e Promoção Social, com vigência a partir de 15 de setembro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 15 de setembro de 2011, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 15 de Setembro de 2011.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, 15/09/2011

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Consórcios

ARIS

Aviso de Prorrogação de Audiência Pública N. 002/2011

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA N. 002/2011

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso de suas atribuições legais, torna pública a Prorrogação de Audiência Pública n. 002/2011, tendo como objeto a continuação da discussão das sugestões apresentadas na Consulta Pública n. 002/2011, relativa à minuta da Resolução sobre a Qualidade dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário.

A Audiência realizar-se-á no Auditório da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), localizado na Rua Santos Saraiva, 1546, Estreito, Florianópolis/SC, com início às 9 horas e encerramento às 12 horas do dia 29 de setembro de 2011.

O regulamento e a documentação objeto da Prorrogação de Audiência Pública n. 002/2011 podem ser obtidos no endereço eletrônico <http://www.aris.sc.gov.br>, na sede da ARIS localizada na Rua Santos Saraiva, 1546, Estreito, Florianópolis/SC ou através do e-mail contato@aris.sc.gov.br.

MARCOS FEY PROBST

Diretor-geral da ARIS

Edital de Convocação Nº 011/2011

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 011/2011

O Presidente do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Afonso Veiga Filho, no uso de suas atribuições legais,

Convoca:

Os senhores Conselheiros do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) para a reunião extraordinária, com fundamento no artigo 38, § 3º do Decreto/ARIS n. 008/2011, a ser realizada no dia 29 de setembro de 2011, na cidade de Florianópolis, com a seguinte ordem do dia:

Data: 29 de setembro de 2011

Horário: Início às 13h30 e término até as 17h30

Local: Sede da ARIS (Rua Santos Saraiva, n. 1.546, Estreito, Florianópolis/SC)

Ordem do dia:

- 1) Leitura e aprovação da ata da última reunião realizada;
- 2) Aprovação da indicação para os cargos de Coordenador de Recursos Humanos e Diretor de Regulação da ARIS;
- 3) Deliberação e aprovação da Resolução sob consulta pública n. 002/2011, sobre qualidade dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário; e
- 4) Assuntos Gerais.

Florianópolis, 16 de setembro de 2011.

AFONSO VEIGA FILHO

Presidente do Conselho de Regulação da ARIS

Aviso de Licitação Nº 020/2011

Aviso de Licitação nº 020/2011

Pregão nº 03/2011

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), torna público que fará realizar no dia 29 de setembro de 2011, às 9 horas, licitação na modalidade pregão presencial, na sede da ARIS localizada na Rua Santos Saraiva, 1546, Estreito, Florianópolis, com a finalidade de REGISTRO DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEL, para os municípios de Florianópolis e Chapéu, conforme especificações constantes no Edital, disponível no endereço eletrônico www.aris.sc.gov.br ou disponível pelo e-mail diretor@aris.sc.gov.br.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

- Início do recebimento das propostas: 8h30min do dia 20/09/2011.
- Prazo final para entrega dos envelopes de proposta e de habilitação: 8h50min do dia 29/09/2011.
- Limite para impugnação ao edital: 18h00min do dia 27/09/2011.
- Abertura da sessão pública do pregão: 9h00min do dia 29/09/2011.

Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

- Telefone/fax: (48) 3248-0263
- E-mail: diretor@aris.sc.gov.br
- Site: www.aris.sc.gov.br
- Endereço: Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Bairro Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88070-101

Florianópolis, 16 de setembro de 2011.

MARCOS FEY PROBST

Diretor-geral da ARIS

CIGA**Editais de Concurso Público CIGA Nº 02/2011**

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO CIGA Nº 02/2011

O Diretor Executivo do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Santos Saraiva, nº 1.546, bairro Estreito, Florianópolis/SC, faz saber que estão abertas no período compreendido entre o dia 19 de setembro e às 17h00 do dia 14 de outubro de 2011, horário oficial de Brasília, as inscrições para o concurso público destinado ao provimento de vagas de Técnico em TI e de Analista de Sistemas, bem como para formação de cadastro reserva, o qual será regido pelas normas estabelecidas neste Edital e na legislação vigente.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O concurso público será regido pelo presente Edital e sua realização estará sob a responsabilidade da Comissão do Concurso Público designada pela Portaria CIGA nº 04/2011.

1.2. O concurso público será executado pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal.

1.3. Qualquer candidato poderá impugnar o Edital, em petição escrita e fundamentada, dirigida ao Presidente da Comissão do Concurso Público, até às 17h00 do dia 14 de outubro de 2011.

1.4. A prova será realizada no dia 6 de novembro de 2011, na cidade de Florianópolis, em horário e local a serem definidos até o dia 1º de novembro de 2011, mediante publicação no site do Concurso Público, acessível no endereço www.ciga.sc.gov.br, e no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), órgão oficial de publicações do CIGA, disponível no endereço www.diariomunicipal.sc.gov.br.

1.5. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do concurso, tais como se acham estabelecidas neste Edital, bem como em

eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

2. DAS VAGAS

2.1. O Concurso Público destina-se à admissão de empregados públicos para o preenchimento de três vagas e para formação de cadastro reserva, conforme descrição na tabela abaixo:

Emprego Público	Número de Vagas	Escolaridade Mínima	Salário Mensal (R\$)	Auxílios Refeição e Alimentação (R\$)
Técnico em Tecnologia da Informação	2 + CR	Ensino Médio	1.832,88	539,00
Analista de Sistema	1 + CR	Ensino Superior	3.812,05	539,00

2.2. Os requisitos mínimos para contratação são:

a) Comprovação de cumprimento de escolaridade mínima, sendo:

I - Para o emprego de Técnico em TI: certificado ou diploma de conclusão de ensino médio;

II - Para o emprego de Analista de Sistemas: certificado ou diploma de conclusão de ensino superior, reconhecido pelo Ministério da Educação, em Ciências da Computação ou em área de informática afim.

b) Idade mínima de 18 (dezoito) anos;

c) Brasileiro nato ou naturalizado, ou cidadão português a quem foi conferido igualdade nos termos do parágrafo 1º do artigo 12 da Constituição Federal;

d) Quitação com serviço militar obrigatório ou dele ter sido dispensado, se do sexo masculino;

e) Laudo médico que confirme aptidão para o exercício do emprego público.

2.3. Os documentos comprobatórios dos requisitos mínimos deverão ser apresentados por ocasião da convocação para admissão.

2.4. A jornada de trabalho a ser cumprida é de 40 (quarenta) horas semanais, de segunda a sexta-feira, das 08h30 às 12h00 e das 13h00 às 17h30.

2.4.1. A critério do CIGA, o horário de expediente poderá ser alterado, mantida a jornada semanal de 40 (quarenta) horas.

3. DAS ATRIBUIÇÕES

3.1. Compete ao empregado público contratado para o emprego de Técnico em Tecnologia da Informação realizar a diagramação e revisão dos conteúdos enviados pelos municípios para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), além de participar do desenvolvimento de projetos, elaboração, implantação, manutenção, documentação e suporte de sistemas e hardware, bem como de executar serviços programados.

3.2. Compete ao empregado público contratado para o emprego de Analista de Sistemas a realização de atividades relacionadas com a análise dos sistemas, coordenando a implantação, gerenciamento de projetos, propondo alterações, efetuando a manutenção necessária, realizado suporte técnico e operacional nos programas desenvolvidos no âmbito do CIGA, além de exercer as atividades típicas do profissional de análise de sistemas.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. A inscrição será efetuada somente via Internet, mediante o preenchimento da Ficha de Inscrição publicado no site do Concurso Público.

4.2. Cada candidato poderá concorrer a apenas um dos empregos públicos ofertados neste Edital.

4.3. Para realizar a inscrição, o candidato deverá proceder da seguinte maneira:

a) acessar o site www.ciga.sc.gov.br e clicar no link do Concurso Público CIGA nº 02/2011;

b) preencher integralmente e gravar a Ficha de Inscrição, selecionando corretamente a vaga a que pretende concorrer;

c) imprimir a Ficha de Inscrição preenchida;
d) imprimir o Boleto Bancário referente à taxa de inscrição, e efetuar o pagamento até a data de vencimento em qualquer agência bancária, em postos de autoatendimento ou pela Internet, observados os horários de funcionamento dos serviços referidos.

4.3.1. É de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento da ficha de inscrição de forma completa, com dados verídicos, sob pena de indeferimento da inscrição.

4.3.2. Não será aceita a transferência da inscrição para concorrer a outra vaga do concurso.

4.4. Fica estabelecida a taxa de inscrição no Concurso Público nº 02/2011, conforme segue:

a) Taxa de inscrição para a vaga de Técnico em TI: R\$ 40,00 (quarenta reais);

b) Taxa de inscrição para a vaga de Analista de Sistemas: R\$ 70,00 (setenta reais);

4.4.1. Terá a inscrição cancelada o candidato que efetuar o pagamento da taxa de inscrição com cheque sem provisão de fundos ou outra irregularidade que impossibilite a compensação.

4.4.2. Não será permitida a transferência do valor pago para inscrição de outra pessoa, tampouco para alterar o emprego público selecionado inicialmente pelo candidato.

4.5. Para efeito de inscrição, serão considerados como documentos de identificação os oficiais com foto e de validade nacional.

4.6. A reimpresão da Ficha de Inscrição ou do boleto da taxa de inscrição poderá ser efetuada no mesmo endereço da inscrição, informando o CPF do candidato.

4.7. O CIGA não se responsabilizará por solicitação de inscrição não efetivada por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão do documento.

4.8. A inscrição somente será efetivada após o CIGA ser notificado pelas instituições bancárias do seu respectivo pagamento.

4.9. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será restituído, salvo na hipótese de cancelamento do concurso.

4.10. A relação das inscrições deferidas e indeferidas será publicada no site do Concurso Público, no dia 19 de outubro de 2011.

4.11. A relação final das inscrições deferidas e indeferidas, após análise de recursos, será publicada no site do Concurso Público, no dia 25 de outubro de 2011.

5. DA PROVA

5.1. O presente concurso público será realizado em etapa única, no dia 6 de novembro de 2011, na cidade de Florianópolis, constituída em PROVA ESCRITA OBJETIVA.

5.1.1. O local de prova, horário de fechamento dos portões do local de prova e horário limite para ingresso na sala de prova serão publicados pelo CIGA no site do Concurso Público no dia 1º de novembro de 2011.

5.1.2. A realização da prova está prevista para o turno vespertino, podendo sofrer alterações de acordo com a Comissão do Concurso Público.

5.1.3. A localização correta do local da prova e o comparecimento no horário determinado é de inteira responsabilidade do candidato.

5.1.4. Não haverá segunda chamada ou repetição de prova. O candidato não poderá alegar desconhecimento sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência. O não comparecimento à prova, qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará na sua eliminação do Concurso Público.

5.2. O candidato deverá comparecer ao local de prova portando:

a) Documento original com foto cujo número foi informado na ficha de inscrição;

b) Cópia da Ficha de Inscrição realizada pela Internet;

c) Caneta(s) esferográfica(s) azul ou preta.

5.2.1. Não será aceita cópia do documento de identificação, ainda que autenticado, nem protocolo do pedido deste, tampouco documentos danificados, não-identificáveis e/ou ilegíveis;

5.2.2. São considerados documentos de identidade a Carteira Nacional de Habilitação com foto, a Carteira de Trabalho e Previdência Social e as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, Forças Armadas, Polícia Militar e Ordens ou Conselhos de Classe.

5.2.3. Caso o candidato seja impedido de apresentar o documento solicitado por motivo de perda, roubo ou extravio, deverá apresentar boletim de ocorrência, emitido por autoridade policial no prazo máximo de 30 (trintas) dias anterior à realização da prova, devendo entregar ao fiscal uma cópia adicional da Ficha de Inscrição, na qual deverá ser colada foto 3x4.

5.2.4. Estará automaticamente eliminado do concurso o candidato que não apresentar-se no local de prova até o horário limite para fechamento dos portões ou na sala de prova até o horário limite para ingresso na sala de prova.

5.3. Serão entregues aos candidatos um caderno de prova e um cartão-resposta, ambos insubstituíveis, salvo se identificados erros de impressão.

5.4. A prova escrita objetiva será composta de 45 (quarenta e cinco) questões, do tipo múltipla escolha, contendo quatro opções de resposta em cada questão e somente uma alternativa a ser assinalada, e versarão sobre as matérias especificadas no Anexo Único.

5.4.1. O número de questões de cada matéria da prova escrita será de:

Matéria	Número de Questões	Pontos por Questão
Conhecimentos Gerais	5	1,0
Língua Portuguesa	5	1,0
Matemática	10	1,0
Informática	10	1,0
Conhecimentos Específicos	15	1,0

5.5. As letras correspondentes às respostas assinaladas deverão ser transcritas para o cartão-resposta, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul.

5.6. Será nula a resposta dada pelo candidato quando:

a) o cartão-resposta apresentar emendas e/ou rasuras, ainda que legíveis;

b) o cartão-resposta apresentar mais de uma opção assinalada para a mesma questão;

c) a questão não estiver assinalada no cartão-resposta;

d) o cartão-resposta for preenchido fora das especificações.

5.7. O cartão-resposta é o único documento oficial para dirimir toda e qualquer dúvida acerca das respostas assinaladas pelo candidato.

5.8. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova quando acompanhado por fiscal.

5.9. O candidato somente poderá retirar-se definitivamente da sala de prova depois de decorridos 45 (quarenta e cinco) minutos de seu início.

5.10. Será excluído do concurso o candidato que tentar fraudar a prova, ou for responsável por falsa identificação.

5.11. Durante a realização da prova, o candidato não poderá consultar livros, apostilas ou anotações, nem utilizar calculadoras, celulares ou equipamentos similares, sob pena eliminação do concurso.

5.12. O candidato não poderá levar para o local de realização da prova qualquer aparelho eletrônico ou material de consulta. O porte e/ou uso de bíp, telefone celular, receptor/transmissor, gravador, agenda eletrônica, notebook, calculadora, palmtop, relógio digital com receptor, entre outros aparelhos ou qualquer material de consulta, poderá ensejar a eliminação do candidato.

5.12.1. Os fiscais estão autorizados a recolher os equipamentos impertinentes ao concurso, bem como bolsas, capacetes, bonés e outros acessórios que julguem desnecessários, os quais serão depositados em local apropriado, para o candidato retirá-los no final da prova.

5.12.2. É facultada à Comissão do Concurso Público submeter os

candidatos ao sistema de detecção de metais.

5.12.3. Durante a realização da prova, sobre a carteira do candidato deverá permanecer apenas seu caderno de prova, canetas, lápis e borrachas, cartão-resposta, comprovante de inscrição, documento de identidade e garrafa de água, desde que transparente e sem o rótulo.

5.12.4. Durante a realização da prova, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma ou pelos fiscais, informações referentes ao conteúdo da prova ou critérios de avaliação.

5.12.5. Em nenhuma hipótese será permitida a leitura em voz alta da prova, inclusive pelo fiscal de prova.

5.12.6. Durante a realização da prova não será permitido ao candidato, sob pena de anulação de sua prova e consequente eliminação do concurso:

- a) Apresentar-se após o horário estabelecido;
- b) Não comparecer à prova, seja qual for o motivo alegado;
- c) Não apresentar um documento de identidade que bem o identifique;
- d) Ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento do fiscal ou retirar-se antes de decorrer 45 minutos do início da prova;
- e) For surpreendido em comunicação com candidatos ou pessoas estranhas ao concurso ou utilizando-se de livros, notas ou impressos não permitidos, ou calculadores;
- f) Emprestar material a outros candidatos;
- g) Lançar mão de meios ilícitos para execução da prova;
- h) Não devolver integralmente o material recebido;
- i) Perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos;
- j) Tratar com desrespeito os fiscais ou a comissão organizadora.

5.13. Finda a prova escrita, o candidato deverá entregar ao fiscal de sala o cartão resposta e caderno de prova, íntegro, salvo quanto à página de rascunho/gabarito de conferência.

5.14. A duração da prova será de três horas.

5.15. Os três últimos candidatos que permanecerem na sala de prova deverão retirar-se do local simultaneamente, momento em que será lacrado o envelope com os cartões-resposta e assinada a Ata do encerramento da prova.

5.15.1. Caso um dos três últimos candidatos insista em retirar-se antes dos demais, deverá assinar termo de desistência do concurso público, podendo o fiscal de sala, ante a recusa da assinatura do termo pelo candidato, lavrar o fato em Ata, consignando o testemunho dos demais candidatos.

6. DA CONDIÇÃO ESPECIAL DE PROVA

6.1. O candidato portador de limitação física, motora ou sensorial, após realizar sua inscrição no concurso público, deverá apresentar à Comissão:

- a) atestado médico com a devida Classificação Internacional de Doenças - CID, cujo teor deve ser de fácil leitura; e
- b) requerimento explicitando as condições de que necessita para realizar a prova escrita.

6.2. Os documentos apontados no item 6.1 deverão ser protocolados na sede do CIGA para análise da Comissão do Concurso Público, até a data limite para realização da inscrição, sob pena de preclusão.

6.3. O resultado da análise dos pedidos será publicado em edital, no site do Concurso Público.

6.3.1. Na hipótese de deferimento do pedido, adotar-se-ão todas as providências que se façam necessárias para permitir o fácil acesso de candidatos portadores de necessidades especiais ao local de prova, sendo de responsabilidade destes, contudo, trazer os equipamentos e instrumentos imprescindíveis à feitura da prova escrita, devendo ser previamente autorizados pela Comissão de Concurso.

6.4. As necessidades especiais do candidato, admitida a correção por equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais, devem permitir o desempenho adequado das atribuições e exigências especificadas para o adequado exercício das atribuições do emprego público.

6.5. Os candidatos aprovados no Concurso Público, quando da admissão, serão previamente submetidos a exames médicos realizados por profissionais indicados pelo CIGA, que irão avaliar a sua condição física e mental e atestar a aptidão para o exercício das atribuições do emprego público.

6.6. Resta inaplicável no presente Concurso Público a reserva de vagas para portadores de deficiência, vez que a aplicação do disposto no art. 37 do Decreto Federal nº 3.298/99 resultaria em reserva de vagas igual a 50% para o emprego de Técnico em TI e de 100% para o emprego de Analista de Sistemas, em ofensa ao princípio da isonomia e da razoabilidade, nos termos da jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (MS nº 2010.009739-6; MS nº 2009.042123-2; AC nº 2009.015389-6) e do Supremo Tribunal Federal (MS nº 26310/DF).

7. DA CLASSIFICAÇÃO

7.1. A apuração da nota final dar-se-á pela soma de pontos obtida na prova escrita.

7.2. Para cada questão correta será atribuído um ponto, restando desclassificados os candidatos que não alcançarem 25 (vinte e cinco) pontos.

7.3. A classificação dos candidatos aprovados obedecerá à ordem decrescente das notas finais.

7.4. Caso ocorra empate, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, em ordem:

- 1º critério: candidato de idade mais elevada, desde que possua 60 anos ou mais;
- 2º critério: maior pontuação nas questões de conhecimento específico;
- 3º critério: maior pontuação nas questões de informática;
- 4º critério: sorteio público.

8. DOS GABARITOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO

8.1. O gabarito provisório e o caderno de prova serão divulgados no site do Concurso Público no dia 8 de novembro de 2011.

8.2. Do gabarito provisório caberá recurso, devendo ser observado o disposto no item 9.1.

8.3. Julgados os recursos, publicar-se-á no site do Concurso Público o gabarito definitivo no dia 17 de novembro de 2011, juntamente com o resultado parcial do concurso, contento a relação dos candidatos classificados e desclassificados e respectivas notas.

8.4. Do gabarito definitivo não caberá nenhum outro tipo de recurso.

8.5. As questões anuladas pela Comissão de Concurso serão computadas, para todos os candidatos, como resposta correta.

9. DOS RECURSOS

9.1. Obrigatoriamente motivados e fundamentados, os recursos deverão ser dirigidos ao Presidente da Comissão do Concurso Público e protocolados na sede do CIGA, até às 17h00 do segundo dia útil após a publicação do ato impugnado, sendo que na contagem do prazo exclui-se o dia da publicação.

9.2. Não serão aceitos recursos enviados pelo correio, por fax, telex ou correio eletrônico.

9.3. Os recursos poderão ser interpostos por procurador, com poderes específicos para este fim.

9.4. A notificação do resultado do recurso dar-se-á com a publicação do mesmo no site do Concurso Público.

9.5. Poderão ser interpostos os seguintes recursos:

- a) Impugnação ao Edital;
- b) Recurso contra indeferimento da inscrição;
- c) Recurso contra a questão de prova e o gabarito;
- d) Recurso contra a classificação no concurso ou a nota do candidato.

10. DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL E DA VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO

10.1. O resultado final do Concurso Público será publicado no site do concurso e no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC) no dia 29

de novembro de 2011 e, posteriormente, homologado pelo Presidente do CIGA.

10.2. O prazo de validade do concurso será de dois anos, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período.

11. DA CONTRATAÇÃO

11.1. Os aprovados no Concurso Público, dentro do número de vagas constantes neste Edital, serão admitidos dentro do prazo de validade constante do item 10.2 e desde que haja previsão orçamentária para tanto.

11.2. Os classificados além das vagas existentes neste Edital comporão lista de Cadastro de Reserva, com validade constante do item 10.2, não sendo assegurado ao candidato sua convocação, mas apenas a expectativa de ser admitido segundo eventuais vagas existentes, na ordem de classificação, e condicionada à necessidade e às possibilidades do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, na vigência do Concurso.

11.3. O contrato de trabalho será regido pelas regras da Consolidação das Leis do Trabalho.

11.4. Os empregados públicos não farão jus ao benefício da estabilidade previsto no art. 41 da Constituição Federal, pois este alcança apenas os servidores públicos nomeados para cargos de provimento efetivo.

11.5. O candidato convocado para admissão deverá apresentar os seguintes documentos, no prazo fixado para a contratação, sob pena de eliminação e convocação do que o suceder:

- a) Carteira de identidade;
 - b) Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
 - c) Carteira de Trabalho (CTPS);
 - d) Comprovante de inscrição no PIS/PASEP;
 - e) Título de Eleitor e o comprovante quitação eleitoral;
 - f) Comprovante de quitação com o serviço militar, se do sexo masculino;
 - g) Exame médico, constando de inspeção clínica e exames complementares;
 - h) Fotografia recente, tamanho 3x4;
 - i) Certificado de conclusão do ensino médio ou superior, conforme o caso;
 - j) Certidão de nascimento ou casamento, com as respectivas averbações;
 - k) Certidão negativa de antecedentes criminais expedidas pelos Foros das Justiças Federal e Estadual dos locais de residência do candidato nos últimos cinco anos;
 - l) Declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, conforme modelo fornecido pelo CIGA.
- 11.6. Somente serão aceitos documentos originais ou cópias simples, desde que conferidas à vista dos originais.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. O candidato inscrito deverá manter seu endereço atualizado junto à Comissão do Concurso Público até que se expire o prazo de validade do concurso. Serão de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização de seu endereço.

12.1.1. A atualização de endereço deve ser comunicada mediante envio de e-mail à Comissão do Concurso Público, endereço ciga@ciga.sc.gov.br

12.2. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização da prova deverá ser acompanhada por uma pessoa que será responsável pela guarda da criança e ficará em sala reservada para esta finalidade.

12.2.1. Não será concedido tempo adicional para a realização da prova à candidata que despender tempo com a amamentação.

12.2.3. Durante a amamentação, a candidata será acompanhada por fiscal de prova.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão do Concurso Público.

12.4. Informações sobre o presente Concurso Público poderão ser obtidas na sede do CIGA, no site www.ciga.sc.gov.br, por e-mail ciga@ciga.sc.gov.br ou pelo telefone (48) 3221 8800.

12.5. O foro para dirimir qualquer questão relacionada com o Concurso Público de que trata este Edital é o da Comarca da Capital de Santa Catarina.

Florianópolis, 19 de setembro de 2011.

EDINANDO LUIZ BRUSTOLIN

Diretor Executivo do CIGA

ANEXO ÚNICO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA ESCRITA

PARTE 1 (30 QUESTÕES)

QUESTÕES COMUNS AOS EMPREGOS DE NÍVEL MÉDIO E DE NÍVEL SUPERIOR

Conhecimentos gerais (5 questões): Associativismo de municípios, consórcios públicos, gestão pública municipal, história de Santa Catarina, organização administrativa do Governo do Estado de Santa Catarina, Organização Administrativa do CIGA.

Língua Portuguesa (5 questões): Compreensão e interpretação de texto(s). Ortografia. Acentuação gráfica. Pronomes: emprego, forma de tratamento e colocação. Emprego de tempos e modos verbais. Vozes do verbo. Concordância nominal e verbal. Emprego da crase. Pontuação. Classes gramaticais variáveis: substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo. Sinônimos e antônimos. Sentido próprio e figurado das palavras. Redação oficial.

ATENÇÃO: As questões e o gabarito serão elaborados levando-se em consideração as regras da nova norma ortográfica da Língua Portuguesa.

Matemática (10 questões): Equações de 1º e 2º grau. Razões, proporções, regra de três simples e composta, juros simples, juros compostos, matrizes, sistemas lineares, análise combinatória, probabilidades. Resolução de problemas de lógica.

Informática (10 questões): Conceitos básicos relacionados a hardware, software, operação de microcomputadores e de periféricos em rede local. Ambiente Windows e suas funcionalidades: introdução, ícones, atalhos de teclado, janelas, arquivos, pastas, programas, impressão. Conceitos básicos de Intranet e Internet e utilização de ferramentas de navegação: browsers, correio eletrônico, grupos de discussão, segurança em rede e na internet. Certificação digital. Assinatura Digital. Infraestrutura Brasileira de Chaves Públicas (ICP-Brasil). Armazenamento de dados e realização de cópia de segurança (backup), organização e gerenciamento de arquivos, pastas e programas, proteção de equipamentos e de sistemas de informática. Editores de texto e planilhas eletrônicas.

PARTE 2 (15 QUESTÕES)

QUESTÕES DISTINTAS ENTRE OS EMPREGOS DE NÍVEL MÉDIO E DE NÍVEL SUPERIOR

Emprego público de Técnico em Tecnologia da Informação - Nível Médio:

Conhecimentos específicos (15 questões): Conceito visual e identidade visual. Design gráfico X Design digital. Criação em design gráfico e em artes gráficas. Desenvolvimento de layouts. Desenvolvimento de logotipias e simbologias. Tipos e diferenças de peças gráficas. Editoração eletrônica (tratamento de imagens e fechamento de arquivos digitais). Teoria das cores. Conhecimento e operação dos seguintes softwares: Adobe Indesign CS4; Adobe Photoshop CS4; Adobe Acrobat 9 Professional.

Emprego público de Analista de Sistemas - Nível Superior:

Conhecimentos específicos (15 questões): Conceitos e fundamentos da gerência de projetos. Ciclo de vida do projeto. Gestão de equipes. Monitoramento de recursos. Planejamento e gestão de mudanças. Metodologias ágeis: Scrum - conceitos básicos. Conceitos e fundamentos da Engenharia de Software. Ciclos de vida do software. Testes e medidas de software. Análise e projeto de sistemas utilizando os conceitos, notações e técnicas de Orientação a Objetos. Uso e conceitos de ferramentas CASE em projetos orientados a objetos. UML - notações, diagramas, metodologia

para utilização e ferramentas. Documentação de sistemas. Fundamentos e características de sistemas baseados na tecnologia de Workflow. BPM (Business Process Management). Engenharia de Requisitos. Conceitos e fundamentos de ITIL versão 3. Fundamentos da linguagem de programação JSP e PHP - sintaxe básica, palavras-chave, estrutura e construções básicas de um programa, compilação e execução de programas. Tipos primitivos de dados, declaração e inicialização de variáveis, utilização de literais e strings, categorias de operadores e precedência. Definição de classes, métodos e variáveis, utilização de encapsulamento, utilização de packages, sobrecarga de métodos. Utilização e implementação de bibliotecas e componentes. Administração de exceções. Acesso a banco de dados. Noções básicas do protocolo HTTP. Aplicação e utilização de Servidores Web. Desenvolvimento de Aplicações HTML e JSP. Web Services - protocolo SOAP, UDDI e WSDL. Conceitos, utilização e escrita XML - criação e declaração, definições de elementos e atributos. Definição e utilização de XML Schema, Xpath e CSS. Conceitos e fundamentos de SOA. Projeto conceitual e lógico de banco de dados. Modelo relacional e modelo entidade-relacionamento. Gerenciamento de transações - fundamentos e aspectos de recuperação e integridade, controle de concorrência e indexação. Fundamentos e aplicação de banco de dados distribuídos. Definição e manipulação de dados por meio de comandos SQL. Noções básicas do Banco de Dados MySQL versão 5. Criação, alteração, eliminação, renomeação e truncamento de tabelas. Criação e manipulação de "visões" (VIEW). Conceito e utilização de roles e privilégios no controle de acesso de usuários. Criação, manutenção e execução de stored procedures, funções, packages e triggers. Servidores de aplicação: Apache, Tomcat, JBoss. Noções de Instalação, configuração, administração, operação e manutenção. Certificação digital: conceitos de criptografia de dados, algoritmos criptográficos, criptografia simétrica e assimétrica, função hash, certificados digitais, assinatura digital, Infraestrutura de Chaves Públicas e ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira).